

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PLANEJAMENTO URBANO E
REGIONAL

NATHALIA PEREIRA DANEZI

**MICROTERRITORIALIDADES
EM ESPAÇOS PÚBLICOS:**

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO BRIQUE DA REDENÇÃO,
PORTO ALEGRE/RS

PORTO ALEGRE
2018

NATHALIA PEREIRA DANEZI

MICROTERRITORIALIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS:

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO BRIQUE DA REDENÇÃO.
PORTO ALEGRE/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração: *Planejamento e Espaço Urbano e Regional.*

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Luciana Inês Gomes Miron

PORTO ALEGRE
2018

CIP - Catalogação na Publicação

Danezi, Nathalia Pereira
Microterritorialidades em espaços públicos:
conflitos e resistências no Brique da Redenção, Porto
Alegre/RS / Nathalia Pereira Danezi. -- 2018.
234 f.
Orientadora: Luciana Inês Gomes Miron.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Faculdade de Arquitetura,
Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e
Regional, Porto Alegre, BR-RS, 2018.

1. Microterritorialidade. 2. Espaço Público. 3.
Conflito. 4. Resistência. 5. Brique da Redenção. I.
Miron, Luciana Inês Gomes, orient. II. Título.

NATHALIA PEREIRA DANEZI

MICROTERRITORIALIDADE EM ESPAÇOS PÚBLICOS:

CONFLITOS E RESISTÊNCIAS NO BRIQUE DA REDENÇÃO.
PORTO ALEGRE/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito necessário à obtenção do título de Mestre em Planejamento Urbano e Regional. Área de concentração: *Planejamento e Espaço Urbano e Regional*.

Aprovada, Porto Alegre, 14 de Junho de 2018.

Prof.^a. Dr.^a. Luciana Inês Gomes Miron
(Orientadora | PROPUR - UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Daniele Caron
(Examinadora Externa | Faculdade de Arquitetura - UFRGS)

Prof.^a. Dr.^a. Heleniza Ávila Campos
(Examinadora Interna | PROPUR - UFRGS)

Prof. Dr. João Farias Rovati
(Examinador Interno | PROPUR - UFRGS)

À Rosane, meu porto seguro,
com todo meu amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, à minha orientadora e amiga Luciana Miron, por toda a paciência, conhecimento e tempo dedicados a mim, mas, sobretudo, por ter sido meu ponto de equilíbrio e inspiração nesta caminhada em que é tão fácil se perder.

Aos meus queridos professores desde os tempos de graduação, e agora amigos, João Rovati e Leandro Andrade, pela carinhosa e valiosa oportunidade de vivenciar novamente o atelier de Urbano III e por todos os ensinamentos que transcendem a vida acadêmica.

A todos os professores e funcionários do PROPUR, pela disponibilidade e dedicação ao programa e aos alunos, em especial às professoras Daniela Fialho, Heleniza Campos e Lívia Piccinini, pelo carinho e pela ajuda constantes.

Aos meus colegas do PROPUR, em especial àqueles com os quais me aventurei por outras dimensões – Dudu, Natan, Nina, Rê, Taia, Vini –, por tornarem meu caminho mais leve e por compartilharem comigo seus tempos e espaços, angústias e (principalmente) sorrisos.

Aos meus colegas de orientação, em especial à Cris e à Michelle, pela colaboração e apoio.

À Capes e ao PROPUR pelo auxílio financeiro que me oportunizou dois anos de dedicação exclusiva à pesquisa.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da qual tanto me orgulho.

Aos funcionários da PMPA e aos expositores do Brique da Redenção que me acolheram e colaboraram para o desenvolvimento desta pesquisa.

À minha família (e aqui incluo o Noah!), por ser minha fonte de amor e incentivo.

E, por fim, à minha mãe, por toda estrutura e dedicação à minha educação, por toda compreensão e amor de sempre.

A todos vocês, meus mais sinceros agradecimentos.

*La primera condición para cambiar la realidad
consiste en conocerla.*

Eduardo Galeano

RESUMO

A presente pesquisa tem como finalidade refletir sobre os conflitos territoriais travados nos espaços públicos contemporâneos a partir do conceito de «microterritorialidade», advindo da área de estudo da Geografia. Tal conceito tem sido empregado nos estudos sobre ações e comportamentos cotidianos de atores e grupos sociais que, com a intenção de se apropriar, dominar ou controlar pequenas porções do espaço urbano, questionam e desestabilizam a pretensa homogeneidade do espaço social preconizada pelos discursos hegemônicos que tentam tornar opacas as contradições da sociedade nos espaços públicos. Essas ações e comportamentos criam campos de tensões e contradições entre a ordem e o caos, a disciplina e a subversão, a mudança e a permanência. A presente pesquisa se propôs a *explicitar e analisar o campo de tensão estabelecido entre as principais microterritorialidades exercidas no Brique da Redenção e seu entorno*. Este espaço público está normalmente associado a ideias de diversidade e democracia, que se desdobram em narrativas de um espaço de convivência profunda e pacífica entre as diferenças. Entretanto, os conflitos territoriais neste espaço público são travados desde a sua constituição, há 40 anos, e seguem até os dias atuais, a partir da manutenção de pequenos territórios definidos não apenas por limites físicos, mas também – e principalmente – por limites simbólicos, que ora dominam, ora resistem, ora tensionam, ora são tensionados. A pesquisa desdobrou-se em quatro etapas e teve como foco de estudo três dos diversos grupos presentes nesse espaço: os Expositores do Brique da Redenção, os Expositores Indígenas e os Ambulantes. Somado a esses grupos também foram analisadas as significações produzidas pelos frequentadores do Brique da Redenção. Espera-se que a pesquisa possa contribuir com a construção teórica sobre «microterritorialidades», ao analisar a constituição e os esforços empregados para a manutenção desses pequenos territórios, bem como instigar reflexões sobre o caráter necessário dos conflitos na construção de espaços públicos ditos democráticos, como alternativa ao espaço público ‘ideal’ como espaço pacificado.

Palavras-chave: Espaços Públicos; Microterritorialidade; Conflito; Resistência; Brique da Redenção.

ABSTRACT

This research aims to reflect about the territorial conflicts in contemporary public spaces from the concept of "microterritoriality", derived from the field of study of Geography. This concept has been used in the studies about actions and daily behaviors of actors and social groups that, with the intention of appropriating, dominating or controlling small portions of urban space, question and destabilize the assumed homogeneity of the social space advocated by the hegemonic discourses that try to blur the contradictions of society in public spaces. These actions and behaviors create fields of tensions and contradictions between order and chaos, discipline and subversion, change and permanence. The present research proposes *to clarify and analyze the field of tension established between the main microterritorialities exercised in Brique da Redenção and its surroundings*. This public space is usually associated with ideas of diversity and democracy, which unfold in narratives of a space of deep and peaceful coexistence between differences. However, territorial conflicts in this public space have been fought since its creation 40 years ago and continue to the present day, from the maintenance of small territories defined not only by physical limits but also - and especially - by symbolic ones, which sometimes dominate, sometimes resist, sometimes stress, sometimes are stressed. The research was carried out in four stages and focused on three of the different groups present in this space: the Exhibitors of Brique da Redenção, the Indigenous Exhibitors and the Street Vendors. Added to these groups were also analyzed the meanings produced by the visitors of the Brique da Redenção. It is expected that the research can contribute to the theoretical construction on "microterritoriality", when analyzing the constitution and the efforts employed for the maintenance of these small territories, as well as to instigate thoughts about the necessary character of the conflicts in the construction of public spaces called democratic, as an alternative to the 'ideal' public space as a pacified space.

Keywords: Public Spaces; Microterritoriality; Conflict; Resistance; Brique da Redenção

ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Localização	30
Figura 2 – Perfis da Avenida José Bonifácio	31
Figura 3 - Conexão da Av. José Bonifácio com o Parque Farroupilha	31
Figura 4 - Segmentos do Brique da Redenção.....	32
Figura 5 - Atividades do entorno do Brique da Redenção.....	34
Figura 6 - Delimitação Espacial.....	35
Figura 7 - Esquema do Delineamento da Pesquisa	38
Figura 8 - O "novo mapa do Bom Fim" (dec. 70/80)	78
Figura 9 – Brique (dec. de 80)	79
Figura 10 - Expositores da Feira de Artesanato do Bom Fim no Parque Farroupilha (sem data)	82
Figura 11 - Esquema do processo de implantação das Feiras da Avenida José Bonifácio [1/2].....	84
Figura 12 - Esquema do processo de implantação das Feiras da Avenida José Bonifácio [2/2].....	85
Figura 13 - Canteiros da Av. José Bonifácio	86
Figura 14 – Implantação dos boxes: Artesanato.....	86
Figura 15 - Implantação dos boxes: Alimentação	87
Figura 16 - Implantação dos boxes: Artes Plásticas	87
Figura 17 - Implantação dos boxes: Antiquário.....	88
Figura 18 - Esquema da administração do Brique da Redenção.....	89
Figura 19 - Perfil dos Expositores do Brique: Identidade de Gênero	90
Figura 20 - Perfil dos Expositores do Brique: Faixa Etária	91
Figura 21 - Perfil dos Expositores do Brique: Residência	91
Figura 22 - Perfil dos Expositores do Brique: Fonte de Renda	93
Figura 23 - Perfil dos Expositores do Brique: Relação com outros Espaços Públicos.....	93
Figura 24 - Perfil dos Expositores do Brique: Relação com as Feiras de Sábado	94
Figura 25 - Presença dos Expositores Indígenas na dec. de 90.....	97
Figura 26 - Expositores Indígenas no Brique (1998)	98
Figura 27 – Limites Expositores Indígenas (2003).....	99
Figura 28 - Processo de constituição do território dos Expositores Indígenas [1/2].....	102
Figura 29 - Processo de constituição do território dos Expositores Indígenas [2/2].....	103
Figura 30 - Deslocamento de famílias indígenas para Brique da Redenção: POA e RMPA.....	104
Figura 31 - Deslocamento de Famílias Indígenas para Brique da Redenção: RS	105
Figura 32 - Artesanato dos Expositores Indígenas Guarani no entorno do Brique da Redenção	105
Figura 33 - Artesanato e outros produtos dos Expositores Indígenas Kaingang no entorno do Brique da Redenção	106
Figura 34 - Localização dos Expositores Indígenas Kaingang na Av. José Bonifácio	106

Figura 35 - Expositores Indígenas Kaingang [1]	107
Figura 36 - Expositores Indígenas Kaingang [2]	107
Figura 37 - Expositores Indígenas Kaingang [3]	108
Figura 38 - Expositores Indígenas Kaingang [4]	108
Figura 39 - Expositores Indígenas Kaingang [5]	108
Figura 40 - Localização dos Expositores Indígenas Guarani e Kaingang na Av. José Bonifácio	109
Figura 41 - Expositores Indígenas Guaranis [1]	109
Figura 42 - Expositores Indígenas Guaranis [2]	110
Figura 43 - Expositores Indígenas Guaranis [3]	110
Figura 44 - Brique da Redenção (1979)	115
Figura 45 - Localização dos Ambulantes na Av. José Bonifácio	117
Figura 46 - Ambulantes [1]	118
Figura 47 - Ambulantes [2]	118
Figura 48 - Ambulantes [3]	119
Figura 49 – Presença da SMIC no Brique	119
Figura 50 - Av. José Bonifácio em dias com e sem fiscalização	120
Figura 51 - Campanha: "Compre de quem faz"	122
Figura 52 - Publicações do Brique da Redenção	122
Figura 53 - Territórios do Brique da Redenção e seu entorno	123
Figura 54 - Pontos de Análise dos Limites/Fronteiras	123
Figura 55 - Limites a partir das identidades/identificações [A]	124
Figura 56 - Limites a partir das Identidades/Identificações [B]	124
Figura 57 - Limites a partir das Identidades/Identificações [C]	125
Figura 58 - Limites a partir das Identidades/Identificações [D]	126
Figura 59 - Categorias das Palavras Espontâneas	133
Figura 60 - Esquema Palavras Espontâneas	134
Figura 61 - Rede de Palavras dos Frequentadores	136
Figura 62 - Rede de Palavras dos Não Frequentadores	136
Figura 63 - Rede Poder, Resistência e Conflito	137
Figura 64 - Territórios simbólico e funcional relacionados ao Brique da Redenção pelos frequentadores e não frequentadores	139
Figura 65 - Rede de palavras associadas a territórios simbólico e funcional pelos frequentadores	140
Figura 66 - Rede de palavras associadas a territórios simbólico e funcional pelos não frequentadores	140
Figura 67 - Fotografias selecionadas pelos frequentadores	142
Figura 68 - Fotografias selecionadas pelos não frequentadores	143
Figura 69 – Relação entre diversidade, democracia e conflito	148
Figura 70 - Contribuições da pesquisa	153
Quadro 1- Síntese da Classificação da Pesquisa	36
Quadro 2 - Tipos "ideais" de território	50
Quadro 3 - Síntese dos Procedimentos da Etapa A	62
Quadro 4- Síntese dos procedimentos da Etapa B.	63
Quadro 5 - Grupos Identificados no Brique da Redenção e seu entorno	66
Quadro 6 - Grupos Selecionados para Etapa C	67
Quadro 7 – Síntese dos Procedimentos da Etapa C	68
Quadro 8 – Síntese dos Procedimentos da Etapa D	74

Quadro 9- Categorias de análise das justificativas dos frequentadores e não frequentadores	144
Quadro 10 - Justificativas dos frequentadores relacionadas às atividades em conflito no Brique	145
Quadro 11 - Justificativas dos não frequentadores relacionadas às atividades em conflito no Brique	146

Tabela 1 – Instituições entrevistadas na Etapa B	65
Tabela 2 – Número de respondentes por segmento dos Expositores do Brique da Redenção.....	69
Tabela 3 – Respondentes Frequentadores	73
Tabela 4- Classificação dos respondentes	131
Tabela 5 – Reconhecimento do Brique da Redenção como Patrimônio Cultural do Estado	131
Tabela 6 – Motivos para não frequentar o Brique da Redenção	132
Tabela 7 – Intensidade da relação entre os conceitos associados a territórios simbólico e funcional ao Brique da Redenção pelos frequentadores e não frequentadores	138

SIGLAS E ABREVIATURAS

AABRE	Associação dos Artesãos do Brique da Redenção
FUNAI	Fundação Nacional do Índio
MPF	Ministério Público Federal
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SMAM	Secretaria Municipal do Meio Ambiente
SMDE	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
SMDH	Secretaria Municipal de Direitos Humanos
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
SMTUR	Secretaria Municipal de Turismo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	27
1.1	Contexto Teórico	28
1.2	Problema de Pesquisa: Objeto Empírico	30
1.3	Questões de Pesquisa	35
1.4	Objetivos da Pesquisa	35
1.5	Delimitação Espacial	35
1.6	Síntese do Método de Pesquisa.....	36
1.7	Estrutura do Trabalho	38
2	DO «ESPAÇO» AO «TERRITÓRIO»	39
2.1	«Espaço»	39
2.2	«Território».....	40
2.3	Considerações [1]	51
3	(MICRO) TERRITORIALIDADES	52
3.1	Espaço (Público)	52
3.2	Da Territorialidade à Microterritorialidade	55
3.3	Microterritorialidades.....	57
3.4	Considerações [2]	61
4	METODOLOGIA	62
4.1	Etapa A	62
4.2	Etapa B	63
4.3	Etapa C	67
4.4	Etapa D.....	73
5	ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS	75
5.1	O Brique da Redenção	75
5.2	Os Expositores do Brique	86
5.3	Os Expositores Indígenas	97
5.4	Os Ambulantes.....	115
5.5	Discussões [1].....	123
5.6	Os Frequentadores do Brique da Redenção	130
5.7	Discussões [2].....	147
5.8	Discussões Finais.....	150
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS	152
	REFERÊNCIAS	154

APÊNDICES	159
APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS.....	160
APÊNDICE B – LISTA DE NOTÍCIAS [1]	161
APÊNDICE C - LISTA DE NOTÍCIAS [2]	164
APÊNDICE D – ROTEIRO ENTREVISTAS [ETAPA B]	167
APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO	168
APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO EXPOSITORES DO BRIQUE [ETAPA C].....	169
APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA	170
APÊNDICE H – ROTEIRO QUESTIONÁRIO <i>ONLINE</i> [ETAPA C].....	171
APÊNDICE I – PERFIL DOS RESPONDENTES	175
APÊNDICE J – MOTIVOS [CATEGORIAS].....	176
APÊNDICE K – PALAVRAS ESPONTÂNEAS [DEFINIÇÕES].....	178
APÊNDICE L – PALAVRAS ESPONTÂNEAS [CATEGORIAS]	188
APÊNDICE M – MATRIZ PALAVRAS [1]	190
APÊNDICE N – MATRIZ PALAVRAS [2].....	191
APÊNDICE O – FOTOGRAFIAS [JUSTIFICATIVAS]	192
ANEXO A – NOTÍCIA: FOLHA DA TARDE [27/03/1982]	200
ANEXO B – NOTÍCIA: ZERO HORA [31/03/1982]	201
ANEXO C – NOTÍCIA: CORREIO DO POVO [15/04/1982]	202
ANEXO D – NOTÍCIA: FOLHA DA TARDE [MAIO/1982]	203
ANEXO E – NOTÍCIA: CORREIO DO POVO [19/05/1982].....	204
ANEXO F – JORNAL ARTEFIM [ABRIL/1984].....	205
ANEXO G – REPORTAGEM: HORA DO BRIC [1986]	209
ANEXO H – DECRETO N.º 8.193/1983	210
ANEXO I – SEMINÁRIO “BRIQUE 90”	212
ANEXO J – OFÍCIO N.º 896/2003	225
ANEXO K – CARTA DA AABRE À SMIC [1]	227
ANEXO L – CARTA DA AABRE AO MPF.....	228
ANEXO M – DESPACHO DO MPF.....	229
ANEXO N – CARTA DA AABRE À SMIC [2].....	232

1 INTRODUÇÃO

A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho *dos e sobre* os conflitos.

Marilena Chaui¹

Esta pesquisa não tem a pretensão de discutir especificamente sobre o conceito de democracia enquanto regime político. Entretanto, se, nas palavras de Chaui (2012, p. 151), a democracia é *também* uma "*forma social da existência coletiva*", nenhuma reflexão que tenha como objeto de estudo relações sócio-espaciais pode estar dissociada da questão da democracia, em especial se estas relações desenrolam-se nos espaços ditos públicos.

Fisicamente, o espaço público pode ser definido como *qualquer* tipo de espaço onde, ao contrário do espaço privado, não haja impedimento ao acesso e à participação de *qualquer* pessoa (GOMES, 2002). Entretanto, essa definição se torna insuficiente quando analisadas as complexidades reais do cenário urbano, sobretudo no que diz respeito às transformações pelas quais as diversas dimensões do «público x privado» estão expostas, operadas principalmente pelo "*encolhimento do espaço público e alargamento do espaço privado ou de mercado*" (CHAUI, 2012, p. 153), e que se tornam visíveis também na configuração dos espaços públicos 'físicos'.

Portanto, para além da questão «público x privado», conforme a reflexão de Gomes (2002), o espaço público é o local nos quais as relações e os problemas da sociedade se apresentam, tomam forma e dimensão *pública*. O espaço público é, na sua essência, o local do confronto e do dissenso (MOUFFE, 2013) e é também a partir dele que podem insurgir as (re)ações de resistência (JACQUES, 2009).

Esta discussão sobre espaço público enquanto espaço do dissenso e da possibilidade de resistência tem a intenção de desconstruir as idealizações de um espaço público domesticado² e consensual, impostas pelos discursos hegemônicos tanto dos novos projetos urbanos quanto das ditas '*revitalizações*' urbanas (JACQUES, 2009). Deutsche (1996, p. 24) também ressalta a problemática da ideia nostálgica de espaço público da diversidade, da convivência profunda e da troca pacífica e tolerante, pois "não se pode recuperar o que nunca se teve".

Nesse contexto, a discussão sobre os espaços públicos propõe a explicitação dos dissensos, pois

¹ Aula Magna do curso "Como lidar com os efeitos psicossociais da violência?", ocorrida no dia 15/05/2016, na Universidade Federal de Santa Catarina, em Florianópolis. Texto disponível na íntegra em: <<https://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/o-curso.html>>.

² Relacionado à pacificação dos corpos ou adestramento, cf. discutido nas obras de Foucault.

os conflitos urbanos não só precisam ser considerados como legítimos e necessários, mas que é exatamente da permanência da tensão entre eles que depende a construção de uma cidade mais democrática (JACQUES, 2009, p. 4).

1.1 CONTEXTO TEÓRICO

No campo de estudo da Geografia, a relação entre espaço público, conflito e resistência tem sido analisada através do conceito de «microterritorialidades». Este conceito diz respeito às ações e comportamentos cotidianos de sujeitos e/ou grupos sociais³, que, como forma de *resistência* aos discursos de poder dominantes, se apropriam de frações do espaço público e alteram a pretensa homogeneidade do espaço social (COSTA, 2010; NETO, 2013).

Estas ações e comportamentos acontecem em uma dinâmica intensamente rápida, no que diz respeito à construção/desconstrução destes (micro)territórios. Segundo Heidrich (2013), estas microterritorialidades podem se desenvolver em 'planos' diferentes e, portanto, em uma mesma fração do espaço podem coexistir diversas microterritorialidades, desde que não se pretenda a mesma coisa com elas. Porém, quando a finalidade da apropriação for a mesma, surgem nestes espaços campos de tensões nos quais as disputas se apresentam com diferentes intensidades, desde as formas mais explícitas até às mais sutis.

Costa (2007) problematiza a discussão sobre microterritorialidades ao enfatizar a instabilidade das relações sócio-espaciais:

Na verdade, a estabilidade é sempre provisória no mundo real dos fenômenos naturais e sociais, ou seja, a pretensa estabilidade apresenta pontos críticos de uma estrutura que se quer coerente, mas que sempre pode explodir. [Portanto] é necessário rever a estabilidade e as constâncias e estudar o conflito, as contradições e os antagonismos. É importante perceber os pontos críticos, de ruptura e de desestruturação das coisas e dos fenômenos que se querem estáveis (COSTA, 2007, p; 109).

O que Costa (2007) sugere com esta reflexão, assim como as autoras citadas anteriormente – Jacques (2009) e Mouffe (2013) – é que a ideia de estabilidade, ou de consenso permanente, na realidade, não existe e, portanto, as reflexões devem se direcionar para os conflitos e para os pontos *instáveis* da estrutura destes espaços pretensamente *estáveis*.

Apesar destas colocações sobre o conceito de microterritorialidades, Neto (2013, p. 7) observa que este estudo é recente na Geografia brasileira e, por este motivo, ainda está em "processo de consolidação teórico-

³ Grupo social é definido, a partir da visão de Sartre (apud BETTONI, 2002), como um grupo que surge a partir de uma relação e organização espontânea de indivíduos a partir de uma necessidade ou de um perigo comum, ao qual reage com uma prática comum.

metodológica”, pois existem diversas questões em aberto⁴ - significados, definições, enquadramentos metodológicos e teóricos - que necessitam de um debate mais profundo. Porém, ainda que se possa considerar um conceito recente, o termo ‘microterritorialidades’ já foi utilizado em trabalhos anteriores (por ex. CAMPOS, 1999), bem como já existem estudos sobre (micro)apropriações do espaço público, ainda que não se utilize este conceito⁵.

O que se pode depreender, a partir do esforço dos autores que vem debatendo esse tema (por ex. COSTA, 2005, 2007, 2010; DENEZ, 2012; FORTUNA, 2012; HEIDRICH, 2013, 2017; MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015; NETO, 2013), é a tentativa de se estabelecer uma abordagem de análise própria para esse tipo de relação sócio-espacial e que não a reduza simplesmente à mudança de escala espacial quando comparada a territorialidade - macro/micro, pequena/grande. Segundo Fortuna (2012), a noção de microterritorialidade implica uma abordagem multiescalar dos espaços, pois em todas as circunstâncias são fenômenos de escala urbana, em alguns dos casos mesmo de escala metropolitana.

Além disso, outra preocupação desses autores diz respeito à necessária definição do conceito, sob pena de se abordar todas as práticas espaciais cotidianas como microterritorialidade e, assim, esvaziar o significado de seu poder explicativo e “de sua força enquanto recurso argumentativo para elaboração de leituras sobre as interações sociais mediadas pelo espaço” (NETO, 2013, p. 11).

Neto (2013) aponta que, em primeiro lugar, o tema remete a uma “microgeografia” (como o termo proposto por Gomes, 2002) e pode ser entendido na Geografia como aquilo que a História e a Sociologia denominam de “micro-história” e de “microsociologia”, respectivamente, por abordar as interações sociais cotidianas a partir de perspectivas que revalorizam os sujeitos ao considera-los em permanente transformação e portadores de ações (atores sociais).

Esse ponto também diz respeito à interdisciplinaridade do tema, que deve ser analisado considerando que o espaço é, antes da própria (micro)territorialização, histórico e social e, portanto, deve estar inserido em um campo mais amplo das Ciências Sociais. Ao reconhecer esta interdisciplinaridade é possível pensar a temática das microterritorialidades com um campo de diálogos tanto no plano dos (micro)territórios e sujeitos tomados como objetos de estudo, como no dos métodos de análise e interpretação (NETO, 2013).

⁴ Ver, por exemplo, os artigos publicados nos Anais do IV Seminário Internacional sobre Microterritorialidades nas Cidades, 2016. Disponível em: <https://docgo.net/philosophy-of-money.html?utm_source=anais-multiplas-territorialidades-pdf>.

⁵ Como por exemplo, trabalhos que tem como objeto de estudo: ambulantes, prostitutas, moradores de rua, homossexuais, etc.

1.2 PROBLEMA DE PESQUISA: OBJETO EMPÍRICO

O Brique da Redenção – feira cultural a céu aberto que ocorre todos os domingos no canteiro central da Avenida José Bonifácio – pode ser tomado como um exemplo da complexidade das relações sociais em espaços públicos. A Avenida José Bonifácio é uma das avenidas limítrofes do Parque Farroupilha – parque mais antigo e tradicional, que contém e que está contido na história da Cidade (AXT; SCLIAR, 2011) – localizado no bairro de mesmo nome, na área central de Porto Alegre/RS [Figura 1]. Esta Avenida é conexão entre duas importantes vias de acesso ao centro da Cidade: a Av. Osvaldo Aranha e a Av. João Pessoa.

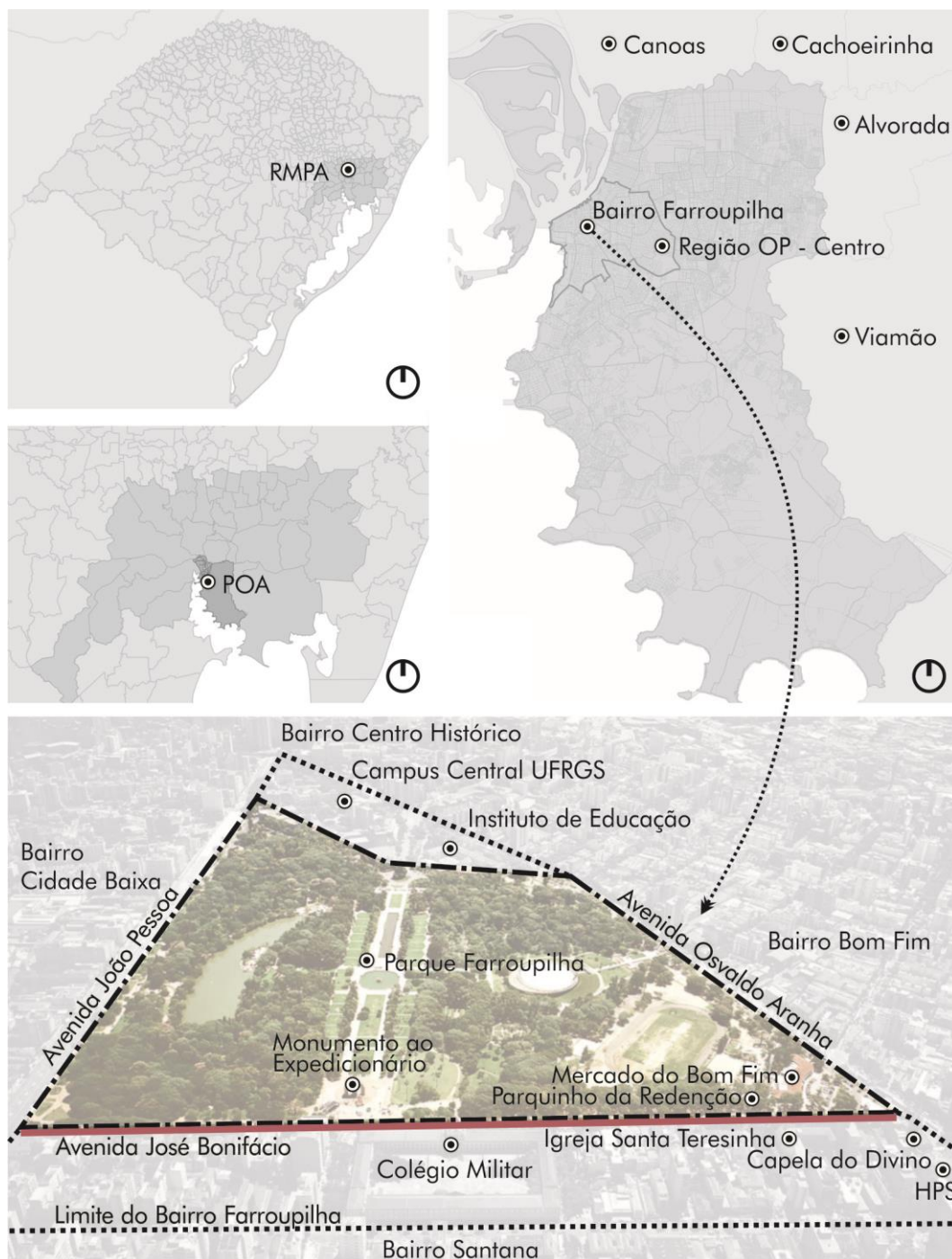


Figura 1 - Localização

Fonte: Elaborado pela autora sobre foto do Parque Farroupilha (2012) disponível no Flickr.

O perfil da Avenida José Bonifácio se transforma ao longo dos dias [Figura 2]. Durante a semana, o fluxo, tanto de pedestres quanto de veículos, ocorre em função das atividades que ali se concentram, como por exemplo, o Colégio Militar, a Igreja Santa Teresinha e o Mercado do Bom Fim, além dos demais comércios existentes [Figura 2-A]. Durante as madrugadas, por muito tempo, esta avenida foi conhecida como ponto de drogas e de prostituição masculina, ainda que esse contexto tenha supostamente mudado nos últimos anos (AXT; SCLIAR, 2011).

Aos sábados, quando o parque já se encontra bastante movimentado, os canteiros centrais da Avenida abrigam o Brique de Sábado, a Feira de Artesanato do Brique de Sábado e a Feira Ecológica do Bom Fim, que atraem uma grande quantidade de frequentadores. Entretanto, o fluxo de veículos entre o canteiro central e o parque, bem como a disposição das bancas – que se posicionam umas de frente para as outras, criando um corredor para a circulação do público – segmenta o espaço das feiras do espaço do parque [Figura 2-B].

Porém, é aos domingos que a Avenida José Bonifácio adquire seu cenário mais tradicional [Figura 2-C]. Quando o fluxo 'Oswaldo Aranha - João Pessoa' é fechado para a circulação de veículos e todos os canteiros centrais são ocupados pelas bancas do Brique da Redenção – que se posicionam de frente para o parque – o fluxo de frequentadores do Brique ao longo do asfalto da Avenida se entrelaça com as atividades do parque, transformando essa Avenida em uma extensão do Parque Farroupilha [Figura 3].



Figura 2 – Perfis da Avenida José Bonifácio
Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 3 - Conexão da Av. José Bonifácio com o Parque Farroupilha
Fonte: Inez Gelatti (Brique da Redenção).

O que se conhece por “Brique da Redenção” é, na realidade, o conjunto de quatro feiras independentes: o Mercado de Antiquidades de Porto Alegre (oficialmente denominado Brique da Redenção), Feira de Artesanato do Bom Fim, Artenapraça, e Feira de Alimentação. O conjunto destas quatro feiras, antigamente denominadas Feira Cultural da José Bonifácio (“Seminário Brique 90” [s.d.], [Anexo]), passou a ser conhecido como Brique da Redenção – ou apenas *Brique* – e atualmente cada uma dessas feiras representa um segmento de comércio [Figura 4]: segmento de antiguidades, segmento de artesanato, segmento de artes plásticas e segmento de alimentação, respectivamente.



Figura 4 - Segmentos do Brique da Redenção
Fonte: Acervo pessoal.

A feira se tornou um dos pontos de referência de cultura, lazer e história de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul (GOMES, 2011), sendo, desde 2005, integrante do Patrimônio Cultural do Estado. Inaugurado em março de 1978, o Brique foi inspirado no sucesso de famosas feiras de antiguidades, como o *Marché aux Puces* (Mercado das Pulgas) – realizado em Saint-Ouen, nos subúrbios de Paris –, a *Feira de San Telmo* em Buenos Aires e a *Feira de Tristan Narvaja* em Montevideo, e contava com expositores de antiguidades, “que colocavam suas peças no chão sobre panos e tecidos improvisados” (GOMES, 2011, p. 13) e aos quais foram somando-se, ao longo destes 40 anos, outros expositores e segmentos, constituindo a variedade e o tamanho atual da feira.

O próprio desenho que representa a marca⁶ do Brique da Redenção se constitui de um mosaico que, com diversas peças recortadas e coladas próximas umas das outras formando o desenho de uma árvore, tem o objetivo de representar a diversidade existente na feira. Porém, se no contexto urbano múltiplo atual ainda se pode falar em mosaicos, como relembra Haesbaert (2011), estes não se constituem mais justapostos, vistos de forma isolada, no qual a análise vai dos limites para o seu interior, mas de seu convívio e sobreposição com uma diversidade de outros espaços-tempos sobre os quais o olhar se desloca para as relações entre eles.

Portanto, este suposto mosaico do Brique se condensa ao mosaico do Parque Farroupilha e ao mosaico que é a própria cidade, estando sujeito também aos conflitos e tensões intrínsecos da vida urbana. O grande fluxo de pessoas neste espaço aos domingos possibilita, e de certa forma induz, à ocupação do espaço público por outros grupos. Ao longo do asfalto da Avenida José Bonifácio, e também da calçada adjacente ao parque, se concentram diversas atividades que ora são vistas como complemento à feira, ora como um problema. São artistas, músicos, expositores indígenas, *hippies*, ambulantes comercializando os mais diversos produtos, feira de adoção de animais, manifestações, campanhas, entre outros tantos acontecimentos [Figura 5].

Apesar do aparente caos deste espaço, o Brique da Redenção é frequentemente associado à ideia de 'diversidade', 'convivência', 'trocas culturais', e 'democracia', seja nos *sítes* turísticos da capital gaúcha, seja em trabalhos acadêmicos (por ex. LONTRA, 2003; PECIAR; ISAIA, 2005; PERTILE, 2014). Muitos destes *sítes* e trabalhos também relacionam o fato de *estar* no Brique ao '*andar tranquilamente pela arborizada Avenida José Bonifácio*', criando uma atmosfera quase mística.

Inegável é o fato de que, ao menos para grande parte da população porto alegreense, não existem dúvidas sobre o Brique da Redenção ter se estabelecido como um dos espaços mais tradicionais, pulsantes e significativos de Porto Alegre e que esta atmosfera mística permeia o *imaginário urbano* (LONTRA, 2003). O que se deixa de fora destas análises é a forma como este espaço foi/é produzido, dando a ideia de que ele se organiza de forma predominantemente natural e pacífica.

Entretanto, são intensos os conflitos territoriais existentes no Brique da Redenção e seu entorno entre os diversos atores e grupos presentes neste espaço, ainda que muitas vezes não percebidos pelos frequentadores. Estes conflitos alteram e transformam constantemente a dinâmica espacial, e, portanto, esses atores e grupos são responsáveis pela produção do cenário atual desse espaço. Portanto, se estes grupos e conflitos territoriais produzem, alteram e transformam este cenário, torna-se importante estudar os campos de tensões (HEIDRICH, 2013) estabelecidos pelas relações sócio-espaciais no Brique da Redenção que ora dominam, ora resistem, ora tensionam, ora são tensionadas, sob o tema das microterritorialidades.

⁶ No ano de 2000 a marca "Brique da Redenção" foi registrada.



Figura 5 - Atividades do entorno do Brique da Redenção
 Fonte: Acervo pessoal.

1.3 QUESTÕES DE PESQUISA

A partir do contexto exposto, surge a seguinte questão norteadora desta pesquisa: *Como se estabelece o campo de tensão exercido pelas principais microterritorialidades no Brique da Redenção e seu entorno?*

O alcance da resposta para este questionamento envolve as seguintes questões complementares: (1) Quais as principais microterritorialidades exercidas no Brique da Redenção e seu entorno?; (2) Como estas microterritorialidades se expressam e como se relacionam entre si?; (3) Quais os objetivos e motivações de cada uma destas microterritorialidades?.

1.4 OBJETIVOS DA PESQUISA

A partir destes questionamentos, a pesquisa tem como objetivo geral *explicitar e analisar o campo de tensão estabelecido entre as principais microterritorialidades exercidas no Brique da Redenção e seu entorno.*

O objetivo geral desdobra-se nos seguintes objetivos específicos: (1) Identificar as principais microterritorialidades exercidas no Brique da Redenção e seu entorno; (2) Descrever como estas microterritorialidades estabelecem seus territórios e os limites entre si; (3) Identificar as significações produzidas por estas microterritorialidades.

1.5 DELIMITAÇÃO ESPACIAL

A área considerada o “entorno” do Brique da Redenção foi delimitada da seguinte forma: toda a extensão da Avenida José Bonifácio – da Av. Osvaldo Aranha até a Av. João Pessoa – e do limite dos lotes da Avenida José Bonifácio até o primeiro caminho interno do Parque Farroupilha paralelo à linha formada pelas árvores [Figura 6].



Figura 6 - Delimitação Espacial
Fonte: Elaborado pela autora.

1.6 SÍNTESE DO MÉTODO DE PESQUISA

1.6.1 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Segundo Gil (2010), a rotulação da pesquisa em um sistema de classificação permite ao pesquisador conferir maior racionalidade às etapas necessárias para sua execução. Dessa forma, a presente pesquisa pode ser classificada, segundo sua finalidade e objetivos mais gerais, como pesquisa básica de cunho exploratório-descritivo, pois tem a intenção de preencher uma lacuna do conhecimento (básica), obter maior familiaridade com o problema (exploratória) e descrever as características de um determinado fenômeno, identificando possíveis relações entre variáveis (descritiva).

Com relação aos procedimentos utilizados (GIL, 2010), a estratégia de pesquisa adotada foi o estudo de caso único - o "Brique da Redenção e seu entorno" - no qual as múltiplas unidades de análise são os diferentes grupos que ocupam este espaço. A escolha dessa estratégia se deu pelo fato de o estudo estar relacionado a uma investigação empírica com descrição ampla e profunda de um fenômeno contemporâneo, ainda que não exclua seu passado recente, em um "contexto no mundo real", no qual as fronteiras entre fenômeno e contexto não são evidentes e o pesquisador tem "pouco ou nenhum controle sobre eventos comportamentais" (YIN, 2015, p. 2).

Segundo Yin (2015), o estudo de caso mescla evidências quantitativas e qualitativas e utiliza múltiplas fontes de evidências, possibilitando o desenvolvimento de linhas convergentes de investigação e análises baseadas na triangulação de dados. A triangulação permite a análise de diversos pontos de vista sobre o mesmo fenômeno, permitindo a validação das descobertas. Na presente pesquisa, foram utilizados cinco fontes de evidências: pesquisa bibliográfica, pesquisa documental, observação, entrevistas e questionários. O Quadro 1 apresenta a síntese da classificação da pesquisa.

CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA			
QUANTO À FINALIDADE	Básica		
QUANTO AOS OBJETIVOS	Exploratória-Descritiva		
QUANTO AOS PROCEDIMENTOS	Estudo de Caso	Caso único	Brique da Redenção e seu entorno
		Unidades de análise	Diferentes grupos que ocupam o Brique da Redenção e seu entorno
		Múltiplas fontes de dados	Pesquisa Bibliográfica, Pesquisa Documental, Observação, Entrevistas e Questionários.

Quadro 1- Síntese da Classificação da Pesquisa
Fonte: Da autora, baseada em Gil (2010).

1.6.2 DELINEAMENTO DA PESQUISA

A pesquisa foi dividida em quatro etapas, de acordo com objetivos específicos, ainda que estas etapas não tenham ocorrido de forma linear e sequencial. De maneira geral, o delineamento da pesquisa pode ser esquematizado baseado no modelo de investigação em ciências sociais proposto por Quivy & Campenhoudt (2005). Neste modelo, composto por sete fases, o delineamento da pesquisa baseia-se em três atos: *ruptura*, *construção* e *verificação*. Apesar desta separação, as fases que compõem cada ato estão frequentemente relacionadas à fase anterior.

Para esses autores, o primeiro ato constitutivo do procedimento científico é a *ruptura*, momento no qual o pesquisador rompe com os preconceitos e falsas evidências, e também com as relações pessoais com o objeto empírico. A ruptura é constituída por três fases: a questão inicial (1); a exploração (2); e a problemática (3). O momento de ruptura equivale a **Etapa A** desta pesquisa, que teve como objetivo a contextualização da pesquisa. Nesta etapa, os dados foram coletados a partir de pesquisa bibliográfica, observação simples e entrevistas informais. As observações e entrevistas foram fundamentais para que o foco da pesquisa bibliográfica fosse ajustado em função do contexto encontrado em campo.

O segundo ato do modelo de Quivy & Campenhoudt (2005) é a *construção*, composto de uma fase que objetiva a construção do quadro teórico-metodológico (4), ou seja, o planejamento das técnicas de coleta e análise de dados da etapa seguinte. Nesta pesquisa, este ato equivale a **Etapa B**, que teve como objetivo a contextualização do objeto empírico. Nesta etapa, foram coletados dados a partir de pesquisa documental, entrevistas e observação sistemática, com o objetivo de compreender o contexto do Brique da Redenção, selecionar os grupos que seriam estudados e planejar os procedimentos da etapa seguinte.

As Etapas C e D correspondem ao terceiro ato, denominado *verificação* (QUIVY; CAMPENHOUDT, 2005), e compreende as fases de observação (5) - ou coleta de dados-, a análise das informações (6) e as conclusões (7). A **Etapa C** teve como objetivo a coleta de dados com e sobre os grupos selecionados na etapa anterior, para que se pudesse verificar o perfil e comportamento de cada grupo, bem como as práticas de controle territorial. As técnicas de coleta de dados variaram conforme o grupo estudado.

Na **Etapa D** os dados coletados foram analisados, baseados na triangulação (YIN, 2015), e consolidados. Entretanto, a Etapa D se deu desde o início das coletas de dados, pois "o processo de análise inicia-se no momento da própria coleta", de forma complementar e cíclica (GIL, 2012, p. 176). A Figura 7 apresenta a síntese do delineamento da pesquisa, baseada nos atos e nas fases de Quivy & Campenhoudt (2005).

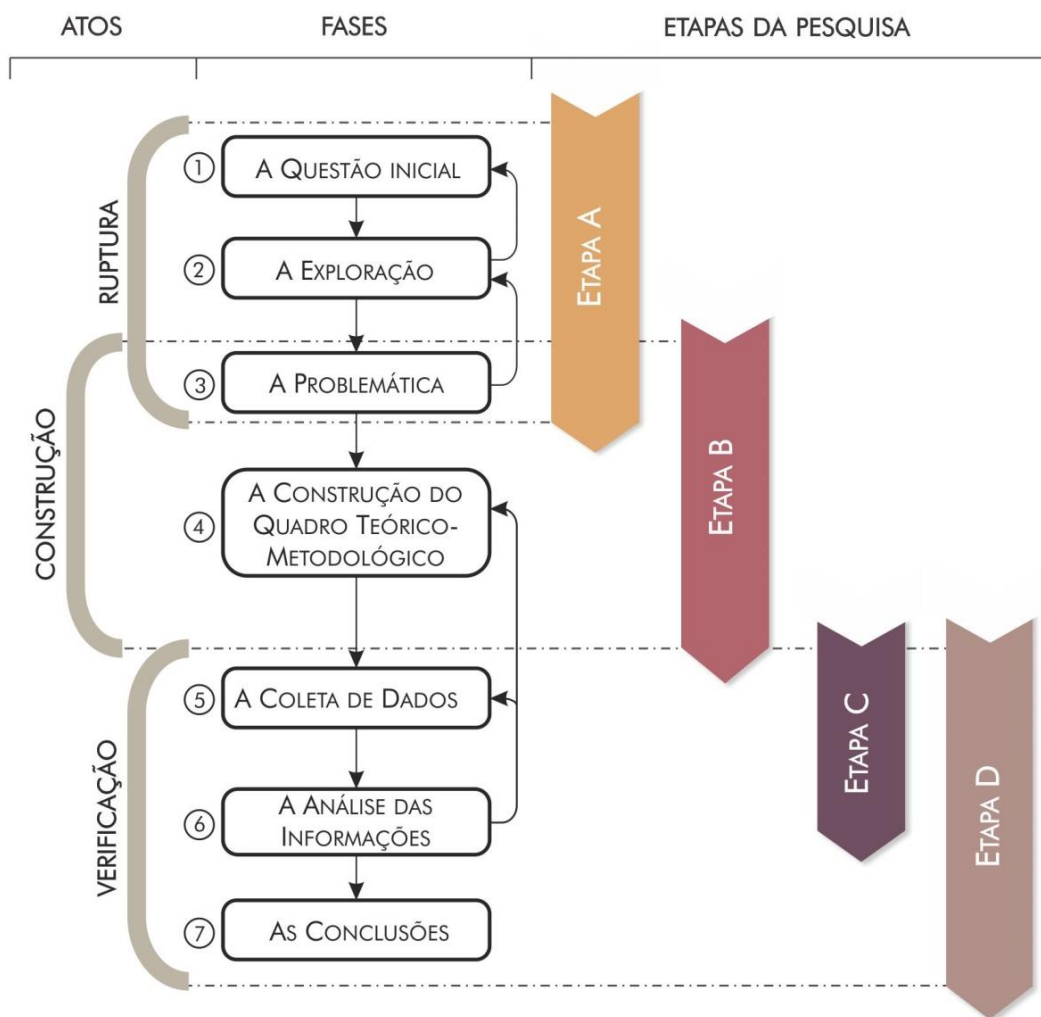


Figura 7 - Esquema do Delineamento da Pesquisa
 Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Quivy & Campenhoudt (2005).

1.7 ESTRUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está estruturado em seis capítulos. Após esta breve introdução, os próximos dois capítulos destinam-se ao referencial teórico. No **Capítulo 2** as reflexões têm como foco os conceitos de «território» e «territorialidade», suporte para a compreensão das reflexões do próximo capítulo. No **Capítulo 3**, tais reflexões se direcionam para os conceitos específicos de «espaço público» e «microterritorialidade», tema desta pesquisa.

Após esta contextualização teórica, o **Capítulo 4** apresenta os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa, a partir da descrição das técnicas de coleta e análise de dados de cada etapa. O **Capítulo 5** expõe a análise e interpretação dos resultados, bem como a discussão baseada no referencial teórico. Por fim, o **Capítulo 6** se destina às considerações finais desta pesquisa e as recomendações para trabalhos futuros.

2 DO «ESPAÇO» AO «TERRITÓRIO»

Este capítulo tem como objetivo discutir sobre os conceitos de território e territorialidade. Para tal, primeiramente será apresentada uma breve contextualização sobre a categoria de análise «espaço», para que se torne claro o ponto de partida da abordagem teórica desta pesquisa. Após, serão apresentadas as reflexões teóricas acerca de «território» e «territorialidade», bem como seus conceitos adjacentes, como forma de estruturar conceitualmente os assuntos que serão abordados no próximo capítulo.

2.1 «ESPAÇO»

Milton Santos, em sua produção “A natureza do espaço”, parte das categorias de fluxos e fixos, formulados em obra anterior, para definir o espaço enquanto “um conjunto indissociável de sistemas de *objetos* e sistemas de *ação*” (SANTOS, 2006, p. 39) que não podem ser considerados isoladamente, e sim como o quadro único no qual a história se dá. Para o autor, os objetos são tudo que existe na superfície da terra, toda herança da história natural e todo resultado da ação humana; as ações são um processo, mas um processo dotado de propósito – ainda que não exclusivamente racional, pois compreende também um agir simbólico de formas afetivas, emotivas e rituais - no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo.

Esses dois conjuntos de sistemas interagem: por um lado, os sistemas de objetos condicionam a forma como se dão as ações; por outro, o sistema de ações leva à criação de objetos novos ou se realiza sobre objetos preexistentes e os transformam. Desse modo, fica claro que, diferentemente do que argumentava a geografia tradicional, o espaço não é apenas um receptáculo da história, mas condição de sua realização (SANTOS, 2006). Assumir esta definição – como se assume nesta pesquisa – significa considerar o espaço como *socialmente construído*.

Gomes (2002), ao compartilhar o entendimento sobre espaço de Santos (2006), traz uma reflexão que, apesar do risco da obviedade, torna clara a ideia dialética entre espaço e sociedade:

A cidade não pode, pois, ser concebida como uma forma que se produz simplesmente pela contiguidade das moradias ou pelo simples adensamento de população; ela é, antes de qualquer coisa, um tipo de associação entre pessoas [...]. Basta ver que uma mesma cidade contemporânea dispõe de diversas praças, nem todas apresentando as mesmas dinâmicas sociais ou o mesmo conteúdo (GOMES, 2002, p. 19).

Seguindo este raciocínio, qualquer “teoria geral” da cidade deve relacionar de algum modo os processos sociais à forma espacial que ela assume, aceitando que são formas diferentes de pensar a mesma coisa e, portanto, “a única estrutura conceitual adequada para entender a cidade é a que inclui e se edifica ao mesmo tempo sobre as imaginações *sociológica* e *geográfica*” (HARVEY, 1980, p. 17, grifo nosso).

2.2 «TERRITÓRIO»

Muitas vezes «espaço» e «território» são tratados como se fossem sinônimos e utilizados de forma indistinta com o objetivo de se referir ao mesmo objeto de estudo. Em outros casos, a diferença está em utilizar ‘espaço’ para se referir a aspectos mais gerais, enquanto ‘território’ para aspectos específicos e concretos. Nesta mesma linha, porém sob o ponto de vista epistemológico, ‘espaço’ pode ser discutido como categoria geral de análise e ‘território’ como conceito (HAESBAERT, 2013). Entretanto, para além destas discussões, o essencial é compreender que ‘território’ e ‘espaço’ não são sinônimos, pois todo território pressupõe um espaço social, mas nem todo espaço social é necessariamente um território (SOUZA, 2000).

Território se refere a duas dimensões, simbólica e material, pois diz respeito tanto à *terra-territorium* - porção de terra apropriada, dominada – quanto à *terreo-territor* – terror, aterrorizar – ou seja, a dominação da terra através da inspiração de terror e medo (HAESBAERT, 2005). Na Geografia Política tradicional, a noção de território surge como um espaço vinculado ao poder do Estado, evocando a ideia de “grandes espaços” e “sentimentos patrióticos” (SOUZA, 2000, p. 81). Neste contexto, território seria o espaço delimitado pelo Estado e gerador de identidade e raízes, constituindo um povo ou uma Nação. Ou seja, o espaço - entendido na geografia tradicional como algo absoluto – se transforma em território a partir de uma necessária afirmação do Estado (HAESBAERT, 2013).

A partir das discussões de cunho crítico, o conceito de território se transforma e se descola do referencial político do Estado, dando espaço também para análises de dimensão cultural (SOUZA, 2000). Ainda que se possa falar também em território nacional, nem todo território está associado ao poder do Estado e tampouco constitui necessariamente uma Nação. Assim, a noção de território, ainda que se mantenha como um instrumento de poder, não está mais necessariamente associada à ideia de enraizamento e de poder político.

Haesbaert (2011) agrupa as concepções de território em três vertentes básicas:

Política (referida às relações espaço-poder em geral) ou **jurídico-política** (relativa também a todas as relações espaço-poder institucionalizadas): [...] o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado.

Cultural (muitas vezes culturalista) ou **simbólico-cultural**: prioriza a dimensão simbólica e mais subjetiva, em que o território é visto, sobretudo, como o produto de apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido.

Econômica (muitas vezes economicista): [...] enfatiza a dimensão espacial das relações econômicas, o território como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como produto da divisão 'territorial' do trabalho, por exemplo (HAESBAERT, 2011, p. 40).

Souza (2000, p. 97) define território como "*relações de poder espacialmente delimitadas*". Campos (1999, p. 3) aponta que o conceito de território envolve múltiplas formas de apropriação/dominação do espaço a partir de diferentes modos de uso e ocupação por sujeitos e/ou grupos sociais, além do próprio Estado. A autora define território, de forma similar a Souza (2000), como "*expressões de poder localizadas e manifestas no espaço social*" e descreve três ideias interdependentes associadas ao conceito de território:

Em primeiro lugar, à ideia de *dominação do e no espaço*, ou seja, à expressão de diferentes formas de poder estabelecidas entre indivíduos ou agentes sociais em um dado recorte espaço-temporal; à ideia de *área dominada*, ou seja, o rebatimento e projeção espacial de tais relações de dominação e poder; e à ideia de *limites* (materiais ou não) através dos quais é controlado o acesso de 'estranhos' a formas de representação e práticas territoriais específicas daqueles que integram os grupos (CAMPOS, 1999, p. 3, grifo nosso).

De acordo com a definição destes dois autores, além da ideia de 'área dominada/apropriada', o território está relacionado à ideia de um agir *em e sobre* uma fração do espaço, à ideia de poder e à ideia de limites/fronteiras. Estas três ideias serão aprofundadas a seguir.

2.2.1 TERRITORIALIDADE

A territorialização, ou seja, o processo de constituição de um território, ocorre por meio de ações e comportamentos de sujeitos e/ou grupos sociais, na tentativa de "*afetar, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relações ao delimitar e assegurar seu controle sobre determinada área*" (SACK, 2013 [1986], p. 76). Tais ações e comportamentos são definidos como territorialidades. Segundo Sack (2013 [1986]), as territorialidades são utilizadas como forma de controle tanto em comportamentos cotidianos, quanto em organizações mais complexas e, portanto, uma definição nunca é suficientemente completa. Dessa forma, tão importante quanto tentar defini-la, é compreender quais as consequências desse fenômeno.

Outra consideração inicial importante diz respeito à delimitação das atividades que podem ser definidas como territorialidades. Isto é, nem toda prática espacial é necessariamente territorialidade (SACK, 2013 [1986]). Territorialidade não diz respeito somente a atividades ou eventos que ocorrem em determinado espaço. Mais do que isso, territorialidade está

relacionada a um esforço para controlar este determinado espaço e o acesso a ele, a partir da formação de limites/fronteiras.

Isso não quer dizer que existam áreas sobre as quais nenhum poder é exercido através de territorialidades. Em alguma escala – seja municipal, estadual, nacional, por exemplo – a área está sob controle. Além disso, todas as relações sociais dos seres humanos sempre representam expressões de força e poder para além dos atributos físicos e ambientais (CAMPOS, 1999). A territorialidade é, portanto, a “forma espacial primária que o poder assume” (SACK, 2013 [1986], p. 88), através da delimitação e afirmação do poder de determinado grupo sobre o território (CAMPOS, 1999).

O início do debate sobre territorialidades humanas foi influenciado pela análise de comportamentos animais pelas ciências naturais. Exemplo disso é a seguinte afirmação de Hall (2005 [1914]):

A territorialidade, um conceito básico no estudo de comportamento animal, é geralmente definida como um comportamento por meio do qual um organismo caracteristicamente reivindica a posse de uma área e a defende de membros de sua própria espécie. [...] [A territorialidade] garante a propagação da espécie por meio do controle da densidade. [...] A territorialidade fornece proteção contra predadores e também expõe à predação os inaptos que são fracos demais para estabelecer e defender um território. [...] Essa breve resenha das funções da territorialidade *deveria bastar* para confirmar que se trata de um sistema comportamental básico, característico de organismos vivos, aí incluindo o ser humano (HALL, 2005 [1914], p. 10:13, grifo nosso).

Ao fazer esta comparação com o comportamento animal – ou organismos vivos – e afirmar que aí está incluída a territorialidade humana, o autor sugere que, assim como os animais, este seria um comportamento instintivo. Entretanto, a territorialidade humana se constitui dentro de um contexto de motivações e objetivos, ou seja, através de ações intencionais que podem ou não ser acionadas, diferentemente do instinto, que não permite esse controle (SACK, 2013 [1986]). Campos (1999, p. 5) aponta que esta visão a partir do comportamento animal enfatiza a ideia de ‘violência’ e que, embora esta também possa ser uma das formas de controle, há nas territorialidades humanas “formas mais complexas de territorialização para além da apropriação violenta”.

Campos (1999) também ressalta que as motivações das territorialidades estão relacionadas com as diferentes formas de relação dos grupos com o território e que podem traduzir tanto expectativas particulares interiores aos grupos – como prazer, necessidade, obrigação, ideologia –, quanto expectativas exteriores a eles – funcionais, simbólicas, sociais, físico-ambientais, socioeconômicas. Este conjunto de práticas e expectativas cria ‘campos de força’, de disputa, bem como ‘teias’ e redes de relações sociais (CAMPOS, 1999; SOUZA, 2000).

As territorialidades não são apenas ações pontuais, mas processos que podem ou não constituir um território. Caso constituído, a permanência deste território continua dependendo do controle exercido pelas territorialidades. Por isso, para Santos (2005, p. 255), a análise das questões 'por quem?', 'para quem?', 'como?' e 'com qual intenção?' se exerce as relações de poder sobre a fração territorializada, assume, neste contexto, maior relevância do que a análise do território, pois "é o uso do território, e não o território em si mesmo, que faz dele objeto da análise social" (SANTOS, 2005, p. 255).

2.2.1.1 MULTITERRITORIALIDADE

Haesbaert (2007a) utiliza o conceito de *multiterritorialidade* como uma 'alternativa' ao processo denominado como 'desterritorialização' descrito por alguns autores – seja no sentido da fragilidade das fronteiras, especialmente das fronteiras estatais, seja no sentido da hibridização cultural que impede o reconhecimento de identidades claramente definidas. Para o autor, "pensar, como inúmeros autores nas Ciências Sociais, que estamos cada vez mais imersos em processos de desterritorialização, é demasiado simplista", pois o que ocorre é que, dentro da nova realidade do mundo dito 'pós-moderno', a relação espaço-tempo da sociedade se tornou mais complexa (HAESBAERT, 2007a).

Dentro desse contexto, Haesbaert (2005, 2007a, 2011) reconhece o conceito de 'desterritorialização' como mito, pois não se trata apenas de desterritorializar, e sim de considerar o processo indissociavelmente ligado aos movimentos de '(re)territorialização'. Para o autor, o que existe de fato é um movimento complexo, que, em função desta nova relação espaço-tempo, inclui a vivência concomitante de diversos territórios, resultando em múltiplas territorialidades ativadas de acordo com os interesses e o momento em que nos encontramos.

Haesbaert (2011) faz uma ressalva com relação à diferença entre multiterritorialidade e múltiplos territórios. A multiplicidade de territórios é uma condição necessária, mas não suficiente, pois não se trata apenas de uma mudança meramente quantitativa, com a reunião ou justaposição de múltiplos territórios, mas qualitativa, como a forma de se experimentar estes múltiplos territórios. Dessa forma:

[...] [a multiterritorialidade] não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. [...] A principal novidade é que hoje temos uma diversidade ou um conjunto de opções muito maior de territórios/territorialidades com os quais podemos 'jogar', uma velocidade [...] muito maior de acesso e trânsito por essas territorialidades (HAESBAERT, 2011, p. 344).

Portanto, a multiterritorialidade não prioriza mais o fortalecimento de um "mosaico" de territórios, visto de maneira exclusiva entre si – no qual a análise vai dos limites para o seu interior; mas de seu convívio como uma

“miríade” de territórios marcados pela descontinuidade, fragmentação, possibilitando a passagem constante de um território ao outro – no qual o olhar prioriza as relações com os demais territórios (HAESBAERT, 2011, p. 337).

Nesta discussão, Haesbaert (2005, 2007, 2011) alerta para o fato de que a possibilidade de vivência dessas múltiplas territorialidades está diretamente relacionada à possibilidade de acesso a esta diversidade de territórios, e que normalmente está associada aos grupos e classes mais privilegiados. E que, portanto,

é na dimensão mais propriamente social da desterritorialização, tão pouco enfatizada, que o termo teria melhor aplicação, pois quem de fato perde o ‘controle’ e/ou a ‘segurança’ sobre/em seus territórios são os mais destituídos, aqueles que se encontram mais ‘desterritorializados’ ou, em termos mais rigorosos, mais precariamente territorializados (HAESBAERT, 2007a, p. 20).

2.2.2 PODER

Os diferentes territórios podem ser impostos através da violência e da força da coerção. Entretanto, ao se falar em poder, devem ser consideradas as múltiplas formas de poder, que podem se expressar desde as formas mais violentas – ou explícitas - até às mais sutis, como comportamentos, discursos, postura corporal, etc. (SACK, 2013 [1986]). O território envolve, portanto, não somente o poder e controle físico, material – no sentido de posse ou propriedade legalmente reconhecida - mas também, e principalmente, o controle e poder simbólico, de apropriação (CAMPOS, 1999; HAESBAERT, 2013).

Como já mencionado anteriormente, é importante destacar que a apropriação (territorial) não é simplesmente ‘usar’ o espaço. Refere-se à territorialização e, portanto à intenção de formar/controlar/organizar o território. Ainda que não diga respeito ao território dominado – já definitivo e constituído – a presença do grupo impõe suas práticas a uma parte do espaço, já selecionando os participantes desta agregação espacial (COSTA, 2007).

Sobarzo (2006), a partir de uma leitura da produção do espaço, distingue dominação de apropriação ao relacionar a dominação às relações de verticalidade ou processos ‘vindos de cima’, e a apropriação às relações horizontais, produzidas pelo uso, que constroem o sentimento de pertencimento. O autor também relaciona a apropriação a tendências subversivas. Neste ponto, a reflexão de Mendonça (2007) traz um importante ponto de vista. Segundo este autor, as apropriações – e subversões – não implicam, necessariamente, em “inadequação ou indícios de marginalidade” e podem, ao contrário, “indicar criatividade e capacidade de melhor aproveitamento das infraestruturas públicas” (MENDONÇA, 2007, p. 297).

Ainda que as formas de controle de um território possam ser diferenciadas entre apropriação e dominação, essa separação não pode ocorrer de forma demasiada rígida, pois o poder é múltiplo

e não se restringe às figuras centralizadoras do Estado e das classes dominantes. Numa interpretação de base foucaultiana, o poder se estende por todas as esferas/escalas da sociedade, permitindo também reações de toda ordem [pois] o território carrega hoje toda a complexidade com que se constroem essas relações de poder, um poder que, mais do que claramente identificável, é também difuso, multifacetado e 'rizomático' – para utilizar a expressão de Deleuze e Guattari, estendendo-se do poder mais visível e 'material' das instituições formalizadas ao poder 'invisível' e simbólico do imaginário e das representações dos diferentes grupos culturais (HAESBAERT, 2007b, p. 37).

Nesse sentido, Raffestin (1993) define dois tipos de poder: o «Poder» e o «poder». Segundo este autor, o «Poder» é maciço, visível e mais fácil de identificar, pois se manifesta por “intermédio dos aparelhos complexos que encerram o território, controlam a população e dominam os recursos”; já o «poder» é aquele que não se vê e se manifesta por ocasião da relação (RAFFESTIN, 1993, p. 52). Costa (2007, p. 311), ao se referir aos dois tipos de poder de Raffestin (1993), aponta que o «poder» é mais difícil de ser questionado, pois “impregna as relações sociais legitimadas por uma complexa estrutura funcional e moral que organiza o cotidiano, que se naturaliza como normalidade”.

Uma das muitas formas de poder – com “p” minúsculo – está relacionada à possibilidade de formular e fixar classificações (HAESBAERT, 2007b). Estas classificações dependem da diferenciação e da identificação – ou do identificar-se com algo, conforme Haesbaert (2007b) – e, portanto, estão também associadas à produção de identidades.

2.2.2.1 IDENTIDADE

As conceituações e reflexões sobre a questão da identidade são diversas e dependem da abordagem teórica e do campo de estudos analisado. Castells (1999, p. 22) entende identidade como a “fonte de significado e experiência de um povo” e, portanto, do ponto de vista sociológico, toda identidade é construída. O autor, ao relacionar identidade à “fonte de significado”, define «significado» como um processo de identificação simbólica por parte de um ator social.

Sob a perspectiva dos Estudos Culturais, a questão da identidade é discutida a partir da noção da «diferença», a exemplo das reflexões de Hall (2014), Silva (2014) e Woodward (2014). Para estes autores, a identidade é relacional, pois é definida a partir da diferenciação relativa a outras identidades. Portanto, a construção da identidade depende da diferença, e a diferença é sustentada pela exclusão – em termos de diferenciação –, pois envolve a separação de uma população em ao menos dois grupos: eu/outro, nós/eles. Nesta mesma perspectiva, Silva (2014) aponta para o fato de que a

afirmação de uma identidade é na verdade uma cadeia, em geral oculta, de negações:

Quando digo 'sou brasileiro' parece que estou fazendo referência a uma identidade que se esgota em si mesma. [...] Entretanto, eu só posso fazer essa afirmação, porque existem outros seres humanos que *não* são brasileiros (SILVA, 2014, p. 75).

Apesar desta oposição binária «eu/outro», a visão destes autores não pode ser confundida com a visão essencialista de que as identidades são fixas e imutáveis. De maneira oposta, as identidades são construídas – a partir de movimentos e transformações – de forma tanto simbólica quanto social, e são cada vez mais fragmentadas⁷:

[...] a identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato – seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. [A identidade] é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação [...]. [A identidade] é fragmentada, inconsistente, inacabada (SILVA, 2014, p. 96)

Neste sentido de identidade enquanto produção inacabada, Hall (2014) reflete acerca da utilização do conceito de «identificação» – como alternativa ao conceito de «identidade» – com o objetivo de enfatizar a ideia de processo e dinamismo. Portanto, longe de definir um estado imutável da identidade, esta marcação da diferença “é o meio pelo qual damos sentido a práticas e a relações sociais, *definindo por exemplo quem é excluído e quem é incluído*” (WOODWARD, 2014, p. 14, grifo nosso).

Segundo estes autores (HALL, 2014; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014), se a construção da identidade define um ‘dentro’ e um ‘fora’ – eu/outro – e, portanto, uma ideia de separação e de limite, toda construção de identidade está relacionada a vetores de forças e relações de poder e, portanto, é um **ato de poder**. Para Woodward (2014, p. 50:51, grifo nosso), “a diferença pode ser construída negativamente – por meio da **exclusão ou da marginalização** daquelas pessoas que são definidas como ‘outros’ ou forasteiros”, mas também pode ser “celebrada como **fonte de diversidade**, heterogeneidade e hibridismo, sendo vista como enriquecedora”.

Com relação à construção negativa da diferença, a autora pontua que, dentro desta dicotomia «eu/outro», um dos elementos é sempre mais valorizado ou mais forte do que o outro e, portanto, há um desequilíbrio de poder entre eles. Dentro desse contexto, Mouffe (2013, p. 185) destaca que a diferença está, normalmente, já construída na “base de uma hierarquia”, por exemplo, entre forma e matéria, preto e branco, homem e mulher, etc..

⁷ Woodward (2014) também aponta que, dessa forma, as identidades podem gerar contradições entre o nível coletivo e o nível individual, pois podem surgir demandas diferentes enquanto identidades diferentes de um mesmo indivíduo: “nesse processo, algumas diferenças podem ser obscurecidas; por exemplo, a afirmação da identidade nacional pode omitir diferenças de classe e diferenças de gênero” (WOODWARD, 2014, p. 14)

Portanto, a ideia de «diferente x desigual» também possui uma relação de dependência. Nesse sentido, Barros (2005) argumenta sobre os pares «igualdade x diferença» e «igualdade x desigualdade» de forma bastante clara:

Quando se considera o par «igualdade × diferença» (ou «igual» × «diferente»), tem-se em vista algo da ordem das **essências**: uma coisa ou é igual a outra (pelo menos em um determinado aspecto) ou então dela difere. Podemos, no âmbito de um certo número de indivíduos, considerar sua igualdade ou diferença em relação ao aspecto sexual, ao aspecto profissional, ao aspecto étnico, e assim por diante. A oposição entre igualdade [...] é da ordem dos «contrários» (de duas essências que se opõem). Já o contraste entre igualdade e desigualdade refere-se quase sempre não a um aspecto «essencial», mas a uma «**circunstância**» associada a uma forma de tratamento [...]. Tratam-se dois ou mais indivíduos com igualdade ou desigualdade relativamente a algum aspecto ou direito, conforme sejam concedidos mais privilégios ou restrições a um e a outro [...] (BARROS, 2005, p. 345).

No que diz respeito à construção da diferença como fonte de diversidade, comentada por Woodward (2014), Silva (2014, p. 73) faz uma ressalva quanto ao “vago e benevolente apela à tolerância e ao respeito para com a diversidade e a diferença”. Para o autor, nesta perspectiva, a ideia de diversidade é problemática, pois é dada como um fato, deixando de abordar e questionar as relações de poder e os processos de diferenciação. Nesta perspectiva, a ideia de «diversidade» difere da ideia de «multiplicidade»:

Tal como ocorre na aritmética, o múltiplo é sempre um processo, uma operação, uma ação. A diversidade é estática, é um estado, é estéril. A multiplicidade é ativa, é um fluxo, é produtiva. [...] A diversidade limita-se ao existente. A multiplicidade estende e multiplica, prolifera, dissemina. A diversidade é um dado – da natureza ou da cultura. A multiplicidade é um movimento (SILVA, 2014, p. 100:101).

Portanto, para este autor, a ideia de diversidade não é necessariamente uma abordagem positiva da diferença, pois ela reafirma o idêntico, enquanto a multiplicidade estimula a diferença.

2.2.2.2 IDENTIDADE TERRITORIAL

Sob o ponto de vista da Geografia, a reflexão sobre identidade – com foco na dimensão espacial – proposta por Haesbaert (2007b) compartilha as ideias debatidas pelos autores dos Estudos Culturais citados anteriormente (HALL, 2014; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014), no que diz respeito à identidade como construção e processo e, portanto, à “identificação” (HALL, 2014), em oposição à identidade essencialista, unificada.

Conforme já exposto, para Woodward (2014), a construção da identidade é tanto simbólica quanto social. Entretanto, segundo a autora, a luta para afirmar as diferentes identidades tem causas e consequências materiais e,

portanto, a identidade está relacionada também a condições materiais. Para Haesbaert (2007b), estas causas e consequências materiais,

vão desde a alusão a objetos do cotidiano até espaços geográficos bastante amplos que se tornam então referenciais simbólicos através dos quais os grupos reconhecem e afirmam suas identidades (HAESBAERT, 2007b, p. 43)

Portanto, de certa forma, as referências espaciais dão consistência às construções identitárias – ou às identificações – e podem tornar-se referências identitárias⁸. Neste ponto, é necessário esclarecer que a discussão de Haesbaert (2007b) não tem a intenção de afirmar que toda identidade é territorial, mas sim que toda identidade é espacial. A identidade territorial só se efetiva “quando um referente espacial se torna elemento central para a identificação e ação política do grupo”, de modo que os indivíduos ou grupos se reconheçam como “participantes de um espaço e tempo comum” (HAESBAERT, 2007b, p. 44:45). Ao estarem ancoradas em determinados espaços-temporais, deve-se considerar que as identidades estão relacionadas também a referências do passado, ou seja, às memórias.

Segundo Campos (1999), aspectos ligados aos sentimentos em relação ao território podem atingir tamanha importância, a ponto de mesmo não havendo mais o espaço físico, permanecer o vínculo simbólico entre os participantes do grupo. Portanto, a identidade espacial está relacionada à identificação com algum elemento espacial, de modo que este elemento, pode tanto reforçar a identidade social de um grupo, quanto ser a referência para a construção da identidade deste grupo.

Por fim, se toda construção de identidade está relacionada à diferença e possui o caráter de divisão e exclusão (HALL, 2014; SILVA, 2014; WOODWARD, 2014), na identidade territorial esta diferenciação se dá através da constituição de limites e fronteiras entre os territórios.

2.2.3 LIMITES E FRONTEIRAS

Limite ou fronteira – neste contexto – é um sinal, ou um sistema de sinais, utilizado por uma coletividade para delimitar o seu território (RAFFESTIN, 1993). Para Raffestin (1993), toda propriedade ou apropriação é marcada por limites que podem ou não ser visíveis, bem como toda função é marcada por limites ‘frouxos’ ou ‘rígidos’ que determinam sua área de ação. Portanto, os limites não precisam ser necessariamente físicos, pois podem ser delimitados pelas ações – territorialidades. Neste caso, a área de abrangência das territorialidades define o limite do território. Sendo assim, a noção de limites e fronteiras também está relacionada às expressões de poder, pois podem tanto incluir – conter e restringir –, quanto excluir (SACK, 2013 [1986]).

⁸ Haesbaert (2007b) faz menção às referências identitárias baseado nos estudos de identidades regionais de Bernard Poche, denominados “espaços de referência identitária”.

Com relação à diferença entre os conceitos de «fronteira» e «limite», ainda que muitas vezes sejam utilizados como sinônimos, Machado (1998, p. 2) indica que a fronteira “está orientada ‘para fora’ (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados ‘para dentro’ (forças centrípetas)”. Dessa forma, a autora compreende o limite como o “fim” do território e associado às ideias de divisão e de separação, enquanto a fronteira designa uma área de expansão, interação e comunicação. Portanto, os limites assumem um papel de análise das diferenciações entre as territorialidades – ou territórios –, enquanto as fronteiras, de análise das interações entre elas.

Também é importante lembrar que o território, ainda que sempre relacionado a uma determinada concepção de limite ou fronteira, não deve ser associado apenas à imobilidade e à continuidade espacial (HAESBAERT, 2007a). Os territórios podem ser estabelecidos em diversas escalas espaciais e temporais: podem ser estáveis e permanentes, mas também podem ser instáveis, dinâmicos, construídos e desconstruídos de forma periódica e cíclica, bem como podem sobrepor-se e alternar-se com outros territórios. Portanto, deve-se admitir a existência de territórios descontínuos, construídos *no e pelo* movimento, cujo componente fundamental é a rede⁹ (HAESBAERT, 2007a).

2.2.4 TERRITÓRIO FUNCIONAL VERSUS TERRITÓRIO SIMBÓLICO

Após a discussão sobre o conceito de território, territorialidade e demais conceitos relacionados, pode-se perceber que a abordagem das práticas territoriais está inserida tanto em contextos material-funcional quanto em contextos com maior carga simbólica. No primeiro caso elas estariam vinculadas aos efeitos concretos de relações de poder e ao controle da mobilidade via fortalecimento dos limites/fronteiras, enquanto no segundo caso, o “controle” (e o próprio poder) se exerce no campo dos simbolismos (HAESBAERT, 2013).

Dessa forma, Haesbaert (2005) aponta dois tipos ‘ideais’ a partir dos quais podemos investigar um território [Quadro 2]: o Território Funcional e o Território Simbólico. Estas duas classificações seriam os dois ‘extremos’ de uma análise. Entretanto, segundo o autor, a dinâmica territorial está associada a diversas dimensões e nenhum destes dois tipos de território se manifesta em seu estado puro, pois “todo território ‘funcional’ tem sempre alguma carga simbólica, por menos expressiva que ela seja, e todo território ‘simbólico’ tem sempre algum caráter funcional, por mais reduzido que ele seja” (HAESBAERT, 2005, p. 6777).

No que diz respeito às relações de poder exercidas *no* e *sobre* o território, o Funcional está mais associado à dominação, enquanto o Simbólico está mais relacionado à apropriação. Segundo o autor, o espaço dominado, em seu

⁹ Haesbaert (2007), ao romper com a dicotomia entre fixidez e mobilidade – território e rede –, propõem a distinção entre territórios-zona, mais tradicionais e que pressupõe contiguidade espacial, e territórios-rede, mais envolvidos pela fluidez e mobilidade.

extremo, é normalmente fechado, esterilizado e esvaziado. Dessa forma, o espaço dominado – Território Funcional – tende a ser exclusivo, enquanto o espaço apropriado – Território Simbólico – tende a ser múltiplo. Outra distinção abordada por Haesbaert (2005) se refere à diferença e à desigualdade. O Território Funcional tende a estar relacionado à desigualdade, enquanto o Território Simbólico à diferença.

A última distinção apontada por Haesbaert (2005) entre os territórios Funcional e Simbólico diz respeito à função do espaço dominado/apropriado. Enquanto o primeiro está relacionado ao território como recurso, e conseqüentemente ao valor de troca, o segundo se relaciona ao território enquanto produtor de significados e ao valor de uso. O recurso, neste caso, não é algo que se adquire ou se possui, e sim o produto de uma relação, a partir da qual os objetivos são atingidos e as necessidades são satisfeitas (RAFFESTIN, 1993).

TERRITÓRIO FUNCIONAL	TERRITÓRIO SIMBÓLICO
Dominação	Apropriação (processo - territorialização)
Princípio da exclusividade	Princípio da multiplicidade
Desigualdade	Diferença
Fonte de recurso (valor de troca)	Produtor de significados (valor de uso)

Quadro 2 - Tipos "ideais" de território
Fonte: Adaptado de Haesbaert (2005)

2.2.4.1 TERRITÓRIO (SIMBÓLICO) *VERSUS* LUGAR

A relação estabelecida entre o conceito de «território» e termos como «apropriação», «símbolo» e «significado» pode gerar confusões em relação ao conceito de «lugar». Entretanto, apesar dos dois conceitos estarem, de certa forma, relacionados a experiências espaciais, é necessário uma breve distinção. O conceito de «lugar» surge na corrente humanista com o objetivo de tratar das apropriações do espaço, a partir da compreensão dos laços afetivos estabelecidos entre as pessoas e o espaço.

Tuan (1983, p. 198), um dos geógrafos percursores do movimento humanista na Geografia, define lugar como “um mundo de significado organizado”. Para este autor, o «lugar» é essencialmente um conceito estático, como uma pausa no tempo no qual é possível vivenciar as experiências sensoriais no espaço. Dessa forma, «lugar» está relacionado àquilo que faz de um “espaço qualquer”, um espaço afetivo: “o lugar é segurança, o espaço é liberdade” (TUAN, 1983, p. 3).

Para Gomes (2002), território não se confunde com a dimensão emotiva, pois esta dimensão pode existir sem que signifique o exercício efetivo de controle territorial, característica principal do território. Um lugar pode se tornar território, bem como um território pode tornar-se lugar, entretanto,

por maior que seja a carga simbólica – e até mesmo afetiva – de um território, para que este seja entendido como tal, são necessários esforços constantes de controle sobre as práticas que ali se estabelecem, diferentemente da ideia de «lugar», que não está relacionado a ações com a intenção de controlar esta fração de espaço.

2.3 CONSIDERAÇÕES [1]

As discussões expostas neste primeiro capítulo teórico acerca de «espaço» e «território» apontam que estes dois conceitos estão inter-relacionados. Entretanto, a territorialização de uma fração do espaço, ou seja, a tentativa de controlar e exercer poder sobre uma fração do espaço está relacionada a diversas ações – territorialidades – exercidas por diferentes grupos, em diferentes tipos de espaços, com diferentes objetivos e que resultam em diferentes formas de utilização e ocupação desta fração espacial. Dessa forma, a fração espacial de que trata esta pesquisa é o espaço público e a territorialidade exercida é a microterritorialidade, conceitos que serão discutidos no capítulo seguinte.

3 (MICRO) TERRITORIALIDADES

Após a discussão sobre «território» e «territorialidade», este capítulo tem como objetivo discutir os conceitos específicos de «espaço público» e «microterritorialidades». Primeiramente, será apresentada uma breve reflexão sobre a noção de espaço público que será adotada nesta pesquisa. Em seguida, serão apresentadas as especificidades das (micro)territorialidades.

3.1 ESPAÇO (PÚBLICO)

As definições para o conceito de «espaço público» são diversas, bem como as possíveis abordagens de análise. Entretanto, pode-se dizer que, frequentemente, as discussões sobre os espaços públicos contemporâneos permeiam três principais questões, brevemente resumidas assim: oposição entre «público x privado»; regulamentação jurídica; e acesso irrestrito. A oposição «público x privado» se caracteriza pela negação: é público tudo aquilo que não é privado. Sob a ótica da regulamentação jurídica, são compreendidos como públicos todos os espaços destinados ao uso comum da população. E com relação ao acesso irrestrito, são considerados espaços públicos todos aqueles espaços que não possuem restrições físicas ao acesso de qualquer pessoa.

Estas questões, ainda que possam ser o ponto inicial para a discussão sobre espaços públicos, não são suficientes para englobar a totalidade de espaços públicos possíveis, principalmente se forem considerados os seguintes aspectos:

(1) a análise dos espaços públicos deve estar *em relação* ao espaço privado e não *em oposição* a ele (SOBARZO, 2006); (2) as relações entre espaços públicos e espaços privados podem se apresentar de forma diversa, como *espaços de uso coletivo* ou *comum, semi-público, semi-privado, pseudo-público*, etc. (GOMES, 2002); (3) as restrições de acesso não são necessariamente físicas e/ou explícitas, pois também existem limites simbólicos de acesso (SERPA, 2004); (4) abordar o espaço público a partir da regulamentação jurídica significa uma inversão dos procedimentos, pois parte-se de uma lei que “regulamenta uma existência para definir o objeto, quando é possível imaginar que este precede a lei” (GOMES, 2002, p. 160); e (5) os princípios que definem os espaços públicos perpassam também por condições relacionadas ao modo como cada segmento social vivencia o espaço e, portanto, nestes casos, a noção de ‘público’ é relativa (RODRIGUES, 2008).

Portanto, o debate sobre espaços públicos perpassa diversas dimensões de análises, que poderiam ser citadas e longamente discutidas. Apesar de não poder dissociar o debate aqui proposto de nenhuma dessas questões

expostas, para a reflexão que se pretende realizar nesta pesquisa os espaços públicos serão discutidos sob o ponto de vista do seu aspecto potencialmente político.

3.1.1 ESPAÇO (PÚBLICO) DO DISSENSO

Chantal Mouffe, teórica da política contemporânea, traz importantes contribuições referentes ao conceito de espaço público. Ainda que a autora trabalhe com a noção de espaço público não apenas – mas também - como um espaço geograficamente localizado, as discussões são válidas para a construção do conceito de espaço público que se pretende adotar nesta pesquisa.

Conforme Mouffe (2013), existem dois significados muito diferentes para o 'público': público no sentido ao qual se refere à palavra em alemão, *Öffentlichkeit*, como 'coisa pública'; e público como audiência, *Publikum*. Em *Öffentlichkeit*, 'público' pode ser pensado a partir de três contextos: público como o que é **comum**, geral, contraposto ao privado como particular e individual; público como **publicidade**, que é visível, contraposto ao privado como secreto; e público como **acessível** e aberto contraposto ao privado como fechado (MOUFFE, 2013). Ainda que esses significados possam estar relacionados, uma 'coisa' pode ser pública em um dos sentidos sem que seja pública em outro.

A partir desses significados de 'público', a autora propõe o debate acerca de qual espaço público se deseja a partir de um projeto democrático radical: o espaço do consenso ou o espaço da 'confrontação agonística'. O espaço do consenso tende a 'naturalizar as fronteiras da democracia', no sentido de neutralizar os conflitos existentes a partir de uma suposta ordem. No modelo agonístico, se deve renunciar a esta naturalização e constituir o confronto enxergando os 'outros' não "como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão" (MOUFFE, 2005, p. 20). Para a autora, enxergar o outro como adversário não tem o sentido de competição, mas de enxergar o 'inimigo' como legítimo.

A especificidade do modelo de espaço público discutido por Mouffe (2005), consequente do modelo agonístico da política democrática, está "*na legitimação do conflito e na recusa de suprimi-lo pela imposição de uma ordem autoritária*", bem como no reconhecimento do "pluralismo de valores, o 'desencantamento do mundo' diagnosticado por Max Weber e os conflitos inevitáveis que dele decorrem" (MOUFFE, 2005, p. 21). Considerar o espaço público a partir desta proposta não significa 'concordar em discordar'. Adotar esse posicionamento é justamente aceitar que *não há possibilidade alguma de consenso permanente*, tampouco de acordo que seja totalmente inclusivo. Para a autora, é a partir de espaços públicos agonísticos que estruturas dominantes podem ser desafiadas e modificadas.

3.1.2 ESPAÇO (PÚBLICO) DA RESISTÊNCIA

Passando ao contexto específico dos espaços públicos ‘geograficamente localizados’, Jacques (2009) problematiza a discussão sobre a negação dos conflitos e dos dissensos nos espaços públicos contemporâneos a partir do processo de *espetacularização urbana*¹⁰. Para a autora, os atuais projetos urbanos – sejam de novos espaços públicos ou das chamadas ‘revitalizações’ – tem uma função homogeneizadora, espetacular e consensual. Homogeneizadora porque tendem a repetir-se em todos os lugares, tanto com relação a sua forma espacial, quanto às possibilidades de experiências urbanas¹¹; espetacular, pois buscam transformar os espaços públicos em cenários midiáticos; e consensual, pois nestes espaços, assépticos e controlados, os conflitos são devidamente eliminados.

Sob a perspectiva de Jacques (2009), nas imagens contemporâneas de espaços públicos ‘ideais’ não há lugar para o dissenso, para os desacordos e desentendimentos, pois devem representar espaços pacificados e domesticados¹². Estes espaços são muitas vezes concebidos como locais de categorias ‘abstratas’, como cidadania, convivência, civismo, etc., entretanto, ao não se prever a possibilidade de erupção dos conflitos, constituem-se em espaços apolíticos (JACQUES, 2009).

Apesar destas tentativas hegemônicas de tornar opacas as contradições da sociedade nos espaços públicos, na visão de Jacques (2009, p. 3), tais tentativas não conseguem apagar estes ‘outros espaços’, que não correspondem ao modelo hegemônico ‘desinfetado’ proposto, mas “são sempre de uma intensa vivacidade”. A autora enxerga nestes espaços, assim como Mouffe (2013), o local da possibilidade de resistência:

Se boa parte do poder simbólico já foi capturado pelo capital financeiro privado nesta atual fábrica de imagens consensuais, podemos pensar em micropoderes sensíveis como possibilidade de ação política crítica. [...] É evidente que não se trata de uma proposta de instauração de um ambiente urbano belicoso, mas sim de uma oposição à pacificação consensual e segregadora das cidades. Enquanto a construção de consensos, que busca esconder os conflitos, é uma forma de despolitização, o desentendimento, a explicitação de dissensos, seria uma forma

¹⁰ Referência à obra *“Sociedade do Espetáculo”* de Guy Debord (1967). Para Jacques (2009, p. 1), o processo de espetacularização urbana está cada vez mais explícito e sua discussão no meio acadêmico é bastante recorrente, ainda que assumam outras nomenclaturas, como “cidade-cenário, cidade-museu, cidade genérica, cidade-parque-temático, cidade-shopping, em resumo: cidade-espetáculo”.

¹¹ “Talvez um dos maiores exemplos disso seja ainda o chamado ‘modelo Barcelona’ que, em versão para exportação, em particular para a América Latina, oferece consultores especializados na criação de imagens-cenários e na construção de consensos-simulacros de participação. [...] Essas questões voltam à ordem do dia no Brasil com os preparativos das cidades-sede da Copa de 2014” (JACQUES, 2009, p. 2).

¹² Relacionado à pacificação dos corpos ou adestramento, conforme discutido nas obras de Michel Foucault.

ativa de resistência, de ação política. [...] Uma resistência não pensada como uma simples oposição binária, mas sim como uma coexistência não pacificada de diferenças [...] (JACQUES, 2009, p. 3).

Sobarzo (2006), em sua reflexão sobre os espaços públicos contemporâneos sob o ponto de vista da dominação política, acumulação do capital e realização da vida humana, compartilha alguns aspectos da visão de Jacques (2009). Para este autor, os espaços públicos são espaços potencias para ações de subversão – o autor também utiliza termos como antidisciplina, contra-políticas, insurgências – a partir da sua apropriação, e que tendem a transformações na escala do espaço urbano (SOBARZO, 2006, p. 107).

Neste sentido, entende-se que os conflitos – no sentido de questionamento e confrontação de interesses – devem ser encarados como forma de manifestação da coexistência e do caráter público do espaço e não de forma apenas negativa, pois, nas palavras de Chauí (2012, p. 152) “o conflito não é obstáculo; é a constituição mesma do processo democrático”.

Assim, nesta pesquisa, espaço público será entendido, além de seu aspecto físico – como *espaço aberto livre de edificações de uso público*¹³ ou seja, cujo acesso físico é livre a todo e qualquer indivíduo –, como o local no qual as tensões do processo de produção do espaço urbano, bem como os múltiplos conflitos de interesse, tomam forma e dimensão pública (GOMES, 2002; SOBARZO, 2006), e, portanto, espaço do conflito e da possibilidade de resistência (JACQUES, 2009; MOUFFE, 2005, 2013).

3.2 DA TERRITORIALIDADE À MICROTERRITORIALIDADE

Para que se possa atingir a discussão pretendida sobre o conceito de microterritorialidade é necessário retomar brevemente ao conceito de territorialidade. Conforme o debate do capítulo anterior, cada forma de territorialidade tem um conteúdo e estas ações e comportamentos, que objetivam o controle territorial, estão relacionadas à produção – sempre em processo – de identidades.

Denez (2012), ao realizar uma analogia entre as três diferentes formas e origens de construção de identidade propostas por Castells (1999), traz uma distinção interessante em termos de diferenciação das possíveis

¹³ Rigatti (1998), sob o ponto de vista dos estudos configuracionais urbanos, classifica dois tipos de espaços livres de edificação (abertos): os espaços livres de edificação (abertos) de uso público, com acesso livre a qualquer pessoa, como é o caso das praças, ruas, largos, parques, etc.; e os espaços livres de edificação (abertos) de uso privado, submetidos à limitação de uso, como os jardins e quintais residências, clubes sociais, etc. No presente artigo será utilizada a denominação espaço público aberto, considerando todos os espaços livres de edificação da cidade que são utilizados irrestritamente por toda sua população em suas atividades cotidianas.

territorialidades. Conforme Castells (1999), “uma vez que a construção social da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder”, são propostas as seguintes formas de construção social da identidade:

Identidade legitimadora: introduzida pelas instituições dominantes da sociedade no intuito de expandir e racionalizar sua dominação em relação aos atores sociais [...]; **Identidade de resistência:** criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas, pela lógica da dominação, construindo, assim, trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes [...]; **Identidade de projeto:** quando os atores sociais, utilizando-se de qualquer tipo de material cultural ao seu alcance, constroem uma nova identidade capaz de redefinir sua posição na sociedade e, ao fazê-lo, de buscar a transformação de toda a estrutura social (CASTELLS, 1999, p. 24, grifo nosso).

Baseado nestas três formas propostas por Castells (1999), Denez (2012) também classifica as territorialidades em três formas: territorialidade legitimadora ou (macro)territorialidade; territorialidade de resistência ou (micro)territorialidade; e territorialidade de projeto ou territorialidade transformadora. Nas **macroterritorialidade** agrupam-se as territorialidades “que já passaram pelo processo de expansão, tornando-se dominantes e atuando na homogeneização espacial”, como o sistema jurídico, o Estado, os meios de comunicação, entre outras estruturas dominantes, independente da escala em que isso ocorra (DENEZ, 2012, p. 3). As **microterritorialidades** se referem às territorialidades que tentam resistir à expansão das macroterritorialidades, e, portanto, às ações de resistência exercidas por sujeitos e/ou grupos sociais que se organizam a partir de formas e princípios diferentes dos modelos dominantes.

Já a **territorialidade transformadora** (ou de projeto) diz respeito às ações de sujeitos e/ou grupos sociais que, partindo inicialmente das microterritorialidades, conseguem redefinir seu papel na sociedade de forma que a ‘resistência’ se articule em ‘movimento’¹⁴, capaz de transformar estruturas sociais. Entretanto, afirmar que as territorialidades transformadoras são capazes de transformar estruturas sociais, não significa concluir que as microterritorialidades sejam estruturas passivas. Pela vivência e interação que se estabelecem nessas (micro)territorializações, as microterritorialidades podem também ser considerados “núcleos de formação de sujeitos políticos” (COSTA, 2007, p. 294).

¹⁴ Castells (1999, p. 24) exemplifica a *identidade de projeto* com a luta feminista “que abandona as trincheiras de resistência da identidade e dos direitos da mulher para fazer frente ao patriarcalismo, à família patriarcal e, assim, a toda a estrutura de produção, reprodução, sexualidade e personalidade sobre a qual as sociedades historicamente se estabelecem”. Com relação à territorialidade transformadora, Denez (2012, p.15) exemplifica utilizando o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), que, “com os assentamentos e toda sua estrutura, redefine o papel de exclusão do sem-terra em nova posição na sociedade”, chegando a atuar de forma macro.

Pode-se dizer então que, de forma geral, as territorialidades transformadoras compartilham com as (micro)territorialidades o caráter de resistência, e com as (macro)territorialidades a possibilidade de expansão enquanto movimento, e portanto, o domínio sobre alguma fração do espaço. Entretanto, assim como Castells (1999) defende que, por ser a construção de identidade um processo social, nenhuma destas formas e origens está 'encerrada em si' e podem transformar-se, também as formas e origens das territorialidades propostas por Neto (2013) são dinâmicas e podem estar inter-relacionadas, dependendo do que está 'em jogo' na disputa territorial. Assim, *microterritorialidades* podem mesclar-se ou transformar-se em *territorialidades transformadoras*, bem como as territorialidades transformadoras podem atingir o controle em nível de *macroterritorialidades*.

Ainda que esta não seja a única forma possível de se classificar ou analisar as territorialidades, estas definições, baseadas na discussão apresentada por Denez (2012) a partir de Castells (1999), serão utilizadas como forma de diferenciar as territorialidades e alcançar a definição de microterritorialidade.

3.3 MICROTERRITORIALIDADES

As microterritorialidades estão relacionadas às ações e comportamentos cotidianos de sujeitos e/ou grupos sociais - quase sempre invisibilizados, seja pela sociedade, seja pelas políticas públicas – que, com a intenção de se apropriar, dominar ou controlar pequenas porções do espaço urbano (COSTA, 2010), rompem com as perspectivas normalizadoras e com a previsibilidade do espaço social, resultando em um campo de tensão e contradições: ordem/caos, mudança/permanência, disciplinarização/desregramento (COSTA, 2010).

Segundo Heidrich (2013, p. 89), as microterritorialidades podem desenvolver certas similaridades com o que frequentemente se chama de "ocupação irregular" – no sentido de apropriação informal de uma fração do espaço – em relação à "ocupação, marcação ou uso do espaço, com aspecto destoante do que é comum, regular, estabelecido ou lícito". Já para Fortuna (2012), as microterritorialidades tem um sentido de rebeldia, de resistência e de afrontamento com os discursos de poder dominantes, ao tornar audíveis discursividades indesejadas e, portanto, é, também, um ato político de visibilização da realidade.

Entretanto, ainda que se fale em 'campo de tensão', 'rebeldia' e 'afrontamento', algumas considerações devem ser feitas. Em primeiro lugar, essas ações e comportamentos, compreendidos como microterritorialidades, são, frequentemente, como interpretados por Costa (2010, p. 28, grifo nosso), "movimentos *silenciosos* no campo do inimigo". Ou seja, os confrontos não são necessariamente explícitos, visíveis ou violentos. Inclusive, por serem em certos casos tão tênues, outros sujeitos que compartilham o mesmo espaço, mas não participam das disputas, podem não compreender ou não perceber o conflito.

Em segundo lugar, tais ações e comportamentos nem sempre tem como objetivo final o confronto 'por si só', como o que poderia se entender por 'rebeldia'. Segundo Heidrich (2013), certas práticas microterritoriais são também tentativas de serem aceitas e incorporadas pelas normas, enquanto outras objetivam a visibilidade de alguma questão¹⁵. Por fim, Neto (2013) acrescenta que as microterritorialidades tem como fundamento a relação dialética entre instrumentalidade e afetividade, por se tratarem de relações que são sempre sociais.

Entretanto, com relação a esta relação dialética, deve-se considerar que, ainda que os sujeitos e os grupos sociais possam estabelecer relações de caráter afetivo e simbólico em maior intensidade do que as relações de caráter instrumental, eles se reconhecem enquanto portadores de objetivos e necessidades comuns, em um contexto "de ação", enquanto atores sociais. As microterritorialidades demandam investimentos – de tempo, emocionais, etc. – por parte dos sujeitos ou grupos que ocupam, ou tentam ocupar, um determinado recorte espacial, na tentativa de fundar – alterar, ressignificar, anular, recriar – um território (COSTA, 2005). Ou seja, são práticas carregadas de tensões e de esforços para manter-se e afirmar-se, ainda que momentaneamente. Essa observação se faz relevante, pois, do contrário, toda apropriação ou prática territorial poderia ser considerada microterritorialidade.

Dessa forma, pode-se dizer que as microterritorialidades estão mais relacionadas à intencionalidade das ações e à presença dos sujeitos *no* território, do que de fato a constituição *do* território, pois este, quando constituído, é dinâmico e fluido, formado e transformado de maneira relativamente rápida e até mesmo se sobrepondo e/ou compartilhando o mesmo espaço em tempos diferentes (COSTA, 2005). Portanto, estão sempre em processo de (micro)territorialização, que, por suas características dinâmicas e pela proximidade com as diversas outras microterritorializações contíguas, tem fronteiras permeáveis e maleáveis, pois precisam ao mesmo tempo resistir e se adaptar às pressões externas.

Moreira et al. (2015) sugerem que, apesar da efemeridade e da dinâmica destas microterritorializações, a visibilidade que elas impõem no contexto urbano tendem a permanecer no cotidiano, por meio da reflexão e da negociação do uso do espaço urbano. Portanto, as diferentes formas de ocupar uma fração do espaço, produzem diversas significações para os diferentes sujeitos e grupos em conflito (COSTA, 2005).

¹⁵ Heidrich (2013) cita, por exemplo, os pichadores que tem como objetivo confrontar as estruturas normativas; as ocupações irregulares em busca de moradia querem a inserção nessas estruturas; e as microterritorializações homoeróticas nos espaços públicos, que tem como objetivo a visibilização de suas lutas.

3.3.1 QUESTÃO DE ESCALA: O COTIDIANO

O exercício do poder está na construção de uma territorialidade que se cria no dia-a-dia e é na esfera da vida cotidiana que tanto a dominação quanto a resistência podem ser lidas (DENEZ, 2012). As microterritorializações, ao se construírem pela presença dos sujeitos e grupos sociais que singularizam determinada parte do espaço através de suas práticas culturais, se produzem no cotidiano (COSTA, 2005). Com relação às práticas culturais:

[...] não observamos cultura como uma entidade supra-orgânica, como uma entidade mística, dominante, entendida como acima dos homens, desvinculada de suas ações e impressora de suas características a todos subalternos. Entendemos as práticas culturais como *processos* e não como padrões, estabelecidos por *pequenos grupos em seus espaços cotidianos*, que irão definir seus valores, comportamentos, estéticas e signos embutidos nas atividades relacionais (COSTA, 2007).

A noção de cotidiano, aqui, não está relacionada à ideia de rotina, como algo que se faz 'todos' os dias, mas à ideia de espaço e tempo cotidiano, de relações e interações da 'vida real', *no* dia-a-dia. Também no cotidiano, são e estão expressas as determinações e contradições sociais. Portanto, cada "agregação social microterritorializada" ao mesmo tempo em que expressa o "aqui e agora", possibilita uma análise dos "condicionantes verticalizados", que tentam organizar e regradar os comportamentos e emoções humanas (COSTA, 2007).

Mesmo influenciado por estes condicionantes verticalizados, o fragmento territorializado as absorve e as reinterpreta a partir de práticas locais¹⁶. Neto (2013) descreve este processo como a tríade sociedade-indivíduo-espaço e acrescenta que, além de produto desta relação, as microterritorialidades também expressam a "incapacidade de ordenação das espontaneidades humanas, que produzem 'linhas de fuga'" entre o previsível e o imprevisível.

Dessa forma, múltiplas escalas estão envolvidas, tanto na constituição dos sujeitos e dos espaços, quanto na interação entre eles. Estas escalas se sobrepõem e se combinam, sem se excluir, articulando movimentos de muitas vias (HEIDRICH, 2013; MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015). Neto (2013) justifica a questão do cotidiano, ao lembrar que o acesso a estas relações (sócio-espaciais), portanto a visibilização destas relações, ocorre na escala dos tempos e espaços cotidianos.

Ainda que estes 'tempos e espaços' se refiram ao cotidiano, assim como as escalas espaciais 'acima' interferem nas microterritorialidades, também os tempos 'anteriores' são importantes para que seja possível compreender essas práticas. Apesar de efêmeras, dinâmicas e imprevisíveis, as microterritorializações necessitam de um enquadramento histórico, pois suas

¹⁶ Esta questão pode ser relacionada ao que Santos (2006) define como 'global' e 'local', ainda que ao 'local' o autor relacione a concepção de 'lugar' e não de 'território', como nesta pesquisa.

condições atuais dependem das marcas e simbolismos do seu surgimento (HEIDRICH, 2013; MOREIRA; SILVA; HERRERA, 2015).

3.3.1.1 TÁTICAS E ESTRATÉGIAS

Ao relacionar cotidiano e resistência como características das práticas territoriais que entendidas como microterritorialidades, pode-se fazer uma referência às táticas e estratégias, conforme descritas por Certeau (2012). O autor entende 'tática' e 'estratégia' como maneiras de agir, "ainda que os métodos praticados pela arte da guerra cotidiana jamais se apresentem sob uma forma tão nítida" (CERTEAU, 2012, p. 96).

Por estratégia, o autor entende:

[...] o cálculo (ou a manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito de querer e poder [...] pode ser isolado. A estratégia postula um *lugar* suscetível de ser circunscrito como *algo próprio* e ser a base de onde se podem gerir as relações com *uma exterioridade* de alvos ou ameaças [...]. [Permite] preparar expansões futuras e obter assim para si uma independência em relação à variabilidade das circunstâncias (CERTEAU, 2012, p. 93:94).

Já a tática:

[...] é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto [...]. Não tem meios para manter-se em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento 'dentro do campo de visão do inimigo' [...]. Ela não tem, portanto, a oportunidade de dar a si mesma um projeto global nem de totalizar o adversário [...]. Ela opera golpe por golpe, lance por lance. Aproveita as 'ocasiões' e delas depende, sem base para estocar benefícios, aumentar propriedade e prever saídas. O que ela ganha não se conserva. [...] Tem que utilizar, vigilante, as falhas que as conjunturas particulares vão abrindo na vigilância do poder proprietário. Aí vai caçar. Cria ali surpresas. Consegue estar onde ninguém espera. É astúcia (CERTEAU, 2012, p. 94:95).

Assim, pode-se dizer que as microterritorialidades tendem a estar relacionadas às táticas, porque não são ações de fato planejadas pelos sujeitos e grupos. Pelo contrário, ocorrem na circunstância, de acordo com as oportunidades que surgem no contexto, ainda que com um objetivo pré-definido. Estas táticas precisam encontrar rapidamente formas de se reorganizar e se reestruturar, a fim de encontrar novas 'fendas' do contexto pretensamente homogêneo que tentam desestabilizar e no qual pretendem se 'infiltrar'. As 'conquistas' das microterritorialidades não se mantem se não pela presença e embate cotidiano.

Se "quanto maior um poder, tanto menos pode permitir-se mobilizar", as microterritorialidade (táticas) têm como 'vantagem' a mobilidade, a capacidade de se desfazer e refazer, pois não está "presa" a uma estrutura; ao contrário, a estratégia se encontra "amarrada" à sua visibilidade e não

pode “jogar” de forma tão flexível (COSTA, 2007). As microterritorialidades, enquanto táticas, rompem com as estratégias expressas no espaço social, que se quer homogêneo e organizado. Dessa forma, por dependerem da circunstância, cada fragmento microterritorializado é o que é pela especificidade do contexto no qual está inserido (GIL, 2012), ainda que os mesmos sujeitos ou grupos possam estar presentes em outros espaços e tempos.

3.4 CONSIDERAÇÕES [2]

Após a discussão sobre os conceitos de «espaço público» e «microterritorialidades» pode-se dizer que a análise das dinâmicas sócio-espaciais cotidianas dos espaços públicos é, de certa forma, a própria análise das chamadas microterritorialidades. Dessa forma, conforme salientam os diversos autores citados, os estudos, tanto de espaços públicos quanto das microterritorialidades, devem ajustar seus focos para os conflitos e dissensos existentes nas formas de ocupar e de se manifestar cotidianamente. Tal ajuste envolve a análise dos grupos envolvidos nas disputas territoriais, dos objetivos e das formas de poder/resistência, bem como das tensões resultantes entre eles.

4 METODOLOGIA

Neste capítulo serão descritos os procedimentos metodológicos adotados para o desenvolvimento desta pesquisa. Para tal, serão apresentadas as quatro etapas – A, B, C e D – da pesquisa, descrevendo as técnicas de coleta e de análise de dados utilizadas em cada uma delas.

4.1 ETAPA A

A Etapa A teve como foco a contextualização da pesquisa. Nesta etapa, a construção do quadro teórico se baseou em pesquisa bibliográfica a partir do levantamento de: (a) trabalhos e pesquisas científicas com foco em microterritorialidades em espaços públicos; (b) trabalhos e pesquisas científicas já realizadas sobre o objeto empírico, considerando as produções sobre o Brique da Redenção independente do tema abordado.

Paralelamente à pesquisa bibliográfica, foram realizadas observações simples e entrevistas informais, a partir de incursões pelo Brique da Redenção e seu entorno, com o objetivo de ajustar o foco da pesquisa em função do contexto do objeto empírico. O Quadro 3 apresenta os procedimentos realizados na Etapa A.

ETAPA A		
TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	PROCESSO DE COLETA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none">○ Levantamento de trabalhos e pesquisas científicas já realizadas sobre o tema e sobre o objeto empírico.	Construção do quadro teórico
OBSERVAÇÃO SIMPLES	<ul style="list-style-type: none">○ Incursões pelo Brique da Redenção e seu entorno○ Anotações	Ajustar o foco da pesquisa em função do contexto encontrado em campo
ENTREVISTAS INFORMAIS		

Quadro 3 - Síntese dos Procedimentos da Etapa A

Fonte: Da autora.

4.1.1 APROVAÇÃO NO COMITÊ DE ÉTICA

Após as primeiras coletas exploratórias, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa da UFRGS (CEP/UFRGS), através da Plataforma Brasil¹⁷. O material entregue ao Comitê reuniu todas as informações exigidas pela

¹⁷ Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE): 74622817.7.0000.5347 | Número do Parecer: 2.350.305

legislação para a aplicação de pesquisas que envolvem seres humanos¹⁸: (a) projeto de pesquisa; (b) parecer da Compesq-Arq; (c) cronograma; (d) orçamento; (e) instrumentos de coleta de dados; (f) roteiros de entrevistas e questionários; (f) termo de consentimento livre e esclarecido a ser assinado pelos respondentes; (g) descrição dos riscos e benefícios da pesquisa.

4.2 ETAPA B

A Etapa B teve como foco a contextualização do objeto empírico e a seleção dos grupos a serem estudados. Nesta etapa, a coleta de dados ocorreu a partir de pesquisa documental, entrevistas e observação sistemática. O Quadro 4 apresenta os procedimentos realizados na Etapa B.

ETAPA B			
TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	PROCESSO DE COLETA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ABORDAGEM DE ANÁLISE DE DADOS
PESQUISA DOCUMENTAL	● Seleção de documentos oficiais	Compreender o processo de implantação e a atual estrutura do Brique da Redenção.	Análise de Conteúdo
	● Seleção de notícias na internet	Identificar as informações veiculadas sobre o Brique da Redenção e os principais conflitos territoriais existentes	
ENTREVISTAS	● Entrevistas semiestruturadas com responsáveis pela gestão do Brique	Compreender a estrutura organizacional e os atores envolvidos na gestão do Brique da Redenção e seu entorno.	Análise de Conteúdo
OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA	● Mapa comportamental centrado nos lugares	Identificar a organização espacial do Brique da Redenção e seu entorno.	Sobreposição dos mapas gerados para identificação do perfil de ocupação
		Identificar os diferentes grupos existentes e selecionar os grupos a serem estudados.	

Quadro 4- Síntese dos procedimentos da Etapa B.

Fonte: Da autora.

4.2.1 PESQUISA DOCUMENTAL

Durante a **pesquisa documental** foram selecionados materiais que ainda não tinham recebido tratamento analítico (MARTINS; THEÓPHILO, 2007): (a) documentos oficiais, como Leis, Normas e Decretos; e (b) notícias na internet. Primeiramente foram selecionados os documentos oficiais, com o objetivo de compreender o processo de implantação e a atual estrutura do Brique da Redenção sob o ponto de vista legal.

¹⁸ Resolução N°466, de 12 de Dezembro de 2012.

O levantamento dos documentos oficiais foi realizado na plataforma *Leis Municipais*¹⁹ e *Leis Estaduais*²⁰, a partir das palavras-chave “Brique da Redenção” e “Avenida José Bonifácio”. Após o levantamento, foram selecionados os documentos relacionados à regulamentação sobre o uso do espaço do Brique da Redenção. Também foram analisados documentos fornecidos pela Associação dos Artesãos do Brique da Redenção (AABRE) [Apêndice A].

O levantamento das notícias teve como objetivo compreender as informações veiculadas sobre Brique da Redenção e os principais conflitos territoriais existentes no espaço. As notícias foram selecionadas a partir de dois grupos de fontes: (1) notícias veiculadas pela mídia na internet; e (2) notícias e informações publicadas pelo Brique da Redenção na internet.

Com relação às notícias veiculadas pela mídia, estas foram coletadas nos seguintes meios de comunicação: *Correio do Povo*²¹; *Gaúcha_ZH*²², *Jornal do Comércio*²³, *Jornal Já*²⁴, *Sul 21*²⁵, *Comunicação da PMPA*²⁶ e *Comunicação da Câmara_POA*²⁷. Considerando o tempo de existência do Brique – 40 anos-, não houve recorte temporal preciso. Portanto, todas as notícias publicadas por estas fontes na internet, a partir da palavra chave “Brique da Redenção”, foram consideradas, independente da data de publicação [Apêndice B]. As notícias encontradas foram publicadas entre os anos de 1997 e 2017.

O levantamento das notícias publicadas pelo Brique da Redenção foi realizado a partir de três fontes: *Jornal do Brique*²⁸, *Blog do Brique da Redenção*²⁹ e página do Facebook do Brique da Redenção³⁰. Todas as notícias destas três fontes foram consideradas [Apêndice C]. As notícias disponíveis foram publicadas entre os anos de 2011 e 2017.

Após o levantamento, as notícias foram selecionadas a partir de uma triagem que seguiu os seguintes passos, consecutivamente: (1º) seleção das notícias com manchetes que estivessem relacionadas ao objetivo da pesquisa; (2º) leitura dinâmica de cada notícia, a fim de identificar a pertinência das informações para a pesquisa; (3º) listagem por data de publicação, para que se pudesse observar a evolução das questões relacionadas ao Brique da Redenção; e (4º) categorização das notícias em função do tema central.

¹⁹ Site: <<https://leismunicipais.com.br/>>.

²⁰ Por se tratar de Patrimônio Cultural do Estado. Site: <http://leisestaduais.com.br/rs>

²¹ Site: <http://www.correiodopovo.com.br/>

²² Site: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/>

²³ Site: <http://jcrs.uol.com.br/>

²⁴ Site: <https://www.jornalja.com.br/>

²⁵ Site: <https://www.sul21.com.br/>

²⁶ Site: http://www2.portoalegre.rs.gov.br/portal_pmpa_novo/

²⁷ Site: <https://www.camarapoa.rs.gov.br/>

²⁸ Foram encontradas três edições online do *Jornal do Brique*: Outubro de 2016, disponível em: https://issuu.com/crisloff/docs/jornal_do_brique_issuu; Junho de 2017, disponível em: https://issuu.com/crisloff/docs/jornal_do_brique_junho_2017; e Agosto-Setembro de 2017, disponível em: https://issuu.com/crisloff/docs/brique_agosto.

²⁹ Site: <http://brique-da-redencao.blogspot.com.br/>

³⁰ Site: <https://www.facebook.com/briquedaredencao/>

4.2.2 ENTREVISTAS

A aplicação das **entrevistas** foi realizada paralelamente à pesquisa documental e teve como objetivo compreender a estrutura organizacional e os atores envolvidos na gestão existentes no Brique da Redenção e seu entorno. Portanto, as entrevistas foram realizadas com representantes das instituições responsáveis pela gestão deste espaço. A Tabela 1 apresenta a relação de entrevistados.

Instituição Representada			Qtd.	Data
Poder Público	Secretaria Municipal do Meio Ambiente e da Sustentabilidade (SMAM)	Divisão de Administração de Parques	01	20/07/2017
	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC)	Divisão de Fomento ao Artesanato**	01	18/07/2017
	Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE)	Seção de Licenciamento de Atividades Ambulantes**	01	18/07/2017
Sociedade de Civil	Comissões Deliberativas	Segmento de Artesanato	01	16/07/2017
		Segmento de Artes Plásticas	01	10/12/2017
		Segmento de Antiguidades	01	10/12/2017
		Segmento de Alimentação	01	10/12/2017

Tabela 1 – Instituições entrevistadas na Etapa B

Fonte: Da autora.

Os entrevistados, a fim de planejamento das entrevistas, foram categorizados em dois grupos: (1) representantes das instituições do poder público – funcionários das Secretarias Municipais; e (2) representantes das instituições da sociedade civil – expositores membros das comissões deliberativas de cada segmento do Brique. As entrevistas foram individuais e conduzidas a partir de roteiro semiestruturado [Apêndice D], os quais serviram para guiar a entrevista, porém com a liberdade de se introduzir novas questões de acordo com as respostas do entrevistado (GIL, 2012).

As entrevistas com os expositores membros das comissões deliberativas do Brique foram aplicadas no espaço do Brique da Redenção aos domingos, de acordo com a disponibilidade de cada expositor. As entrevistas com os funcionários das Secretarias Municipais foram realizadas em local e data pré-agendados. O tempo de entrevista foi de aproximadamente 01 (uma) hora para cada entrevistado. O procedimento para todas as entrevistas foi o mesmo. Primeiramente eram explicitados os objetivos da pesquisa, a técnica que seria utilizada e o direito do entrevistado de não responder qualquer pergunta e/ou de retirar a participação a qualquer tempo. Após os primeiros esclarecimentos, era solicitado ao entrevistado que assinasse o Termo de Consentimento Livre Esclarecido [Apêndice E]. As conversas foram registradas por meio de anotações.

4.2.3 OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA

Paralelamente à pesquisa documental e às entrevistas, foram coletados dados por meio de **observação sistemática**. Essa coleta teve como objetivo identificar a organização espacial do Brique da Redenção e seu entorno, bem como identificar os diferentes grupos existentes. A observação sistemática exige do pesquisador a elaboração de um plano que estabeleça o que deve ser observado, constituindo um ponto de partida para a coleta (GIL, 2012). O instrumento utilizado para sistematizar o registro dos dados observados foi o *Mapa Comportamental centrado nos lugares*. Segundo (RHEINGANTZ et al., 2009), o Mapa Comportamental é um instrumento útil para identificar e indicar graficamente os arranjos, fluxos e relações existentes tanto entre as pessoas como entre as pessoas e os espaços. Na modalidade de *Mapa Comportamental centrado nos lugares*, os observadores focam suas atenções em um espaço e no que ocorre naquele espaço (RHEINGANTZ et al., 2009).

Dessa forma, para sistematizar a observação, foram estabelecidas duas questões: (1) quais são os principais espaços utilizados?; e (2) por quem esses espaços são utilizados?. Os dados foram registrados sobre um mapa impresso da área. Após as observações, os mapas produzidos foram sobrepostos para que se pudesse verificar o padrão de ocupação do espaço e as atividades desenvolvidas frequentemente. A partir desse mapeamento, foi possível identificar os principais grupos existentes no local, que foram categorizados como mostra o Quadro 5.

GRUPOS IDENTIFICADOS			
GRUPO	SUBGRUPOS		
Expositores do Brique da Redenção	Segmento de Artesanato		
	Segmento de Artes Plásticas		
	Segmento de Antiguidades		
	Segmento de Alimentação		
Expositores Indígenas	Expositores que vendem artesanato		
	Expositores que vendem artesanato e produtos industrializados		
Ambulantes	Ambulantes de forma itinerante*	Licenciados	
		Não-Licenciados	Que vendem artesanato
	Ambulantes em ponto móvel*		Licenciados
		Não-Licenciados	Que vendem artesanato
Músicos	Grupo		
	Individual		
Artistas de Rua	Grupos de teatro		

Quadro 5 - Grupos Identificados no Brique da Redenção e seu entorno

Fonte: Da autora.

Nota: *Lei N.º 10.605/2008: são considerados “ambulantes de forma itinerante” os ambulantes que desenvolvem suas atividades carregando as mercadorias e equipamentos junto do corpo; são considerados “ambulantes em ponto móvel” os ambulantes que desenvolvem suas atividades utilizando-se de suportes ou de equipamentos de apoio desmontáveis ou removíveis ou de veículos, automotivos ou não.

Considerando a diversidade de atividades observadas nesse espaço e os conflitos levantados a partir da pesquisa documental e das entrevistas, foram selecionados os principais grupos envolvidos na disputa pelo espaço. Ainda que os outros grupos façam parte do contexto do Brique da Redenção e tenham grande relevância para as questões relacionadas a este espaço, não podendo, portanto, ficar de fora das análises gerais, os grupos que serão estudados com maior profundidade na fase seguinte são: (1) os Expositores do Brique da Redenção – incluindo todos os subgrupos, que nessa pesquisa serão denominados “Expositores do Brique”; (2) os Expositores Indígenas – incluindo todos os subgrupos; e (3) os Ambulantes em ponto móvel não licenciados que comercializam produtos industrializados, que nessa pesquisa serão denominados apenas como “Ambulantes”.

Somado a esses grupos citados, também foi incluído como um grupo para coleta de dados na próxima fase, os frequentadores do Brique da Redenção. Os grupos selecionados e as nomenclaturas que serão adotadas durante a pesquisa estão descritos no Quadro 6.

GRUPOS SELECIONADOS		
GRUPO		NOMENCLATURA ADOTADA NA PESQUISA
01	Expositores do Brique da Redenção, incluindo todos os segmentos.	Expositores do Brique
02	Expositores Indígenas independente do tipo de produto comercializado.	Expositores Indígenas
03	Ambulantes em ponto móvel não licenciados que vendem produtos industrializados	Ambulantes
04	Frequentadores do Brique da Redenção	Frequentadores

Quadro 6 - Grupos Selecionados para Etapa C
Fonte: Da autora.

4.3 ETAPA C

Esta etapa teve como foco a coleta de dados com e sobre os grupos selecionados na Etapa B. As técnicas de coleta de dados variaram conforme o grupo com o qual foram realizadas. Essa variação ocorreu devido às diferentes situações de cada grupo no contexto do Brique da Redenção e seu entorno. Portanto, as técnicas de coleta de dados utilizadas nesta etapa serão descritas de acordo com cada grupo. O Quadro 7 apresenta a síntese dos procedimentos realizados na Etapa C.

ETAPA C				
TÉCNICA DE COLETA DE DADOS	PROCESSO DE COLETA	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	ABORDAGEM DE ANÁLISE DE DADOS	
EXPOSITORES DO BRIQUE DA REDENÇÃO	QUESTIONÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação de questionário estruturado com perguntas fechadas e abertas 	Identificar o perfil dos Expositores do Brique e as significações atribuídas ao Brique da Redenção e seu entorno.	<u>Dados quantitativos:</u> Excel® Frequência (%) <u>Dados qualitativos:</u> Análise de Conteúdo
	OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> Mapa comportamental centrado nos indivíduos 	Analisar o comportamento e as práticas de controle territorial.	Análise de Conteúdo
EXPOSITORES INDÍGENAS E AMBULANTES	OBSERVAÇÃO SISTEMÁTICA	<ul style="list-style-type: none"> Mapa comportamental centrado nos indivíduos 	Analisar o comportamento e as práticas de controle territorial.	Análise de Conteúdo
	PESQUISA DOCUMENTAL	<ul style="list-style-type: none"> Seleção de documentos oficiais 	Complementar e esclarecer questões relacionadas ao uso do espaço por estes dois grupos e as significações atribuídas ao Brique da Redenção e seu entorno.	
		<ul style="list-style-type: none"> Seleção de notícias na internet 		
PESQUISA BIBLIOGRÁFICA	<ul style="list-style-type: none"> Levantamento de trabalhos e pesquisas científicas 			
FREQUENTADORES	QUESTIONÁRIO	<ul style="list-style-type: none"> Aplicação de questionário online estruturado com perguntas fechadas e abertas 	Identificar o perfil dos frequentadores e as significações atribuídas ao Brique da Redenção e seu entorno.	<u>Dados quantitativos:</u> Excel® Frequência (%) <u>Dados qualitativos:</u> Análise de Conteúdo

Quadro 7 – Síntese dos Procedimentos da Etapa C

Fonte: Da autora.

4.3.1 EXPOSITORES DO BRIQUE

Por possuírem o direito legal de ocupação do espaço no qual se encontram, o contato com o grupo de expositores do Brique da Redenção foi mais acessível, e, portanto, houve a possibilidade de realizar a coleta de dados de forma mais aprofundada. As técnicas de coleta de dados utilizadas com esse grupo foram questionários e observação sistemática.

O **questionário** foi composto por nove questões, sendo quatro questões fechadas e cinco questões abertas [Apêndice F] divididas em dois blocos. O primeiro bloco teve como objetivo identificar o perfil dos expositores e o

segundo, a opinião com relação ao contexto atual do entorno do Brique. Como não seria possível disponibilizar muito tempo para cada respondente, devido à grande quantidade de expositores em cada segmento, o primeiro bloco (perfil) foi aplicado a todos os respondentes. O segundo bloco (opinião) foi aplicado a alguns expositores de cada seguimento, selecionados de forma aleatória e conforme a disponibilidade e interesse por parte do respondente em prolongar a conversa.

Todos os respondentes receberam uma carta de apresentação da pesquisa [Apêndice G]. Com o intuito de tornar a aplicação dos questionários mais rápida, as cartas de apresentação foram entregues para o responsável pela lista de presença³¹ de cada segmento para que fossem distribuídas aos expositores no domingo anterior ao do início da coleta. Dessa forma, os expositores poderiam ler o documento antes do início da coleta, diminuindo o tempo de apresentação durante a aplicação.

Todos os expositores presentes nos dias da coleta foram abordados. A aproximação era feita de acordo com a disponibilidade do expositor (se estava atendendo algum cliente ou não). Alguns expositores não se sentiram confortáveis em participar, outros estavam ocupados durante todo o período do dia da coleta e alguns boxes estavam desocupados. Assim, dos 282 expositores do Brique³², 184 responderam ao questionário. A aplicação dos questionários durou seis domingos, entre os meses de Outubro, Novembro e Dezembro de 2017. A Tabela 2 mostra o número de entrevistados por

Segmento	Qtd. de Expositores	Total	(Amostra)	Total	Proporção de Respondentes	Margem de erro*
Antiquário	65	282	40	184	65,2% do total de expositores	4,27%
Artes Plásticas	27		22			
Artesanato	182		115			
Alimentação	08		07			

segmento.

Tabela 2 – Número de respondentes por segmento dos Expositores do Brique da Redenção
 Nota: *Calculada pela plataforma online Solvis, utilizando o nível de confiança de 95%.

O tempo de aplicação do questionário foi em média dois minutos para os expositores que responderam apenas o primeiro bloco e em média cinco minutos para os expositores que responderam os dois blocos. Entretanto, alguns respondentes prolongaram a conversa espontaneamente, abordando outras questões - que também foram importantes para a pesquisa- chegando a durar, em alguns casos, trinta minutos, principalmente com os expositores mais antigos do Brique.

³¹ Todos os domingos os expositores representantes das Comissões Deliberativas de cada segmento passam a chamada em todos os boxes da feira para coletar as assinaturas dos presentes.

³² Número de expositores de acordo com informações das Comissões Deliberativas.

Os dados coletados foram tabulados no Excel®. Como as análises eram relativamente simples – frequência de cada resposta e cruzamento entre elas - foram utilizadas as ferramentas do próprio programa para realizar as análises. As informações sobre os expositores foram analisadas em três escalas: (1) perfil geral dos Expositores do Brique; (2) perfil por segmento; e (3) perfil por quadra da Avenida José Bonifácio.

A coleta de dados a partir da **observação sistemática** teve como objetivo analisar o comportamento e as práticas de controle territorial desse grupo. Assim como na etapa anterior, o instrumento utilizado para o registro dos dados foi o *Mapa Comportamental* (RHEINGANTZ et al., 2009), porém, nesse momento, o mapeamento foi centrado nos indivíduos. Segundo Rheingantz et al. (2009), o *Mapa Comportamental centrado nos indivíduos* visa registrar atividades e comportamentos de uma pessoa ou grupo de pessoas. Estes mesmos autores alertam que o pesquisador mantenha uma distância adequada para que a pessoa ou grupo não altere seu comportamento por saber que está sendo observado.

Para guiar a observação e a realização do mapeamento, foram estabelecidas duas questões: (1) como esse grupo ocupa fisicamente e estabelece os limites espaciais?; e (2) como esse grupo se relaciona entre si e com os demais? As observações foram feitas a partir do posicionamento da pesquisadora em três pontos específicos na calçada do parque, no qual era possível ter uma visão de uma extensão maior da área. As observações foram feitas pelo período de meia-hora em cada um dos pontos, em mais de um domingo e em horários diferentes.

4.3.2 EXPOSITORES INDÍGENAS E AMBULANTES

Para que seja possível explicar as escolhas das técnicas de coleta de dados adotadas com esses dois grupos, é preciso que se faça uma breve contextualização da situação de cada um deles. Os expositores indígenas tem uma situação peculiar no espaço do Brique: ainda que seja legalmente permitida a venda de artesanato indígena por eles nos espaços públicos, os conflitos com os expositores do Brique da Redenção são intensos, tornando-os mais receosos à aproximação de um pesquisador desconhecido.

Além disso, o contato com as famílias indígenas requer um longo período de reconhecimento para que se estabeleça um vínculo de confiança, como relata o antropólogo Hermann (2016), em sua dissertação de mestrado, ao descrever sua convivência de três anos com uma das famílias indígenas que comercializa seu artesanato no Brique da Redenção. Hermann (2016) também relata que foram necessárias oito jornadas com o intuito de estabelecer o vínculo com a família e mais oito jornadas para que certas questões pudessem ser aprofundadas, além de diversos momentos de confraternização na aldeia e em eventos promovidos pelas famílias indígenas.

Longe de ser uma crítica, pois essa dificuldade de encontrar uma forma de aproximação se deve principalmente à maneira como os não-indígenas tratam os povos indígenas, essa introdução tenta explicar o motivo para não

terem sido realizadas entrevistas com os expositores indígenas, como havia sido planejado inicialmente. Além do tempo restrito para coleta de dados e da certeza de que não seria possível a criação do vínculo necessário nesse curto período de tempo, também a falta de proximidade da pesquisadora com a cultura ameríndia influenciou essa decisão.

Assim, considerando a importância da presença dos Expositores Indígenas no contexto do Brique da Redenção e a importância da conquista deste espaço para eles (RHEINGANTZ et al., 2009), o receio de realizar uma aproximação desrespeitosa, ou de banalizar as questões expostas pelos indígenas, fez com que o caminho da coleta de dados se modificasse.

Com relação à situação dos Ambulantes no contexto do Brique da Redenção, apesar de ser diferente da enfrentada pelos Expositores Indígenas, também interferiu na definição das técnicas de coleta de dados, pois este grupo também disputa de forma conflituosa o espaço do Brique. Por estarem trabalhando de forma "ilegal", ou seja, não autorizados pelo poder público para utilizar aquele espaço, a aproximação com esse grupo também é restrita. Dessa forma, não foi possível, por exemplo, realizar uma aproximação com qualquer tipo de material de anotação em mãos que pudesse gerar a desconfiança de que a abordagem fosse uma notificação da prefeitura. Além disso, os conflitos identificados nas etapas anteriores descrevem algumas cenas de violência física entre ambulantes e fiscais.

Dentro do contexto exposto, foram utilizadas as técnicas de observação sistemática, somada à pesquisa bibliográfica e documental para esses dois grupos. A **observação sistemática** foi desenvolvida da mesma forma que ocorreu com o grupo dos Expositores do Brique: utilizando o instrumento de registro de dados do *Mapa Comportamental centrado nos indivíduos* (YIN, 2015) e os mesmos pontos de observação. Também as questões norteadoras da observação sistemática foram as mesmas: (1) como cada grupo ocupa fisicamente e estabelece os limites espaciais?; e (2) como cada grupo se relaciona entre si e com os demais?.

A **pesquisa bibliográfica e documental** foi realizada com o objetivo de complementar e esclarecer algumas questões relacionadas ao uso desse espaço pelos Expositores Indígenas e pelos Ambulantes e as significações atribuídas ao Brique da Redenção e seu entorno por estes dois grupos. Assim, foi feito um levantamento de trabalhos já publicados sobre a cultura ameríndia em Porto Alegre em especial as pesquisas etnográficas em aldeias ou com famílias indígenas que comercializam seu artesanato no Brique da Redenção e sobre a situação dos Ambulantes também em Porto Alegre.

4.3.3 FREQUENTADORES

A coleta de dados com esse grupo foi realizada a partir da aplicação de questionários, com o objetivo de verificar o perfil dos frequentadores e as significações atribuídas ao Brique da Redenção e seu entorno. Para que se pudesse alcançar um maior número de respondentes, o questionário foi aplicado *online*, através da ferramenta GoogleForms. O link de acesso ao

questionário foi disponibilizado por e-mail e nas redes sociais, incluindo páginas de bairros vizinhos ao Brique: “Vizinhos do Bom Fim - POA”; “Bom Fim - Porto Alegre”; “Vizinhos do Bairro Santana”; “Amigos do Centro Histórico de Porto Alegre”; “Vizinhos da Cidade Baixa – POA”; e “Parque Redenção/Farroupilha”.

O questionário foi composto por 14 questões, sendo 12 questões fechadas e 02 questões abertas, divididas em 05 blocos [Apêndice H]. O primeiro bloco teve como objetivo categorizar os respondentes entre frequentadores e não-frequentadores, e a frequência de visita ao Brique, no caso da primeira opção. Ainda que o foco do questionário tenha sido os frequentadores, os respondentes classificados como não-frequentadores também foram solicitados a prosseguir com o questionário. A única diferença é que estes respondentes foram encaminhados para uma questão a mais, cujo objetivo era expor o motivo pelo qual não-frequentam o Brique. Essa decisão se deu, primeiramente, pela oportunidade de verificar se motivo pelo qual essas pessoas não frequentam tem alguma relação com os conflitos existentes no Brique. Em segundo lugar, para poder realizar uma comparação entre os dois grupos.

O segundo bloco se concentrou em identificar as significações atribuídas ao Brique por meio de palavras. Neste bloco foram realizadas três questões. Na primeira questão, foi solicitado aos respondentes digitar uma palavra que estivesse relacionada ao Brique da Redenção, de forma espontânea. A segunda questão solicitava que o respondente marcasse até 05 palavras que mais estivessem relacionadas ao Brique da Redenção, dentre as palavras disponíveis. Das 12 palavras disponíveis, 09 eram palavras comumente relacionadas ao Brique da Redenção e as outras 03 estavam relacionadas ao referencial teórico sobre microterritorialidade. Por fim, a terceira questão também solicitava que o respondente marcasse as palavras que mais se relacionavam ao Brique dentre as opções disponíveis, porém sem limite de respostas. Nesta questão havia 08 palavras relacionadas ao referencial teórico sobre territórios funcionais e territórios simbólicos.

O terceiro bloco utilizou fotografias do Brique da Redenção e seu entorno, e solicitava que os respondentes selecionassem, sem limites de respostas, quais delas estavam relacionadas ao Brique da Redenção – não utilizando a expressão “e seu entorno”, para que fosse possível saber quais atividades eram consideradas “do Brique da Redenção”. Ainda que a análise de cada respondente sobre as fotografias seja subjetiva, pois não se pode afirmar o que resultou a escolha desta ou daquela, essa questão foi apenas para instigar a questão seguinte, que solicitava que o respondente, caso não tivesse selecionado todas as fotos, justificasse por qual motivo não havia selecionado. Assim, as fotografias e a questão seguinte serviram para tentar fazer o respondente pensar sobre o que não é o Brique, não apenas o que é.

O quarto bloco, teve como objetivo saber se os respondentes eram expositores do Brique, ou se já haviam sido, pois isso influenciaria as respostas, sendo um dado importante a se considerar. Por fim, o quinto e último bloco se concentrou em questões relacionadas ao perfil dos

respondentes, como identidade de gênero, faixa etária, local de residência e faixa de renda.

No total, foram 350 questionários válidos respondidos. Dos 350 questionários, 249 respondentes foram classificados como frequentadores, 93 foram considerados não-frequentadores e 08 respondentes não conheciam o Brique da Redenção. O número de visitantes do Brique da Redenção, segundo informação da Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA) é de 50.000 pessoas por domingo. Baseado nesses números, a amostra de frequentadores teve a representatividade apresentada na Tabela 3.

População de frequentadores do Brique	Qtd. de Respondentes	Qtd. de Respondentes considerados Frequentadores (Amostra)	Margem de erro*
50.000	350	249	6,2%

Tabela 3 – Respondentes Frequentadores

Nota: *Calculada pela plataforma online Solvis, utilizando o nível de confiança de 95%.

A tabulação dos dados foi feita pela própria ferramenta do GoogleForms e disponibilizada para download na extensão “.xls”. A análise de frequência das respostas e cruzamento de dados foi realizada utilizando as ferramentas do programa Excel®. Todas as respostas foram analisadas de forma separadas entre frequentadores e não-frequentadores.

4.4 ETAPA D

A última etapa da pesquisa teve como objetivo a interpretação dos resultados a partir da análise de todos os dados coletados nas etapas anteriores. Considerando que os dados foram coletados a partir de fontes diversas, a primeira parte da análise foi realizada baseada na convergência dos dados, a fim de verificação e validação desses dados. Após, a fim de consolidar os resultados, os dados foram organizados de acordo com os grupos e por tema: (1) aspectos relacionados à história naquele espaço público; (2) aspectos relacionados à situação atual; e (3) aspectos relacionados aos conflitos. A parte final da análise foi realizada a partir da discussão desses resultados baseada nos conceitos definidos no referencial teórico. O Quadro 8 apresenta a síntese dos procedimentos adotados para a interpretação dos dados.

ETAPA D	
ORIGEM DOS DADOS	PROCESSO DE ANÁLISE
DADOS RESULTANTES DAS ETAPAS A, B E C.	<ul style="list-style-type: none"> ○ Convergência dos dados (triangulação)
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Consolidação dos resultados
	<ul style="list-style-type: none"> ○ Discussão dos resultados com base no referencial teórico

Quadro 8 – Síntese dos Procedimentos da Etapa D
Fonte: Da autora.

5 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS

Este capítulo tem como objetivo apresentar os resultados obtidos a partir da análise e interpretação dos dados coletados. Dessa forma, primeiramente será exposto o contexto histórico de criação e consolidação do Brique da Redenção. Após esse contexto inicial, serão descritas as características de cada um dos grupos selecionados – Expositores do Brique, Expositores Indígenas e Ambulantes -, no que diz respeito à forma de ocupação e aos conflitos territoriais existentes entre eles. Em seguida, será exposta a discussão desses resultados com base no referencial teórico adotado nesta pesquisa. Ao final do capítulo, serão apresentados os resultados relacionados às significações atribuídas ao contexto do Brique da Redenção e seu entorno pelos frequentadores e não frequentadores e a discussão final dos resultados.

5.1 O BRIQUE DA REDENÇÃO

Em função da aparente unificação das feiras da Avenida José Bonifácio – antiguidades, antiquário, artes plásticas e alimentação – as fontes que narram a história do Brique da Redenção frequentemente englobam todas elas como parte de um mesmo processo de implantação. Entretanto, essas quatro feiras foram criadas em diferentes períodos e contextos, bem como passaram por processos distintos de consolidação até atingirem a sua configuração atual. Tentar reconstruir o processo de formação dessas feiras e do espaço do Brique da Redenção é o primeiro passo para que se possa compreender as relações e os conflitos que ali se estabelecem atualmente. Contudo, para reconstruir este processo, é necessário que se aborde, primeiramente, as transformações pelas quais esse espaço – em especial o Bairro Bom Fim – passava no momento em que surgiram as feiras da Avenida José Bonifácio.

5.1.1 UTOPIAS DO BAIRRO BOM FIM

No final dos anos 70 e início dos 80, o entorno do Parque Farroupilha se encontrava em plena pulsação. Nas vias circundantes se acumulavam atrações que reuniam um público diversificado. Os cinemas Bristol e Baltimore, na Avenida Osvaldo Aranha, e o Cine Avenida, na esquina das Avenidas João Pessoa e Venâncio Aires atraíam multidões (AXT; SCLIAR, 2011). Mas o principal atrativo dessa área era a boemia. Começando pela esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Rua Sarmento Leite, conhecida

como Esquina Maldita³³, vista como o local do princípio de toda a transformação do Bom Fim, no qual “começaram a se desenvolver práticas sociais que deram o mote à ocupação do resto do território do bairro” (PEDROSO, 2009, p. 33). Ali se concentravam bares como o famoso Alaska, o Copa 70, o Estudantil e, o caçula e único bar remanescente da Esquina Maldita, Mariu’s. Segundo o jornalista Paulo Teixeira, em seu livro sobre histórias e personagens marcantes da esquina, a expressão “maldita” está longe de ter uma conotação pejorativa, sugerindo “a atitude de questionar o status quo de diferentes maneiras”, relacionado a uma cultura de resistência:

Numa época em que as pessoas enterravam livros para escapar da prisão, a esquina da Avenida Osvaldo Aranha com a Rua Sarmiento Leite – a poucos passos do campus da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – se transformou num gueto onde a informação circulava, ainda que à boca pequena (TEIXEIRA, 2012, p.12)

O público da Esquina Maldita, durante o período da ditadura militar, era formado majoritariamente por universitários, ou “aspirantes a revolucionários” (TEIXEIRA, 2012, p. 34), militantes de esquerda, que se posicionavam contra o regime de ditadura em exercício no país. Segundo os relatos de Teixeira (2012), esse segmento politizado de boêmios era o público inicial da Esquina. Entretanto, após um período de forte repressão política, no qual os encontros na Esquina Maldita se retraíram, houve uma mudança.

Segundo Teixeira (2012), quando esses encontros foram retomados, na década de 70, dois movimentos se cruzaram: os antigos e assíduos boêmios politizados que queriam transformar o mundo, e os que haviam acumulado experiências baseadas nos ideais da contracultura hippie, que implicavam principalmente na transgressão de tabus sexuais e no uso de drogas, com o viés de libertação emocional e espiritual. Portanto, os discursos antes concentrados na justiça social e democracia, agora incluíam “sexo, paz e amor”. Esse momento da Esquina coincidiu também com o período em que as conquistas da luta feminista apareciam, como por exemplo, o fato de as mulheres poderem sair à noite, sem a necessidade de uma figura masculina. Também o comportamento homossexual começava a aparecer com maior liberdade em espaços públicos, ainda que essa liberdade estivesse ainda mais relacionada à homossexualidade masculina (TEIXEIRA, 2012).

Aos poucos, foram surgindo outros pontos boêmios e foi ocorrendo uma migração para a outra extremidade da Avenida Osvaldo Aranha, mais próxima à Avenida José Bonifácio, conhecida na época como “Baixo Bom Fim” (TEIXEIRA, 2012). Somado a isso, a transferência de muitos cursos da UFRGS, em especial das ciências humanas, para o Campus do Vale – longe dos centros de poder da cidade – também contribuíram para a decadência da Esquina Maldita e a transição do público para novos espaços (PEDROSO,

³³ Segundo Teixeira (2012, p.201), “a expressão ‘esquina maldita’ teria sido usada para se referir ao ponto boêmio pela primeira vez pelo jornalista Licínio Azevedo [...] no bar Alaska, no começo da década de 1970”.

2009). O bar Ocidente, inaugurado em 1980, teve grande influência para esse deslocamento. Para Pedroso (2009, p. 115), essa migração também ocorreu em função do momento de transição para os jovens que, “após anos de governo militar e limitação às liberdades individuais”, queriam experimentar coisas novas e transgressoras. Outros bares que fizeram parte dessa transição foram o *Lola*, localizado na Avenida Osvaldo Aranha, e o LuarLuar e o Escaler, ambos localizados no antigo Mercado do Bom Fim, na esquina das Avenidas Osvaldo Aranha e José Bonifácio. Segundo Pedroso (2009, p. 13), o Escaler ficava voltado para a Avenida José Bonifácio com mesas espalhas pelas calçadas, e, onde hoje está localizado o parque de diversões, havia “um campo aberto, onde os jovens se reuniam para beber, tocar violão e fumar maconha”³⁴.

Também nesse período, final dos anos 70 e início dos anos 80, o Araújo Vianna começou a ser “reanimado”, assim como o Salão de Atos da UFRGS, com shows produzidos por e para universitários, e o Parque Farroupilha era muito frequentado por estes jovens universitários (PEDROSO, 2009, p. 66). Nos relatos de personagens que fizeram parte desse momento do Bom Fim à Teixeira (2012), alguns contam que o Parque Farroupilha era um local de encontro de amigos, em especial no lago do chafariz. A qualquer hora do dia ou da noite, era ali que “os bandos” se encontravam e formavam grandes rodas de conversa, tocavam instrumentos e faziam amizades que se tornavam quase uma família. Nas palavras de Teixeira (2012, p. 130, grifo nosso), “para aqueles jovens, *usufruir dos espaços públicos* urbanos constituía um *direito inalienável de cidadania*”.

Dessa forma, o que se pode perceber é que esse período, com o processo de abertura política após anos de ditadura militar, foi de reivindicações e mudanças, em várias esferas, incluindo comportamentos e espaços. E o Bom Fim foi o local onde esses ideais e pessoas se encontraram, por ser um espaço que “possibilitava a integração de grupos de origens econômicas distintas, buscando coisas diferentes, mas se sentindo integradas em um mesmo sistema social” (PEDROSO, 2009, p. 105).

Embora o Brique da Redenção esteja no bairro Farroupilha, nesse cenário de transformações, o seu surgimento está incluído, tanto como reflexo destas novas apropriações do espaço público, quanto como catalisador destas apropriações. Segundo Pedroso (2009, p. 85), todos esses atrativos - o Araújo Vianna, o Salão de Atos da UFRGS, o bar Lola, o Ocidente, o Escaler, os cinemas Baltimore e Bristol - desenhavam, junto com o Parque Farroupilha e o Brique da Redenção, “o novo mapa do Bom Fim” [Figura 8].

³⁴ O Mercado do Bom Fim passou por uma reestruturação nos anos 2000. Para Pedroso (2009, p. 159), essa reestruturação serviu como “a imposição de novos limites” para o bairro Bom Fim, com a intensão de “mostrar o poder ordenador da Prefeitura e a influência da Associação de Amigos do Bairro Bom Fim” e atingindo os bares e frequentadores. Nessa reestruturação, a área do fumódromo foi eliminada e ali foi instalado o parque de diversões *Zaapt Zun*. Entretanto, as reclamações continuaram e em 2006 os bares foram retirados do Mercado do Bom Fim (PEDROSO, 2009).

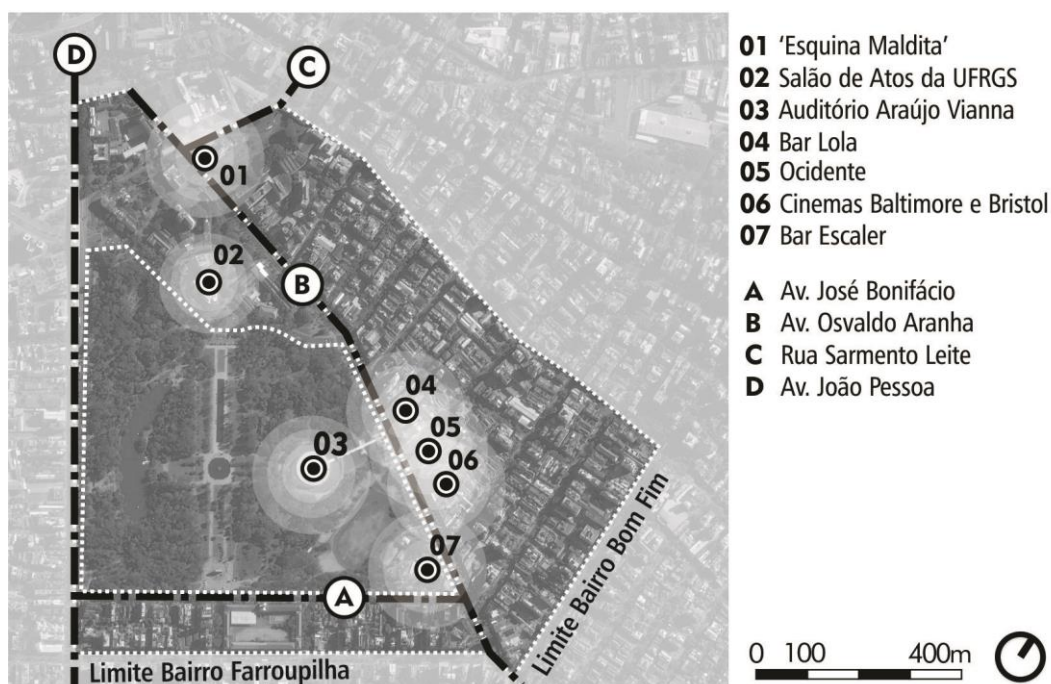


Figura 8 - O "novo mapa do Bom Fim" (dec. 70/80)
 Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Pedroso (2009).

5.1.2 CRIAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO BRIQUE DA REDENÇÃO

Somado a todo o contexto de mudanças exposto anteriormente, o segmento de antiquários estava se consolidando na capital como um mercado diferenciado, pois, "para além da venda, propunha um acréscimo cultural" (GOMES, 2011, p. 24). Assim, inspirada no sucesso das feiras de antiguidades denominadas "mercado das pulgas" que já ocorriam em cidades latinas e europeias, como o *Marché aux Puces* de *Saint Ouen* em Paris, a *Feira de San Telmo* em Buenos Aires e a *Feira de Tristan Narvaja* em Montevideo, a administração municipal reuniu, ao final dos anos 70, um grupo de pessoas interessadas em implantar uma feira nestes moldes em Porto Alegre.

Articulada e coordenada pelo jornalista Fábio Coutinho, em conjunto com diversos nomes ligado às artes, à cultura e à esfera política porto-alegrense³⁵, e também Reginaldo Pujol, Secretário Municipal de Obras Públicas, a primeira tentativa de implantação da feira ocorreu em frente à antiga Epatur, não obtendo muito sucesso (GOMES, 2011). Segundo o relato do jornalista à Gomes (2011), outros espaços da cidade também foram cogitados para receber a feira, como a praça no Alto da Bronze e a Travessa da Paz.

Entretanto, pela quantidade de expositores que até o momento haviam demonstrado interesse em expor na feira, esses espaços eram pequenos demais. Para Coutinho, o local ideal era a Redenção, tanto por ser um local de fácil acesso na cidade, quanto pela possibilidade de "reativar uma das

³⁵ Entre esses nomes, destacam-se: Lígia Nunes, Inês Vinhes, Célia Ribeiro, Tatata Pimentel, Armando Burd, Patrícia Bins e Luis Carlos Lisboa (GOMES, 2011).

áreas mais nobres, uma das avenidas mais lindas de Porto Alegre” e que era, segundo o jornalista, um espaço “abandonado”, “mal frequentado” e “mal visto” (GOMES, 2011, p.31).

Decidido o local e o nome “Brique da Redenção”, a feira começou a ser organizada e demandou bastante empenho da comissão. Dentre as preocupações com relação à seleção dos expositores, estava o cuidado com a fiscalização, pois apenas *objetos antigos* poderiam ser comercializados (GOMES, 2011). Dos 50 candidatos, a comissão escolheu 26 expositores para iniciar a feira e, assim, o Brique da Redenção foi inaugurado no dia 19 de março de 1978, junto às comemorações da XIX Semana de Porto Alegre, sendo oficializado no dia seguinte, pelo Decreto N.º 6.295:

Considerando a diretriz geral adotada pela administração no sentido de *humanização da cidade*, Considerando que dentro desse espírito, necessário se faz favorecer, através de promoções de cunho popular o *encontro de pessoas*, Considerando o extraordinário *interesse turístico* que vem despertando nas grandes capitais europeias e latino americanas as denominadas “Feira das Pulgas”. [...] É instituído o mercado de antiguidades de Porto Alegre que funcionará nas manhãs de domingos na Rua José Bonifácio, sob denominação de “Brique da Redenção” (PMPA, 1978, [s.p], grifo nosso).

A feira iniciou ocupando a primeira quadra do canteiro central da Avenida José Bonifácio, entre a Avenida João Pessoa e a Travessa da Paz, porém três semanas após a inauguração, o Brique da Redenção já havia ultrapassado a Travessa e se expandido em direção à Rua Santana (GOMES, 2011). A Rua Santana foi o limite da feira, pois, em plena ditadura militar, o Colégio Militar não permitiria que se ocupasse o canteiro em frente ao prédio. Nesse momento, os expositores expunham já no canteiro central, com as mercadorias no chão, porém voltados para as residências da Avenida José Bonifácio, “de costas” para o parque [Figura 9].



Figura 9 – Brique (dec. de 80)

Fonte:
Família Prati.

A Avenida ficava fechada para o trânsito de carros nesse trecho e só era permitido o acesso de veículos de moradores e, segundo os relatos de

expositores do Brique, a calçada em frente às residências da Avenida José Bonifácio era utilizada por expositores convidados.

Apesar de todo o sucesso da inauguração do Brique, ao final do mesmo ano, a Feira já enfrentava dificuldades. Como ainda não havia se construído a “cultura domingueira do Brique”, era difícil mobilizar o público todos os domingos (GOMES, 2011, p. 26). Na tentativa de intensificar o uso do espaço, diversas atividades começaram a ser promovidas, em paralelo à feira, e como apresentações de música e teatro.

No início dos anos 80, o espaço já reunia um público crescente e foi nesse momento que um casal de jovens artesãos, Berenice Aurora de Medeiros e Paulo Alberto Filber, percebeu que poderia haver espaço também para o artesanato (TEIXEIRA, 2012). Berenice e Paulo faziam parte do grupo de jovens que frequentava a Esquina Maldita³⁶ e se identificavam com os ideais que efervesciam nesse período, tendo como palco o Bom Fim.

Decididos a largar o emprego em busca de uma nova forma de ganhar à vida, começaram a se dedicar à viabilização de uma feira de artesanato no Parque Farroupilha. Segundo o relato de Berenice ao jornalista Teixeira (2012, p. 142), o processo não foi fácil: “tomou muito chá de banco e ouviu ‘grosserias’ em salas de espera de gabinetes oficiais”. Porém, com a ajuda de amigos e jornalistas, conseguiu publicar uma convocação aos artesãos para que se mobilizassem e participassem da nova feira de artesanato.

O jornal Folha da Tarde, em março de 1982:

[...] em fins de abril deverá ser feita uma experiência no Parque Ramiro Souto, com uma exposição de artesãos do Bom Fim. [...] As perspectivas são de fazer uma feira permanente todos os fins de semana, o que será muito bom, já que esse tipo de atração, tão comum nas grandes cidades, por aqui só tem mesmo os chamados ‘hippies’ da Rua General Câmara. E olha lá! (Folha da Tarde, em 27/03/1982 [Anexo]).

O jornal Zero Hora, também em março, noticiou:

A feira é uma iniciativa de um grupo de artesãos do Bom-fim, que pretendem mostrar que é viável uma feira de artesanato fixa na cidade [...] (Zero Hora, em 31/03/1982 [Anexo]).

O primeiro local cedido aos expositores foi a cancha de futebol de salão do Parque Ramiro Souto, porém, o espaço ficou pequeno para o número de barracas – no momento da inauguração participaram 60 expositores – fazendo com que os artesãos reivindicassem a ocupação da praça que ficava entre as grades do estádio Ramiro Souto e as árvores da calçada do parque (Hora do Bric, 1986 [Anexo]). Em abril de 1982, ainda antes da estreia da feira, o jornal Correio do Povo noticiou a conquista do espaço:

³⁶ Berenice e Paulo se conheceram no Mariu’s, em 1977, e, segundo Teixeira (2012), esse encontro e posterior decisão de criação da Feira, foi uma das muitas transformações pelas quais passou Porto Alegre a partir de encontros na Esquina Maldita.

Mais de 70 artesãos estão inscritos até o momento. Berenice está satisfeita inclusive porque conseguiu ampliar a área de encontro, atingindo até mesmo a parte frontal da Igreja Santa Terezinha (Correio do Povo, em 15/04/1982 [Anexo]).

Após todos os preparativos, a primeira Feira de Artesanato do Bom Fim ocorreu no final de semana de 24 e 25 de abril de 1982. Com o sucesso da feira, tornou-se permanente. Em maio de 1982, os jornais noticiaram a conquista³⁷:

A partir desse fim de semana, haverá uma grande Feira de Artesanato *todos os domingos* pela manhã no Parque da Redenção, no trecho da Avenida José Bonifácio junto à Igreja Santa Terezinha (Folha da Tarde, em maio/1982 [Anexo], grifo nosso).

Berenice Aurora [...] conseguiu sua meta básica: a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio acaba de assumir a promoção e organização da feira, que será realizada *todos os domingos* pela manhã [...] (Correio do Povo, em 19/05/1982 [Anexo], grifo nosso).

Apesar da autorização da SMIC para a realização da Feira na calçada do Parque Farroupilha [Figura 10], a proposta não foi aceita pela SMAM, órgão responsável pela administração do Parque Farroupilha (Hora do Bric, 1986; TEIXEIRA, 2012). Assim, nas palavras de Berenice, “fizemos o que já é habitual na vida de artesão, juntamos as coisas e atravessamos a rua. Lá era SMIC, e essa estava do nosso lado. Conclusão: nunca mais levantamos acampamento” (Hora do Bric, 1986 [Anexo]). Segundo o relato dos artesãos mais antigos da feira, ao serem retirados do parque eles inicialmente ocuparam o canteiro central em frente à Igreja Santa Teresinha e, conforme a feira foi crescendo, foram sendo ocupados os canteiros em direção à Feira de Antiguidades.

Também de acordo com o relato destes artesãos, nesse momento de consolidação do espaço de artesanato, o retorno financeiro era pequeno e ainda havia preconceito com relação ao modo de vida e à aparência deles. Estes mesmos artesãos afirmam que desde o início havia conflitos, pois como eram poucos expositores, e havia espaço entre os trabalhos expostos de cada um, outras pessoas tentavam se instalar entre eles e comercializar diversos tipos de produtos, gerando discussões e confrontos físicos.

³⁷ Apesar destas informações divulgadas nos jornais, os expositores artesãos mais antigos afirmam que a feira ocorreu uma vez por mês, durante oito meses, até que se tornasse permanente.



Figura 10 - Expositores da Feira de Artesanato do Bom Fim no Parque Farroupilha (sem data)
 Fonte: Brique da Redenção (Facebook).

Apesar de regularizada e administrada pela SMIC desde abril de 1982, apenas em março de 1983, a Feira de Artesanato do Bom Fim foi oficializada, pelo Decreto N.º 8.193 [Anexo]:

Considerando a diretriz geral adotada pela administração no sentido de *humanização da cidade*; Considerando que, dentro desse espírito, necessário se faz incentivar, através de promoções, o desenvolvimento das artes e dos ofícios, propiciando reais condições aos artistas populares de comercializarem seus produtos *diretamente com o grande público*; Considerando o extraordinário desenvolvimento que as feiras de artesãos vêm despertando nas grandes cidades, funcionando como um verdadeiro polo de atração turística e cultural; [...] É instituído o mercado de artesanato de Porto Alegre que funcionará nas manhãs de domingo na Rua José Bonifácio, sob a denominação de "Feira do Artesanato do Bom Fim(PMPA, 1983).

Embora apenas as feiras de Artesanato e de Antiguidades tenham sido oficializadas até este momento, neste espaço também estavam presentes os artistas plásticos, que, posteriormente, denominaram o seu espaço como Artenapraça. Inclusive, os artistas plásticos mais antigos da feira afirmam que chegaram antes dos artesãos ao local. Segundo o relato de um destes artistas, desde o início da feira de antiguidades, eles já tentavam ocupar o espaço ao redor. Porém, naquele momento, apenas um artista plástico era reconhecido como expositor da feira de antiguidades – o oficial Brique da Redenção – e os demais eram constantemente retirados do espaço pelos fiscais da feira por não serem comerciantes de antiguidades.

Com o crescimento da feira e a diversificação das atividades culturais no entorno, surgiu a necessidade de se avaliar e reestruturar o espaço, e,

portanto, em 1989 foi realizado o Seminário Brique 90, que reuniu os expositores da Feira Cultural da José Bonifácio – que neste momento incluía o Brique da Redenção (Feira de Antiguidades), a Feira de Artesanato do Bom Fim e o Artenapraça -, as Secretarias Municipais e as entidades da sociedade vinculadas à feira. Neste seminário foram propostas modificações com a intensão de “preservar e garantir as características do local responsáveis pelo sucesso da Feira”, considerada a “maior manifestação cultural de Rua da Cidade” (“Seminário Brique 90” [s.d.], p. 1 [Anexo]).

Dentre as diversas propostas discutidas no Seminário, as que se tornam mais importante destacar são as que dizem respeito à organização espacial das feiras. Uma das principais alterações propostas foi o fechamento da Avenida José Bonifácio no trecho adjacente ao Parque Farroupilha entre a Avenida Osvaldo Aranha e a Rua Santana, no sentido ‘Osvaldo - João Pessoa’ com o objetivo de aumentar o espaço de circulação para os pedestres em frente às feiras. A partir do fechamento da Avenida, foi proposta a utilização dos espaços entre os canteiros por novos feirantes. Também foi neste momento em que foi proposta a criação da Feira de Alimentação – embora esta feira só tenha sido oficializada em 2000, pela Lei N.º 8.617/00.

Em 1992, a Lei N.º 7.054, além de oficializar o Brique da Redenção (Feira de Antiguidades), a Feira de Artesanato do Bom Fim e o Artenapraça como eventos do Município, também regularizou o fechamento proposto da Avenida José Bonifácio. Esta lei também definiu a delimitação de uma faixa de circulação preferencial para moradores na Avenida José Bonifácio no trecho entre a Rua Santana e a Avenida João Pessoa e a retirada dos expositores das calçadas adjacentes às edificações – ambas medidas por solicitação dos moradores incomodados com a dificuldade de acesso aos domingos.

Em 2005, a Lei N.º 12.344/05 declarou o Brique da Redenção como integrante do patrimônio cultural do Estado do Rio Grande do Sul. É interessante observar que, embora neste momento as quatro feiras já estivessem oficializadas pelo município, esta Lei Estadual declarou como integrante do patrimônio do Estado “o Brique da Redenção, feira de *antiguidades e artesanato*” (RS, 2005, grifo nosso).

A última alteração relacionada à organização espacial pela qual passou o Brique ocorreu em 2011, durante uma revitalização patrocinada pelo Grupo Walmart. O projeto incluiu a implantação de barracas padronizadas, um novo pórtico, entre outras ações, mas a principal modificação diz respeito à disposição dos expositores de antiguidades. Antes posicionados de frente para as edificações da Avenida José Bonifácio, a partir da revitalização foram “virados” para o parque, “visando maior interação com o público e padronização no posicionamento” (PMPA, em 19/03/2013).

Dessa forma, a configuração espacial das feiras que ocorrem na Avenida José Bonifácio – hoje conhecidas como “Brique da Redenção” – se conformou espacialmente como segue atualmente. As Figuras 11 e 12 apresentam a evolução da ocupação da Av. José Bonifácio, descrita nesse tópico.

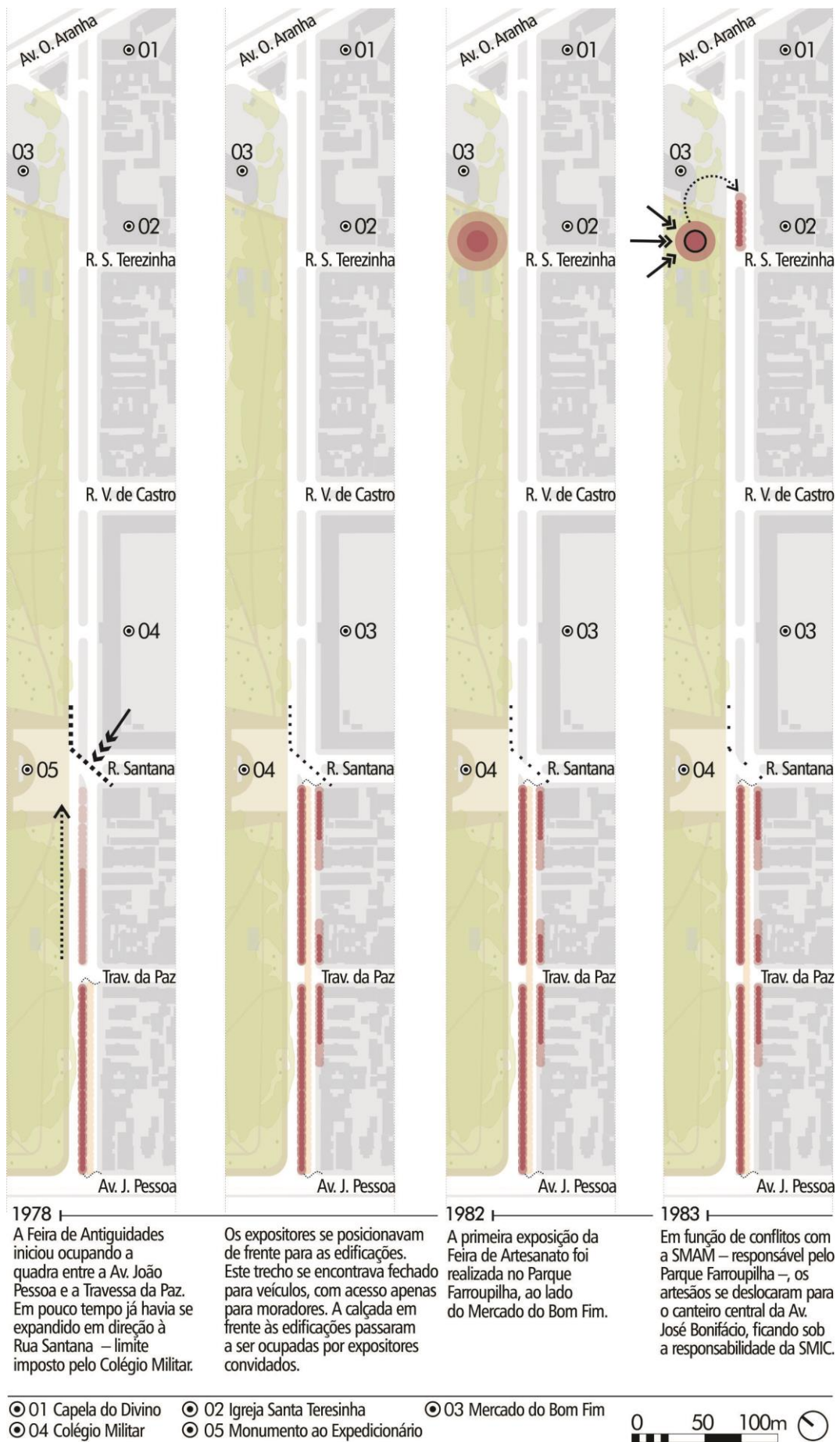


Figura 11 - Esquema do processo de implantação das Feiras da Avenida José Bonifácio [1/2]
 Fonte: Elaborado pela autora.

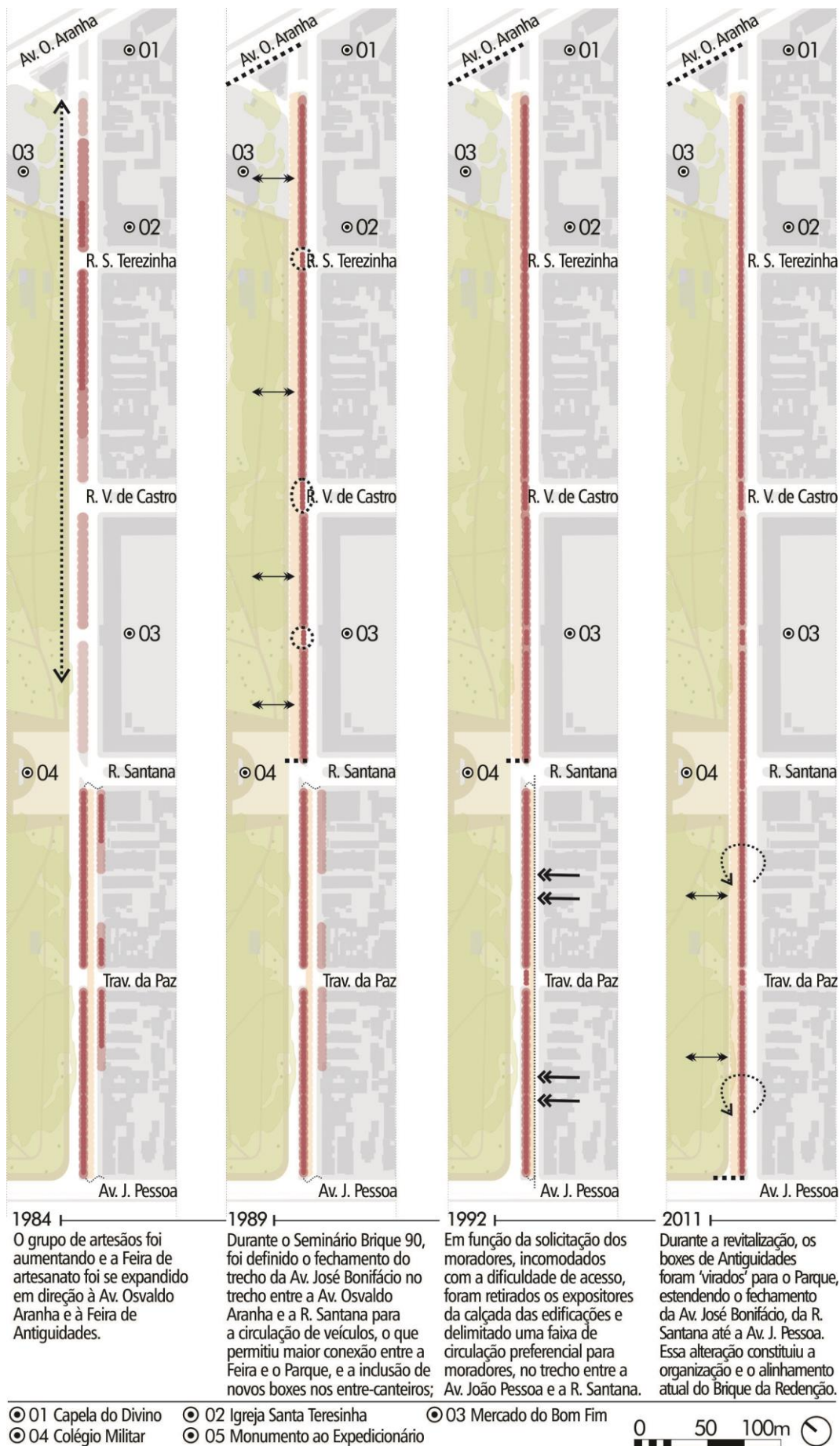


Figura 12 - Esquema do processo de implantação das Feiras da Avenida José Bonifácio [2/2]
 Fonte: Elaborado pela autora.

5.2 OS EXPOSITORES DO BRIQUE

5.2.1 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

A Avenida José Bonifácio possui oito canteiros [Figura 13], cada um deles ocupado inteiramente por um segmento. O segmento de artesanato possui 182 boxes e ocupa os canteiros 02, 03 e 04. Essa ocupação é contínua, ou seja, são ocupados de forma ininterrupta, incluindo os entre-canteiros 2-3 e 3-4. O segmento das artes plásticas possui 40 boxes – sendo que até o momento da coleta de dados, 13 destes 40 boxes estavam desocupados, aguardando a seleção para novos expositores – e ocupa o canteiro 05. O segmento de antiguidades, com 70 boxes – neste segmento, 5 dos 70 boxes estavam desocupados, também aguardando a seleção – ocupa os canteiros 06, 07 e 08. O segmento de alimentação, com 10 boxes – estando 3 desocupados – ocupa os entre-canteiros 4-5, 5-6, e 6-7.

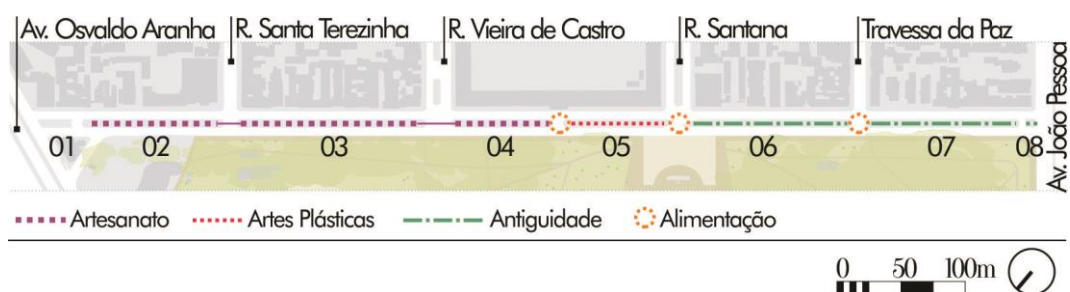


Figura 13 - Canteiros da Av. José Bonifácio
Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.1.1 IMPLANTAÇÃO DOS BOXES

De acordo com o regulamento do segmento de artesanato, os boxes devem estar dispostos nos alinhamentos das árvores, podendo avançar no máximo 50 cm. O vão entre cada duas árvores é dividido em três espaços iguais, nos quais são colocadas três bancas que variam entre 1,5m e 1,8m de frente. Os produtos devem estar expostos em estruturas com no mínimo 10 cm de altura, sendo proibido tanto a exposição de produtos no chão, com exceção de móveis e peças grandes, quanto prender ou apoiar qualquer estrutura nas árvores. O alinhamento das bancas é contínuo e diferencia claramente o limite entre a área dos Expositores e o fluxo de frequentadores [Figura 14].



Figura 14 – Implantação dos boxes: Artesanato
Fonte: Elaborado pela autora.

As bancas do segmento de alimentação, apesar de não terem o mesmo regulamento do artesanato, seguem o mesmo padrão de bancas deste segmento em termos de alinhamentos precisos, embora não sejam balizados pelos vãos entre as árvores e estejam segmentados em função de estarem localizados no entre-canteiros no qual estão localizadas [Figura 15].

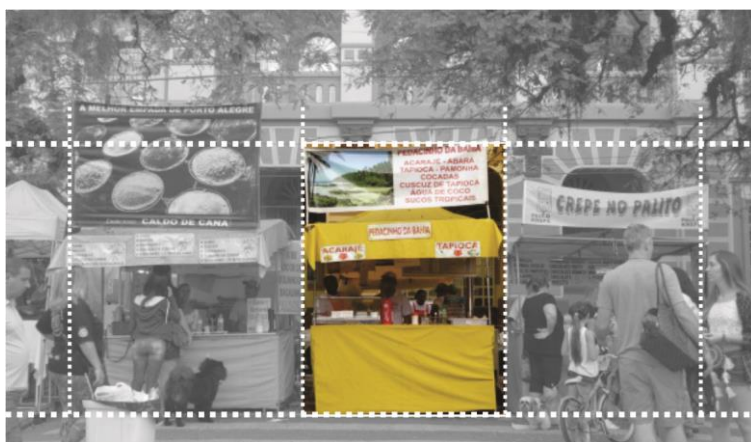


Figura 15 - Implantação dos boxes: Alimentação

Fonte: Elaborado pela autora.

No segmento de Artes Plásticas, a disposição é um pouco diferente. Pela diferença na dimensão das obras expostas, não se percebe um padrão no tamanho dos boxes, porém de forma geral, percebe-se dois boxes em cada vão entre árvores. Os equipamentos de exposição são diversos e apesar de seguir um alinhamento, cada box dispõe seus trabalhos de forma diferenciado, pequenas galerias, tornando o limite entre os boxes e fluxo de frequentadores menos definido [Figura 16].



Figura 16 - Implantação dos boxes: Artes Plásticas

Fonte: Elaborado pela autora.

O segmento dos antiquários é o mais diferenciado. As peças são expostas sobre tecidos e tapetes ou sobre grandes mesas. O tamanho do box de cada feirante é diferente, dependendo da quantidade e do tipo de material exposto e os limites entre eles não são bem definidos, sendo difícil identificar onde começa o espaço de cada feirante [Figura 17]. Neste segmento, a exposição dos produtos é feita utilizando toda a profundidade do canteiro, deixando o fluxo de pedestres deslocado para o asfalto ou por entre as mercadorias.



Figura 17 - Implantação dos boxes: Antiquário
Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2 ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA

A responsabilidade pública pelas feiras do Brique da Redenção era, até 2017, de responsabilidade da SMIC. Após a reforma administrativa municipal³⁸ e a consequente extinção desta Secretaria, a responsabilidade passou para a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico (SMDE). Entretanto, em função de esta alteração ter ocorrido durante o desenvolvimento da pesquisa, e considerando que a maior parte tanto dos entrevistados, quanto dos documentos e notícias ainda se refere à fiscalização como “SMIC”, será mantida a referência à extinta Secretaria.

³⁸ Decreto Municipal N.º 19.851/2017

Cada segmento da feira possui uma Comissão deliberativa, eleita anualmente pelos feirantes em assembleia geral, que tem como objeto a intermediação entre os feirantes e o poder público. A Comissão também é responsável pela fiscalização do cumprimento do regulamento, bem como pela lista de presença semanal dos feirantes. Cada Comissão possui um presidente, eleito pelos feirantes. É interessante observar, que, no caso do segmento de artesanato, na ausência do feirante presidente, fica responsável pela presidência o feirante participante da Comissão mais antigo da feira.

A coordenação geral da feira é composta por dois representantes da SMIC e pela comissão de cada segmento, que, a princípio, tem reuniões mensais e ocorrem de forma separada entre os segmentos. Dentre as diversas atribuições da coordenação geral está a avaliação das condições de funcionamento da feira e a “severa fiscalização, impedindo que vendedores ambulantes ou pessoas não autorizadas venham a descaracterizar a feira, instalando-se no local ou nas imediações”. Essa fiscalização é exercida pelos “agentes credenciados”, compostos pelos integrantes da coordenação geral e fiscais da SMIC. A Figura 18 esquematiza a organização administrativa descrita.

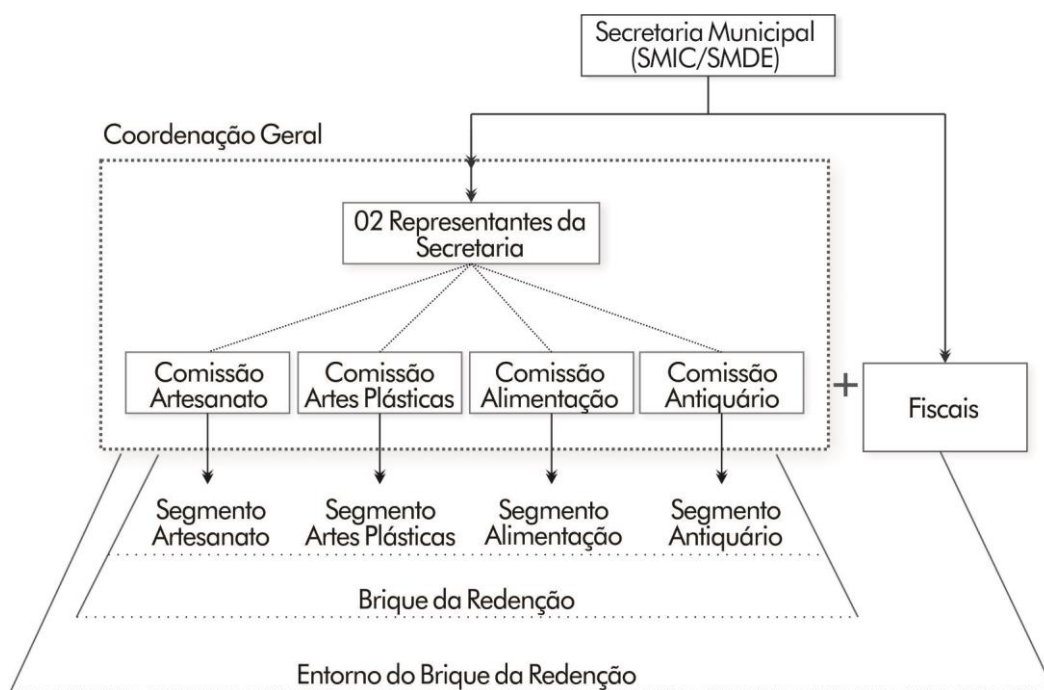


Figura 18 - Esquema da administração do Brique da Redenção
Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.2.1 REGULAMENTO

Segundo o regulamento do Brique, todos os feirantes devem cumprir o regulamento da feira, que inclui: assinar a lista de presença semanalmente, respeitar os horários e, no caso dos segmentos de artesanato, artes plásticas e alimentação, comercializar apenas produtos confeccionados pelo próprio feirante. O preenchimento das vagas disponíveis é feito através do processo de triagem realizado pela coordenação geral da feira quando há no mínimo cinco vagas disponíveis no segmento. O processo se desenvolve em duas etapas: na primeira os candidatos devem expor seus trabalhos – sem

nenhuma identificação – em local e hora determinados pela coordenação, onde serão avaliados de acordo com os critérios de cada segmento e receberão uma nota; na segunda etapa a coordenação faz uma visita ao estúdio ou ateliê do pré-aprovado a fim de verificar a autoria dos trabalhos.

As vagas que eventualmente estiverem disponíveis (mas não em número suficiente para nova triagem), ou função da licença ou férias de algum feirante, poderão ser ocupadas por feirantes convidados. O mesmo feirante convidado pode expor no máximo dois domingos por mês e deve cumprir todos os requisitos necessários na triagem (produzir e comercializar os próprios materiais, cumprir horários, assinar lista de chamada, etc.), bem como serem autorizados pela comissão com antecedência.

No caso de vagas em função da ausência de algum feirante titular no dia da feira, as vagas podem ser preenchidas por candidatos que estiverem no local. A autorização então é realizada por no mínimo três representantes da comissão, no recinto da feira, sendo dada a preferência para candidatos que estejam na lista de espera para ingresso definitivo na feira (que participaram da triagem). Durante a aplicação dos questionários, diversos expositores abordados, em especial dos segmentos de artesanato, disseram ser convidados 'permanentes', ou seja, expõe de 15 em 15 dias no Brique, alternando com outro convidado.

5.2.3 PERFIL DOS EXPOSITORES

Com relação à identidade de gênero [Figura 19], a maior parte dos expositores do Brique da Redenção se identifica com o gênero masculino, com 54,35% do total de respondentes, enquanto 45,65% se identificam com o gênero feminino. Nos segmentos de antiquário e de artes plásticas, essa diferença é bastante significativa, sendo 70% e 72,7% a quantidade de expositores que se identificam com o masculino e 30% e 27,3% com o feminino, respectivamente. No segmento de alimentação, essa situação se inverte, sendo 71,4% identificados com o gênero feminino, e 28,6% com o masculino. O segmento de artesanato é o que tem a diferença menos expressiva, sendo 53% identificados com o gênero feminino e 47% com o masculino.

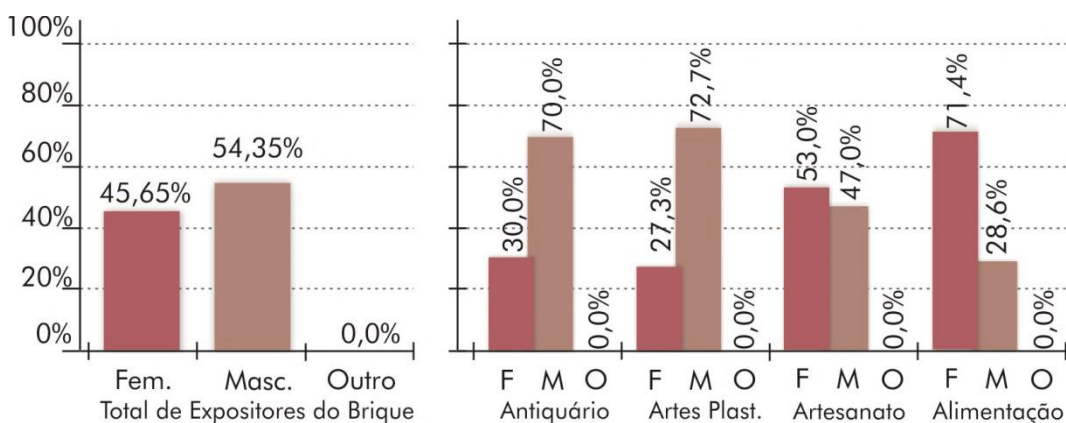


Figura 19 - Perfil dos Expositores do Brique: Identidade de Gênero
Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito à faixa etária dos expositores [Figura 20], a maior parte dos respondentes tem entre 30 e 59 anos (adultos), com 53,3%, seguidos de 42,4% respondentes com 60 anos ou mais (idosos), e apenas 1,1% entre 19 e 29 anos (jovens). Do total de respondentes, 3,2% não responderam a esta questão. Tanto no segmento de artesanato quanto no segmento de artes plásticas, a faixa etária predominante é entre 30 e 59 anos, com 56,5% e 54,55%, respectivamente. No segmento de antiquários, as faixas etárias relativas a adultos e idosos são iguais, com 47,5%, sendo que 5% dos expositores deste segmento não responderam a esta questão. No segmento de alimentação a diferença entre as faixas etárias são mais significativas, sendo a faixa de 60 anos ou mais predominante, com 71,4% do total de respondentes. É interessante observar apenas o segmento de artesanato possui expositores com a faixa etária entre 19 e 29 anos.

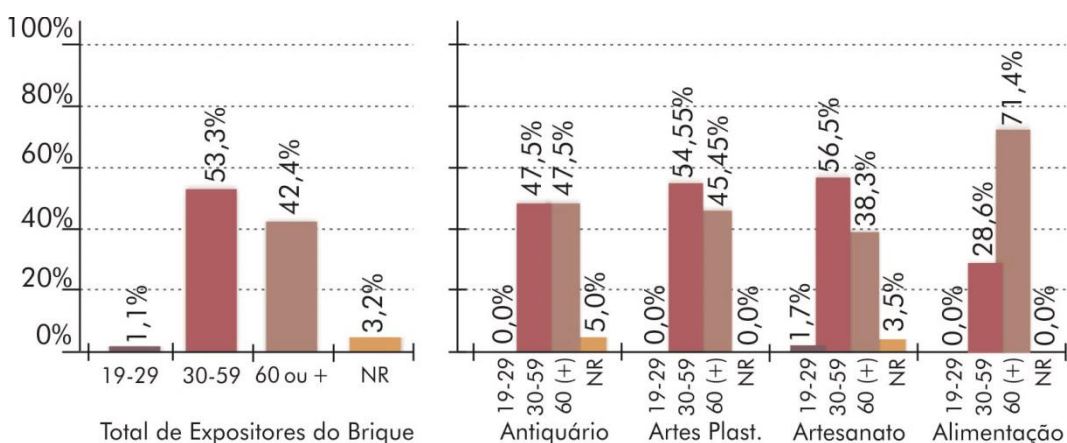


Figura 20 - Perfil dos Expositores do Brique: Faixa Etária

Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação ao local de residência dos expositores, a maior parte reside em Porto Alegre, com 66,8%, seguidos de 25% residentes da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e 4,9% em outras cidades do estado [Figura 21]. Essa proporção se mantém quando analisados os dados por segmento.

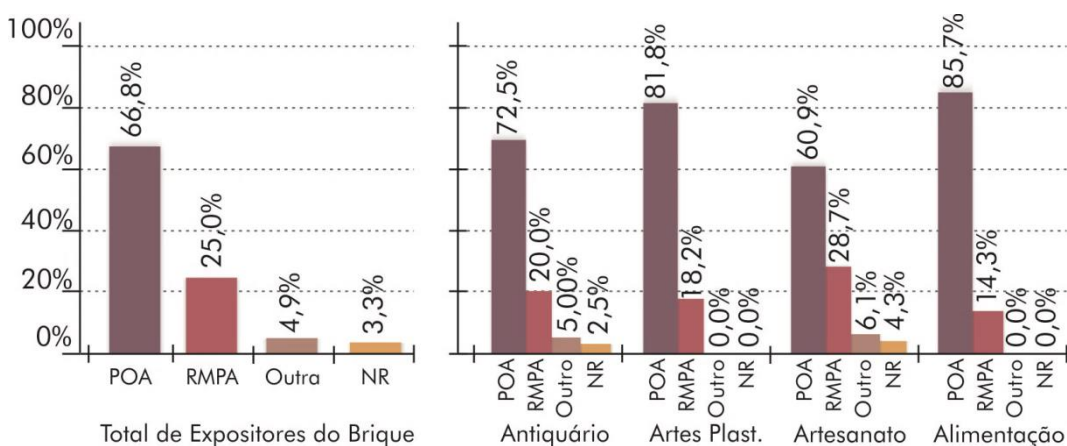
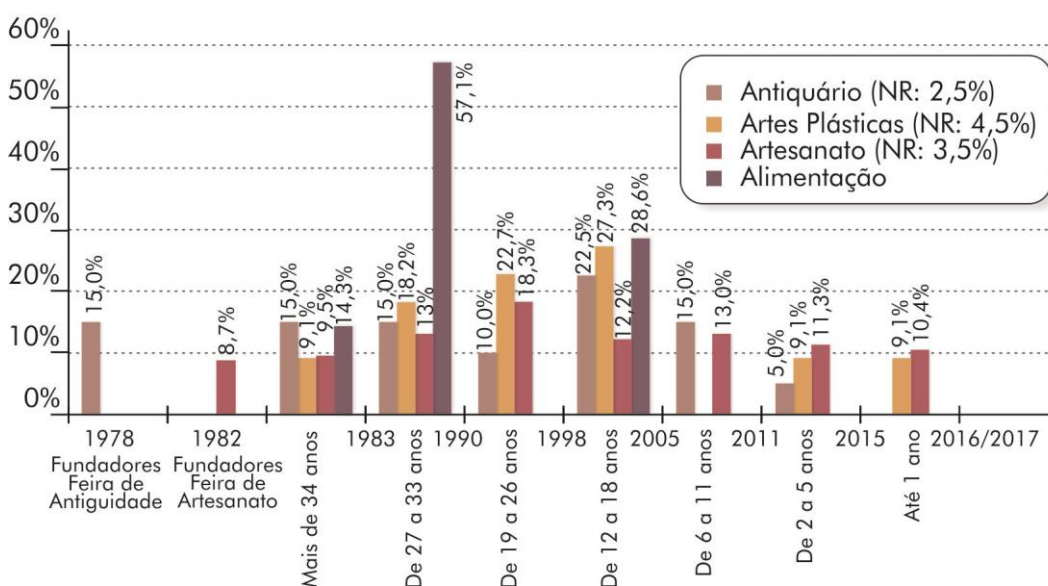


Figura 21 - Perfil dos Expositores do Brique: Residência

Fonte: Elaborado pela autora.

No que diz respeito ao tempo em que os expositores trabalham no Brique, os períodos de tempo foram definidos entre os anos em que ocorreu alguma alteração significativa com relação ao espaço do Brique da Redenção: ano criação da Feira de Antiquidades [1978]; ano do início da Feira de Artesanato [1982]; ano da oficialização da Feira de Artesanato [1983]; ano da realização do Seminário “Brique 90”; ano em que foi impedida a instalação de novas bancas de artesãos no Parque Farroupilha [1998]; ano em que o Brique foi declarado Patrimônio Cultural do Estado [2005], e ano da revitalização patrocinada pelo Walmart [2011].

Nesse gráfico é interessante observar que mais da metade dos expositores do segmento de alimentação estão na feira desde o período anterior ao Seminário “Brique 90”, no final dos anos 80, momento em que a Feira de Alimentação foi proposta, na tentativa de regularizar a comercialização de alimentos realizada por ambulantes no entorno do Brique. Outra questão que o gráfico apresenta é que o setor que possui maior rotatividade é o setor de artesanato, pois é o único segmento que apresenta expositores iniciando na feira em todos os períodos delimitados. Entretanto, como esse gráfico considera apenas os dados dos expositores atuais, pode ser que tenha havido o ingresso de expositores nos outros segmentos em todos os períodos, mas que não estejam atualmente no Brique. De qualquer forma, de acordo com as informações sobre a realização de triagem para vagas no Brique, publicadas nos meios de comunicação da feira, a maior parte diz respeito ao segmento de artesanato.



A maior parte dos expositores do Brique – 52,7% – não possui outra fonte de renda [Figura 22]. Quando analisados os dados por segmento, essa situação inverte-se nos segmentos de antiquário e de artes plásticas, nos quais a maior parte dos respondentes possui outra fonte de renda, com 40% e 59,1% respectivamente. É importante salientar que apesar deste resultado, um número expressivo de respondentes do segmento de antiquários (22%) não respondeu a esta questão, proporção esta que poderia influenciar a situação deste segmento, nesta questão.

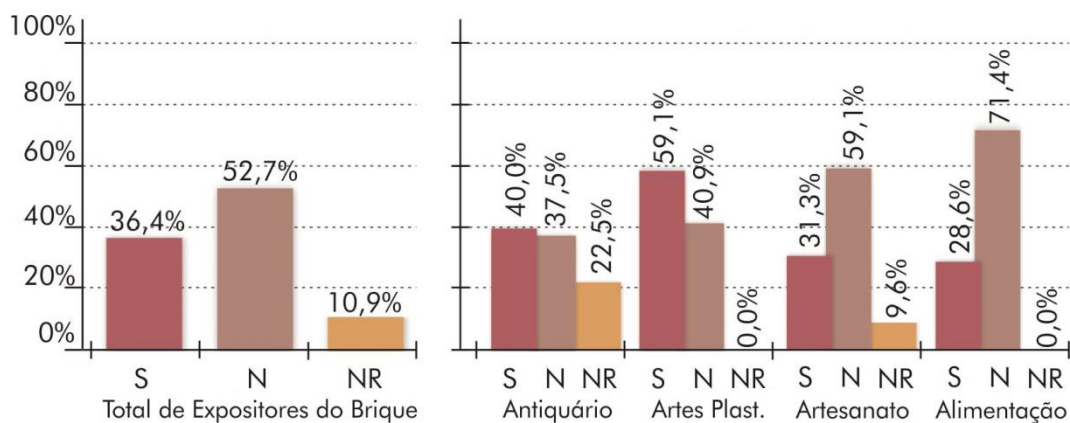


Figura 22 - Perfil dos Expositores do Brique: Fonte de Renda
 Fonte: Elaborado pela autora.

Do total de expositores do Brique, 35,3% expõem seus trabalhos e produtos em outros espaços públicos [Figura 23], enquanto 59,8% expõem apenas no Brique da Redenção. Do total de respondentes, 4,9% não responderam a esta questão. A predominância de expositores que expõe apenas no Brique se mantem quando analisados os dados por segmento. Embora a maior parte não exponha em outros espaços públicos, os que expõem citaram principalmente locais como Gasômetro, Caminho dos Antiquários, Glênio Peres e Mercado Público.

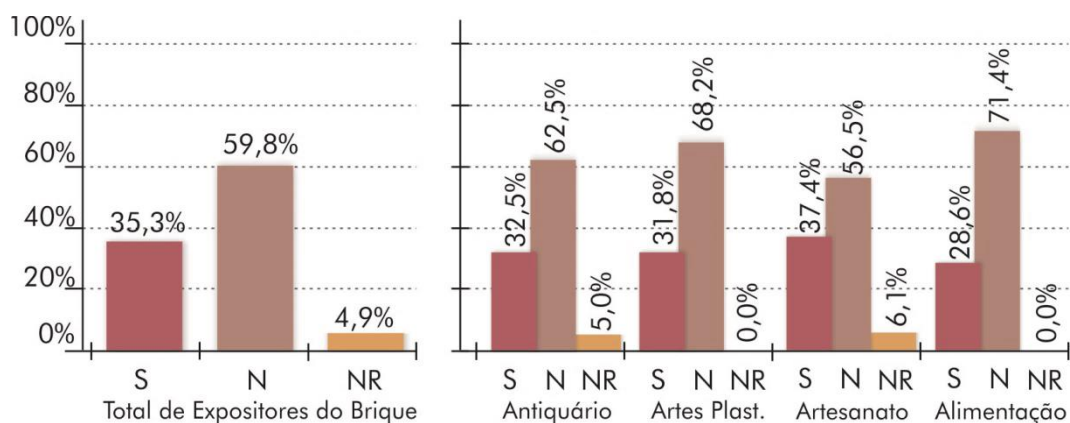


Figura 23 - Perfil dos Expositores do Brique: Relação com outros Espaços Públicos
 Fonte: Elaborado pela autora.

Com relação às demais feiras que acontecem no mesmo espaço aos sábados – Brique de Sábado, Feira de Artesanato do Brique de Sábado e Feira Ecológica do Bom Fim, 59,8% dos expositores do Brique dizem não participar, enquanto 18,5% afirmam participar e 15,2% já participaram [Figura 24]. Quando analisados os dados por segmento a predominância também é de expositores que não participam, entretanto, é interessante salientar que, no segmento de artesanato, 28,7% participam de alguma das feiras de sábado e 20% já participaram, somando um total de 48,7%. Esse dado aponta para uma intensa conexão entre as feiras de artesanato de sábado e de domingo.

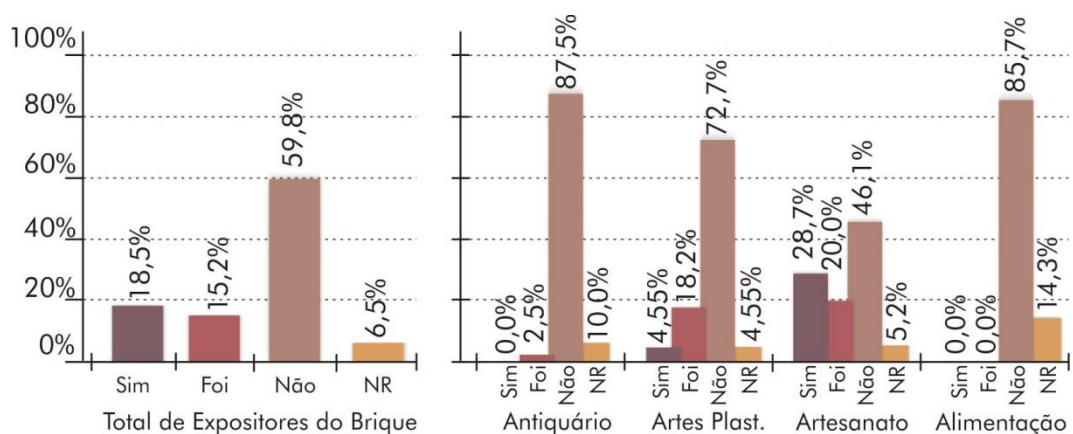


Figura 24 - Perfil dos Expositores do Brique: Relação com as Feiras de Sábado
 Fonte: Elaborado pela autora.

5.2.4 CONFLITOS INTERNOS

Os quatro segmentos, conforme visto no tópico sobre a organização administrativa, possuem comissões independentes. Apesar dessa separação, não há registros em notícias nem relatos de expositores sobre conflitos específicos entre os segmentos. Entretanto, uma situação específica foi relatada, e que pode ser compreendida como uma sobreposição de territorialidades no Brique.

No ano 2000, a marca Brique da Redenção foi registrada pela AABRE, ou seja, a associação que representa os artesãos do Brique assumiu a marca do Brique. “Brique da Redenção”, com também já foi visto, é como é conhecido popularmente o conjunto de feiras de domingo da Av. José Bonifácio. Entretanto, oficialmente, “Brique da Redenção” é a Feira de Antiquidades. Essa diferenciação foi salientada diversas vezes por diversos expositores de todos os segmentos e alguns expositores do segmento de antiquários relataram não concordar com essa iniciativa por parte da AABRE.

Somado a isso, a página do Brique da Redenção no Facebook – principal meio de comunicação dos Expositores com os frequentadores – é, aparentemente uma iniciativa do segmento de artesanato. Isso porque, a partir da análise das publicações feitas nessa página, sempre há muita ênfase nas questões relacionadas ao segmento de artesanato, contando a história do Brique a partir da chegada dos artesãos ou apresentando os trabalhos dos Expositores majoritariamente do segmento de artesanato. Também nas notícias e nos documentos que discutem questões relacionadas ao Brique da Redenção é bastante forte a presença tanto de representantes da AABRE, quanto de Expositores do segmento de artesanato.

Apesar de esta situação não ter sido comentada por nenhum dos expositores, pode-se dizer que, aparentemente, o segmento de artesanato tem uma posição protagonista na organização e planejamento das ações propostas pelo “Brique da Redenção” e que, portanto, possui uma territorialidade que se sobrepõe às demais territorialidades presentes naquele

espaço. Entretanto, não se pode afirmar que essa sobreposição seja vista como uma situação negativa para os demais expositores.

5.2.5 CONFLITOS COM O PODER PÚBLICO

A relação dos Expositores do Brique com o poder público é bastante complexa, pois, por um lado, existe certo 'compartilhamento' de poder no que diz respeito a certas decisões tomadas em relação ao Brique, em função da presença das Comissões Deliberativas na Coordenação Geral do Brique juntamente com representantes da SMIC, e por outro, existe a predominância das ações da SMIC tanto sobre a Coordenação Geral, quanto sobre o espaço do Brique em si.

Com relação ao 'compartilhamento', estão as ações relacionadas aos Ambulantes e aos Expositores indígenas, que serão descritas mais adiante. No que diz respeito ao domínio exercido pelo poder público, este pode ser exemplificado a partir dos relatos feitos pelos Expositores do Brique, em especial do segmento de antiquários. Segundo os Expositores, algumas pessoas foram autorizadas pelo poder público (não foi especificado de qual instância) a expor na feira, ocupando os espaços vagos, sem que passassem pela triagem. Durante o momento desses relatos, estas pessoas a quem eles se referiam estavam expondo na feira e, a partir da observação, a situação estava bastante tensa. Porém, segundo os expositores, essa situação apontada não é prática recente, como noticiada em 2006:

O Conselho de expositores do Brique [...] acusa uma banca de ter se instalado de forma não democrática na feira. [Um expositor] relata que uma banca de lanches e sucos [...] ganhou o espaço através de um *canetasso*. [Uma expositora] afirma que todos os expositores devem ter direitos e deveres iguais: 'todos nós passamos por uma triagem supervisionada pela SMIC, que seleciona os artesãos conforme padrão de qualidade'. [Um expositor] teme que esta ação abra um precedente, e que a organização da feira fique comprometida (JÁ, em 08/01/2006, grifo nosso).

Em resposta a essa denúncia, em 2006, o vereador responsável pela autorização da banca citada [na época secretário da SMIC] afirmou que "não existe base legal às reclamações dos expositores", pois, segundo ele, não existe nenhuma lei que estabeleça um processo de seleção (JÁ, em 08/01/2006). Essa resposta dada em 2006 foi a mesma dada aos expositores em 2017.

Por outro lado, apesar dessas imposições, os Expositores possuem uma territorialidade que independe do poder público. Exemplo disso é uma situação ocorrida no ano 2000, quando os expositores representantes da comissão do segmento de artesanato denunciaram o que consideraram "um abuso à democracia" e "desrespeito com os expositores e o público":

Segundo eles, no domingo, às 17h05min, a avenida José Bonifácio foi aberta ao tráfego de veículos, enquanto a lei determina que a abertura seja às 18h, e os fiscais do município foram jogando as barracas vazias para cima de um caminhão.

[Entretanto], conforme o Secretario da SMIC [...], pela lei, o horário do Brique se encerra às 16h, e um acordo determina que até às 17h os expositores devem se retirar do local. 'Eles não querem sair enquanto tiver público, mas os moradores pedem que a lei seja cumprida' (Correio do Povo, em 11/04/2000).

Na semana seguinte a esse episódio, os Expositores organizaram uma banca para coletar as assinaturas dos frequentadores que fossem a favor do funcionamento do Brique até às 18h e distribuíram folhetos repudiando a ação da SMIC:

No folheto, as comissões do Brique reivindicavam uma urgente qualificação técnica por parte do órgão público responsável pela fiscalização, alertando que está faltando uma orientação mais saudável e responsável na administração do poder público em relação àquele espaço (Correio do Povo, em 17/04/2000).

Em setembro do mesmo ano, outra notícia divulgava a conquista do novo horário do Brique da Redenção (Correio do Povo, em 17/09/2000). A mesma Lei que oficializou a Feira de Alimentação, de outubro do ano 2000, estendeu o horário da feira até às 18h, e até às 19h no horário de verão (PMPA, 2000a).

Outro exemplo importante de ser citado diz respeito à tentativa da Secretaria Especial dos Direitos Animais (SEDA) de promover um brechó para arrecadação de recursos para o atendimento de animais resgatados, o "Brechocão". O evento que ocorre atualmente no Parque Farroupilha em frente à Av. Osvaldo Aranha foi primeiramente pensado para ser realizado em frente ao Brique da Redenção. Entretanto, os Expositores do Brique se manifestaram e reivindicaram a mudança do local:

O temor dos expositores é de que a concorrência gerada pela feira realizada pela Seda prejudique as vendas no Brique. [...] 'Foi uma decisão autoritária'. 'Não aceito essa imposição. Quem assina uma coisa dessas não visita o Brique para saber das nossas dificuldades. Estão nos ferindo profundamente com isso. Temos que ser respeitados por fazermos parte da história do artesanato gaúcho' (Câmara POA, em 09/12/2013).

Após a mobilização por parte dos Expositores, foi definido que o "Brechocão" seria realizado em outro espaço do Parque e não em frente ao Brique (Câmara POA, em 11/12/2013). As situações descritas são exemplos da capacidade de articulação e intervenção dos Expositores do Brique no que diz respeito ao Brique e ao entorno do Brique.

5.3 OS EXPOSITORES INDÍGENAS

5.3.1 A PRESENÇA INDÍGENA NA AV. JOSÉ BONIFÁCIO

A presença dos expositores indígenas no entorno do Brique da Redenção é antiga. Apesar de o primeiro relato jornalístico³⁹ ser da década de 90, o fato de, nos registros do Seminário Brique 90 – ocorrido no final dos anos 80 –, se propor a inclusão de dois boxes na feira para os expositores indígenas que se encontravam “marginalizados como artesãos” (“Seminário Brique 90” [s.d.], p. 5 [Anexo]) aponta que estes já se encontravam no local.

Também segundo os relatos de expositores indígenas à Hermann (2016), eles já se encontravam por lá, quando “com o apoio de alguns artesãos, que defenderam junto aos demais artesãos do Brique contrários à presença indígena”, quatro famílias foram autorizadas a ocupar primeiramente o espaço entre os canteiros centrais da Avenida José Bonifácio, em frente à Rua Vieira de Castro [Figura 25] e depois o espaço entre os canteiros em frente à Rua Santa Terezinha.



Figura 25 - Presença dos Expositores Indígenas na dec. de 90
Fonte: PMPA/SMDH (Autoria desconhecida)

Outras famílias foram chegando e as famílias que ali estavam cediam espontaneamente espaço para as demais (HERMANN, 2016). Assim, a partir de negociações com os expositores do Brique, os indígenas foram realocados no canteiro da esquina da Av. José Bonifácio com a Av. Osvaldo Aranha. No final da década de 90, uma leitora do jornal Correio do Povo alertava sobre a situação dos expositores indígenas neste ponto: “*Quem colocou os pobres índios do Brique da Redenção ao sol, que coloque também guarda-sóis para*

³⁹ Dentre as notícias selecionadas nesta pesquisa

eles. Só vendo para crer, com tanta sombra que há por lá!" (Correio do Povo, em 18/01/1999). Para contornar essa situação, segundo o relato dos expositores indígenas a Hermann (2016, p. 50), foram plantadas, pelos próprios indígenas – especificamente por João Padilha–, duas árvores neste canteiro que, "hoje adultas e majestosas, sombreiam as bancas de outros parentes⁴⁰".

Até o final dos anos 90, ocuparam esse canteiro – que mede aproximadamente 6mx30m – cerca de 40 famílias indígenas. Portanto, o espaço que antes era 5m² por família, foi ajustado para aproximadamente 2m², fazendo com que os expositores indígenas se expandissem para além dos limites do canteiro [Figura 26] (HERMANN, 2016).



Figura 26 - Expositores Indígenas no Brique (1998)

Fonte: Museu de Porto Alegre Joaquim José Felizardo

(Autora: Joelma Pizzolotto)

No ano 2000, através de reivindicações do Orçamento Participativo, os expositores indígenas conseguiram um espaço para expor seu artesanato. O decreto municipal nº 12.874 destinou "a loja nº 22 do Mercado do Bom Fim, com área de 15,93m² para a comercialização de artefatos produzidos pelas etnias *Kaingangue* e *M'byá-guarani*" (PMPA, 2000b), hoje denominada Loja Arte Indígena. Segundo a Secretaria Municipal de Direitos Humanos (SMDH), tratava-se de um espaço "central no cenário histórico, cultural e turístico de Porto Alegre, cedido pela SMIC com gestão compartilhada da SMDH e os povos indígenas"⁴¹. Este fato, em paralelo a outras conquistas, representou para os expositores indígenas a "efetiva consolidação da *conquista do espaço*", tanto em termos de presença no Brique da Redenção, como em termos de presença indígena na cidade (HERMANN, 2016, p. 75).

⁴⁰ Forma como os indígenas se referem a outros expositores indígenas.

⁴¹ Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smdh/default.php?p_secao=103>.

Enquanto essa conquista se efetivava, seguia a expansão dos expositores indígenas ao longo da Av. José Bonifácio, que se organizavam na faixa de rolamento de frente para os expositores do Brique, gerando o incomodo por parte destes. Para contornar esta situação, a SMIC, à pedido dos expositores do Brique em concordância com as famílias indígenas e com o Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas do Ministério Público Federal (MPF), realizou uma proposta de reorganização do espaço dos expositores indígenas na feira, na qual eram cedidos trinta e oito boxes de 1,8m², com "limite a ser respeitado" [Anexo].

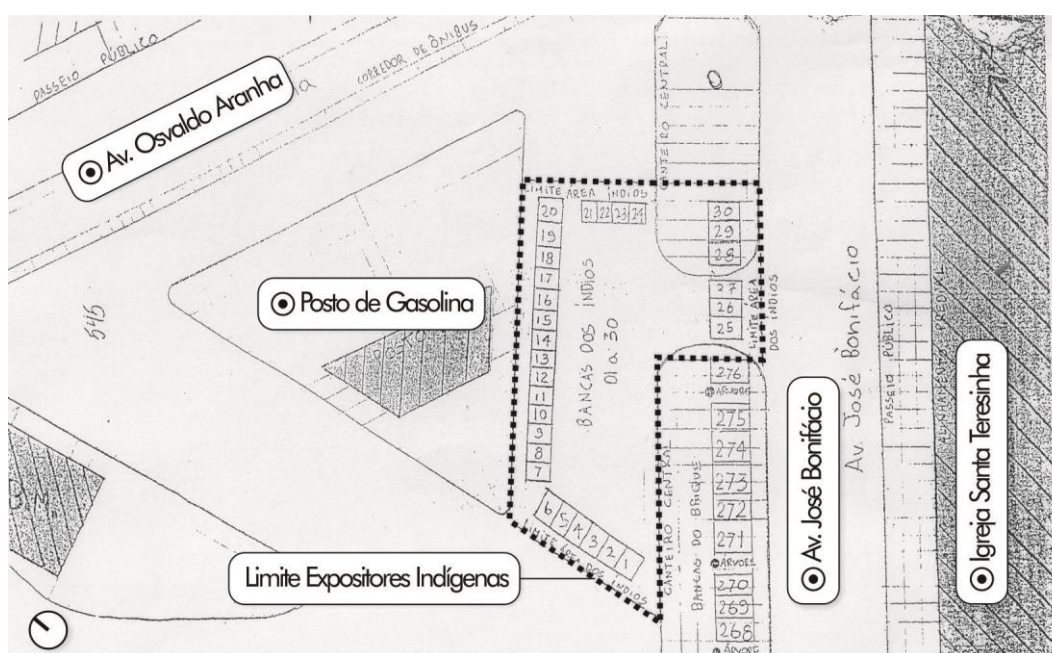


Figura 27 – Limites Expositores Indígenas (2003)
 Fonte: Elaborado pela autora sobre mapa do Ofício N.º 896/2003 [Anexo]

Apesar da concordância das famílias indígenas, essa estrutura de ocupação não durou muito tempo, pois logo os expositores indígenas voltaram a se reorganizar e se expandir. Segundo Hermann (2016), essa nova expansão se deu, principalmente, por dois motivos: em primeiro lugar porque o tamanho definido para cada box – ou cada família, no caso dos expositores indígenas – não condizia com as necessidades de espaço das famílias indígenas; em segundo lugar, e talvez o mais importante, foi o fato de os expositores se sentirem em espaços periféricos da feira, com pouca circulação de pedestres e dificuldade de acesso.

Essa divisão em boxes de tamanho semelhante ao dos expositores do Brique teve também consequências em termos de adequação e, portanto, redução do tamanho do material comercializado. Os expositores indígenas perceberam que

o espaço de uma tuia de cipó, que ocupa 1/10 de 2m², vendida por aproximadamente 40 reais, é o mesmo que é ocupado por 50 filtros de sonho vendidos entre 5 e 20 reais cada um dependendo do acabamento, ou seja, a definição do material da família pode atribuir prejuízo ou lucro com a atividade (HERMANN, 2016, p. 93).

Além disso, segundo os expositores, essa adaptação foi importante para deixar a “banca ‘bem cheinhas, bem bonitas [...] para chamar os *fóg* [não-indígenas]” (HERMANN, 2016, p. 137). Ainda que algumas famílias tenham se mantido comercializando os trabalhos com cipó e, portanto necessitando de espaços maiores, outras foram mesclando novos materiais que, segundo eles, atraíam mais a atenção dos compradores.

Em 2004, ou seja, 01 ano após a proposta da SMIC, em uma notícia veiculada pelo Jornal Já Bom Fim (HERMANN, 2016), os expositores do Brique apontavam três questões: que o avanço dos indígenas descumpria o acordo firmado em 2003 e prejudicava a venda de outros expositores do Brique; que os indígenas estavam revendendo mercadorias que não eram artesanato, o que é proibido pela legislação do Brique; e que os indígenas estavam usando a loja destinada a eles no Mercado do Bom Fim como depósito e não ponto de venda. Neste mesmo ano, os artesãos do Brique encaminharam à SMIC uma proposta de cancelamento da feira de artesanato que se estabelecia aos domingos na Av. Osvaldo Aranha, ao lado do Mercado do Bom Fim e a transferência dos indígenas para este local [Anexo]. Ao que parece, a proposta não gerou discussões, pois não há registro da repercussão, tampouco os indígenas comentam esse episódio em seus relatos à Hermann (2016).

Em junho de 2007, a SMIC e os expositores do Brique da Redenção encaminharam ao MPF um relatório descrevendo a situação dos indígenas e solicitando que fosse cumprido o acordo de 2003. O MPF se manifestou contra os pedidos de intervenção tanto no que dizia respeito à expansão dos expositores indígenas quanto aos materiais comercializados [Anexo]. Sob o ponto de vista do MPF, não cabe a este órgão tomar medidas que vão contra o interesse dos povos indígenas, ao contrário, a ele cabe a defesa dos interesses e direitos dos indígenas, “por expressa determinação constitucional”.

Neste mesmo ano, cinco meses após esta determinação do MPF, um conflito entre fiscais da SMIC, que estavam acompanhados da Brigada Militar, e os indígenas no Brique culminou em um cacique Kaingang ferido por um tiro disparado por um policial (Zero Hora, em 04/11/2007). Segundo a notícia veiculada,

o policial acompanhava uma equipe da SMIC que fiscalizava a venda de produtos quando houve uma discussão entre índios e fiscais. Os índios teriam agredido a equipe e tentado desarmar o policial que atirou contra um deles, atingido na perna direita. [...] Segundo os fiscais da SMIC, eles teriam ido ao local para pedir que os cestos vendidos pelos índios, que estavam obstruindo parte da Rua José Bonifácio, fossem colocados sobre a calçada. Os índios teriam entendido que os fiscais pediam que eles saíssem do local. O mal-entendido é que teria dado origem à confusão (Zero Hora, em 04/11/2007).

Entretanto, segundo os expositores, o policial constrangeu os indígenas e removeu de forma violenta os materiais expostos no chão, além de não ter respeitado a hierarquia da comunidade, ao não se dirigir à liderança indígena – o cacique que foi baleado – para fazer a solicitação de retirada dos

produtos (LABORS, 2008). O caso repercutiu e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) ajuizou um processo contra o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, pela falta de preparo dos agentes públicos em lidar com os indígenas e pelo dano causado ao cacique à comunidade indígena.

Mesmo após este episódio, os conflitos e tensões seguiram, ora em função da expansão dos expositores, ora da comercialização de produtos não artesanais. Em 2008, durante a visita de um grupo de vereadores ao local, acompanhados de um representante da SMDH e por um representante da FUNAI/RS, com o objetivo de verificar as denúncias realizadas pelos expositores do Brique, os expositores indígenas apresentaram uma proposta de solicitando que fosse criada uma feira em separado para eles (Câmara POA, em 14/12/2008). O local proposto pelos era o estacionamento em frente ao Brique da Redenção. Apesar de tanto a Câmara quanto a SMIC terem achado essa proposta uma boa 'saída' para o impasse, a discussão não foi adiante.

Em 2011, enquanto as tratativas para a revitalização do Brique entre a PMPA, a AABRE e a multinacional Wall Mart iniciaram, os expositores indígenas receberam outra proposta (HERMNANN, 2016). Desta vez, a proposta era realocar os expositores indígenas em outros espaços da cidade – como, por exemplo, o Largo Zumbi dos Palmares – diminuindo e regulando sua presença no Brique da Redenção. Segundo Hermann (2016, p. 92), os expositores indígenas rechaçaram esta proposta, pois não atendia as necessidades das famílias, que precisavam estar em espaços de grande fluxo de pedestres, com árvores para fazer sombras, ser de fácil acesso às famílias que residem na zona sul e leste da cidade e dispor de comércio local de alimentos, oferecer banheiros – tudo que o Brique oferece – e, portanto, segundo os expositores, era uma tentativa de “lograr os Índios”.

Cessadas as tentativas de realocação dos indígenas, como medida provisória fora garantido pela SMIC “o limite do espaço a ser ocupado, *temporariamente* no Brique da Redenção, até a ‘parada de ônibus’ existente no início da Av. José Bonifácio” (HERMNANN, 2016, p. 93, grifo nosso). A situação foi realmente temporária, pois em seguida, os expositores indígenas romperam este limite imposto e voltaram a se expandir ao longo da Av. José Bonifácio, tal como se organizam atualmente.

O fato de a situação atual do Brique ser semelhante à de 2011, não significa que os conflitos cessaram neste período. Até hoje, os expositores do Brique reivindicam o cumprimento do acordo de 2003, referente ao local destinado aos expositores indígenas, e discutem sobre os produtos industrializados comercializados por eles, conforme o trecho de uma notícia veiculada em 2016:

Reclamamos às autoridades competentes o cumprimento do acordo entre o Ministério Público e o município, referente ao espaço que devem ocupar os vendedores de diferentes tribos nativas e o produto que devem vender [...] (Jornal do Comércio, em 31/7/2016).

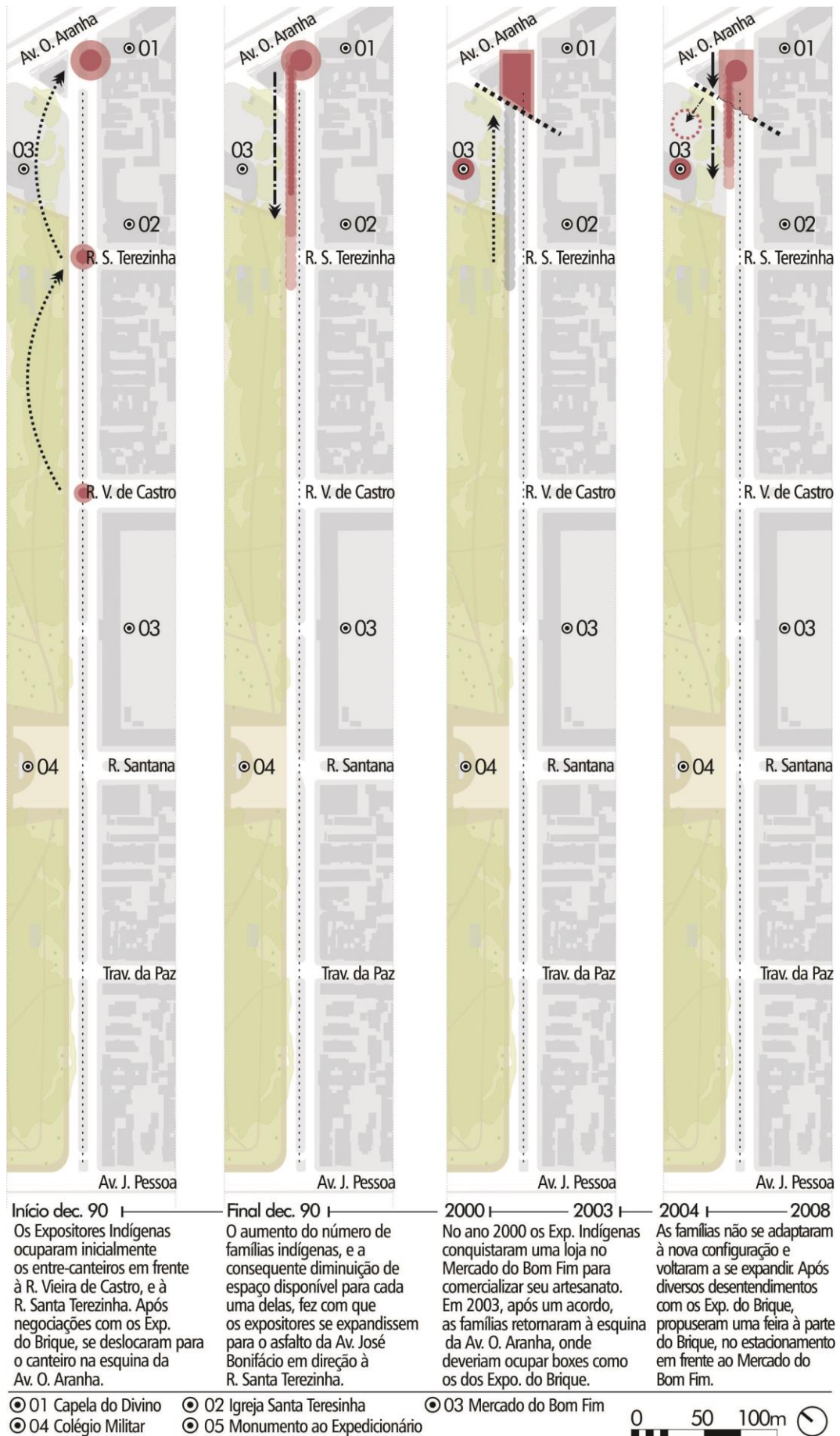


Figura 28 - Processo de constituição do território dos Expositores Indígenas [1/2]

Fonte: Elaborado pela autora.

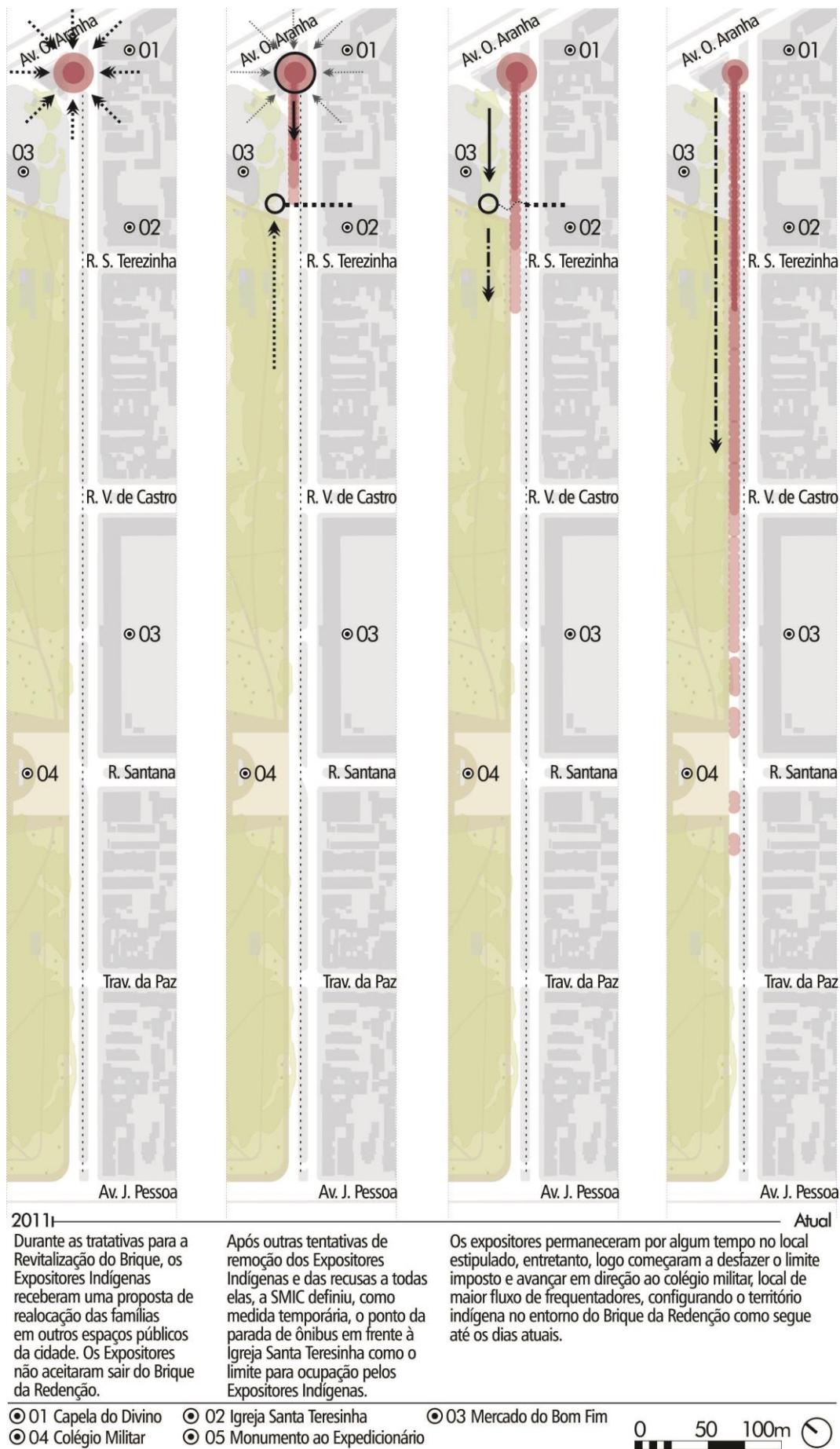


Figura 29 - Processo de constituição do território dos Expositores Indígenas [2/2]

Fonte: Elaborado pela autora.

5.3.2 PERFIL E ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Segundo dados da PMPA, vivem em Porto Alegre três etnias indígenas: Guarani, Kaingang e Charrua. Destes, dois estão presentes no Brique da Redenção: os Guaranis e os Kaingang⁴². De acordo com trabalhos etnográficos realizados com/sobre comunidades indígenas de Porto Alegre e RMPA (por ex. BRUM, 2011; FREITAS, 2005; HERMANN, 2016), as famílias que frequentam o entorno do Brique da Redenção para expor seus trabalhos são provenientes de aldeias e acampamentos localizados na Lomba do Pinheiro (Guarani, Kaingang e Charrua – este último apenas durante sua gestão na Loja Arte Indígena), Morro Santana, Agronomia, Morro da Glória, Morro São Pedro, Belém Novo, São Leopoldo (Kaingang), Lami, Estiva e Cantagalo (Guarani).

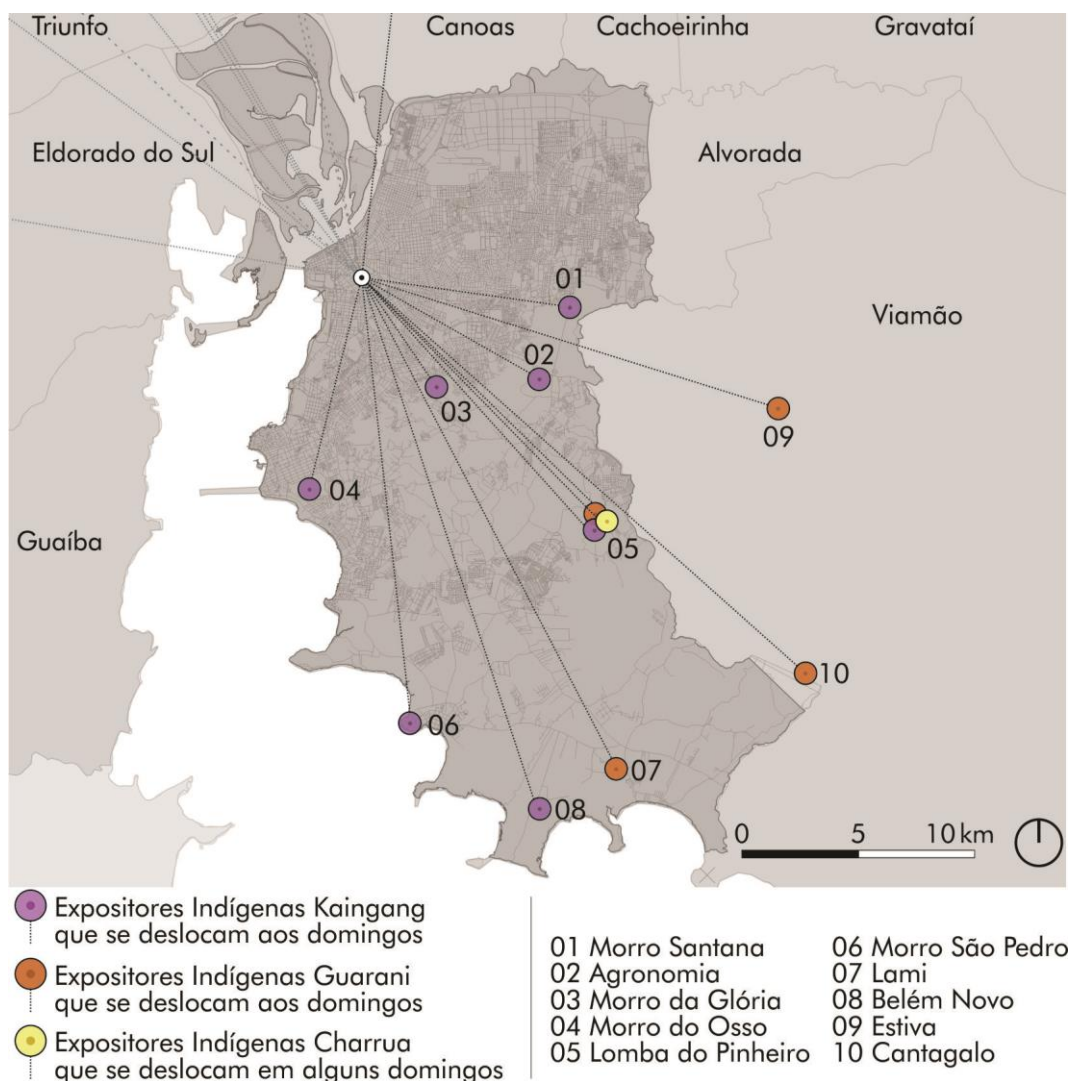


Figura 30 - Deslocamento de famílias indígenas para Brique da Redenção: POA e RMPA
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Brum (2011), Freitas (2005) e Hermann (2016).

⁴² A etnia Charrua prefere comercializar seu artesanato apenas na Loja Arte Indígena do Mercado do Bom Fim durante a sua gestão e não utilizar espaços públicos da cidade (SMDH).

Há também relatos de famílias Kaingang que se deslocam com bastante frequência de outras cidades do Rio Grande do Sul, como Santa Maria, Estrela, e de Terras Indígenas como T.I. Iraí, T.I. Serrinha, T.I. Nonoai, T.I. Borboleta e T.I. Guarita (FREITAS, 2005). Em épocas especiais, como Páscoa e Natal, famílias da T.I. Inhacorá e até mesmo famílias de Terras Indígenas de outros estados se deslocam para o Brique, como de T.I. Mangueirinha no Paraná e de Chapecozinho em Santa Catarina (FREITAS, 2005).

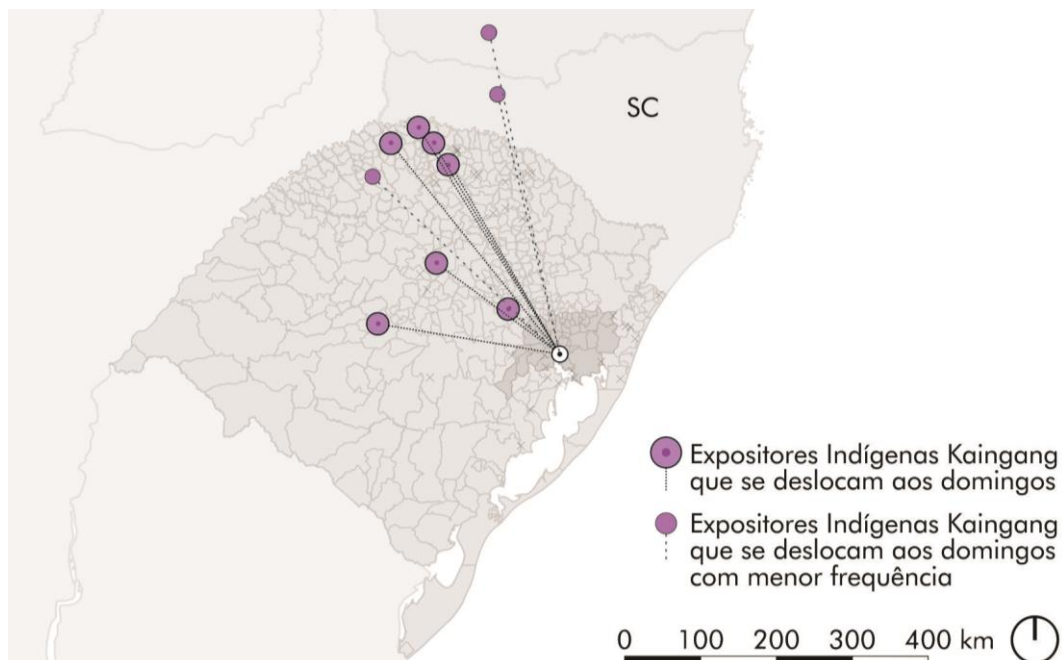


Figura 31 - Deslocamento de Famílias Indígenas para Brique da Redenção: RS
Fonte: Elaborado pela autora, baseado em Brum (2011), Freitas (2005) e Hermann (2016).

Cada uma destas etnias confecciona e comercializa um tipo de artesanato. Os Guaranis produzem esculturas em madeira e cestarias com fibras de taquara [Figura 32], enquanto os Kaingang confeccionam principalmente cestarias a partir do cipó e da taquara (SMDH), mas também colares feitos de semente e 'filtros dos sonhos'. Além das confecções artesanais, os Kaingang comercializam produtos industrializados como chapéus, mantas, roupas, etc. [Figura 33].

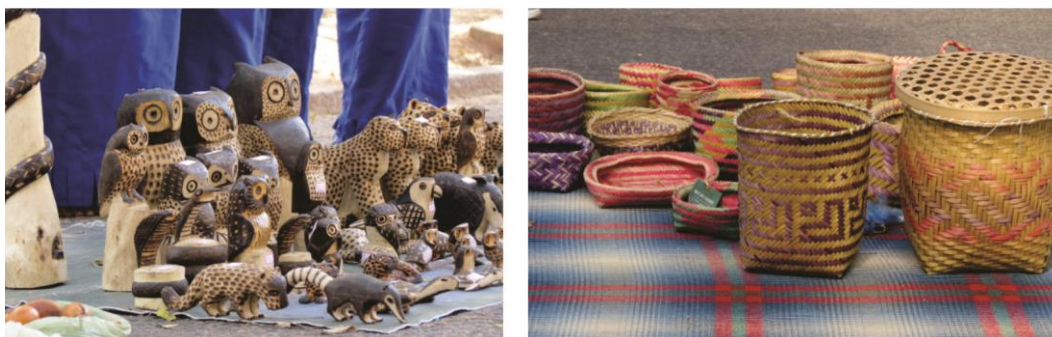


Figura 32 - Artesanato dos Expositores Indígenas Guarani no entorno do Brique da Redenção
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 33 - Artesanato e outros produtos dos Expositores Indígenas Kaingang no entorno do Brique da Redenção
 Fonte: Acervo pessoal.

Além da diferenciação do artesanato produzido e do produto comercializado, essas duas etnias possuem formas diferentes de se organizar no entorno do Brique da Redenção.

5.3.2.1 OS EXPOSITORES KAINGANG

Os expositores Kaingang estão presentes em maior quantidade, em comparação à presença dos Guaranis, e ocupam a extensão do asfalto da Av. José Bonifácio desde a Av. Osvaldo Aranha até a Rua Santana [Figura 34], em diferentes intensidades.

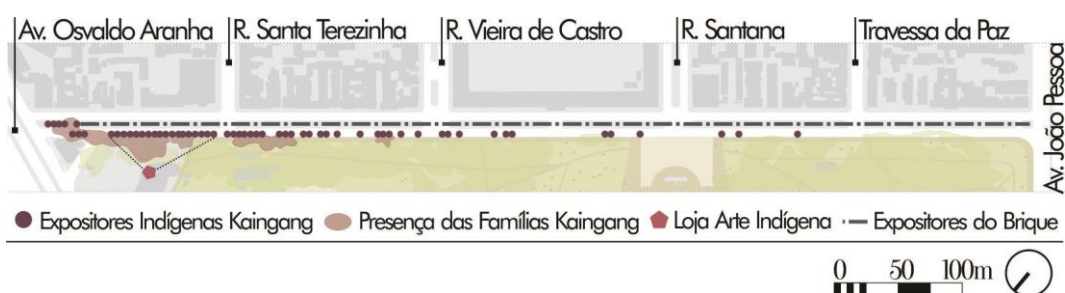


Figura 34 - Localização dos Expositores Indígenas Kaingang na Av. José Bonifácio
 Fonte: Elaborado pela autora.

O trecho de ocupação mais intensa ocorre entre a Av. Osvaldo Aranha e a Rua Santa Terezinha, no qual a presença destes expositores é praticamente exclusiva e se dá de duas formas, dependendo do tipo de produto comercializado. Os expositores que comercializam as cestarias e outras estruturas de cipó expõem seus produtos diretamente no asfalto [Figura 35], em geral nas proximidades da Loja Arte Indígena do Mercado do Bom Fim, utilizada, em parte, como depósito para as peças maiores. No início da

manhã, os expositores retiram as peças em carrinhos metálicos – como os de supermercado – e as guardam no final do dia⁴³ [Figura 36]. A utilização da loja como depósito para as peças ocorre possivelmente em função da dificuldade de transporte da aldeia até o Brique, visto que a maioria dos expositores faz o trajeto de ônibus – o que torna inviável o transporte destas peças – ou paga por fretes feitos por carros de familiares ou conhecidos – o que aumenta o gasto financeiro (HERMANN, 2016).



Figura 35 - Expositores Indígenas Kaingang [1]

Fonte: Acervo pessoal.



Figura 36 - Expositores Indígenas Kaingang [2]

Fonte: Acervo pessoal.

Já os expositores que comercializam artesanatos menores ou produtos industrializados, expõem suas mercadorias em bancas de estrutura metálica, semelhantes às dos expositores do Brique. Estas bancas formam grandes blocos, nos quais os espaços utilizados por cada família são dispostos de forma contínua [Figura 37]. Neste trecho, alguns expositores sentam-se próximos a seus produtos em cadeiras de praia, enquanto outros preferem utilizar os bancos do parque e os assentos da parada de ônibus, enquanto as crianças brincam na calçada do parque [Figura 38].

⁴³ Esta observação indica que, durante o período de coleta de dados desta pesquisa, a gestão da Loja Arte Indígena estava sob a responsabilidade dos Kaingang.



Figura 37 - Expositores Indígenas Kaingang [3]
Fonte: Acervo pessoal.



Figura 38 - Expositores Indígenas Kaingang [4]
Fonte: Acervo pessoal.

No trecho entre a Rua Santa Terezinha e a Rua Santana a presença destes expositores também é frequente, porém se intercalam com alguns – poucos – expositores Guaranis e com os ambulantes e vai diminuindo na medida em que se aproxima da Rua Santana. Neste trecho, que é um dos trechos que maior fluxo de frequentadores, os expositores ocupam espaços menores, sobre panos no asfalto ou sobre estruturas de madeira, descobertas – ou cobertas com guarda-sóis [Figura 39]. As famílias são menores e é frequente ver apenas um expositor ou casal de expositores por banca. Os expositores deste trecho comercializam, em sua maioria, acessórios, como colares e pulseiras, que se intercalam entre produções artesanais e peças industrializadas.



Figura 39 - Expositores Indígenas Kaingang [5]
Fonte: Acervo pessoal.

5.3.2.2 OS EXPOSITORES GUARANIS

Os expositores indígenas Guarani se agrupam por famílias e ocupam o espaço de forma pontual, distantes umas das outras, não formando trechos contínuos. A maior parte destes pontos está entre a entrada principal do Colégio Militar e a Travessa da Paz – ainda que haja um ou outro grupo em outros locais – intercalados com os ambulantes e os expositores Kaingang [Figura 40].

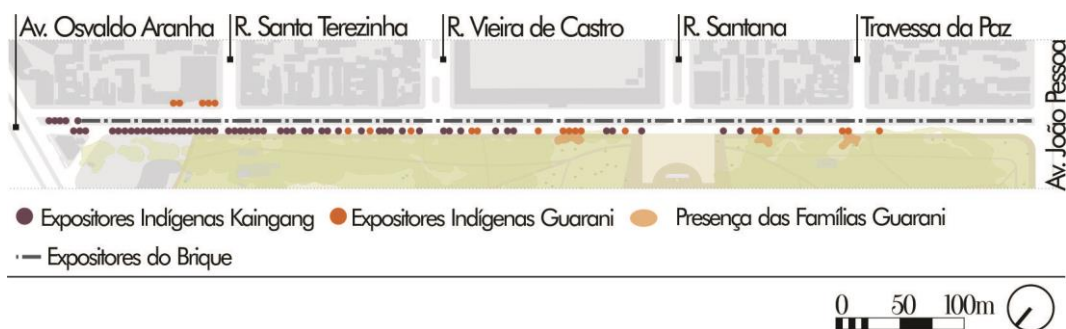


Figura 40 - Localização dos Expositores Indígenas Guarani e Kaingang na Av. José Bonifácio
Fonte: Acervo pessoal.

As famílias são compostas majoritariamente por mulheres e crianças, de todas as idades e a maioria não fala português. Elas expõem suas peças sobre panos colocados diretamente no asfalto e sentam-se no cordão da calçada do parque, em geral sob as sombras das árvores, enquanto outras, com as crianças mais novas e os bebês, ficam agrupadas próximo aos troncos, na calçada do parque [Figura 41].



Figura 41 - Expositores Indígenas Guaranis [1]
Fonte: Acervo pessoal.

Em alguns pontos, as crianças mais velhas fazem apresentações, cantando e tocando alguns instrumentos. À frente delas é colocada uma caixa de papelão, na qual podem ser depositadas as doações espontâneas. Estas apresentações não chegam a concentrar expectadores e raramente um ou outro frequentador diminui o passo para assistir às crianças [Figura 42 à esq.]. Uma situação interessante de se descrever é que, ao final do dia, quando os Expositores do Brique já estão retirando seus materiais, eventualmente algumas crianças Guarani ocupam o canteiro central para realizar as apresentações [Figura 42 à dir.].



Figura 42 - Expositores Indígenas Guaranis [2]

Fonte: Acervo pessoal.

Também é possível encontrar alguns expositores Guarani nas calçadas da Av. José Bonifácio próximo às edificações, em especial em frente à Igreja Santa Teresinha. Nestes espaços, as mulheres e crianças, sentadas ao chão, expõem alguns artesanatos e também aguardam algumas doações [Figura 43].



Figura 43 - Expositores Indígenas Guaranis [3]

Fonte: Acervo pessoal.

5.3.3 CONFLITOS INTERNOS

Analisando a organização dos expositores indígenas ao longo da Av. José Bonifácio, é possível perceber que existe um distanciamento entre as etnias Kaingang e Guarani. Esta presença periférica dos expositores Guaranis em relação à presença Kaingang é, para Freitas (2005), uma conduta para evitar tensões com os Kaingang que vão além do espaço do Brique da Redenção. Freitas (2005) aponta que, em muitos casos, os Guaranis preferem vender seus artesanatos aos Kaingang para que estes os revendam.

Embora não tenha sido possível verificar esta situação de forma aprofundada, no que diz respeito ao espaço do Brique, parece haver uma tentativa por parte dos Expositores Guaranis de ter mais espaços no Brique, pois, em reunião em maio de 2008, na SMIC para tratar das questões relativas aos indígenas nas feiras de artesanato de Porto Alegre – incluindo o Brique –, uma das expositoras se pronunciou sobre o fato de os Guaranis não estarem incluídos nos espaços de comercialização de artesanato em Porto Alegre, possuindo poucos espaços, comparado aos Kaingang (SALDANHA, 2009). Em resposta, os expositores Kaingang presentes afirmaram que os Guaranis deveriam se fazer mais presentes nas reuniões, mas entendem que os indígenas enfrentam um problema conjunto e necessitam unir forças para garantir que a SMIC acate as formas de organização e necessidades indígenas de Porto Alegre e que no que dependesse dos expositores Kaingang, os Guaranis não ficariam sem espaços nas feiras.

Esse registro aponta que os Expositores Indígenas Guarani demonstram interesse em ter mais espaço nas feiras, porém, tanto o relato sobre a ausência dos Guaranis nas reuniões quanto a ausência da fala dos Guaranis verificada nos trabalhos e notícias sobre o Brique da Redenção, apontam que há um predomínio das ações dos Expositores Indígenas Kaingang no que diz respeito ao controle territorial desses espaços de comercialização indígena.

5.3.4 CONFLITOS COM OS EXPOSITORES DO BRIQUE

Conforme visto, o conflito entre os expositores do Brique e os expositores indígenas é bastante antigo. Desde as primeiras referências à presença destes expositores no entorno do Brique, as tensões referentes à forma de ocupação deste espaço e dos produtos comercializados é tema de notícias e discussões.

Para os expositores do Brique, a comercialização de peças industrializadas é não só contra o regulamento da feira, como descaracteriza o Brique, enquanto espaço cultural. Segundo eles, os expositores indígenas “viraram camelô” (Câmara POA, em 18/12/2007), “se capitalizaram” e perderam suas características culturais. Alguns expositores fazem menção, por exemplo, ao fato de os indígenas vestirem-se atualmente como “nós” [não-indígenas].

Além dessas, outras questões que permeiam as discussões são as diferenciações feitas entre os expositores Kaingang – que comercializam também produtos industrializados – e Guarani – que comercializam artesanato. Para alguns expositores do Brique, os Kaingang são

“preguiçosos”, pois compram mercadorias em atacados do centro para revender, ao contrário dos expositores Guarani, que ainda produzem o seu artesanato e, portanto, “os Guarani são artesãos enquanto os Kaingang são camelôs”. Por outro lado, em alguns momentos aos expositores Guarani é associada a ideia de mendicância, por estarem à espera de doações⁴⁴; enquanto aos Kaingang é associada a ideia de “explorados” por serem supostamente “usados pelos grandes atacadistas do centro” em função da sua situação marginalizada e vulnerável, ao mesmo tempo que privilegiada, por serem “protegidos” pelo Governo, não podendo ser retirados pela fiscalização municipal.

São diversas e intensas as opiniões sobre a presença dos expositores indígenas na Av. José Bonifácio e, é importante deixar claro, não são todos os expositores do Brique que se posicionam contra a expansão dos indígenas na feira, nem às mercadorias comercializadas, ainda que, em grande parte, seja por um sentimento de “pena” da situação destes sujeitos. Os expositores indígenas, por sua vez, compreendem que os expositores do Brique “se acham donos do espaço” e não são “confiáveis” (HERMANN, 2016). A seguir, o que se pretende não é chegar a uma definição de qual lado estaria supostamente certo, apenas tangenciar o ponto de vista dos expositores indígenas, ou de autores que com eles conviveram durante suas pesquisas, sobre o principal argumento contrário à postura indígena no entorno do Brique da Redenção e como isso reflete na articulação destes expositores.

5.3.4.1 OS PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS

A questão da venda de produtos industrializados pode assumir diversas perspectivas de discussão. Alguns indígenas justificam ter sido necessário incorporar os produtos industrializados, pois, além de a natureza não lhes oferecer mais o suficiente para o sustento de todas as famílias apenas com o artesanato, também o desinteresse dos possíveis compradores pelo artesanato indígena colaborou com essa mudança (COMIN, [s.d.]). Entretanto, Freitas (2005), ao se deparar em sua pesquisa com colares indígenas de séculos passados notou a presença de, por exemplo, botões de camisa, cartuchos de bala, fivelas e argolas de metal, indicando que a inclusão de materiais “externos” já era praticada.

Bregalda & Chagas (2008) refletem sobre o caráter *interétnico* das relações Kaingang e apontam que, mesmo os produtos considerados ‘externos’ ao

⁴⁴ Essa prática citada se refere ao que é denominado pelos Guarani como prática do “Poraró”, que pode ser traduzido como “‘esperar troquinho’ (pó = mão; aró = esperar)” (FERREIRA; MORINICO, 2008). Esta prática é realizada por mulheres Guarani e consiste em sentar-se sobre panos no chão, com uma cesta ou caixa de papelão aguardando por doações. O que, para um não-indígena – e até mesmo para os Kaingang – pode ser entendido como mendicância, para os Guarani esta prática não é mendigar, pois a mulher “nunca pede, a pessoa de boa vontade dá, entrega para mulher” e está relacionado à forma como os Guarani compreendem a noção de compartilhamento (FERREIRA; MORINICO, 2008)⁴⁴.

grupo, ao serem trazidos para o 'interior', são nominados e passam a integrar a cadeia classificatória a partir da qual os Kaingang organizam e ordenam suas relações. As autoras salientam que esta incorporação de outros materiais por parte dos indígenas é frequentemente associada ao discurso de "perda de cultura" – ou "aculturação". Tal discurso também está relacionado às críticas quanto ao fato de os indígenas utilizarem roupas, relógios e apresentarem-se no meio urbano de forma semelhante aos não-indígenas. Hermann (2016) aponta que essa visão perpassa a ideia de uma cultura aborígine estática, a-histórica e incapaz de lidar com as novas necessidades e, principalmente, de aprender a lidar com o dinheiro.

Essas breves colocações apenas apontam os diversos caminhos que a discussão sobre a incorporação de produtos industriais pelos indígenas poderia tomar. O importante de salientar nesta pesquisa é, em primeiro lugar, que a noção de que os indígenas são "usados" e "explorados" no que diz respeito à comercialização de produtos industrializados no Brique da Redenção não é compartilhada por eles, que, ao contrário, se colocam como atores e não como indivíduos passivos, pois aprenderam a lidar com as coisas de "branco" e de fato orgulham-se disso (HERMANN, 2016, p. 77).

Os relatos dos expositores a Hermann (2016) mostram que, desde os "tempos de artesanato" no Brique, eles já se adaptavam ao contexto, visto que nem sempre existiu no artesanato indígena, por exemplo, árvores de natal trançadas em cipó. Essas transformações ocorreram em função do interesse demonstrado pelos possíveis compradores. O autor também descreve que existe entre os expositores indígenas uma relação de rivalidade em termos de comercialização: "a espionagem comercial também é realizada pelo vizinho, que pede para que a esposa vá investigar o que os '*parenté*' tanto vendem, que novidade é que está chamando a atenção dos '*fóg*' [não-indígenas]" (HERMANN, 2016, p. 53).

Em segundo lugar, é importante entender como a questão da venda de produtos industrializados se reflete na territorialidade indígena em relação aos expositores do Brique. Conforme descrito anteriormente, nem todas as famílias comercializam produtos não artesanais. Algumas inclusive, segundo Hermann (2016), compreendem o perigo de incorporar os '*panos*' – como se referem aos materiais como mantas, roupas, chapéus, etc. – em termos de confronto com os expositores do Brique.

Entretanto, mesmo com esse entendimento, as famílias colocam-se sempre como coletividade, e não fazem estas distinções entre eles. Ou seja, nenhuma família é mais ou menos merecedora do espaço em função do que está comercializando. Exemplo disso é que por diversas vezes uma das famílias Kaingang mais antigas do Brique da Redenção – que não comercializa produtos industrializados – recebeu propostas de ganhar um box "dentro" do Brique da Redenção (HERMANN, 2016). Aceitar essa nova posição seria uma forma de conquistar de fato o espaço indígena naquele local. Entretanto, ao compreenderem que a inclusão desta família no Brique da Redenção poderia causar o enfraquecimento da resistência dos '*parentes*' que comercializavam '*panos*', todas as propostas foram rechaçadas pelos expositores indígenas. Para eles, "mesmo que o material de sua família seja

prioritariamente o natural ainda sim preferem permanecer ao lado das demais famílias *kanhgág* 'fora' (ou seja, de frente) do Brique e não 'dentro', pois os "fóg [não-indígenas] são cheios de armadilhas, e mentem" (HERMANN, 2016, p. 102).

5.3.5 CONFLITOS COM O PODER PÚBLICO

Ainda que os expositores do Brique enxerguem os expositores indígenas como "protegidos" – algumas vezes também utilizam o termo "intocáveis" –, na visão dos indígenas, a permanência deles naquele espaço é fruto de suas próprias articulações e resistências. Hermann (2016) relata que algumas famílias Kaingang entendem que, não fosse pelo seu empenho e mobilização frente aos órgãos competentes, seria pouco provável que ainda estivessem por lá. Os expositores também relatam que muitos fiscais não sabem que eles estão autorizados a ocupar aquele espaço:

Jair: 'Eu tava vendendo lá e uma vez uma fiscal da SMIC veio falar pra mim recolher as coisas, que dá próxima vez ela ia recolher. Eu disse pra ela que era índio e que ela não podia, mas um dia ela apareceu com uma Kombi lá e quis recolher o material. Daí eu mostrei o papel da FUNAI, que é federal, e que eu tenho documento de 40 espaço aqui, que era da FUNAI que tinha feito reunião com eles e eles nem sabiam né, era outros peão né' (HERMANN, 2016, p. 79).

Segundo o relatório do Laboratório de Observação Social (LABORS, 2008) os expositores indígenas relatam que possuem pouco diálogo e se sentem ameaçados pela SMIC, além de serem diversas vezes constrangidos tanto pela Secretaria quanto pelos "colegas" – como se referem aos expositores não-indígenas. O relatório também aponta que os expositores se sentem discriminados pelos agentes públicos que demonstram preconceito em relação aos índios, "principalmente por suas atitudes, gestos e maneira de falar. 'Parecemos mais com bandidos, criminosos, nos cuidando'" (LABORS, 2008, p. 81). Outra questão abordada no relatório diz respeito à incompreensão por parte dos agentes públicos das formas tradicionais de parentesco e relações familiares, reclamando constantemente da presença de crianças nos locais de venda e inclusive os ameaçando com relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente e aos Conselhos Tutelares.

Em conversa com um fiscal presente no Brique da Redenção, este relatou que a instrução que recebem de seus "superiores" com relação aos indígenas é de não se envolver, independente do tipo de mercadoria comercializada e do local onde estejam instalados. Entretanto, em reunião com os expositores em 2008, os fiscais da SMIC relataram "dificuldades em exercer suas funções de fiscalização em espaços de comercialização com presença indígena" e consideram que os indígenas são "um empecilho ao exercício fiscal". (SALDANHA, 2009, p. 204).

5.4 OS AMBULANTES

5.4.1 A PRESENÇA DOS AMBULANTES NA AV. JOSÉ BONIFÁCIO

A presença dos ambulantes no entorno do Brique da Redenção é quase tão antiga quanto o próprio Brique, embora nem sempre os produtos comercializados tenham sido os mesmos. Segundo o relato de alguns expositores, quando os canteiros próximos à Av. João Pessoa eram utilizados apenas pela feira de antiguidade – no final dos anos 80 – já havia pessoas comercializando lanches, sucos, café, etc [Figura 44]. Ainda que esse tipo de comercialização na época fosse bem quisto pelos expositores e que não tivesse a conotação pejorativa que o termo “ambulante” assume em alguns casos, essas atividades não faziam parte da feira e se concentravam no entorno a partir da oportunidade gerada pelo movimento crescente do Brique.



Figura 44 - Brique da Redenção (1979)

Fonte: Fornecido por Expositor do Brique

Quando a Feira de Artesanato do Bom Fim estava se articulando, a partir dos primeiros convites aos artesãos, uma das notícias publicadas já alertava que os artesões deveriam participar e incentivar a iniciativa,

“de preferência os que tenham trabalhos criativos a mostrar, com o máximo de originalidade possível [pois] só assim, o artesão de Porto Alegre poderá sobreviver, combatendo *atravessadores* e o *'industrialato'*” (Folha da Tarde, em maio/1982, grifo nosso).

Essa referência indica, senão a existência naquele momento de tais *atravessadores* no Brique da Redenção, a noção de que este seria um dos desafios a enfrentar. Ao final da década de 80, durante o “Seminário Brique 90”, conforme já exposto, a proposta da criação da Feira de Alimentação, teve como objetivo regulamentar os vendedores que haviam surgido no entorno do Brique e garantindo tanto a comercialização apenas de alimentos caseiros, quanto a fiscalização da procedência e condições de higiene de tais alimentos.

Somado a essa proposta, também houve a discussão sobre a criação de um grupo de apoio dos feirantes à fiscalização pública. Esse grupo seria responsável por identificar os expositores não-credenciados, informando que não estavam autorizados a expor no local. Caso houvesse resistência por parte deste expositor, os fiscais seriam avisados para efetivar a retirada do expositor e a apreensão da mercadoria (“Seminário Brique 90” [s.d.], [Anexo]). Apesar de o documento frisar em diversos momentos que o objetivo do Seminário era “a defesa da arte e cultura produzida pelas próprias mãos”, o tópico sobre a fiscalização, aparentemente se referia a todo e qualquer tipo de expositor não-credenciado.

As questões apontadas no Seminário indicam que já ocorria a ocupação do entorno do Brique por parte de outros expositores/ambulantes. Naquele momento, a procura por um espaço para expor na Av. José Bonifácio era bastante intensa, e inclusive foi sugerido que novas feiras na cidade fossem divulgadas para atender à demanda. Ainda com relação à demanda de espaço, em 1997, um vereador apresentou uma proposta de ampliação do Brique, entretanto, a ideia não foi bem acolhida, pois poderia “causar uma mutilação no Parque Farroupilha, além de prejudicar o acesso de pessoas ao lazer” e em contrapartida, os expositores sugeriram a legalização da Feira de Sábado⁴⁵, que já vinha se estruturando no mesmo local (CP, 10/07/1997).

É interessante observar, que, no ano seguinte a essa proposta, a Lei N.º 8.239/98 impediu a instalação de novas bancas de artesãos, ou de qualquer exploração comercial, nos passeios do Parque Farroupilha. Em notícias publicadas a partir de 1999, ou seja, no ano seguinte à essa Lei e aproximadamente 10 anos após o Seminário, os expositores do Brique apontavam a presença dos ambulantes:

Ambulantes que não têm a licença da Smic estão aproveitando o movimento do Brique da Redenção para vender seus produtos. [eles] costumam se instalar nas ruas paralelas à José Bonifácio para vender de artesanato a bebidas e lanches (Correio do Povo, em 22/03/1999).

[...] assim que os fiscais da Smic vão embora, os ambulantes se instalam, tumultuando o Brique (Correio do Povo, em 21/06/1999).

'A ocupação desordenada do entorno do Brique da Redenção está prejudicando o tradicional caráter cultural da feira', salientou Adeli. Biscoitos, plantas, cães de estimação e incensos foram os principais alvos (Correio do Povo, em 28/04/2003).

Um tumulto envolvendo fiscais da SMIC e um vendedor ilegal foi registrado [...] na avenida Venâncio Aires esquina com a rua Santana (Correio do Povo, em 14/07/2003).

⁴⁵ O Brique de Sábado foi oficializado pela Lei N.º 9.001, em novembro de 2002, e a Feira de Artesanato do Brique de Sábado pela Lei N.º 9.258 em novembro de 2003.

Estas não foram as únicas notícias publicadas sobre esse assunto neste período, mas o que se pode observar a partir destas é, em primeiro lugar, que as notícias indicam a presença de ambulantes em outras ruas e não só na Av. José Bonifácio; em segundo, que os expositores não se referiam, explicitamente, a produtos industrializados. Após essas denúncias, em 2006, ano em que a SMIC planejava algumas modificações na feira, como padronização das barracas, inserção de máquinas de cartão de crédito, etc., novamente pairou a ideia de expansão do Brique, “com o uso do outro lado da rua para atender ao grande volume de expositores na lista de espera”, que, ao que parece não teve repercussão (Correio do Povo, em 26/03/2006).

A primeira notícia que explicita a presença de produtos industrializados no entorno do Brique da Redenção é do ano de 2007:

O futuro do evento pode estar ameaçado por causa da ineficiência da fiscalização, o que tem permitido a invasão de camelôs e a venda de produtos industrializados (Câmara POA, em 19/03/2007).

Desde então, são constantes as denúncias por parte dos expositores do Brique que exigem medidas da SMIC baseados nas justificativas de que, além de “ilegais”, os ambulantes “atrapalham as vendas”, por ser uma concorrência “desleal”, além de “descaracterizarem o Brique”.

5.4.2 ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

Os ambulantes que se encontram no leito da Av. José Bonifácio aos domingos são muitos e diversos, tanto em termos de ocupação do espaço, quanto de produtos comercializados, sendo difícil estabelecer um padrão. Os trechos de maior concentração de ambulantes são os trechos de maior fluxo de frequentadores, entre as Ruas Santa Terezinha e Santana, ainda que existam alguns localizados em outros trechos [Figura 45].

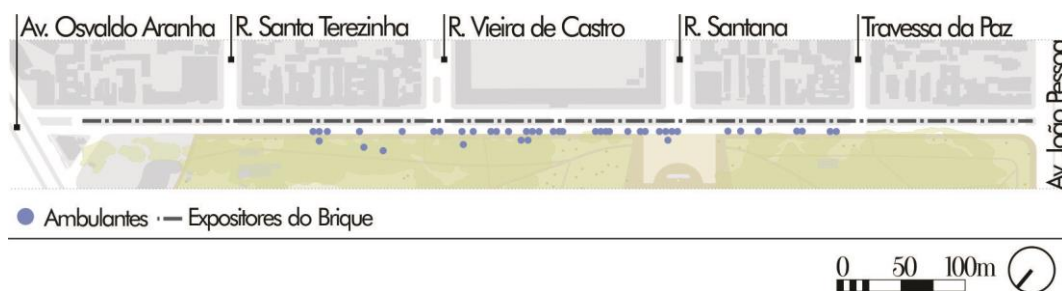


Figura 45 - Localização dos Ambulantes na Av. José Bonifácio
Elaborado pela autora

De forma geral, os ambulantes se organizam lado a lado rente ao meio fio da calçada do parque, de frente para as bancas dos expositores do Brique e expõem suas mercadorias sobre panos e lonas no asfalto [Figura 46].



Figura 46 - Ambulantes [1]
Fonte: Acervo pessoal.

Ao chegarem à Av. José Bonifácio pela manhã, os ambulantes posicionam seus carrinhos, malas ou caixas no ponto do asfalto onde pretendem se instalar e aguardam um tempo até começarem a expor os produtos, a fim de se certificarem sobre a presença da fiscalização [Figura 47]. É possível perceber uma articulação e troca de informações entre esse grupo nesses momentos, pois eles se juntam, conversam e parecem trocar informações caminhando em direção a outros ambulantes mais a diante, conversando, observando.



Figura 47 - Ambulantes [2]
Fonte: Acervo pessoal.

É possível perceber a existência de algumas pessoas que não possuem mercadorias e aparentemente estão ajudando a organizar os lugares de cada um dos ambulantes. Em um dos momentos de observação da pesquisa foi presenciada uma cena em que uma destas pessoas solicitava a um dos ambulantes para ir “um pouco mais para o lado”. Entretanto, essa suposição é baseada apenas em observações, não sendo possível afirmar que este controle de fato existe. O que se pode afirmar é que existe uma comunicação entre eles no que diz respeito à organização daquele espaço.

Também é interessante observar que, ao final do dia, conforme os expositores do Brique vão retirando suas estruturas, alguns ambulantes se aproximam e ocupam alguns pontos nas extremidades do canteiro central [Figura 48].



Figura 48 - Ambulantes [3]
Fonte: Acervo pessoal.

Durante a coleta de dados no Brique não foram presenciadas ações de fiscalização da SMIC, apenas a presença dos fiscais durante o início da manhã. Normalmente os fiscais se posicionam na quadra em frente ao Colégio Militar na via, ou sobre a calçada do Parque [Figura 49].



Figura 49 – Presença da SMIC no Brique
Fonte: Acervo pessoal.

Com relação às ações de fiscalização naquele espaço⁴⁶, segundo o relato de um dos fiscais presentes no Brique, quando recebem alguma denúncia por parte dos expositores do Brique, eles primeiro tentam conversar com os ambulantes e em alguns casos solicitam que eles pelo menos subam para a calçada dos parques, se distanciando do canteiro onde estão os expositores do Brique. Essa postura se deve ao fato de que, segundo o fiscal, sem a presença da Brigada Militar ou da Guarda Municipal eles não conseguem retirar os ambulantes nem recolher os produtos, devido às tensões que isso pode gerar entre eles⁴⁷.

Nos dias em que a fiscalização está presente, os Ambulantes, ao chegarem, se concentram na calçada do Parque Farroupilha aguardando o momento da saída dos fiscais. Entretanto, pode-se perceber que os ambulantes não agem como se estivessem intimidados com a presença da SMIC, e em alguns momentos se aproximam e conversam com os fiscais, aparentemente para solicitar informações e receber instruções. A Figura 50 mostra o asfalto da Av. José Bonifácio em duas manhãs, com (à esq.) e sem (à dir.) fiscalização.



Figura 50 - Av. José Bonifácio em dias com e sem fiscalização
Fonte: Acervo pessoal.

⁴⁶ Segundo informações da SMIC durante as entrevistas realizadas, não são mais expedidos alvarás para comércio ambulante na área do Parque Farroupilha nem na Av. José Bonifácio.

⁴⁷ "A Secretaria não conta mais com o apoio da Brigada Militar desde outubro de 2015, quando o convênio encerrou e não foi renovado pela BM. Sem reforço policial, não há abordagens" (JÁ, em 21/08/2016).

5.4.3 CONFLITOS COM OS EXPOSITORES DO BRIQUE

Segundo os expositores do Brique, a presença dos ambulantes que ocupam o asfalto da Av. José Bonifácio comercializando produtos industrializados, além de desordenarem o espaço e impedirem a livre circulação em uma rua destinada ao lazer, também afastam os clientes. Segundo algumas opiniões, desde que a presença dos ambulantes se intensificou – os expositores não sabem dizer exatamente quando isso aconteceu, mas referem-se “ao último ano” – o público do Brique mudou. Para estes expositores, o Brique não é apenas local de comércio, mas também de cultura e arte e que, ao se “transformar em um camelódromo”, torna o espaço menos atrativo.

Outra consideração acerca desta situação é sobre a concorrência desleal que eles dizem enfrentar. Ainda que os expositores do Brique também não paguem aluguel pelo box utilizado, segundo eles, os ambulantes não precisam cumprir as mesmas regras exigidas pelo regulamento da feira. Dessa forma, os ambulantes não precisam comparecer todos os domingos, nem assinar a lista de presença, tampouco limitam suas mercadorias àquelas aprovadas no momento da triagem e, portanto, possuem maior flexibilidade.

Além disso, os expositores afirmam que já existe um espaço destinado a eles, que seria o “camelódromo” e que, além de trabalharem a semana toda no centro, também querem usufruir de um espaço conquistado “pelo Brique” – neste ponto é importante destacar que muitas vezes o termo utilizado é “espaço conquistado pelos artesãos”. Outros expositores descrevem o clima hostil entre eles e os ambulantes, e que se sentem ameaçados ao tentar tomar alguma atitude, relatando inclusive já terem sido ameaçados.

Em contrapartida, alguns expositores afirmam que, ainda que a presença dos ambulantes descaracterize o Brique, os produtos comercializados por eles não são concorrência, pois são produtos muito diferentes e que “os ambulantes também precisam trabalhar”. Nesta mesma linha também há os expositores que afirmam que a culpa dessa situação é o fato de a feira ter “parado no tempo”, pois “ao não darem espaço para mais artesãos, abriram espaço para os camelôs”. Esta última colocação aponta para a questão já comentada sobre a possibilidade de duplicação do Brique, ocupando o lado oposto aos boxes existentes. Essa possibilidade foi discutida em 1997 e 2006⁴⁸.

⁴⁸ Ao final do ano de 2016, enquanto esta pesquisa estava na fase de coleta de dados em campo, foi noticiado que um vereador havia proposto a revogação da Lei citada anteriormente, que proibia a instalação de novas bancas. Segundo o vereador, “a proposta visa a estender o espaço de exposição e comercialização de produtos artesanais, juntando a possibilidade de agregar outras manifestações artísticas e culturais, visando à revitalização de espaços em situação de vulnerabilidade” (Câmara POA, em 01/11/2017). Como grande parte das coletas de dados já haviam sido realizadas, não foi possível acompanhar a repercussão dessa proposta entre os expositores do Brique.

Como uma tentativa de contornar essa situação sem depender do poder público, os Expositores do segmento de artesanato lançaram, em 2016, a campanha “Compre de quem faz”, com o objetivo de estimular os consumidores a dar prioridade aos produtos artesanais (JÁ, 21/08/2016). A campanha foi divulgada na página oficial do Brique da Redenção no *Facebook* acompanhada de depoimentos dos Expositores sobre a situação do entorno do Brique. A campanha também foi divulgada no Brique a partir de faixas expostas nas bancas dos artesãos com os dizeres: “Artesanato Gaúcho: Compre de quem faz!” [Figura 51].



Figura 51 - Campanha: "Compre de quem faz"
 Fonte: Acervo pessoal.

A página oficial do Brique da Redenção no *Facebook* é o principal meio de comunicação e divulgação sobre a feira. Além das informações sobre o funcionamento, eventos previstos e informações sobre história do Brique – embora predominantemente relacionada aos expositores do segmento de artesanato –, também são divulgadas fotos do comércio ambulante do entorno do Brique, notícias sobre as reuniões com órgãos públicos bem como outras formas de incentivo ao artesanato [Figura 52]. Outra fonte de comunicação e divulgação é o Jornal do Brique, que teve algumas edições, mas não possui periodicidade.



Figura 52 - Publicações do Brique da Redenção
 Fonte: Brique da Redenção [Facebook]

5.5 DISCUSSÕES [1]

A análise desses territórios [Figura 53] – ou territorializações – engloba os diversos conceitos apresentados no referencial teórico. Embora esses conceitos estejam todos relacionados, a análise aqui proposta será realizada a partir de três aspectos: (1) a partir dos limites e das fronteiras estabelecidas entre esses territórios; e (2) a partir das possibilidades e formas de ação dos grupos no seu território e em relação aos demais territórios; e (3) a partir das significações produzidas.



Figura 53 - Territórios do Brique da Redenção e seu entorno
Fonte: Elaborado pela autora.

5.5.1 «LIMITE», «FRONTEIRA» E «IDENTIDADE»

A análise dos limites e fronteiras desses territórios pode ser realizada a partir de dois pontos [Figura 54]: o primeiro (1) diz respeito aos limites que definem visualmente o território e delimitam os fluxos e acessos a ele, e, portanto as análises se voltam para o território em si. A partir desse ponto, no contexto do Brique, os limites são estabelecidos em função da organização espacial de cada grupo no seu território, conforme descritos nos tópicos anteriores; o segundo (2) diz respeito às construções de limites que não são físicos, mas diferem o dentro e o fora do território [nós/eles], e, portanto, estão mais relacionados à construção das identidades/identificações. Esse ponto diz respeito também às fronteiras, pois são analisa o território em relação ao outro.

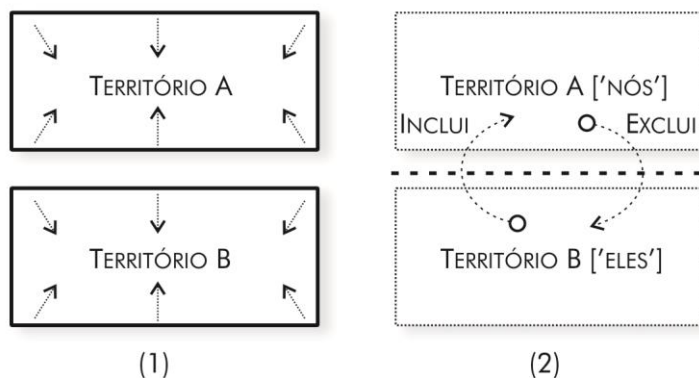


Figura 54 - Pontos de Análise dos Limites/Fronteiras
Fonte: Elaborado pela autora.

Cada um dos grupos, em especial os Expositores do Brique e os Expositores Indígenas, definem limites em função das características que incluem e/ou excluem os demais. Entretanto, os limites dependem da discussão em questão. Quando os Expositores do Brique discutem sobre o “direito” ao uso do espaço, eles se constituem em um território “Brique da Redenção” que se opõe aos demais territórios que não possuem autorização para usar aquele espaço. Nessa delimitação de território forma-se tanto um limite rígido (RAFFESTIN, 1993) com relação ao território dos Ambulantes, que não possuem autorização para ocupar aquele espaço, quanto um limite frouxo (RAFFESTIN, 1993) em relação ao território dos Expositores Indígenas, visto que eles conquistaram a sua permanência naquele espaço, embora o local ocupado por eles seja motivo de conflito com os Expositores do Brique [Figura 55]. Nesta situação, a diferenciação tem a intenção de “excluir” os Ambulantes.

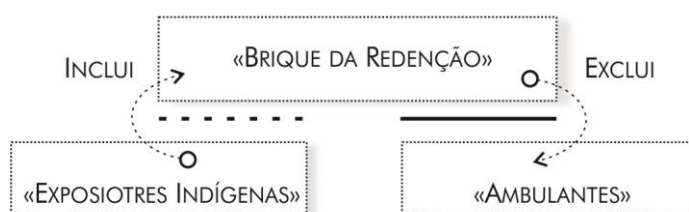


Figura 55 - Limites a partir das identidades/identificações [A]
 Fonte: Elaborado pela autora.

Quando a discussão se refere aos objetos comercializados, ao dizer que o Brique é um espaço para os produtos ‘feitos pelas próprias mãos’ (por ex. “Seminário Brique 90”, [s.d.]) ou comercializado por quem os produz, o território do Brique se desmembra e de certa forma, exclui desse território os Expositores do segmento de antiguidades, embora o limite criado seja frouxo se considerado o fato de que essa diferenciação não tem o objetivo de excluir esse território, e sim o dos Ambulantes e dos Expositores Indígenas que comercializam produtos industrializados [Figura 56]. Essa delimitação, portanto, inclui parte dos Expositores Indígenas Kaingang e todos os Expositores Indígenas Guarani – que são considerados “os indígenas artesãos” pelos expositores do Brique.

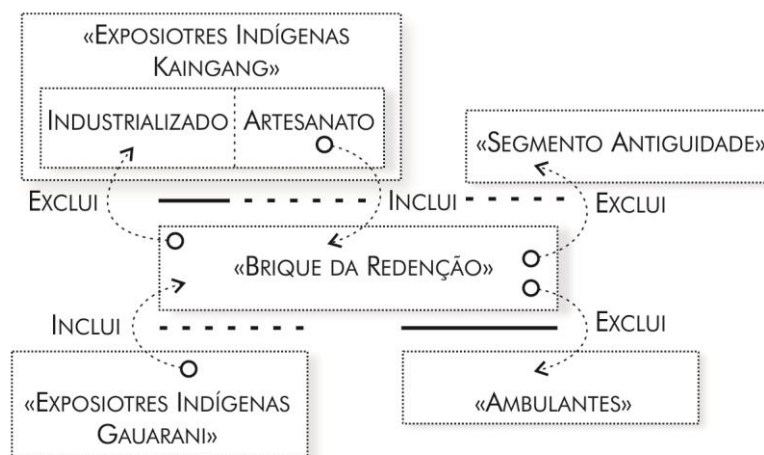


Figura 56 - Limites a partir das Identidades/Identificações [B]
 Fonte: Elaborado pela autora.

Essas diferenciações além de ter o objetivo de excluir o “outro”, também objetiva reafirmar a sua própria identidade. Nesse mesmo sentido, a diferenciação feita pelos Expositores do Brique na tentativa de excluir os Expositores Indígenas Kaingang que comercializam produtos industrializados e incluir os que comercializam artesanato resulta na intensificação dos limites por parte dos Expositores Indígenas Kaingang em relação aos expositores do Brique [Figura 57]. Essa intensificação dos limites pode ser exemplificada a partir das recusas dos Expositores Indígenas às tentativas por parte dos Expositores do Brique em incluir os Kaingang que comercializam artesanato nos boxes do Brique, em função da fragilização que isso causaria para os demais indígenas.

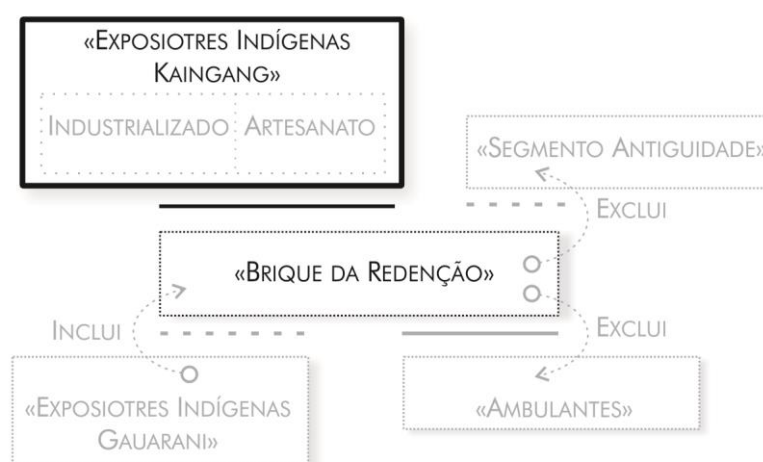


Figura 57 - Limites a partir das Identidades/Identificações [C]
 Fonte: Elaborado pela autora.

Ainda, quando os Expositores Indígenas reforçam seus limites se referindo aos Expositores do Brique como os “donos do Brique” ou *fóg* [‘brancos’/não indígenas] (HERMANN, 2016), constituem tanto o ‘outro’ território dos donos do Brique quanto o ‘outro’ território dos ‘não indígenas’. Embora a formação dos limites sempre gere a exclusão, nesse caso específico, os Expositores Indígenas, aparentemente, criam os limites mais como forma de afirmar a sua diferença do que de excluir o “outro”, visto que tal afirmação “da presença indígena na cidade” (ANDRADE et al., 2013), depende da presença do não-indígena, em especial no Brique da Redenção, local de oportunidade de comercialização em função do fluxo de frequentadores gerado pelos Expositores do Brique.

Com relação aos Ambulantes, apesar de existir um processo de territorialização – pois não é um território constituído, em função da necessária fluidez e adaptação ao contexto, embora crie limites físicos em alguns momentos –, esse processo não tem como objetivo a criação desses limites, visto que, assim como os Expositores Indígenas, dependem, naquele contexto, do fluxo gerado pela feira. Portanto, os limites de “dentro” e “fora” não são estabelecidos por eles, pois a tentativa é de justamente penetrar nas fendas dos limites dos “outro” território, que nesse caso é o território do Brique da Redenção – no sentido amplo de *contexto* do Brique da Redenção [Figura 58].



Figura 58 - Limites a partir das Identidades/Identificações [D]
 Fonte: Elaborado pela autora.

As identificações que criam o “dentro” e o “fora” do território também são modificadas ao longo do tempo. Exemplo disso é o fato de que, no início, quando havia somente os Expositores de antiguidades, o controle territorial do Brique da Redenção era feito a partir de limites relacionados à comercialização de objetos antigos. Ou seja, naquele momento, estavam incluídos no território do Brique somente expositores do segmento de antiquário, excluindo, por exemplo, os artistas plásticos que ocupavam o entorno da feira e eram retirados de lá sob a justificativa de “não ser antiguidade”, conforme o relato dos Expositores mais antigos.

A chegada dos artesãos e artistas plásticos, aos poucos, transformou esses limites. Embora no início os territórios tenham se mantido fisicamente afastados, em função do controle exercido pelo Colégio Militar em parte do canteiro central da Avenida, e assim, ainda com limites bem definidos entre “antiquaristas” e “artesãos”, quando estes dois territórios se encontraram, a partir da expansão do território do segmento de artesanato e artes plásticas, os limites entre eles foi se desmaterializando e se transformando. Nesse momento, todo o canteiro central da Av. José Bonifácio passou a ser compreendido como uma feira única, compreendida como “o Brique da Redenção” e os “antiquaristas” e “artesãos” passaram a ser identificados como “Expositores do Brique”, embora divididos em segmentos.

Essa ideia de Expositores *do* Brique faz menção também a uma identidade territorial, em função da conquista desse espaço, em especial no caso dos Expositores do segmento de artesanato, que possuem uma Associação específica para os artesãos do Brique. Nesse caso, eles não são apenas “artesãos” ou “Expositores do Brique”, mas “artesãos do Brique”. Essa identificação se reflete no território de forma que território e identificação se misturam, a ponto de, quando os expositores não estão presentes na Av. José Bonifácio, ainda assim aquele ser lembrado como o território do Brique da Redenção – ainda que haja uma sobreposição de territórios nos outros dias da semana.

Esses exemplos mostram como os limites estabelecidos em função da identidade/identificação são utilizados para controlar os territórios do Brique da Redenção e seu entorno, visto que tais limites são criados em função do ponto de vista e da intenção de quem os delimita.

5.5.2 POSSIBILIDADES DE AÇÃO: «TÁTICA» E «ESTRATÉGIA»

Com relação às possibilidades e a abrangência das ações cabe ressaltar que os três grupos estão, teoricamente, em um espaço sob o domínio do poder exercido pelos agentes públicos através das ações de fiscalização que tem como objetivo expandir ou reafirmar sua capacidade de controle, agindo não só no espaço do Brique, mas também nos demais espaços públicos da cidade. Estas ações estão inseridas, neste contexto, na categoria de macroterritorialidade (DENEZ, 2012), pois agem a partir do poder do Estado, mas também em função de interesses dominantes que englobam outras esferas.

No que diz respeito às territorialidades exercidas pelos expositores do Brique da Redenção, na análise do atual contexto, estas podem ser inseridas na categoria de territorialidade transformadora (DENEZ, 2012), visto que, de certa forma, os expositores conquistaram uma posição de domínio sobre uma fração do espaço, redefinindo sua posição de antiga microterritorialidade. Essa situação se transformou no momento em que a feira se consolidou e adquiriu a possibilidade de transformação das estruturas e expansão das suas ações de controle territorial, bem como do planejamento de tais ações.

Embora esse domínio seja fisicamente efêmero, em termos de se desfazer e refazer semanalmente, e não esteja relacionado à posse enquanto propriedade, mesmo quando os Expositores do Brique da Redenção não estão fisicamente na Av. José Bonifácio – em outros dias da semana que não aos domingos, ou em domingos de chuva, por exemplo – o território no seu contexto simbólico não se desfaz. Prova disso é a capacidade de controle territorial independente da presença no espaço no que diz respeito às articulações do grupo, seja a partir de reivindicações diretamente em reuniões com o poder municipal ou da divulgação e da comunicação através, por exemplo, da sua página na rede social *Facebook*.

Dizer que os expositores do Brique da Redenção estão inseridos na categoria de territorialidade transformadora não significa dizer que eles não precisem manter constantemente seu caráter de resistência. Ao contrário, eles resistem tanto ao que eles consideram como descaso do poder público, quanto às imposições deste mesmo poder, bem como à expansão do comércio formal – como, por exemplo, as mudanças provocadas em função do aparecimento dos shoppings conforme relatados pelos expositores – e, portanto, às transformações tanto no contexto do entorno do Brique, quanto do contexto público dos espaços contemporâneos.

Entretanto, as ações e comportamentos deste grupo, seja para resistir, seja para exercer poder – ainda que não possam estar dissociadas – estão mais relacionadas às estratégias (CERTEAU, 2012) em função de terem adquirido uma complexidade organizacional que não permite a ação independente dos expositores, pois há uma comissão e uma estrutura a ser consultada. Ou seja, embora essa estrutura permita ações mais amplas e de maior impacto – em certos casos, compartilhada com o poder público em função da estrutura

administrativa do Brique da Redenção – as ações sempre requerem um planejamento.

Com relação aos Ambulantes, estes agem de forma predominantemente tática (CERTEAU, 2012), e, portanto, estão mais próximos das microterritorialidades (DENEZ, 2012), pois seu território no entorno do Brique é construído domingo por domingo, visto que dependem das possibilidades de brechas encontradas nesse espaço. Embora os Ambulantes se articulem na tentativa de se apropriar de determinada área e tenham espaços aparentemente ‘fixos’, no que diz respeito aos mesmos ambulantes se encontrarem quase todos os domingos aproximadamente no mesmo ponto da Avenida, este território é fluído e flexível para se adaptar, bem como se construir e desconstruir, em função do contexto disponível, por exemplo: se há presença de fiscais, quais espaços estão disponíveis, quais espaços estão mais movimentados.

Ainda que estes ambulantes ocupem outros espaços públicos em outros momentos, as práticas de controle territorial – embora sigam a mesma lógica – variam para cada espaço no qual que se encontram. O contexto do entorno do Brique, em função de se tratar de uma Avenida adjacente ao Parque Farrroupilha, permite táticas específicas de apropriação, bem como de dispersão.

Com relação às práticas de controle territorial dos Expositores Indígenas, estas se encontram em uma situação mais labiríntica. Embora tenha havido um processo de conquista do território indígena no entorno do Brique da Redenção, essa conquista não está completamente consolidada, pois ainda há tentativas de desfazer ou de remodelar os limites desse território por parte de forças externas – Expositores do Brique da Redenção e poder público municipal. A apropriação do território por parte dos Expositores Indígenas se deu e se dá através de negociações com esses outros atores, bem como em função do contexto – necessidade de mais ou menos espaço dependendo da quantidade de família presente em cada domingo, por exemplo.

Portanto, embora o território deste grupo não seja tão fluído, em termos de se construir e desconstruir, visto que a fiscalização municipal não tem autonomia para questionar a presença deles no entorno do Brique – ainda que muitas vezes o faça – as práticas territoriais indígenas se dão por conta da situação, pois possuem flexibilidade para agir pontualmente, visto que são eles próprios, presentes no território que definem suas ações e suas formas de ocupação, caracterizando-se como táticas (CERTEAU, 2012). Entretanto, o fato de as questões relacionadas à presença indígena nesse espaço gerarem discussões entre o poder público municipal e o poder público federal, somado ao fato de que as medidas devem ser negociadas com esse grupo e não impostas, transforma a resistência em movimento, possibilitando também ações estratégicas (CERTEAU, 2012), como por exemplo, a situação específica de se propor uma feira em separado do Brique.

Nesse contexto, pode-se dizer que as práticas de controle territoriais dos Expositores Indígenas transitam entre a flexibilidade e necessidade das decisões cotidianas em função do contexto [microterritorialidade/táticas] e à

possibilidade de transformações estruturais e ações planejadas [territorialidade transformadora/estratégia].

Essa discussão a partir da classificação das práticas territoriais dos Expositores do Brique, Expositores Indígenas e Ambulantes, segundo as categorias de Denez (2012) – macroterritorialidade, territorialidade e microterritorialidade – , podem adquirir outros pontos de vista dependendo da análise feita. Neste caso, a categoria do Brique da Redenção foi definida em relação à dos Expositores Indígenas e dos Ambulantes, bem como a dos Expositores Indígenas e a dos Ambulantes em relação aos demais. Conforme os autores Denez (2012) e Castells (1999), estas categorias não são fixas e imutáveis e, portanto, a inclusão de outras esferas e grupos na análise podem fazer as práticas se deslocarem entre essas categorias.

5.5.3 SIGNIFICAÇÕES: «SÍMBOLO» E «RECURSO»

Os territórios constituídos por esses grupos não se expressam nas formas extremas “Funcional *versus* Simbólico” (HAESBAERT, 2005; 2013). Tanto para os Expositores do Brique quanto para os Expositores Indígenas, por maior que seja a carga simbólica deste espaço, ele é também recurso.

A partir dos relatos dos Expositores do Brique, pode-se perceber que esse espaço é, para a maior parte deles, um espaço conquistado e que se mescla à vida pessoal e às necessidades econômicas. Principalmente para os expositores mais antigos, a história do Brique está atrelada de tal forma a sua própria história de vida, que não foram raros os casos em que, ao falarem sobre a história do Brique, contavam também sobre suas esposas, seus filhos, suas origens e tudo que aconteceu nas outras dimensões das suas vidas, como se tudo fosse uma história só. Também não são poucos os casos de expositores filhos/netos, maridos/esposas de fundadores do Brique (em espacial dos segmentos de artesanato e antiguidades) e que se orgulham de se manter no espaço ‘conquistado’ por eles.

Essa ideia de pertencimento enraizado neste lugar é um dos principais argumentos frente à decepção com as supostas transformações do entorno. As falas sobre o Brique estar se descaracterizando em função das transformações do entorno, sugerem não apenas a possibilidade de perda da identidade do espaço, mas de suas próprias identidades, tamanha a relevância que o “estar no Brique” adquire para estes expositores. Por outro lado, o fato de as discussões sobre o entorno do Brique estarem relacionadas também à concorrência desleal e à interferência nas vendas dos Expositores do Brique, confirma que esse espaço é, também, recurso, ainda mais se for considerado que a maior parte destes expositores não possui outra fonte de renda (com exceção dos expositores do segmento de antiquários).

No que diz respeito aos Expositores Indígenas, estes ressaltam a importância do espaço conquistado no Brique da Redenção não apenas em termos econômicos, mas também como forma de visibilização na cidade, constituindo territórios políticos, de articulação identitária, de afirmação da diferença e de intenso intercâmbio intra e interétnico (FUHR; GERHARDT;

KUBO, 2013; HERMANN, 2016). Estes expositores utilizam os termos “abertura do espaço” e “conquista” referindo-se

a locais onde antes não eram bem-vindos, inclusive seus materiais, onde ainda não residiam. O uso desse termo informa ao ouvinte que há como condição sempre o entendimento que os espaços se encontram fechados à presença indígena. [...]. [Conquista] aduz a necessidade da luta, pois os locais estão, em sua maior parte, hostis a presença indígena e os *kanhgág* orgulham-se de protagonizarem tanto sua abertura quanto sua permanência. (HERMANN, 2016, p. 65)

Andrade et al. (2013) entendem que o Brique da Redenção é também um local importante para a formação de alianças e para o planejamento de ações conjuntas entre as lideranças indígenas. Além do sentimento de conquista e de possibilidade de articulação e visibilização frente às questões indígenas, para estes expositores o espaço de venda do artesanato é também um ponto de encontro, onde as famílias encontram-se para “conversas sobre as novidades da semana” e “falam sua própria língua” (COMIN, [s.d.]).

Hermann (2016), a partir de sua convivência com as famílias Kaingang no entorno do Brique, ressalta a alegria dos expositores de estar com os parentes – inclusive cedendo espaços aos que vêm de fora–, enquanto se “traz” dinheiro dos *fóg* [não-indígenas]. O autor reflete que, para os Kaingang, estar na feira ainda que “à trabalho”, tem uma conotação diferente para eles, pois eles entendem que o sucesso comercial deriva da boa convivência. Isso não quer dizer que a relação econômica com o espaço não seja importante, apenas que eles não separam uma relação de outra.

Com relação aos Ambulantes, embora o território seja recurso, as relações simbólicas com o Brique também podem existir. Entretanto, com relação a esse grupo, seriam necessários estudos mais aprofundados para que fosse possível estabelecer as produções de significações referente ao Brique da Redenção.

5.6 OS FREQUENTADORES DO BRIQUE DA REDENÇÃO

Do total de 350 respondentes, 249 (71,1%) foram classificados como frequentadores, 93 (26,6%) como não frequentadores e 08 (2,3%) afirmaram não conhecer pessoalmente o Brique da Redenção. Dos respondentes classificados como frequentadores, 167 (67%) afirmaram frequentar o Brique menos de um domingo por mês, 76 (30,5%) pelo menos um domingo por mês e apenas 06 (2,4%) todos os domingos. A Tabela 4 apresenta a síntese destas informações. O Apêndice I apresenta os dados relacionados ao perfil dos respondentes, como identidade de gênero, faixa etária e renda.

FREQUÊNCIA		TOTAL
Não conhece		08
Não Freqüentador		93
Freqüentador		249
TOTAL		350
Freqüentador	Menos de 01 domingo por mês	167
	Pelo menos 01 domingo por mês	76
	Todos os domingos	06
TOTAL		249

Tabela 4- Classificação dos respondentes
Fonte: Da autora.

Com relação ao fato de o Brique da Redenção ser considerado Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul, uma parcela significativa dos respondentes não tem conhecimento sobre esse fato, como pode ser visto na Tabela 5. Dos respondentes que não conhecem o Brique, 25% afirmaram saber, enquanto 75% afirmaram não saber. Para 24,7% dos não frequentadores e 38,6% dos frequentadores, esse fato é conhecido, enquanto 75,3% dos não frequentadores e 61,4% dos frequentadores desconhecem essa informação. É interessante observar que a parcela de respondentes frequentadores que tem conhecimento sobre esse fato só é maior do que a parcela que não tem conhecimento para os respondentes que afirmaram frequentar o Brique da Redenção todos os domingos.

FREQUÊNCIA		Você sabia que o Brique da Redenção é considerado Patrimônio Cultural do Estado do RS?		
		SIM	NÃO	
Não conhece		25%	75%	
Não frequentador		24,7%	75,3%	
Freqüentador	Menos de 01 domingo por mês	37,1%	62,9%	61,4 %
	Pelo menos 01 domingo por mês	39,5%	60,5%	
	Todos os domingos	66,7%	33,3%	

Tabela 5 – Reconhecimento do Brique da Redenção como Patrimônio Cultural do Estado
Fonte: Da autora.

5.6.1 OS MOTIVOS PARA NÃO FREQUENTAR

Os motivos descritos pelos respondentes para justificar o fato de não frequentar o Brique da Redenção foram divididas em cinco categorias, como mostra a Tabela 6. Dos 93 respondentes não frequentadores, 3,2% não justificaram, 16,1% descreveram motivos pessoais e 16,1% afirmaram falta de interesse ou falta de hábito. Para a maior parte dos respondentes, com 52,7%, o motivo está relacionado à distância do local de residência ao Brique: 30,1% justificaram não morar em Porto Alegre, enquanto 22,6%, apesar de morarem na cidade, justificaram morar longe do bairro Farroupilha. Por fim, apenas 11,8% dos respondentes não frequentam o Brique em função de características do espaço.

Dentre os motivos descritos relacionados às características do espaço, os mais citados foram: a dificuldade de estacionar, a falta de segurança, a falta de

novidades e a indisposição para multidões. Nenhum dos respondentes justificou não frequentar o Brique em função de conflitos existentes no espaço e nenhuma referência foi feita a este aspecto. O quadro com todas as respostas pode ser conferido no Apêndice J.

CATEGORIAS		%	
NR		3,2%	
Em função de características do Brique		11,8%	
Motivos Pessoais		16,1%	
Falta de interesse / Falta de hábito		16,1%	
Distância	Não mora em Porto Alegre	30,1%	52,7%
	Mora distante do Brique	22,6%	

Tabela 6 – Motivos para não frequentar o Brique da Redenção
Fonte: Da autora.

5.6.2 SIGNIFICAÇÕES

As significações atribuídas ao Brique da Redenção pelos dois grupos – frequentadores e não frequentadores – teve quatro focos de análise: o primeiro se refere às palavras relacionadas ao Brique da Redenção descritas pelos respondentes de forma espontânea; o segundo, à seleção, por parte dos respondentes, de palavras relacionadas ao Brique da Redenção e ao tema de microterritorialidades; o terceiro diz respeito à seleção, também por parte dos respondentes, de palavras relacionadas aos territórios simbólico e funcional; por fim, o quarto foco se refere à seleção de fotografias do Brique da Redenção e às justificativas dos respondentes para estas seleções.

5.6.2.1 PALAVRAS ESPONTÂNEAS

As palavras citadas espontaneamente pelos respondentes foram divididas em cinco categorias. A categoria *qualidades do espaço* agrega palavras que caracterizam, de forma abstrata ou concreta, o espaço do Brique. A categoria *atividades/usos* reúne palavras relacionadas às ações realizadas no Brique, tanto entre as pessoas quanto entre as pessoas e o espaço, enquanto a categoria *produtos* reúne palavras relacionadas ao que é comercializado no Brique. As duas últimas categorias estão relacionadas a aspectos mais abstratos e pessoais: enquanto a categoria *memórias pessoais* engloba palavras relacionadas às conexões afetivas do espaço com outras referências, a categoria *sensações/emoções* está relacionada ao que se sente ao estar no Brique. A Figura 59 apresenta a proporção de cada categoria.

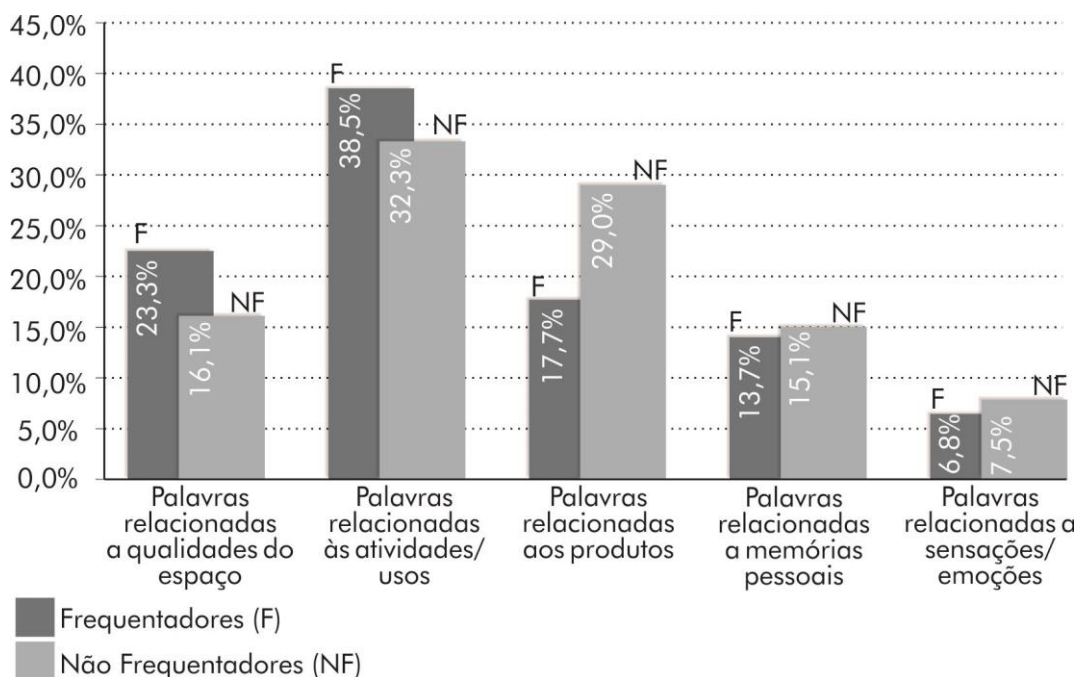


Figura 59 - Categorias das Palavras Espontâneas
 Fonte: Elaborado pela autora.

O maior número de palavras, para os dois grupos, está relacionado às atividades/ usos, enquanto o menor, também para os dois grupos, está relacionado a sensações/ emoções. As definições adotadas para cada palavra são apresentadas no Apêndice K, e as categorias e quantidade de vezes que cada palavra foi citada, por cada um dos grupos, no Apêndice L.

A Figura 60 apresenta graficamente as palavras citadas mais de duas vezes pelos dois grupos. Na elipse à esquerda estão as palavras citadas mais de duas vezes pelos frequentadores (F), enquanto na elipse à direita as palavras citadas mais de duas vezes pelos não-frequentadores (NF). Na interseção entre as duas elipses, estão as palavras citadas mais de duas vezes comum aos dois grupos. Cada cor se relaciona a uma categoria e a dimensão das palavras representa a intensidade com que foram citadas: as maiores foram citadas mais vezes e as menores menos vezes.

As palavras citadas mais vezes pelos não frequentadores são, em sua maioria, comum ao grupo dos frequentadores. Uma consideração importante diz respeito às categorias das palavras mais citadas comum aos dois grupos. Ainda que a categoria com maior número de palavras seja, para os dois grupos, a relacionada às atividades/ usos, as palavras mais citadas fazem parte de outras categorias. A palavra Artesanato – pertencente à categoria *produtos*, de acordo com a definição adotada –, foi citada 15 vezes pelos não frequentadores, o que representa 16,1% deste grupo, e 30 vezes pelos frequentadores, representando 12% do total deste grupo.

Para os frequentadores, após a palavra Artesanato, a palavra mais citada foi Diversidade – pertencente à categoria *qualidades do espaço*, de acordo com a definição adotada –, mencionada por 18 respondentes, representando 7,2% do total deste grupo. Já para os não frequentadores, após Artesanato,

a palavra mais citada foi Antiquidades, mencionada por 5 respondentes, representando 5,3% deste grupo.

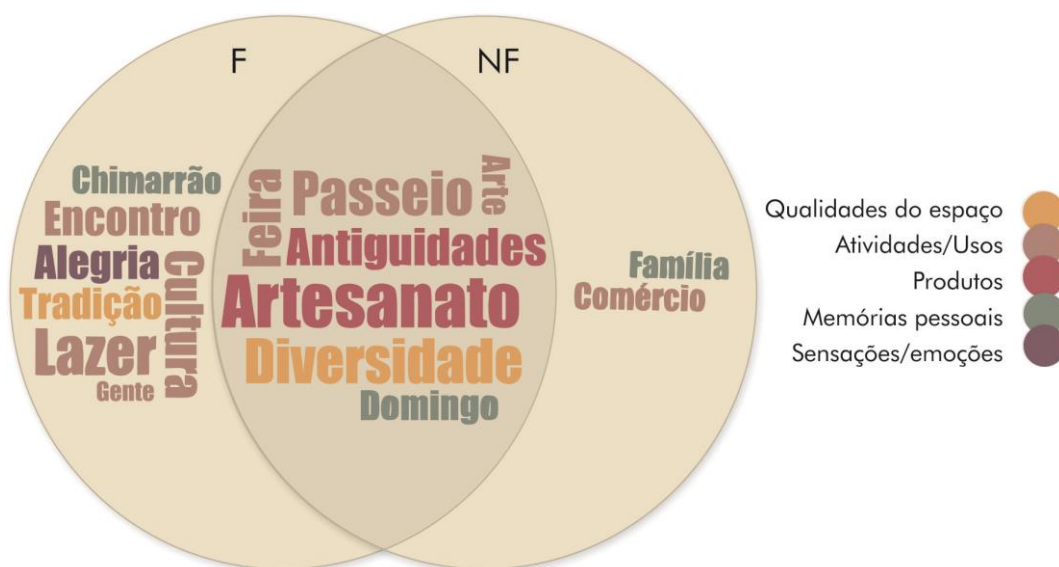


Figura 60 - Esquema Palavras Espontâneas
 Fonte: Elaborado pela autora.

5.6.2.2 PALAVRAS RELACIONADAS À MICROTERRITORIALIDADE

Esse enfoque de análise teve como objetivo relacionar palavras que são frequentemente associadas ao Brique da Redenção com os conceitos associados à microterritorialidade como Conflito, Poder e Resistência. Nesta questão, cada respondente pôde selecionar no máximo cinco das doze palavras disponíveis. A Figura 61 e a Figura 62 apresentam graficamente as palavras selecionadas e a rede de conexões entre elas, para cada um dos grupos. O tamanho dos círculos indica a intensidades das seleções das palavras (quanto maior o círculo, mais vezes a palavra foi selecionada) e a espessura das linhas indica a intensidade da conexão (quanto mais espessa, maior a quantidade de vezes em que as duas palavras foram selecionadas pelo mesmo respondente).

Para os dois grupos, as palavras relacionadas à microterritorialidade foram as palavras selecionadas menos vezes. Para o grupo dos frequentadores, as palavras Conflito, Poder e Resistência foram selecionadas, respectivamente, por 2,4%, 1,6% e 11,6% do total de respondentes deste grupo, enquanto para os não frequentadores foram selecionadas por 8,6%, 1%, 5,4%, do total de respondentes deste grupo, respectivamente. Também para os dois grupos, a palavra selecionada mais vezes foi Lazer, escolhida por 75,9% dos frequentadores e por 75,3% dos não frequentadores.

As redes também apresentam semelhanças entre os dois grupos no que diz respeito à intensidade de conexões entre as palavras. Para os dois grupos, as conexões mais intensas ocorrem entre as palavras Lazer, Cultura, Diversidade, Arte e Tradição e as menos intensas entre Poder, Conflito, Resistência, Democracia e Cidadania. As palavras Patrimônio e Turismo possuem

intensidade média, considerando a intensidade de conexões das demais palavras. As matrizes com os valores de conexão entre todas as palavras para cada um dos grupos podem ser conferidas no Apêndice M.

Considerando que a proporção de seleção das três palavras associadas à microterritorialidade – Conflito, Poder e Resistência - foi muito inferior às demais palavras, todas as conexões relacionadas a elas foram apresentadas como conexões de baixa intensidade nestas redes. Portanto, para que as conexões com estas palavras pudessem ser visualizadas de forma mais clara, foram geradas novas redes com a escala de intensidade ajustada para a proporção de seleção de cada uma delas, apresentadas na Figura 63. A partir deste ajuste, pode-se perceber que, para os dois grupos, a conexão mais intensa para Conflito foi estabelecida com Diversidade, e no grupo dos não frequentadores nenhuma relação foi estabelecida entre Conflito e Cidadania e entre Conflito e Democracia. Com relação à palavra Resistência, no grupo dos frequentadores a maior conexão foi estabelecida com Cultura, enquanto para os não frequentadores a maior conexão se estabeleceu com Diversidade e nenhuma relação foi estabelecida com Turismo. No que diz respeito às conexões estabelecidas com Poder, no grupo dos frequentadores, a maior conexão foi estabelecida com Patrimônio e nenhuma com Democracia e Cidadania. No grupo dos não frequentadores, Poder se conectou apenas com Patrimônio, Turismo e Diversidade, com a mesma intensidade.

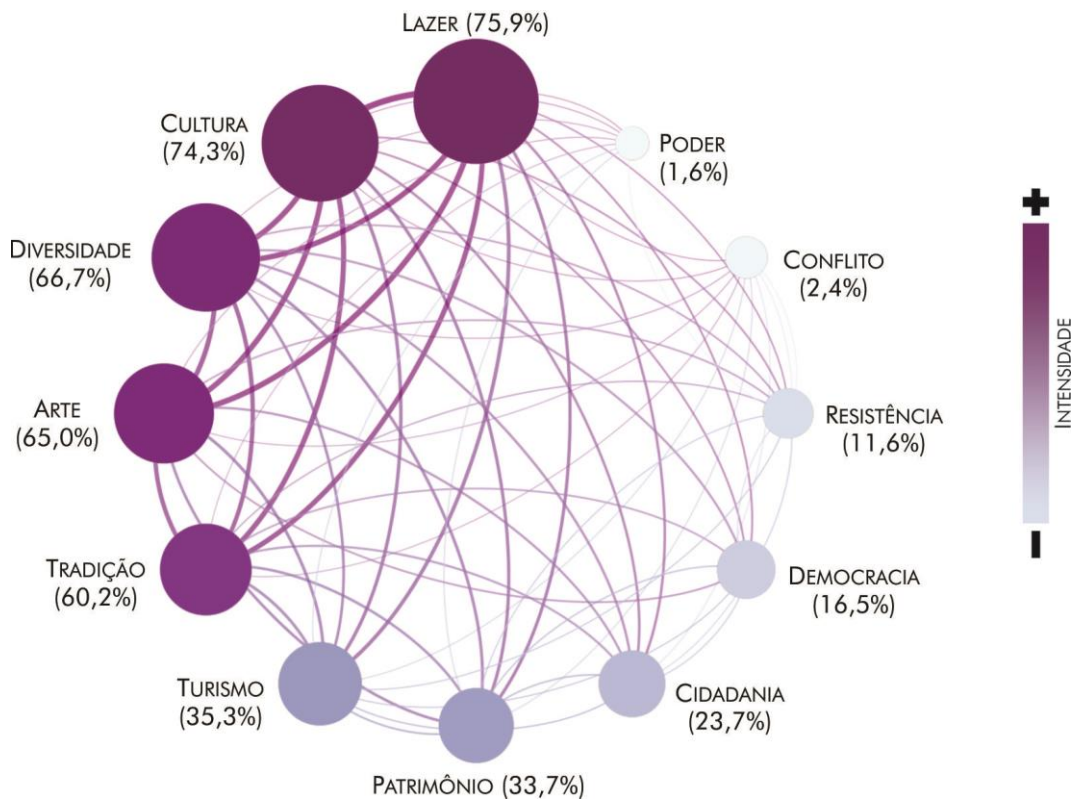


Figura 61 - Rede de Palavras dos Frequentadores
 Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Gephi.

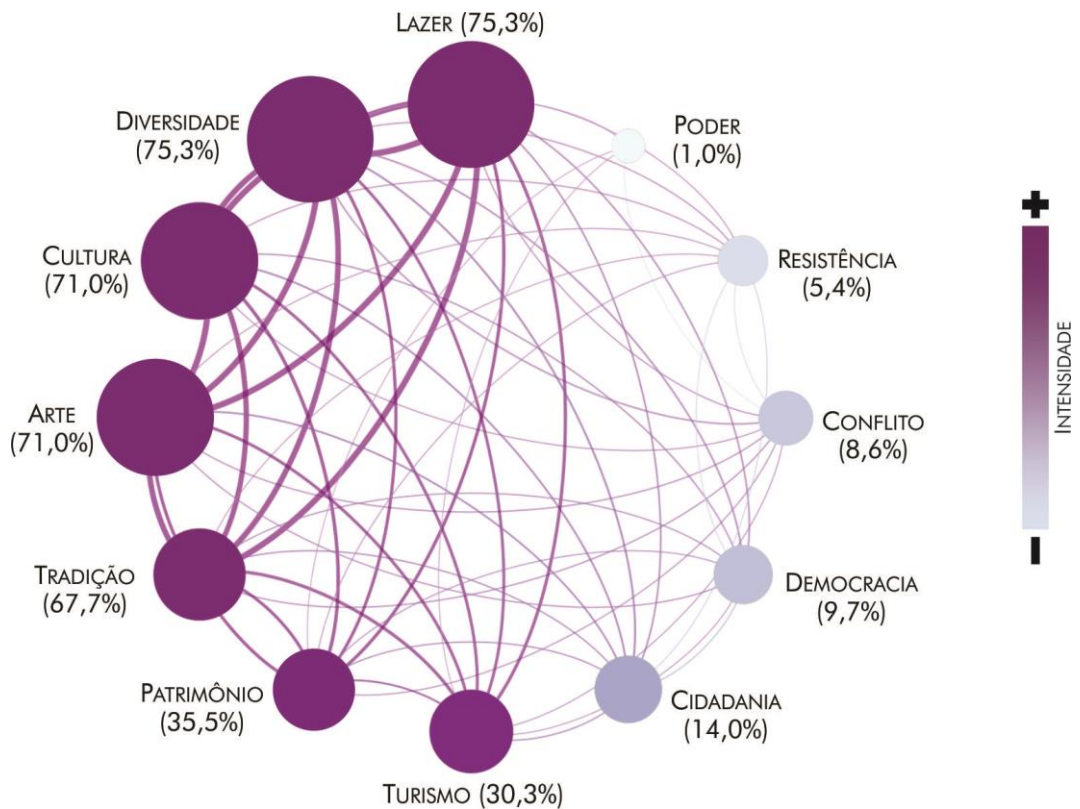


Figura 62 - Rede de Palavras dos Não Frequentadores
 Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Gephi.

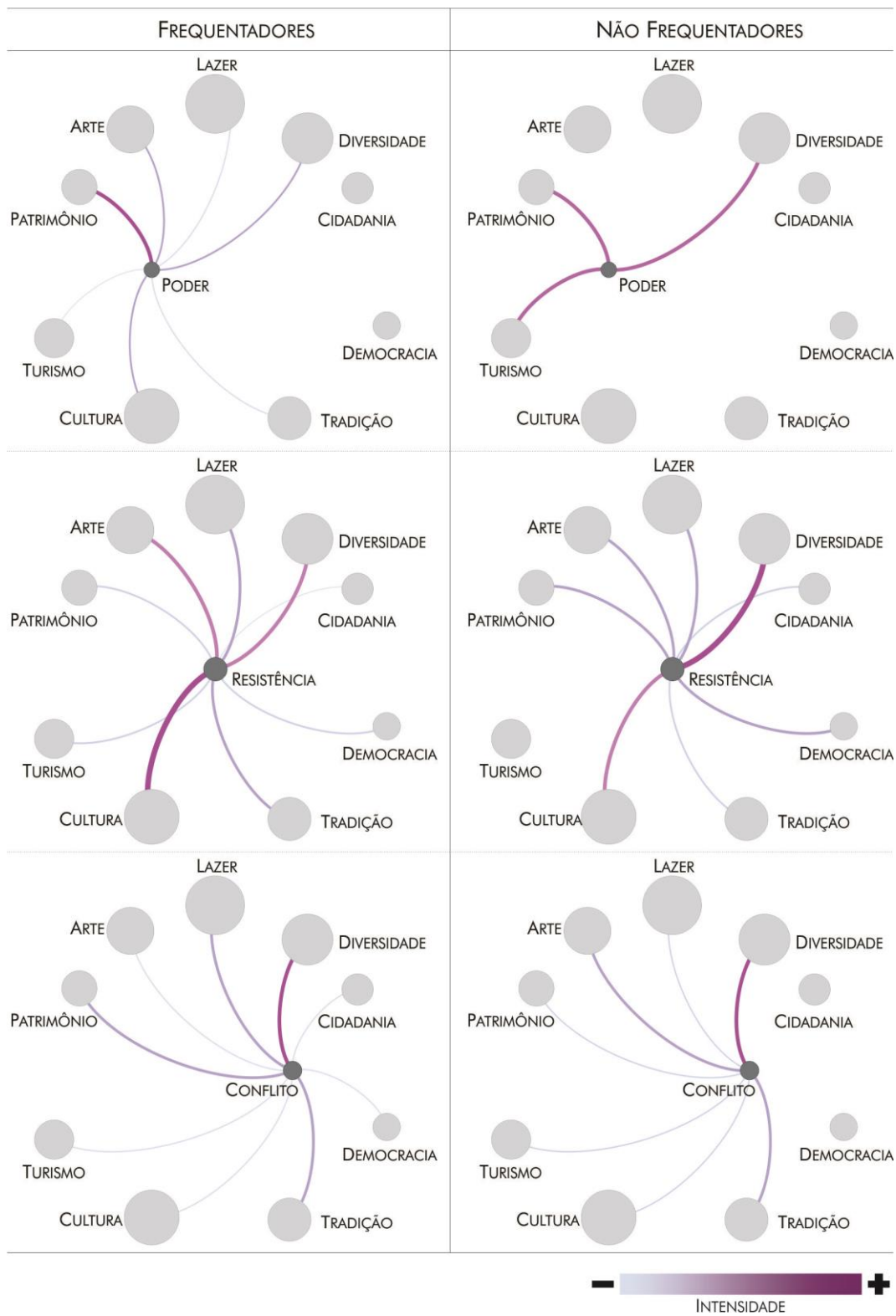


Figura 63 - Rede Poder, Resistência e Conflito
 Fonte: Elaborado pela autora utilizando o software Gephi.

5.6.2.3 TERRITÓRIO

Este ponto da análise tem como objetivo verificar de que forma os conceitos associados a território simbólico – Apropriação, Diferença, Multiplicidade e Símbolo – e a território funcional – Dominação, Desigualdade, Exclusividade e Recurso - (HAESBAERT, 2005) foram relacionados entre eles e ao Brique da Redenção pelos respondentes frequentadores e não frequentadores.

As significações deste espaço, enquanto território, são semelhantes para os dois grupos. A Tabela 7 apresenta o percentual de seleção de cada um dos conceitos por cada um dos grupos. Para o grupo dos frequentadores, o conceito mais relacionado ao Brique é Multiplicidade (64,3%), enquanto para o grupo dos não frequentadores é Símbolo (50,5%). Entretanto, em ambos os grupos, a diferença de percentual entre estes dois conceitos é pequena e foram os dois conceitos mais selecionados pelos respondentes. O conceito menos relacionado ao Brique, segundo os frequentadores, é Dominação (2,4%), enquanto para os não frequentadores é Desigualdade (3,2%).

Para os dois grupos, os conceitos associados ao território simbólico são os que mais se relacionam ao Brique, enquanto os conceitos associados a território funcional estão menos relacionados a esse espaço. Entretanto, 10,8% dos respondentes frequentadores e 25,8% dos não frequentadores afirmaram que nenhum desses conceitos está relacionado ao Brique, sendo esta proporção maior do que a proporção de todos os conceitos associados a território funcional. Para o grupo dos não frequentadores essa proporção é maior, inclusive, do que a proporção dos conceitos Diferença e Apropriação, relacionados ao território simbólico.

TERRITÓRIO	CONCEITO	FREQUENTADORES	NÃO FREQUENTADORES
Simbólico	Multiplicidade	64,3%	48,4%
	Símbolo	63,6%	50,5%
	Apropriação	28,9%	21,5%
	Diferença	19,3%	11,8%
Funcional	Recurso	8%	5,4%
	Exclusividade	6%	8,6%
	Desigualdade	3,6%	3,2%
	Dominação	2,4%	4,3%
Nenhuma		10,8%	25,8%

Tabela 7 – Intensidade da relação entre os conceitos associados a territórios simbólico e funcional ao Brique da Redenção pelos frequentadores e não frequentadores

Fonte: Da autora.

Com relação às seleções de cada respondente, nenhum respondente selecionou todos os conceitos disponíveis, tanto no grupo dos frequentadores quanto no dos não frequentadores. Do total de respondentes frequentadores, 1,2% selecionou apenas conceitos associados a território funcional enquanto 71,9% selecionaram apenas conceitos associados a território simbólico. No grupo dos não frequentadores, a proporção destas seleções foi de 2,1% e 57%, respectivamente. Por fim, 16,1% dos frequentadores e 15,1% dos não frequentadores selecionaram conceitos

associados aos dois territórios. A Figura 64 apresenta a síntese dessas informações.

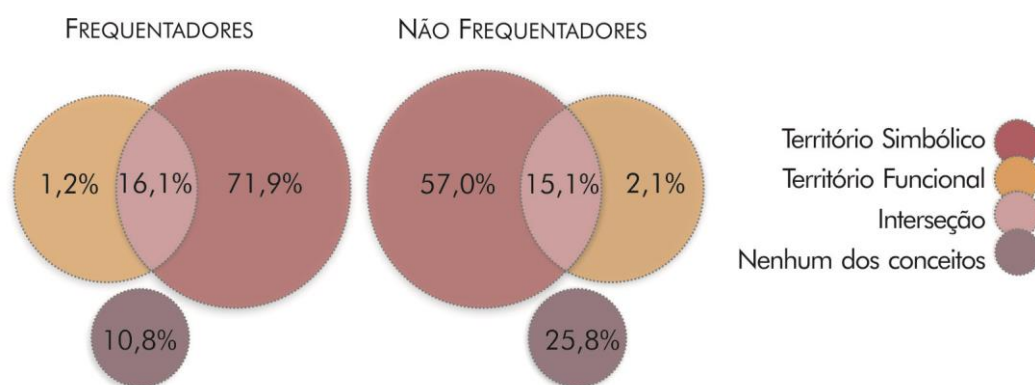


Figura 64 - Territórios simbólico e funcional relacionados ao Brique da Redenção pelos frequentadores e não frequentadores.

Fonte: Elaborado pela autora.

A rede de conexões entre os conceitos também se mostrou semelhante para ambos os grupos, como pode ser visto na Figura 65 e na Figura 66. O tamanho dos círculos indica a intensidades da relação do conceito com o Brique e a espessura das linhas indica a intensidade da conexão entre os conceitos.

Foram estabelecidas conexões entre todos os conceitos. A conexão mais intensa foi entre Símbolo e Multiplicidade, seguido da conexão entre Apropriação e Símbolo e entre Apropriação e Multiplicidade, para os dois grupos. As conexões menos intensas foram estabelecidas entre os conceitos associados a território funcional.

No grupo dos frequentadores, a conexão mais intensa entre conceitos de território funcional e de território simbólico foi entre Multiplicidade e Recurso, enquanto a menos intensa se estabeleceu entre Símbolo e Desigualdade. No grupo dos não frequentadores, a conexão mais intensa entre os conceitos dos dois territórios foi entre Símbolo e Exclusividade e as menos intensas entre Diferença e Recurso, Diferença e Exclusividade, Diferença e Dominação, Multiplicidade e Dominação, Multiplicidade e Desigualdade, e Apropriação e Dominação.

Multiplicidade, que foi o conceito mais relacionado ao Brique pelos frequentadores, estabeleceu a conexão menos intensa com Dominação, enquanto Dominação, que foi o conceito menos relacionado ao Brique por este grupo, estabeleceu as conexões mais intensas com Apropriação, Diferença e Multiplicidade. O conceito Símbolo, que foi o mais relacionado ao Brique pelos não frequentadores, estabeleceu a conexão mais intensa com Multiplicidade e a menos intensa com Desigualdade, enquanto Desigualdade, que foi o conceito menos relacionado ao Brique por este grupo, se conectou de forma mais intensa com Diferença e de forma menos intensa com Dominação, Exclusividade, Recurso e Multiplicidade. As matrizes com os valores de conexão entre todos os conceitos para cada um dos grupos podem ser conferidas no Apêndice N.

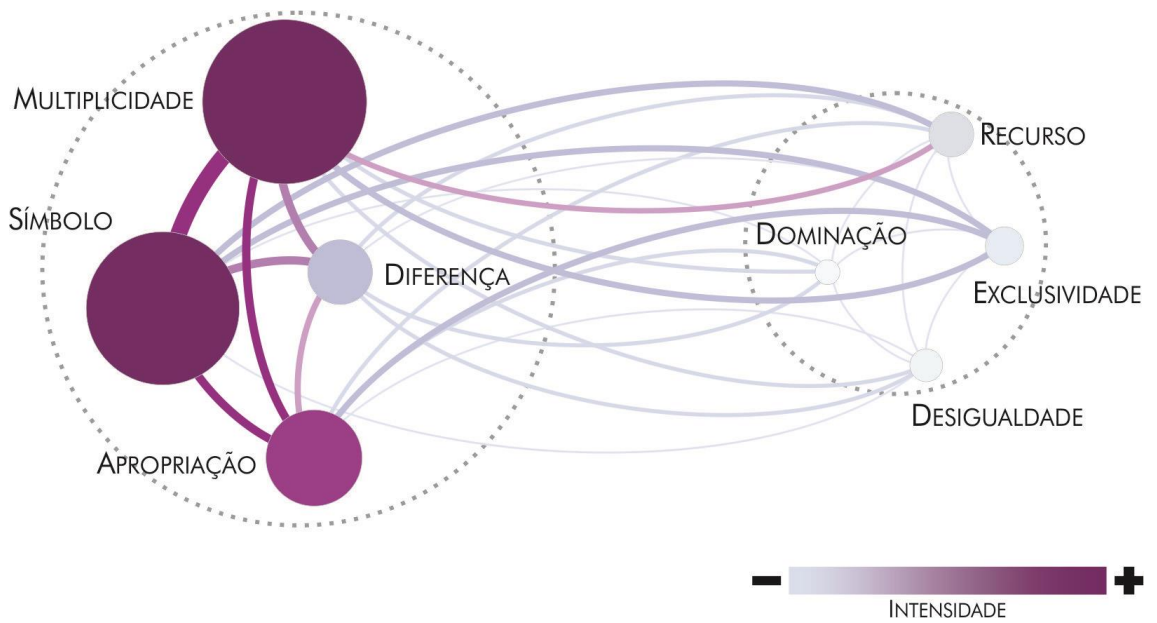


Figura 65 - Rede de palavras associadas a territórios simbólico e funcional pelos frequentadores

Fonte: Elaborado pela autora.

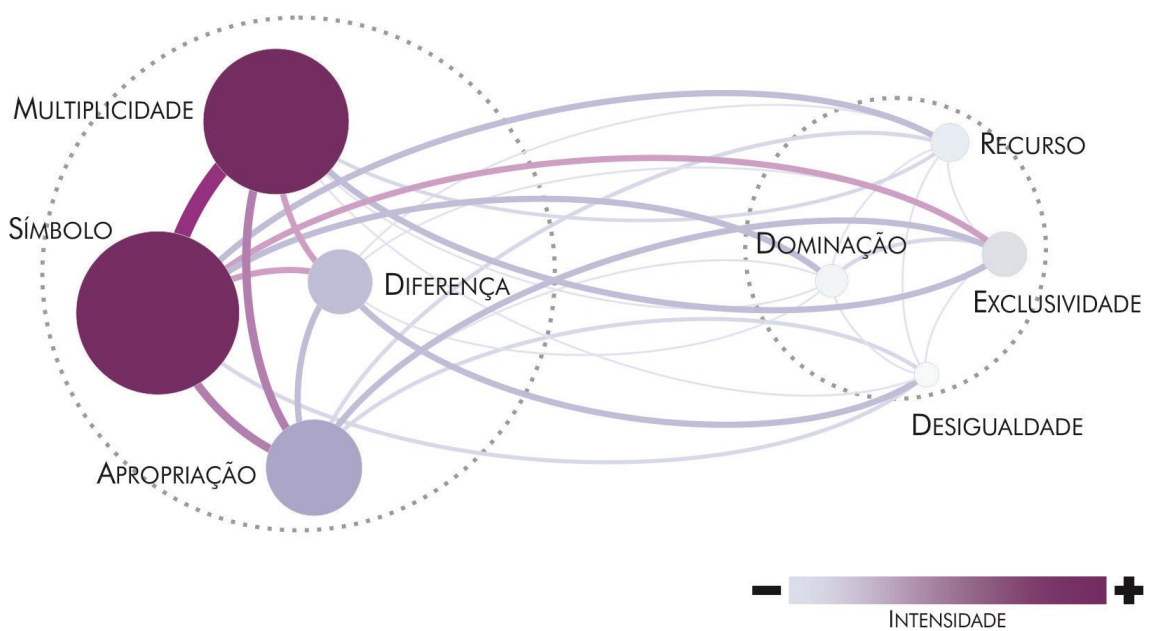


Figura 66 - Rede de palavras associadas a territórios simbólico e funcional pelos não frequentadores

Fonte: Elaborado pela autora.

5.6.2.4 FOTOGRAFIAS

Este ponto da análise tem como objetivo verificar quais das fotografias disponíveis mais expressam o Brique da Redenção e seu entorno para os respondentes frequentadores e não frequentadores e, a partir das justificativas para as escolhas das fotografias, verificar se os respondentes de

ambos os grupos diferenciam as atividades e se visualizam os conflitos existentes naquele espaço.

As fotografias apresentam diferentes cenas do Brique da Redenção e seu entorno. As fotos 01, 02, 06 e 08 mostram os quatro segmentos do Brique: Antiguidades, Artes Plásticas, Alimentação e Artesanato, respectivamente. As fotos 04 e 14 mostram os expositores indígenas que comercializam artesanato e que comercializam produtos industrializados, respectivamente. As fotos 11 e 12 mostram os artistas de rua, sendo a primeira uma apresentação de teatro e a segunda a apresentação de estátuas vivas.

A foto 05 mostra o material de caricaturista, que é uma atividade que não faz parte oficialmente do Brique, mas que está localizada em frente aos demais artistas plásticos pertencentes oficialmente ao Brique. A foto 07 mostra o vendedor de pipoca, enquanto a foto 09 mostra ambulantes não regularizados que comercializam produtos industrializados e a 13 ambulantes não regularizados que comercializam artesanato. Por fim, as fotos 03 e 10 mostram a visão do observador localizado no meio da Avenida José Bonifácio: a primeira com a presença de ambulantes e a segunda sem ambulantes ao longo da via.

Para 35,7% do total de respondentes frequentadores e para 41,9% dos não frequentadores todas as fotos expressam o Brique da Redenção. A Figura 67 apresenta os resultados referentes aos frequentadores e a Figura 68 os resultados referentes aos não frequentadores. As fotos localizadas na parte superior das figuras são as que foram selecionadas mais vezes e, portanto, consideradas nesta pesquisa como as que mais expressam o Brique da Redenção e seu entorno, enquanto as localizadas na parte inferior são as fotos selecionadas menos vezes, e, portanto, consideradas nesta pesquisa como as que menos expressam o Brique da Redenção e seu entorno.

As fotos que mais expressam, para ambos os grupos, são as que mostram três segmentos oficiais do Brique da Redenção - Antiguidades (Foto 01), Artes Plásticas (Foto 02), Artesanato (Foto 08) – seguidas da Foto 10, que mostra a Avenida José Bonifácio sem a presença de ambulantes ao longo da via. As fotos que menos expressam o Brique da Redenção e seu entorno, para os frequentadores, são as Fotos 09, 12, 14 e 13, que mostram os ambulantes não regularizados que comercializam produtos industrializados, as estátuas vivas, os expositores indígenas que comercializam produtos industrializados e os ambulantes não regularizados que comercializam artesanato, respectivamente. Para os respondentes não frequentadores, as que menos expressam o Brique são as Fotos 07, 09, 11, 04, que mostram o vendedor de pipoca, os ambulantes não regularizados que comercializam produtos industrializados, a apresentação de teatro e os expositores indígenas que comercializam artesanato, respectivamente.



Figura 67 - Fotografias selecionadas pelos frequentadores
 Fonte: Elaborado pela autora.



Figura 68 - Fotografias selecionadas pelos não frequentadores
 Fonte: Elaborado pela autora.

Os respondentes que não selecionaram todas as fotos – 64,3% dos frequentadores e 58,1% dos não frequentadores - foram solicitados a justificar os motivos pelos quais não selecionaram. Do total de respondentes para essa questão, 43,8% dos frequentadores e 40,7% dos não frequentadores não quis ou afirmou não saber justificar. As demais respostas foram categorizadas seguindo dois critérios: justificativas que **não explicitam** aspectos relacionados ao Brique e justificativas que **explicitam** aspectos relacionados ao Brique. Após essa separação, as respostas foram subdivididas em categorias de acordo com o tema da justificativa. O Quadro 9 apresenta as categorias utilizadas.

CATEGORIAS		F	NF	
Não quis/Não soube justificar		43,8%	40,7%	
Não explicitam aspectos relacionados ao Brique	Não selecionaram todas as fotos, mas acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno.	3,1%	1,9%	
	Não selecionaram por motivos pessoais.	15%	25,9%	
Explicitam aspectos relacionados ao Brique	Relacionados à ausência de algum aspecto	8,7%	3,7%	
	Relacionados à presença de algum aspecto	Características que não são apenas do Brique	16,9%	11,1%
		Características presença de ambulantes não regularizados	12,5%	16,7%

Quadro 9- Categorias de análise das justificativas dos frequentadores e não frequentadores
Fonte: Da autora.

Com relação às justificativas não explícitas, 3,1% dos respondentes frequentadores afirmam que, apesar de não terem selecionado todas as fotos, acreditam que todas as fotografias expressam o Brique da Redenção e seu entorno, enquanto 15% justificaram motivos pessoais para as escolhas, como ter selecionado as fotos que consideraram “mais bonitas” ou que “chamaram mais a atenção”. Para o grupo dos não frequentadores, estas justificativas foram descritas por 1,9% e 25,9% dos respondentes, respectivamente.

No que diz respeito às justificativas consideradas explícitas, estas foram divididas entre justificativas que remetem à ausência de algum aspecto e justificativas que remetem à presença de algum aspecto. Com relação à ausência de algum aspecto, 8,7% dos frequentadores e 3,7% dos não frequentadores justificaram não ter selecionado algumas fotos por este motivo. As justificativas mais citadas por estes respondentes se referem à falta de pessoas nas fotos - não ressaltando “mais o público, além dos vendedores” e passando a ideia de “pouca diversidade” - e a falta de contexto, como o parque e os prédios do entorno.

Com relação às justificativas que remetem à presença de algum aspecto, para 16,9% dos frequentadores e 11,1% dos não frequentadores, as fotos não selecionadas mostram atividades que “podem ser vistas em qualquer outro espaço da cidade” ou que fazem parte “do parque e não do Brique em si” e, portanto, não são características apenas do Brique. Para 12,5% dos

frequentadores e 16,7% dos não frequentadores, as justificativas dizem respeito às atividades em conflito no Brique. As justificativas dos frequentadores, relacionadas a estes conflitos, são apresentadas no Quadro 10, e as justificativas dos não frequentadores, no Quadro 11. O quadro com as justificativas das demais categorias é apresentado no Apêndice O.

FREQUENTADORES	
01	As fotos intercalam cenas da parte "formal/oficial" do Brique com cenas da informalidade, que também é parte inseparável do Brique. Há, porém, informalidades desde sempre e "fiéis" ao Brique (caricaturas, estatuas...) e outras que aparecem em fases de maior recessão econômica e desemprego... Estas últimas me parecem menos "parte" do Brique, e mais reflexo do contexto econômico e social.
02	As imagens me remeteram mais a comércio informal encontrado no centro da cidade do que ao Brique da redenção.
03	Camelôs. Não concordo. Enfeiam o Brique.
04	Camelôs...
05	Comércio ambulante e não uma feira de produtos locais.
06	Comércio de produtos industrializados não deveria ser permitido no Brique
07	Comércio informal (camelôs) não deveria ser permitido no espaço do Brique. Até um tempo atrás isso era proibido.
08	Desagradável ver a proliferação de vendedores ambulantes e afins com objetos encontrados nas ruas do centro da cidade, descaracterizando o Brique.
09	Me incomodam um pouco as tendas de coisas que vem da china. Pra mim, o Brique deveria ser composto por artesanais, coisas vendidas por quem as faz.
10	Não assinei os comércios informais, cuja existência não está atrelada ao Brique.
11	Não gosto de comércio fora da proposta do Brique.
12	Não quero ver o que é irregular e aquilo que não é genuíno não interessa.
13	Não são da feira, são de ambulantes.
14	O Brique, a meu ver, se restringe apenas às bancas registradas. Não vejo o comércio de antiguidades, lanches, mercadorias ilegais e produtos indígenas como o "core" do Brique, mas sim algo paralelo. Definitivamente estes não são a essência do Brique.
15	Por mais democrático que seja, o Brique da Redenção não acolhe o mercado informal, que fica às margens da via.
16	Por que não eram bancas montadas.
17	Porque não fazem parte do Brique. Para estar no Brique tem que passar por uma seleção.
18	São o tipo de banca ou "vendas" que não acho que combinem com a proposta.
19	Venda de produtos não artesanais.
20	Vejo o Brique como comércio de objetos artesanais e antiguidades em estandes. Os demais usos entendo como aderências de funções/serviços complementares.

Quadro 10 - Justificativas dos frequentadores relacionadas às atividades em conflito no Brique

Fonte: Da autora.

NÃO FREQUENTADORES

21	Não acho que o artesanato de extremo mau gosto e os camelôs agreguem ao Brique.
22	O Brique é a parte onde os artesãos e feirantes vendem seus produtos legalmente com autorização dos órgãos de fiscalização e recolhimento de impostos? Ou a pesquisa busca entender o Brique como movimento cultural mais amplo onde muitas pessoas buscam a sobrevivência e ou lutam contra o modelo de consumo hegemônico? Ou os dois? Não ficou claro.
23	Porque vi pessoas vendendo sentadas no chão e não me recordo de ter visto quando fui.
24	Vi Produtos industrializados. Não é típico da redenção.
25	Em algumas vi retratar exclusão, em outras me pareceu ser um "camelódromo" e essa não é a intenção do Brique (mesmo que tenha vendedores ambulantes e isso não desmereça em nada o Brique, pelo contrario, agregue).
26	Em relação às bancas de comida, eu não consumo alimentos lá por desinteresse. Em relação aos índios sei que já fazem parte da paisagem, mas entram em "conflito" com as bancas que tem produtos diferenciados.
27	Porque são atividades mais efêmeras, os índios nem sempre estão lá assim como os haitianos.
28	Algumas tendas não são exclusivas do Brique, o que tira o "quê" de especial dele. Mas para mim todas as imagens expressam o Brique, porém algumas fazem ele parecer muito mais um camelódromo.
29	O tipo de comércio não me lembra o Brique, parece que está sendo vendido ali coisas que você pode comprar em qualquer lugar enquanto o que é vendido no Brique é algo local, feito por artistas/artesãos locais [...].

Quadro 11 - Justificativas dos não frequentadores relacionadas às atividades em conflito no Brique

Fonte: Da autora.

A partir da leitura destas justificativas pode-se perceber que, apesar de todos os respondentes descreverem a diferença entre o “comércio formal/oficial” do Brique da Redenção e o “comércio informal/ambulante/camelô”, e também o tipo de produtos comercializados, algumas justificativas apenas apontam a distinção entre essas atividades enquanto outras se posicionam contra. Dessa forma, para alguns respondentes as atividades do entorno são consideradas “aderências/serviços complementares/paralelo” que não fazem parte do Brique, enquanto para outros são atividades que “descaracterizam/enfeiam” o Brique e “deveriam ser proibidas”.

Ainda neste contexto, um dos respondentes do grupo dos frequentadores (n.º 01) faz uma distinção entre os “tipos de informalidades” ao afirmar que algumas delas são consideradas partes “inseparáveis do Brique”, como as “caricaturas e as estátuas”, enquanto outro respondente, não frequentador (n.º 25) afirma que as atividades que ocorrem em paralelo “em nada desmerecem o Brique”, e até mesmo “agregam”. Outra justificativa importante de ser destacada diz respeito à que diferencia o Brique enquanto feira e enquanto movimento cultural (n.º 22). Ao questionar qual dos dois pontos de vista interessa à pesquisa, este respondente trouxe uma reflexão importante acerca do que se entende por “Brique da Redenção”.

Também é possível perceber que, para alguns respondentes, o comércio indígena “já faz parte da paisagem”, porém não é parte do Brique ou é uma “atividade efêmera”, que entra “em conflito” com os expositores “formais” do Brique. Um dos respondentes (n.º 14) faz uma observação relacionada aos próprios expositores do Brique. Para este respondente, os segmentos de antiguidades e de alimentação não fazem parte da essência do Brique, assim como os expositores indígenas. Esta justificativa também pode instigar importantes reflexões, visto que a feira de antiguidades, não considerada a essência do Brique por este respondente, é a feira mais antiga da Avenida José Bonifácio e a que foi oficialmente denominada “Brique da Redenção”.

Outra consideração importante diz respeito às justificativas que falam sobre a estrutura das bancas. Para alguns respondentes, as “bancas montadas/estandes” (n.º 16 e n.º 20) são as consideradas “do Brique”, enquanto “as pessoas vendendo sentadas no chão” (n.º 23) são externas ao Brique. Estas justificativas também revelam a diferenciação entre o formal e o informal, baseado nos equipamentos utilizados para a ocupação do espaço.

5.7 DISCUSSÕES [2]

No que diz respeito às ideias discutidas no referencial teórico sobre democracia, diversidade e conflito, os dados propiciaram algumas análises interessantes [Figura 69]. A palavra «diversidade» foi uma das palavras mais selecionadas tanto pelos frequentadores quanto pelos não frequentadores – bem como uma das palavras mais citadas espontaneamente pelos respondentes –, enquanto «conflito» foi uma das menos citadas e «democracia» se manteve relativamente pouco citada em comparação com diversidade, porém mais citada do que conflito. Assim, de maneira geral, pode-se dizer que os respondentes não relacionam o Brique da Redenção e seu entorno a conflito, bem como pouco relacionam à democracia. Ainda que se possa sugerir que os respondentes, em sua maioria, não percebem os conflitos ou não os relacionam ao Brique da Redenção, os não frequentadores relacionaram mais vezes a palavra «conflito» ao Brique da Redenção e seu entorno do que os frequentadores. Porém, nenhuma das justificativas para não frequentar o Brique fez referência a esta questão.

Entretanto, é interessante observar que as conexões mais intensas com as palavras «conflito» e «democracia», em ambos os grupos de respondentes, se referem à «diversidade». Do total de respondentes frequentadores que selecionou «democracia», 80% relacionaram à «diversidade», e apenas 2,4% relacionaram a «conflito», enquanto do total de respondentes não frequentadores essa proporção é de 88,9% com «diversidade» e nenhuma conexão com conflito. Do total de respondentes frequentadores que selecionou «conflito», 50% também selecionou «diversidade» e 16% selecionou «democracia», enquanto do total de respondentes não frequentadores essa proporção é de 87,5% para «diversidade» e nenhuma relação com «democracia».

Essa análise sugere que, ao menos no que diz respeito ao contexto do Brique da Redenção, os respondentes não relacionam o fato de se considerar o Brique da Redenção um local democrático à existência de conflitos, mas à existência de diversidade, bem como a existência de conflitos está relacionada à existência de diversidade. Por outro lado, a existência de diversidade está mais relacionada à ideia de democracia do que de conflito para ambos os grupos.

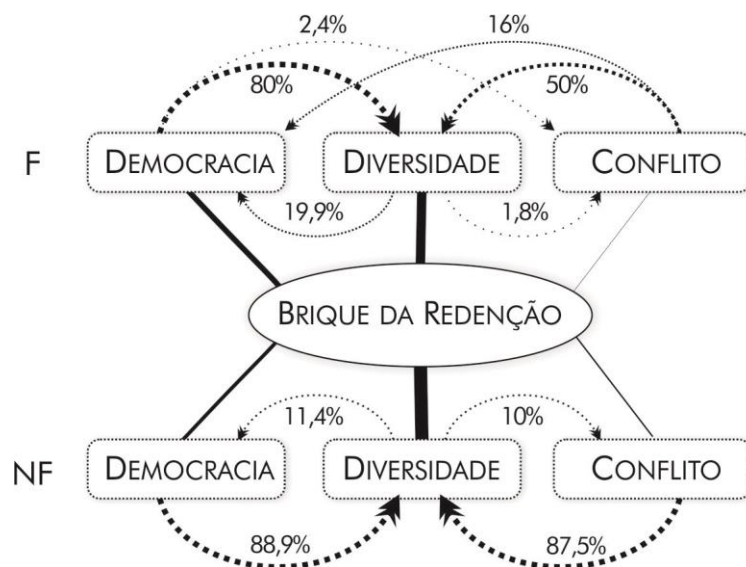


Figura 69 – Relação entre diversidade, democracia e conflito
Fonte: Elaborado pela autora.

Por outro lado, no que diz respeito à seleção das fotografias, ainda que alguns respondentes não entendam como conflituosa a presença dos Expositores Indígenas e Ambulantes no entorno do Brique da Redenção, as fotos menos selecionadas em ambos os grupos se referem a estes grupos. Embora «conflito» tenha sido selecionado por apenas 2,4% dos frequentadores e por 8,6% dos não frequentadores, 8% do total de frequentadores e 9,6% do total de não frequentadores citaram no momento da justificativa das fotos aspectos relacionados aos conflitos existentes, ainda que tenham não tenham utilizado a palavra «conflito» nas suas descrições.

Com relação às fotos que mostram os grupos em conflito com os expositores do Brique – Fotos 03, 04, 09, 13 e 14 -, é interessante observar que, para os frequentadores, a foto que mostra os Ambulantes que comercializam artesanato foi selecionada menos vezes do que a foto que mostra os Ambulantes que comercializam produtos industrializados. Já para os não frequentadores, a foto que mostra os Expositores Indígenas que comercializam artesanato foi selecionada menos vezes do que as fotos que mostram os Expositores Indígenas e Ambulantes que comercializam produtos industrializados. Nem todas as pessoas que não selecionaram todas as fotos justificaram e, portanto, se tornou difícil tentar conectar essas informações.

Outra questão diz respeito às fotos mais selecionadas por ambos os grupos. Embora os segmentos de artes plásticas, artesanato e antiguidades tenham sido os mais selecionados, em nenhum dos grupos o segmento de artesanato ficou em primeiro lugar. Em contrapartida, a palavra espontânea citada mais

vezes por ambos os grupos foi «artesanato», com uma diferença de percentual bastante significativa em comparação à segunda palavra mais citada. Este resultado pode estar relacionado a diversos fatores, inclusive à diversidade de palavras espontâneas associadas ao Brique da Redenção ou por este ser o segmento mais extenso da feira, entretanto é também possível que este resultado ressalte o fato de este ser o segmento com maior protagonismo nas articulações frente às questões relacionadas ao Brique da Redenção, e, portanto o segmento mais relacionado ao Brique, conforme visto na discussão anterior.

Além das questões relacionadas aos conflitos, a seleção das fotografias também tinha como objetivo tentar compreender quais das atividades expostas os respondentes entendiam como parte do Brique da Redenção [sem utilizar a palavra “entorno”]. As justificativas de alguns respondentes sugerem que delimitação entre os territórios do Brique da Redenção é feita, assim como pelos Expositores do Brique, em função do tipo de produto comercializado. Entretanto, para outros respondentes, a delimitação ocorre em função da forma como cada expositor ocupa o espaço: se utiliza bancas, se está localizado no canteiro central, se está localizado no asfalto com bancas ou se está localizado no asfalto sentado no chão, etc.

Entretanto, é importante salientar que para uma grande parte dos respondentes – 35,7% dos frequentadores e 41,9% dos não frequentadores – todas as fotos expressam o Brique da Redenção. Somado a isso, dentre as justificativas dos respondentes que não selecionaram todas as fotos, foram citadas a ausência de pessoas nas fotos – não ressaltando “mais o público, além dos vendedores” e passando a ideia de “pouca diversidade” - e a falta de contexto, como o parque e os prédios do entorno. Ou seja, pode-se sugerir que, para grande parte dos respondentes, o Brique da Redenção é o contexto da Av. José Bonifácio, incluindo as pessoas, os prédios e as atividades do entorno. Para esses respondentes, os limites entre os territórios do Brique da Redenção não se apresentam definidos, ao ponto de não separarem o que é o Brique enquanto feira e o que é o Brique enquanto contexto.

Com relação ao Brique da Redenção enquanto Território Simbólico ou Território Funcional, ainda que os conceitos relacionados a Território Simbólico tenham sido as mais relacionadas ao Brique, assim como para os Expositores do Brique e para os Expositores Indígenas, o Brique da Redenção está em um contexto no qual o território como recurso não é dissociável do território com símbolo. Essa suposição se faz em função de que, embora o Território Simbólico seja predominante para os respondentes, a categoria de palavras espontâneas mais citada se refere às atividades e usos do espaço e, portanto, às funções desse espaço.

5.8 DISCUSSÕES FINAIS

Após as análises e discussões dos dados referentes aos territórios e às microterritorialidades [Discussão 1] e aos frequentadores e não-frequentadores [Discussão 2], torna-se importante retomar alguns pontos.

O Brique da Redenção surgiu em meio às transformações do Bairro Bom Fim e Farroupilha. As novas apropriações dos espaços públicos refletiam uma tentativa de vivenciar novas experiências possibilitadas pela abertura política após tantos anos de liberdade cercada. Desde os primeiros anos de feira a apropriação daquele espaço foi permeada por conflitos que moldaram a conformação atual deste território. As análises feitas a partir do processo de territorialização do Brique da Redenção apontam a presença dos Expositores Indígenas e Ambulantes como parte desse processo, seja na tentativa de constituir seus territórios ou de fazer parte daquele.

As disputas tornam-se ainda mais intensas devido à carga simbólica desse espaço público, em especial para os Expositores do Brique e para os Expositores Indígenas. Embora esses conflitos sejam vistos predominantemente como negativos, as análises realizadas nesta pesquisa apontam que esses conflitos contribuem e instigam a manutenção destes territórios, pois é a partir dos esforços empregados que as identidades são construídas e transformadas, as práticas são renovadas e as diversas formas de poder são questionadas e dribladas.

Inicialmente, a pesquisa considerou três grupos nessa disputa territorial e considerou a prática dos três grupos como microterritorialidades. Entretanto, ao longo das análises foi possível perceber que dentro desses territórios há outras delimitações – ou outros territórios – que alteram as motivações da disputa e transformam as direções dos conflitos. Também foi compreendido que, ainda que as práticas possam ser estudadas em seus extremos – domínio X apropriação, poder X resistência, tática X estratégia – no contexto do Brique da Redenção as diferenças entre o que pode ser entendido como tentativa de domínio e o que pode ser entendido como ação de resistência são muito tênues. Por esse motivo, foi necessário distinguir as práticas territoriais, conforme a categorização de Denez (2012), entre territorialidades transformadoras (Expositores do Brique), microterritorialidades (Ambulantes), e manter os Expositores Indígenas em uma situação intermediária entre estas duas práticas nesse contexto específico.

Essa diferenciação, como foi explicitada anteriormente, não tem a intenção de apontar um lado correto e outro errado ou afirmar que um grupo é mais ou menos dominado que o outro. Entretanto, se as análises das microterritorialidades se dão no cotidiano dos espaços públicos e se este espaço público contém uma diversidade tão grande de sujeitos e grupos, como o Brique da Redenção, as mínimas diferenciações no que diz respeito ao controle territorial devem ser feitas. Outra questão que torna complexa a análise destes territórios é o fato de os diversos territórios estarem extremamente próximos entre eles, situação que potencializa os conflitos existentes.

No que diz respeito às análises realizadas sobre os frequentadores e não-frequentadores, de certa forma, as respostas corroboram os pressupostos de que o Brique da Redenção é considerado um espaço de diversidade. Entretanto, a ideia de democracia associada a este espaço em trabalhos e notícias não foi tão intensa para os respondentes, bem como a ideia de conflito. Pode-se dizer que, para estes respondentes, o Brique da Redenção está relacionado à ideia de diversidade consensual, pois não está associada ao conflito. Essas análises podem tomar diversos rumos, pois esse resultado pode ser compreendido tanto como a improbabilidade de se associar a palavra diversidade à palavra conflito – considerando que a diversidade, conforme visto, está frequentemente associada à ideia de convivência pacífica entre os diferentes –, quanto a real percepção destes respondentes de que no Brique da Redenção a diversidade se apresenta de forma pacífica. Para tais deduções seriam necessários estudos mais aprofundados sobre estas questões e conceitos.

Por fim, espera-se que os resultados desta pesquisa possam ter contribuído na discussão teórica sobre microterritorialidades nos espaços públicos contemporâneos, bem como na explicitação dos conflitos e disputas territoriais existentes no Brique da Redenção, como forma de instigar discussões acerca da necessidade de tais conflitos e dissensos na construção de espaços essencialmente públicos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa procurou refletir sobre os conflitos territoriais travados nos espaços públicos contemporâneos a partir do conceito de «microterritorialidades», com o objetivo de *explicitar e analisar o campo de tensão estabelecido entre as principais microterritorialidades exercidas no Brique da Redenção e seu entorno.*

O desenvolvimento da pesquisa ocorreu em quatro etapas. A Etapa A, teve como objetivo a contextualização em termos de referencial teórico e ajuste do foco da pesquisa em função do contexto do objeto empírico. A Etapa B teve como objetivo a contextualização do objeto empírico. A partir de entrevistas com agentes envolvidos na gestão do Brique da Redenção, da seleção de notícias divulgadas pela mídia e de observação sistemática, se constatou a complexidade de relações e conflitos territoriais existentes no Brique da Redenção e, portanto, a necessidade de se delimitar os grupos a serem estudados. Assim, os grupos foram selecionados em função da sua representatividade no que diz respeito à intensidade e repercussão de conflitos territoriais, e foram assim denominados: Expositores do Brique da Redenção – incluindo os quatro segmentos presentes na feira –; Expositores Indígenas e Ambulantes. Frente à diversidade de ambulantes presentes no entorno do Brique da Redenção, foi realizada uma segunda delimitação, que definiu que os Ambulantes estudados nesta pesquisa seriam os que comercializam produtos industrializados ao longo do asfalto da Av. José Bonifácio.

A Etapa C desdobrou-se em três fases paralelas: (1) a coleta de dados com e sobre os expositores do Brique da Redenção, a partir de questionários aplicados presencialmente e observação sistemática; (2) a coleta de dados sobre os Expositores Indígenas e Ambulantes a partir de pesquisa documental e da revisão de trabalhos já realizados sobre estes grupos no Brique da Redenção, bem como a partir da observação sistemática; (3) e a coleta de dados com os frequentadores do Brique da Redenção, a partir de questionários disponibilizados em formato digital. Por fim, a Etapa D teve como objetivo realizar a triangulação (YIN, 2015), a partir da análise da convergência dos dados a fim de estabelecer as conexões entre os diversos pontos de vista sobre o mesmo tema.

Com relação aos objetivos propostos, entende-se que a pesquisa propiciou algumas contribuições, conforme apresentadas na Figura 70.

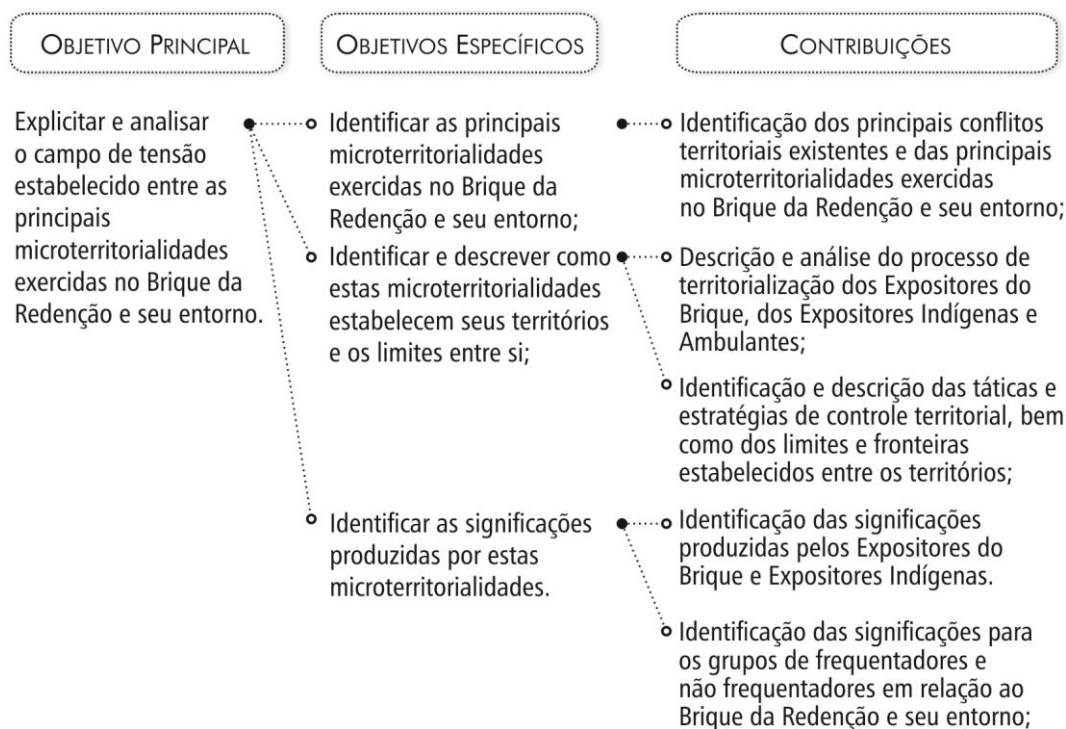


Figura 70 - Contribuições da pesquisa
Fonte: Da autora.

Entretanto, a pesquisa apresentou algumas limitações. O fato de se ter concluído durante o processo de coleta de dados que seria inviável a aproximação necessária tanto com os Expositores Indígenas quanto com os Ambulantes, a fim de se criar uma relação de confiança, fez com que as discussões sobre estes grupos fossem realizadas a partir de observação e da análise de trabalhos já desenvolvidos. Em primeiro lugar, no que diz respeito aos Expositores Indígenas, embora diversos trabalhos tenham sido realizados sobre famílias que comercializam seus produtos no Brique da Redenção, e alguns tenham citado os conflitos existentes, a falta de contato direto com este grupo interferiu na possibilidade de coleta de dados específicos sobre o tema desta pesquisa. Com relação aos Ambulantes, constatou-se que não há material produzido sobre a questão deste grupo especificamente no contexto do Brique da Redenção, e, por isso, estas análises foram realizadas a partir apenas de observações e cruzamento de dados, tornando-as pouco aprofundadas, principalmente no que diz respeito às significações dadas ao Brique da Redenção.

Por fim, após essas reflexões finais, foram identificadas algumas sugestões para trabalhos futuros ou continuidade desta pesquisa: (1) aprofundar as análises com os grupos dos expositores indígenas e ambulantes no contexto do Brique da Redenção; (2) aprofundar as significações de cada grupo no que diz respeito não somente às significações do espaço apropriado/dominado, mas às significações dos conflitos espaciais existentes; (3) analisar, sob o ponto de vista da linguística, os discursos veiculados pelas diferentes fontes jornalísticas utilizadas nesta pesquisa com relação aos conflitos no Brique da Redenção; (5) aprofundar e analisar como tem sido realizada a gestão destes conflitos por parte do poder público municipal e as consequências destas intervenções no contexto do Brique da Redenção e seu entorno.

REFERÊNCIAS

- ANDRADE, L. M. M. DE; BELLINGER, C. K.; PENTEADO, O. C. **A cidade como local de afirmação dos direitos indígenas**. São Paulo: Comissão Pró-Índio SP / Centro Gaspar Garcia, 2013.
- AXT, G.; SCLIAR, M. **Parque Farroupilha "Redenção": Histórias de Porto Alegre**. Porto Alegre: Paiol, 2011.
- BARROS, J. D'ASSUNÇÃO. Igualdade, desigualdade e diferença: em torno de três noções. *Análise Social*, v. XL, n. 175, p. 345–366, 2005.
- BRUM, L. H. **O kañe (olhar) na cidade: práticas de embelezamento corporal na infância feminina kiangang**. Dissertação de Mestrado: PPGEDU/UFRGS, 2011.
- CAMPOS, H. Á. **Permanências e mudanças no quadro de requalificação sócio-espacial da área central do Recife (PE): estudo sobre territorialidades urbanas em dois setores "revitalizados"**. Tese de Doutorado: UFRJ, 1999.
- CASTELLS, M. **O poder da identidade**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- CERTEAU, M. DE. **A invenção do cotidiano: artes de fazer**. 19ª ed. Petrópolis: Vozes, 2012.
- CHAUI, M. Democracia e sociedade autoritária. *Comunicação & Informação*, v. 15, n. 2, p. 149–161, 2012.
- COMIN. **Povos Indígenas em Espaços Urbanos**, [s.d.]. Disponível em: <<http://comin.org.br/static/arquivos-publicacao/semana-dos-povos-2008-entrevistas-kaingang-porto-alegre-1207079439.pdf>>. Acesso em: 1 mar. 2018
- COSTA, B. P. DA. **Por uma geografia do cotidiano sobre as tênues apropriações do espaço urbano: microterritorializações em parques e praças de Porto Alegre/RS**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. *Anais...*São Paulo: USP, 2005
- COSTA, B. P. DA. **Por uma geografia do cotidiano: Território, cultura e homoerotismo na cidade**. Tese de Doutorado: UFRGS, 2007.
- COSTA, B. P. DA. Espaço social, cultura e território: o processo de microterritorialização homoerótica. *Espaço e Cultura*, n. 27, p. 25–37, 2010.
- DENEZ, C. C. OS CONCEITOS DE MACRO & MICROTERRITORIALIDADES : Uma análise dos processos relacionais no Assentamento 8 de Abril - Jardim Alegre/PR C. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v. 7, n. 14, p. 1–22, 2012.
- DEUTSCHE, R. **Evictions: art and spacial politics**. Cambridge (Mass.): MIT press, 1996.

FERREIRA, L. O.; MORINICO, J. C. P. O Poraró Mbyá e a indigenização do Centro de Porto Alegre, RS. In: FREITAS, A. E. DE C.; FAGUNDES, L. F. C. (Eds.). . **Povos Indígenas na Bacia Hidrográfica do Lago Guaíba, Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil**. Porto Alegre: PMPA, 2008. p. 36–50.

FORTUNA, C. (Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social. *Terra Plural*, v. 6, n. 2, p. 199–214, 2012.

FREITAS, A. E. DE C. **Mrur Jykre - a cultura do cipó: territorialidades kaingang na margem leste do Lago Guaíba, Porto Alegre, RS**. Tese de Doutorado: UFRGS, 2005.

FUHR, G.; GERHARDT, C.; KUBO, R. R. Morro do Osso em disputa: os conflitos socioambientais e a contemporânea sobreposição de um Parque Natural Municipal e a Aldeia Kaingang Tupë pën. In: ROSADO, R. M.; FAGUNDES, L. F. C. (Eds.). . **Presença Indígena na Cidade: reflexões, ações e políticas**. Porto Alegre: Gráfica Hartmann, 2013. p. 124–150.

GIL, A. C. **Como Elaborar Projetos de Pesquisa**. 5ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2010.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas S.A., 2012.

GOMES, P. C. DA C. **A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

GOMES, T. **Brique da Redenção: domingos, cultura, arte e chimarrão**. Porto Alegre: SMC/PMPA, 2011.

HAESBAERT, R. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10., 2005, São Paulo. **Anais...**São Paulo: USP, 2005

HAESBAERT, R. Território e multiterritorialidade: um debate. *GEOgraphia*, n. 1, p. 19–46, 2007a.

HAESBAERT, R. Identidades territoriais: entre a multiterritorialidade e a reclusão territorial (ou: do hibridismo cultural à essencialização das identidades). In: ARAUJO, F. G. B. DE; HAESBAERT, R. (Eds.). . **Identidade e Territórios: Questões e olhares contemporâneos**. Rio de Janeiro: Access, 2007b. p. 33–56.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

HAESBAERT, R. O território e a nova des-territorialização do Estado. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Eds.). . **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 19–37.

HALL, E. T. **A dimensão oculta**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

HALL, S. Quem precisa da identidade. In: SILVA, T. T. DA (Ed.). . **Identidade e diferença**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 103–133.

HARVEY, D. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Editora Hucitec, 1980.

HEIDRICH, Á. L. Compartilhamento e microterritorialidades do espaço social metropolitano. **CIDADES**, v. 10, n. 17, p. 76–106, 2013.

HEIDRICH, Á. L. Aspectos da fratura socioespacial na cidade de Porto Alegre. **Scripta Nova: Revista Eletrónica de Geografía y Ciencias Sociales**, v. XI, n. 245, p. 1–7, 2017.

HERMANN, H. W. **No coração da cidade: Cosmopolítica, dinheiro e afeto na luta Kanhgág pelo espaço em Porto Alegre - RS**. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2016.

HERMANN, H. W.; DAMO, A. S. Mobilização Kaingang para a Copa 2014 – notas etnográficas a partir de Porto Alegre. **Ponto Urbe**, n. 15, 2015.

JACQUES, P. B. Notas sobre espaço público e imagens da cidade. **Arquitextos**, v. 10, n. 110.02, jul. 2009.

LABORS. **Estudo quantitativo e qualitativo dos coletivos indígenas em Porto Alegre e regiões limítrofes**. Porto Alegre: UFRGS, 2008.

LONTRA, J. H. **O lado humano da cidade - Avenida José Bonifácio: um estudo de caso sobre a memória e o imaginário urbano**. Dissertação de Mestrado: PROPUR/UFRGS, 2003.

MACHADO, L. O. Limites, Fronteiras e Redes. In: STROHAECKER, T. M. et al. (Eds.). . **Fronteiras e Espaço Global**. Porto Alegre: [s.n.]. p. 41–49.

MARTINS, G. DE A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da Investigação Científica para Ciências Sociais Aplicadas**. São Paulo: Atlas S.A., 2007.

MENDONÇA, E. M. S. Apropriações do espaço público: alguns conceitos. **Estudos e Pesquisas em Psicologia**, v. 7, n. 2, p. 296–306, 2007.

MOREIRA, J. DE F. R. **As estratégias espaciais e as microterritorialidades da parada LGBT em Goiânia, Goiás**. In: IV SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE MÚLTIPLAS TERRITORIALIDADES E IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE MICROTERRITORIALIDADES NAS CIDADES. **Anais...**Ponta Grossa: UEPG, 2016

MOREIRA, R. P.; SILVA, C. A.; HERRERA, J. A. Microterritorialidade e lugar dos de baixo, o caso do Baixão do Tufi em Altamira - Pará. **Revista do Instituto Histórico e geográfico do Pará**, v. 2, n. 1, p. 169–187, 2015.

MOUFFE, C. Por um modelo agonístico de democracia. **Revista de Sociologia e Política**, n. 25, p. 11–23, nov. 2005.

MOUFFE, C. Quais espaços públicos para práticas de arte crítica? **Arte & Ensaios**, n. 27, p. 181–199, dez. 2013.

NETO, N. T. Microterritorialidades nas cidades: uma introdução à temática. **2CIDADES**, v. 10, n. 17, p. 8–17, 2013.

PECIAR, P. L. R.; ISAIA, L. Turismo cultural: um olhar sobre as manifestações de atratividades encontradas nas feiras populares do Brique da Redenção em Porto Alegre – RS, Brasil, e da feira da Praça Matriz em Montevideú no Uruguai. **RACE - UNOESC**, v. 4, n. 1, p. 79–96, 2005.

PEDROSO, L. F. *Transgressão Do Bom Fim*. 2009.

PERTILE, K. **Em pratos limpos: as comidas de rua no Brique da Redenção, em Porto Alegre/RS - Brasil, e possibilidades para o turismo**. Dissertação de Mestrado: UCS, 2014.

PMPA. **DECRETO N.º 6.295**, 1978.

PMPA. **DECRETO N.º 8.193**, 1983.

PMPA. **LEI N.º 8.617**, 2000a.

PMPA. **DECRETO N.º 12.874**, 2000b.

QUIVY, R.; CAMPENHOUDT, L. VAN. **Manual de Investigação em Ciências Sociais**. 4ª ed. Lisboa: Trajectos, 2005.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática S.A., 1993.

RHEINGANTZ, P. A. et al. **Observando a Qualidade do Lugar: procedimentos para a avaliação pós-ocupação**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro/Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2009.

RIGATTI, D. O processo de desenho urbano em conjuntos habitacionais. **Paisagem e Ambiente**, n. 11, p. 203–276, dez. 1998.

RS. **LEI N.º 12.344**, 2005.

SACK, R. D. O significado de territorialidade. In: DIAS, L. C.; FERRARI, M. (Eds.). **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. 2ª ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 63–89.

SALDANHA, J. R. **“Eu não sou pedra para sempre”: Cosmopolítica e Espaço Kaingang no Sul do Brasil Meridional**. Dissertação de Mestrado: UFRGS, 2009.

SANTOS, M. O retorno do território. In: **OSAL - Observatório Social da América Latina**. Buenos Aires: CLACSO: [s.n.], v. 16p. 251–261.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnicas e tempo, razão e emoção**. 4ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SERPA, A. Espaço Público E Acessibilidade: Notas Para Uma Abordagem Geográfica. **GEOUSP - Espaço e tempo**, n. 15, p. 21–37, 2004.

SILVA, T. T. DA. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. DA (Ed.). . **Identidade e diferença**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 73–102.

SOBARZO, O. A produção do espaço público: da dominação à apropriação. **GEOUSP - Espaço e tempo**, n. 19, p. 93–111, 2006.

SOUZA, M. J. L. DE. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. DE; GOMES, P. C. DA C.; CORRÊA, R. L. (Eds.). . **Geografia: conceitos e temas**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000. p. 77–116.

TEIXEIRA, P. C. *Esquina Maldita*. In: Porto Alegre: Libretos, 2012.

TUAN, Y.-F. **Espaço e lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: Difel, 1983.

WOODWARD, K. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, T. T. DA (Ed.). . **Identidade e diferença**. 15ª ed. Petrópolis: Vozes, 2014. p. 7–73.

YIN, R. K. **Estudo de Caso: Planejamento e Métodos**. 5ª ed. Porto Alegre: Bookman, 2015.

APÊNDICES

APÊNDICE A – LISTA DE DOCUMENTOS

DOCUMENTO	ASSUNTO	FONTE
DECRETO N.º 6295/1978	Institui o Mercado de Antiguidades de Porto Alegre sob a denominação de “Brique da Redenção” e dá outras providências.	Plataforma Leis Municipais
DECRETO N.º 8193/1983	Institui o mercado de artesanato de Porto Alegre sob a denominação de “Feira do Artesanato do Bom Fim” e dá outras providências.	AABRE [Anexo]
“SEMINÁRIO BRIQUE 90”	Resoluções.	AABRE [Anexo]
LEI N.º 7054/1992	Dispõe sobre a oficialização do Brique da Redenção, Artenapraça, e Feira do Artesanato do Município de Porto Alegre e dá outras providencias.	Plataforma Leis Municipais
DECRETO N.º 10738/1993	Regulamenta a Lei nº 7054, de 28 de maio de 1992, no que se refere ao órgão responsável pelo seu cumprimento.	Plataforma Leis Municipais
Inst. Normativa N.º 003/94	Estabelece o Regulamento da Feira do Artesanato do Bom Fim, coordenada pela SMIC.	AABRE
LEI N.º 8239/1998	Impede a instalação de novas bancas de artesãos, ou qualquer exploração comercial, nos passeios do parque Farroupilha.	Plataforma Leis Municipais
LEI N.º 8617/2000	Altera a redação dos art. 1º e 2º da Lei nº 7.054, de 28 de maio de 1992, que dispõe sobre a oficialização do Brique da Redenção, Artenapraça e Feira do Artesanato, no Município de Porto Alegre, e dá outras providências.	Plataforma Leis Municipais
Inst. Normativa N.º 004/2003	Altera e inclui dispositivos na Instrução n.º 003/94 que dispõe sobre normas básicas de funcionamento e condições de participação da Feira de Artesanato do Bom Fim, sob a coordenação da SMIC.	AABRE
Ofício N.º 896/2003	Descreve os locais destinados aos índios para comercialização de artesanato.	AABRE [Anexo]
Carta da AABRE à SMIC (junho/2004)	Apoio à extinção da feira junto ao Mercado do Bom Fim e proposta de deslocamento dos expositores indígenas para aquela área.	AABRE [Anexo]
LEI N.º 12344/2005	Declara o Brique da Redenção, em Porto Alegre, integrante do Patrimônio Cultural do Estado do Rio Grande do Sul.	Plataforma Leis Estaduais
Carta da AABRE ao MPF (maio/2007)	Solicita providências com relação ao cumprimento do acordo de 2003 sobre o local destinado aos expositores indígenas.	AABRE [Anexo]
Despacho do MPF (junho/2007)	Arquivamento dos autos do Procedimento administrativo 709/2007 que tem como objeto “Locais destinados aos indígenas para comercialização de artesanato no Brique da Redenção”.	AABRE [Anexo]
Carta da AABRE à SMIC (maio/2008)	Solicita providências da SMIC com relação à fiscalização e retirada de ambulantes do entorno do Brique e ao cumprimento do acordo de 2003 sobre o local destinado aos expositores indígenas.	AABRE [Anexo]

APÊNDICE B – LISTA DE NOTÍCIAS [1]

DATA	FONTE	MANCHETE	TEMA
10/07/1997	Correio do Povo	Expositores querem legalizar Feira de Sábado	Expansão do Brique
13/11/1997	Correio do Povo	Farroupilha contra a Feira Ecológica	Conflito Moradores
22/03/1998	Correio do Povo	Brique da Redenção faz 20 anos	Aniversário do Brique e Situação
17/12/1998	Correio do Povo	Do leitor: Trânsito	Conflito Moradores
18/01/1999	Correio do Povo	Tempo de férias renova o Brique	Organização do Brique
18/01/1999	Correio do Povo	Do leitor: Índios	Indígenas
22/03/1999	Correio do Povo	Vendedores pedem fiscalização	Conflito Ambulantes
04/04/1999	Correio do Povo	Brique: expositores reclamam dos ambulantes	Conflito Ambulantes
21/06/1999	Correio do Povo	Camelôs no Brique	Conflito Ambulantes
06/12/1999	Correio do Povo	Brique entra no clima com arranjos	Indígenas
11/04/2000	Correio do Povo	Horário do final do Brique provoca polêmica	Conflito EPTC
28/04/2003	Correio do Povo	Smic verifica arredores do Brique	SMIC e Ambulantes
20/10/2003	Correio do Povo	Do leitor: Camelôs irregulares	Conflito Ambulantes
29/12/2003	Correio do Povo	Caingangues aguardam cestas do Fome Zero	Indígenas
29/08/2004	Correio do Povo	Brique virou ponto de encontro	Expansão do Brique
01/08/2005	Correio do Povo	Mantidas as vendas no Brique	Indígenas
08/01/2006	Jornal Já	Brique da Redenção recebe expositores convidados	Organização do Brique
26/03/2006	Correio do Povo	Brique deverá ter novida des em breve	Revitalização
23/04/2006	Correio do Povo	Brique aberto a novos a rtistas	Organização do Brique
03/03/2007	Correio do Povo	Pórticos identificam Brique da Redenção	Revitalização
05/03/2007	Correio do Povo	Brique da Redenção muda layout	Revitalização
19/03/2007	Câmara Poa	Expositores do Brique reclamam de camelôs	Conflito Ambulantes
06/08/2007	Correio do Povo	Brique está querendo mais espaço	Expansão do Brique
04/11/2007	ZH	PM atira em índio no Brique da Redenção	Conflito Indígenas
07/11/2007	Camara Poa	Celeste recebe reivindicações de artesãos	Conflito Indígenas

DATA	FONTE	MANCHETE	TEMA
21/11/2007	Câmara Poa	Câmara tenta resolver impasse no Brique da Redenção	Conflito Indígenas
18/12/2007	Camara Poa	Artesãos do Brique reclamam de invasão dos índios	Conflito Indígenas
31/03/2008	Jornal Já	Expositores lutam para renovar interesse por antiguidades	Situação
12/12/2008	Câmara Poa	Artesãos do Brique reclamam da falta de fiscalização	Conflito Indígenas
14/12/2008	Câmara Poa	Brique tem problemas e índios pedem feira separada	Conflito Indígenas
09/01/2009	Jornal Já	A disputa do asfalto da José Bonifácio	Conflito Indígenas
28/04/2009	Camara Poa	Projeto das Unidades de Conservação gera polêmica	Conflito Indígenas
02/04/2011	PMPA	Brique da Redenção revitalizado ganhará novas bancas	Revitalização
04/04/2011	PMPA	Parceria qualificará o Brique da Redenção	Revitalização
04/04/2011	PMPA	Parceria para revitalizar Brique da Redenção é assinada hoje	Revitalização
04/04/2011	Jornal Já	Parceria para revitalizar Brique da Redenção é assinada hoje	Revitalização
29/07/2011	Sul 21	Caingangue vive como camelô: "Não assaltamos, como os brancos fazem"	Indígenas
30/04/2012	Correio do Povo	Brique da Redenção faz 30 anos	Aniversário do Brique e Situação
10/07/2012	PMPA	Prefeito recebe comissão de expositores do Brique da Redenção	Modificações no Brique e Antiguidades
19/03/2013	PMPA	Brique da Redenção vai ganhar melhorias	Modificações no Brique
09/12/2013	Camara Poa	Expositores do Brique reclamam de iniciativa da Seda	Outros conflitos
11/12/2013	Camara Poa	BrechoCão da Seda não será mais junto ao Brique da Redenção	Outros conflitos
19/08/2015	Sul 21	Artistas de rua criticam minuta de decreto da Prefeitura que regulamenta atividade	Conflito Artistas de Rua
31/07/2016	Jornal do Comércio	Palavra do Leitor: Brique da Redenção	Conflito Indígenas
21/08/2016	Jornal Já	Artesãos do Brique cobram que Prefeitura fiscalize camelôs	Conflito Ambulantes
21/08/2016	Jornal Já	Artesãos do Brique lançam campanha "Artesanato Gaúcho: compre de quem faz"	Conflito Ambulantes

CONTINUAÇÃO			
DATA	FONTE	MANCHETE	TEMA
26/03/2017	PMPA	Brique da Redenção completa 39 anos neste domingo	Aniversário do Brique e Situação
27/03/2017	Jornal do Comércio	Falta de fiscalização do Brique da Redenção desanima comerciantes	Conflito Ambulantes e Artistas de Rua
16/07/2017	Gaúcha ZH	Prefeitura realiza operação contra ambulantes que atuam no Brique da Redenção	Conflito Ambulantes
24/10/2017	Camara Poa	Falta segurança e sobram ambulantes irregulares na Redenção	Conflito Ambulantes
21/11/2017	Camara Poa	Secretário promete ação contra comércio irregular no Brique	Conflito Ambulantes e Indígenas
27/11/2017	PMPA	Prefeitura realiza ação de fiscalização no Brique da Redenção	Conflito Ambulantes

APÊNDICE C - LISTA DE NOTÍCIAS [2]

DATA	FONTE	TEMA
11/07/2011	Facebook do Brique	Fundada a página do Facebook
10/11/2011	Blog do Brique	Jornal Artefim de Abril/1984 [Anexo]
19/04/2012	Facebook do Brique	Recortes Jornais - 1982 [Anexo]
20/04/2012	Facebook do Brique	Recortes Jornais - 1982 [Anexo]
21/04/2012	Facebook do Brique	Hora do Bric - 1986 [Anexo]
08/07/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
09/07/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
18/07/2016	Facebook do Brique	Relato sobre situação da feira.
19/07/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção
19/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
21/07/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção
21/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
22/07/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
22/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
22/07/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
22/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
25/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
26/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
26/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
27/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
27/07/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
27/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
28/07/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
28/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
29/07/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
29/07/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.

DATA	FONTE	TEMA
01/08/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção
04/08/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção
04/08/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
08/08/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
09/08/2016	Facebook do Brique	"Valorize o artesanato do Brique".
16/08/2016	Facebook do Brique	"Temos que preservar o Brique da Redenção".
17/08/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
18/08/2016	Facebook do Brique	Valorize o artesanato do Brique
19/08/2016	Facebook do Brique	SOS Brique da Redenção
29/08/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
31/08/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz". Depoimentos de Expositores sobre situação do Brique.
06/09/2016	Facebook do Brique	Compre de quem faz
12/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes (vídeo)
12/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes (vídeo)
12/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
13/09/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção. Entrevista com artesãos.
15/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
16/09/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
19/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
19/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
21/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
26/09/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
29/09/2016	Facebook do Brique	Depoimento de Expositor sobre situação do Brique.
out/16	Jornal do Brique	S.O.S Brique da Redenção
04/10/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
15/10/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção.

DATA	FONTE	TEMA
19/10/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
25/10/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
08/11/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
13/12/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
18/12/2016	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
19/12/2016	Facebook do Brique	Ambulantes
20/12/2016	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
27/12/2016	Facebook do Brique	Campanha de preservação do Brique da Redenção.
09/01/2017	Facebook do Brique	Ambulantes
30/03/2017	Facebook do Brique	Campanha: "Compre de quem faz".
27/04/2017	Facebook do Brique	Ambulantes
jun/17	Jornal do Brique	Ambulantes
26/06/2017	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
17/07/2017	Facebook do Brique	Ambulantes/SMIC
ago-set/2017	Jornal do Brique	S.O.S Brique da Redenção
ago-set/2017	Jornal do Brique	Ambulantes

APÊNDICE D – ROTEIRO ENTREVISTAS [ETAPA B]

DATA: _____ TURNO: _____ LOCAL: _____ Nº: _____

INSTITUIÇÃO/ÓRGÃO: _____

ENTREVISTADO: _____

QUESTÕES:

Quais as atribuições referentes ao Brique da Redenção?

Como é composto? Qual a estrutura?

Quais as principais dificuldades?

Quais os principais conflitos?

Quais as principais demandas?

Como é a relação com os outros órgãos ou instituições responsáveis pela gestão e administração do espaço onde ocorre o Brique da Redenção?

Obrigada pela colaboração.

APÊNDICE E – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA	
Título	Microterritorialidades em Espaços Públicos: Cartografias do Brique da Redenção e seu entorno*.
Instituição de Ensino	Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional PROPUR/UFRGS
Pesquisadora Responsável	Nathalia Danezi (n.danezi@gmail.com)
Orientadora Responsável	Prof. ^a Dr. ^a Luciana Inês Gomes Miron (luciana.miron@ufrgs.br)
Contato PROPUR/UFRGS	Tel.: (51) 3308 3145 E-mail: propur@ufrgs.br
CEP/UFRGS	Tel.: (51) 3308 3738 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

DECLARO, por meio deste termo, que concordei em participar da pesquisa de mestrado acadêmico “Microterritorialidades em Espaços Públicos: Cartografias do Brique da Redenção”*, de responsabilidade da pesquisadora Nathalia Danezi, que tem como **objetivo*** principal cartografar as microterritorialidades do Brique da Redenção e seu entorno.

Declaro ter sido informado(a) de que os dados obtidos serão utilizados para fins estritamente acadêmicos e de que meu nome não será identificado na pesquisa, garantindo minha privacidade. Declaro, ainda, ter sido informado(a) de que esta pesquisa trará como benefício à comunidade o aprofundamento no conhecimento de um espaço público relevante para a cidade e de que, quando concluída, estará disponível na biblioteca da UFRGS em meio físico e digital, podendo ser acessada por qualquer pessoa que tenha interesse em seu conteúdo.

Declaro ter sido informado(a) de que como **benefícios** destacam-se a possibilidade de compartilhar minha história e relação com esse espaço, bem como a oportunidade de expressão e reflexão. Fui ainda informado de que os eventuais **riscos** aos quais estou exposto referem-se a um possível cansaço decorrente do tempo da entrevista, expectativas de que haja a resolução de qualquer conflito existente no espaço ou algum tipo de desconforto ou constrangimento quanto às perguntas realizadas pela pesquisadora.

Afirmo ter sido informado(a) de que esta é uma entrevista semiestruturada, com duração de cerca de 30 minutos, de que posso solicitar a qualquer tempo a interrupção da entrevista, e de que, no caso de me sentir desconfortável para responder qualquer pergunta, basta solicitar à pesquisadora que a retire, pois me é assegurado o direito de não responder o que julgar impertinente ou de conteúdo impróprio.

Fui ainda informado(a) de que a pesquisadora se compromete a esclarecer quaisquer dúvidas que eventualmente surjam e que **posso me retirar desse estudo a qualquer tempo**, sem qualquer prejuízo.

Afirmo que aceitei participar por minha própria vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa. Atesto ter recebido uma cópia deste Termo, assinado pela pesquisadora.

Porto Alegre, ____ de _____ de 2017.

.....
Nome completo do(a) entrevistado(a)

[Nathalia Danezi]
Nome completo da pesquisadora

.....
Assinatura do(a) entrevistado(a)

.....
Assinatura da pesquisadora

***NOTA:** O título e a descrição dos objetivos da pesquisa no momento da aplicação das entrevistas e dos questionários eram provisórios e foram posteriormente alterados.

APÊNDICE F – QUESTIONÁRIO EXPOSITORES DO BRIQUE [ETAPA C]

DATA: _____ TURNO: _____ LOCAL: _____ Nº: _____

ENTREVISTADO:

Segmento: () Antiquário () Artes Plásticas () Artesanato () Gastronomia
Box: _____

PERFIL:

1. Identidade de Gênero: () M () F () Outro: _____
2. Idade: _____
3. Naturalidade: _____
4. Cidade de residência: _____ Se de POA, bairro: _____

QUESTÕES GERAIS:

5. Há quanto tempo expõe no Brique? _____
6. Expositor de sábado? () NÃO () É expositor () FOI Expositor
7. Expões em outro espaço público? () S () N Se sim, Qual? _____
8. Atualmente tem outra fonte de renda? () S () N

QUESTÃO ESPECÍFICA (PARA ALGUNS EXPOSITORES, CONFORME DISPONIBILIDADE):

9. Qual a sua opinião sobre o entorno do Brique?

Obrigada pela colaboração.

APÊNDICE G – CARTA DE APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado (a):

Você está sendo convidado(a) a participar da pesquisa “Microterritorialidades em Espaços Públicos: Cartografias do Brique da Redenção e seu entorno”*, que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS, sob responsabilidade da pesquisadora Nathalia Danezi e orientação da Prof.^a Dr.^a Luciana Inês Gomes Miron. Essa etapa tem como objetivo mapear o perfil dos expositores do Brique da Redenção.

A pesquisa será desenvolvida por meio de questionários que serão aplicados aos domingos nos meses de Outubro e Novembro de 2017. O tempo de aplicação do questionário é de no máximo 05 (cinco) minutos e você precisará responder somente 01 (um) questionário. Os dados obtidos serão utilizados para fins estritamente acadêmicos e nenhuma identificação do respondente será feita. Ao aceitar participar, lhe é assegurado o direito de não responder qualquer questão que julgar inconveniente e de retirar sua participação a qualquer tempo, sem qualquer prejuízo.

A sua participação é voluntária, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus, com a finalidade exclusiva de colaborar com o desenvolvimento da pesquisa. A qualquer momento você poderá entrar em contato para o esclarecimento de eventuais dúvidas:

Pesquisadora Responsável	Nathalia Danezi (n.danezi@gmail.com)
Orientadora Responsável	Prof. ^a Dr. ^a Luciana Gomes Miron (luciana.miron@ufrgs.br)
PROPUR/UFRGS	Tel.: (51) 33083145 E-mail: propur@ufrgs.br
Comitê de Ética em Pesquisa/UFRGS	Tel.: (51) 33083738 E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Desde já, obrigada pela sua colaboração.

***NOTA:** O título e a descrição dos objetivos da pesquisa no momento da aplicação das entrevistas e dos questionários eram provisórios e foram posteriormente alterados.

APÊNDICE H – ROTEIRO QUESTIONÁRIO ONLINE

[ETAPA C]

APRESENTAÇÃO DA PESQUISA

Prezado (a):

Você está sendo convidado(a) a participar de uma pesquisa sobre o Brique da Redenção, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da UFRGS.

- O tempo estimado para responder o questionário é de 3 minutos.
- O questionário é composto de 14 questões, sendo 12 questões fechadas (de marcar) e 02 questões abertas (de escrever).
- A sua participação é voluntária e anônima.
- Os dados obtidos serão utilizados para fins estritamente acadêmicos e nenhuma identificação do respondente será feita.

Ao clicar em "Próxima" você declara estar ciente e de acordo em responder ao questionário.

Desde já, obrigada pela sua colaboração.

Contatos para eventuais dúvidas:

PROPUR/UFRGS: Tel.: (51) 33083145 | E-mail: propur@ufrgs.br

Comitê de Ética em Pesquisa/UFRGS: Tel.: (51) 33083738 | E-mail: etica@propesq.ufrgs.br

Bloco 01

1. Você conhece o Brique da Redenção (Feira semanal a céu aberto que funciona a cada domingo no canteiro central da Avenida José Bonifácio)? *Obrigatória.

SIM. ([Segue para bloco 02](#))

NÃO. ([Pula para bloco 05](#))

NÃO CONHEÇO, MAS JÁ OUVI FALAR. ([Pula para bloco 05](#))

2. Com que frequência você vai ao Brique da Redenção? *Obrigatória.

TODOS OS DOMINGOS. ([Segue para bloco 02](#))

PELO MENOS 01 DOMINGO POR MÊS. ([Segue para bloco 02](#))

MENOS DE 01 DOMINGO POR MÊS. ([Segue para bloco 02](#))

NÃO FREQUENTO. ([Segue para questão 03](#))

3. Por que você não frequenta o Brique da Redenção? (ABERTA)

Bloco 02

4. Digite uma palavra que você relaciona ao Brique da Redenção.

*Obrigatória. (ABERTA)

5. Dentre as palavras abaixo, selecione ATÉ 05 palavras que mais se relacionam ao Brique da Redenção para você. *Obrigatória.

[CULTURA] [LAZER] [DIVERSIDADE] [TRADIÇÃO] [CONFLITO] [PATRIMÔNIO]
[DEMOCRACIA] [ARTE] [RESISTÊNCIA] [TURISMO] [CIDADANIA] [PODER]

6. Dentre as palavras abaixo, selecione as palavras que mais se relacionam ao Brique da Redenção para você. Selecione quantas palavras você achar necessário. *Obrigatória.

[APROPRIAÇÃO] [DESIGUALDADE] [SÍMBOLO] [DOMINAÇÃO] [DIFERENÇA]
[EXCLUSIVIDADE] [RECURSO] [MULTIPLICIDADE] [“Nenhuma dessas palavras se relaciona ao Brique da Redenção”]

Bloco 03

7. Das fotos abaixo, quais expressam o Brique da Redenção para você. Selecione quantas fotos você achar necessário. *Obrigatória.

1.



2.



3.



4.



5.



6.



7.



8.



9.



10.



11.



12.



13.



14.



8. Por que as fotos que você NÃO selecionou NÃO expressam o Brique da Redenção? O que você viu (ou não viu) nessas fotos? (ABERTA).

Bloco 04

9. Você é expositor do Brique da Redenção de domingo? *Obrigatória.

SIM

NÃO

NÃO SOU, MAS JÁ FUI.

BLOCO 05

10. Você sabia que o Brique da Redenção é considerado Patrimônio Cultural do Estado do RS? *Obrigatória.
SIM
NÃO
11. Qual local da sua residência? *Obrigatória
PORTO ALEGRE (Segue para questão 12)
RMPA (Segue para questão 13)
OUTRO (Segue para questão 14)
12. Em qual bairro de Porto Alegre você mora? *Obrigatória
OPÇÕES DE BAIRROS - Em lista suspensa (Vai para questão 15)
13. Em qual Município da RMPA você mora? *Obrigatória
OPÇÕES DE MUNICÍPIOS DA RMPA - Em lista suspensa (Vai para questão 15)
14. Em qual cidade você mora? *Obrigatória (ABERTA)
15. Idade: *Obrigatória
12 - 18 anos
19 - 29 anos
30 - 59 anos
Mais de 60 anos
16. Identidade de gênero: *Obrigatória
FEMININO
MASCULINO
OUTRO
17. Renda:
Até 01 SM
De 01 a 03 SM
De 03 a 10 SM
De 10 a 20 SM
Mais de 20 SM

APÊNDICE I – PERFIL DOS RESPONDENTES

IDENTIDADE DE GÊNERO			
FREQUÊNCIA	F	M	O
Frequentadores	65%	34,5%	0,4%
Não Frequentadores	67,7%	31,2%	1%

Fonte: Da autora.

FAIXA ETÁRIA				
FREQUÊNCIA	12-18	19-29	30-59	60 OU MAIS
Frequentadores	0,8%	38,6%	53%	7,6%
Não Frequentadores	1,1%	37,6%	57%	4,3%

Fonte: Da autora.

FAIXA DE RENDA						
FREQUÊNCIA	ATÉ 01 SM	01 - 03 SM	03 - 10 SM	10 - 20 SM	20 SM OU MAIS	NR
Frequentadores	8,8%	27,3%	44,6%	12,45%	1,2%	5,6%
Não Frequentadores	5,4%	33,3%	31,2%	18,3%	4,3%	7,5%

Fonte: Da autora.

LOCAL DE RESIDÊNCIA			
FREQUÊNCIA	POA	RMPA	OUTRO
Frequentadores	86%	6%	8%
Não Frequentadores	62,4%	10,7%	26,9%

Fonte: Da autora.

APÊNDICE J – MOTIVOS [CATEGORIAS]

CATEGORIAS				
Local de Residência		Em função de Características do Brique		
Mora distante do Brique	Não mora em Porto Alegre	Falta de Interesse/Falta de Hábito	Motivos Pessoais	
Moro longe, mas gostaria.	Porque não moro em Porto Alegre	Ruim de estacionar.	Não tenho interesse	Preguiça
Por não morar perto da Redenção.	Moro em outra cidade.	Muito cheio.	Não me interessei.	Odeio parques
Distância.	Moro em outra cidade.	Muito cheio	Falta de hábito.	Cansei
Muito distante da minha casa lomba do pinheiro.	Não moro mais em Porto Alegre.	Insegurança	Por não ter vontade	Domingo de manhã
Moro outra região.	Não sou morador de Porto Alegre.	Caro.	Não gosto muito.	Falta de tempo
Longe de casa.	Não moro em POA.	Difícil de estacionar nas proximidades	Não gosto.	Falta de tempo
Moro em bairro distante.	Não moro em Porto Alegre.	Não há novidades há décadas.	Não acho interessante	Prefiro outros parques
Porque é muito longe de onde moro.	Não moro em POA.	Falta de hábito e indisposição para multidoes.	Falta de hábito, já frequentei.	Outros compromissos
Moro muito longe agora e só tenho o domingo pra ficar em casa!	Morar em outra cidade.	Multidão, pessoas se batendo para caminhar...	Não me interessa pelo que vendem lá.	Não saio muito nos fins de semana
Eu moro um pouco longe. Por isso não tenho o hábito de ir.	Moro em Tramandaí.	Por ser longe de casa. Por não ser seguro, por não ter produtos interessantes.	Não tenho costume de ir ao parque.	Fui algumas vezes e não encontrei produtos que me interessava
Fica distante de onde moro acabando em parques mais próximos.	Atualmente não moro na cidade de Porto Alegre, por isso não frequento.		Não tenho o costume, mas ia quando criança.	
Longe de casa e não acordo cedo aos domingos.	Porque não resido mais em Porto Alegre.			Acordo cedo toda semana, domingo quero descansar.
Muito longe de minha casa.	Estou morando em outro município.		Não costumo ir a parques.	Não gosto de fazer compras, mesmo roupas ou lembrancinhas.
Falta de oportunidade e distância.	Porque moro em outro estado atualmente.		Moro longe, não tenho o hábito. Mas fui umas duas ou três vezes ao longo da vida.	
	Moro em Carlos Barbosa			
	Não moro em Porto Alegre. Quando morava, ia pelo menos 2 vezes por mês.			
	Visito meus pais no fim de semana, quando teria tempo de ir ao Brique.			

(continuação)

CATEGORIAS				
Local de Residência		Em função de Características do Brique	Falta de Interesse/Falta de Hábito	Motivos Pessoais
Mora distante do Brique	Não mora em Porto Alegre	Porque não consigo sair domingo e, quando saio, não costumo gastar dinheiro com esse tipo de coisa, preferindo passear no parque a ficar somente olhando as bancas. Ainda mais que são sempre as mesmas bancas, logo, os mesmos produtos.	O tipo de produto vendido lá não é do meu interesse. São interessantes, mas mais voltados para colecionadores, decoração, etc., e não tenho orçamento para isso.	Durmo até tarde no domingo. Quando era criança, frequentava pelo menos 1 vez por mês.
Vou raramente. Fica longe de minha casa e por ser domingo de manhã.	Moro em outra cidade, mas quando estou em Porto Alegre sempre vou!	Porque moro em outra cidade. Talvez meu perfil não se encaixe com a sua pesquisa... De qualquer maneira, terminarei, nem que você tenha que desconsiderar minhas respostas.		
Porque não é tão próximo da minha casa e ocorre aos domingos, dia em que a frota de ônibus é reduzida. E porque quando frequento essa região, vou à feira orgânica, que é no mesmo local, porém no sábado.	Acho o Brique legal, mas não me atraí tanto para frequentar. De repente se eu morasse mais próximo, iria mais seguido. Fico poucos fins de semana em POA, por isso acabo fazendo outras coisas quando estou na cidade.			
Pois fica muito distante da minha residência. Onde moro tem outros atrativos (zona sul de Porto Alegre).	Porque moro em outra cidade e vou pouco a Porto Alegre			Porque vou ao Brique apenas quando preciso comprar algo ou para levar pessoas que ainda não conhecem para conhecerem.
Meio longe da minha casa e estou sempre dormindo nesse horário.	Estou morando fora de Porto Alegre, já frequentei, mas não ia muito frequentemente, pois moro mais longe da Redenção.		Não mais o acho atrativo. Para mim não é agradável caminhar no meio do canteiro e ficar olhando os artesanatos e outros bens que são comercializados. Prefiro ficar em outras partes do Parque Farroupilha.	Não faz parte do meu cotidiano ou dos produtos que costumeiramente consumo.
Moro na Zona Sul, bairro Tristeza! Não acho a parte de artesanato boa, as antiguidades mais ou menos. Frequento a Feira Orgânica no sábado.	Não estou mais morando em Porto Alegre, mas quando venho tento ir. Não havia essa opção. Eventualmente Moro em Campo Bom, distante cerca de 50 km do Brique, portanto, não costumo frequentá-lo. Porém, quando visito a cidade no final de semana, costumo visitá-lo.			
Moro em outra região da cidade.				
Em razão da distância de casa e da péssima segurança pública de Porto Alegre.				

APÊNDICE K – PALAVRAS ESPONTÂNEAS [DEFINIÇÕES]

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
A cara da cidade	O Brique me lembra a cidade.		Memórias pessoais
Abundância	Grande número de pessoas, animais ou coisas. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem grande número de pessoas e coisas.	Atividades/ Usos
Acolhedor	Que ou o que acolhe bem; afável, cortês, hospitaleiro. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é acolhedor.	Qualidade do espaço
Aconchegante	Que aconchega; acolhedor, aconchegado, agasalhador. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é aconchegante.	Qualidade do espaço
Agradável	Que agrada ou satisfaz. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é agradável.	Qualidade do espaço
Alegria	Estado de contentamento ou prazer moral; júbilo, regozijo. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me faz sentir alegria.	Sensações/ Emoções
Alto Astral	Que está sempre de bom humor. Pessoa que demonstra bom humor constante. Ocorrência favorável. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é alto astral.	Qualidade do espaço
Animação	Ato ou efeito de animar (-se). Estado de exaltação; alegria, entusiasmo. Atividade vigorosa; movimentação. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem atividades de animação.	Atividades/ Usos
Antiguidades	Objetos antigos (livros, gravuras, cristais, móveis etc.), raros, de grande beleza, de valor artístico ou material: Feira de antiguidades. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem objetos antigos.	Produtos
Antiquário	Negociante de antiguidades. Casa comercial onde são vendidas antiguidades. (Dicionário online Michaelis)	No Brique são comercializados objetos antigos.	Atividades/ Usos
Amigo	O Brique me lembra amigos.		Memórias pessoais
Aperto	Ato ou efeito de apertar (-se). (Dicionário online Michaelis)	No Brique eu me sinto apertado.	Sensações/ Emoções
Arte	Atividade que supõe a criação de obras de caráter estético, centradas na produção de um ideal de beleza e harmonia ou na expressão da subjetividade humana. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem atividade de criação.	Atividades/ Usos

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOPTADA	CATEGORIA
Artesanal	Relativo a ou próprio de artesão ou artesanato. Feito pelos processos tradicionais, individuais e manuais, em oposição à produção industrial. (Dicionário online Michaelis)	No Brique os produtos são artesanais.	Produtos
Artesanato	Arte e técnica do trabalho manual realizado por um artesão. Conjunto de peças de determinada produção artesanal. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem conjunto de peças de produção artesanal.	Produtos
Árvores	No Brique tem árvores.		Qualidade do espaço
Atividade Urbana	Qualidade do que é ativo. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é ativo.	Qualidade do espaço
Beleza	Caráter do ser ou da coisa que desperta admiração ou sensações agradáveis. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é belo.	Qualidade do espaço
Bugigangas	Objeto de pouco ou nenhum valor, geralmente sem utilidade; bugiaria, quinquilharia. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem objetos de pouco ou nenhum valor.	Produtos
Cacarecos	Objeto velho ou bastante usado, e, portanto sem valor. (Dicionário informal)	O Brique tem objetos velhos.	Produtos
Caldo de Cana	No Brique tem caldo de cana.		Produtos
Calor	Sensação que se experimenta na proximidade ou no contato de um corpo com fogo ou qualquer matéria aquecida. (Dicionário online Michaelis)	No Brique eu sinto calor.	Sensações/ Emoções
Camelô Alternativo	Camelô: Vendedor que comercia bugigangas, miudezas ou qualquer artigo vendável, expondo-os nas calçadas, ou em tabuleiros, comumente de forma clandestina, sem autorização legal, apregoando essas mercadorias em voz alta e, às vezes, de forma pitoresca. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se comercializa.	Atividades/ Usos
Caminhada sem compromisso	No Brique as pessoas caminham sem compromisso.		Atividades/ Usos
Capoeira	Espécie de jogo, luta ou dança, ou de luta dissimulada sob a forma de dança, em que dois parceiros executam movimentos rituais circulares e descendentes, em esquiva, regidos pelo toque de berimbau. (Dicionário online Michaelis)		No Brique se pratica capoeira.

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Cara de Porto Alegre	O Brique me lembra a cidade.		Memórias pessoais
Caro	Que tem preço elevado. (Dicionário online Michaelis)	No Brique os produtos são caros.	Produtos
Cartão Postal de POA	O Brique me lembra a cidade.		Memórias pessoais
Cheio	Com capacidade esgotada; repleto. Sem espaço vazio; compacto, maciço. Em grande quantidade. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é cheio.	Qualidade do espaço
Cheiros	Impressão produzida no olfato por partículas odoríferas emanadas de certos corpos; odor. (Dicionário online Michaelis)	No Brique eu sinto cheiros.	Sensações/ Emoções
Chimarrão	O Brique me lembra chimarrão.		Memórias pessoais
Cidade	O Brique me lembra cidade.		Memórias pessoais
Comércio	Prática mercantil que se fundamenta em venda, permuta ou compra de produtos, com fins lucrativos. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se comercializa produtos.	Atividades/ Usos
Comércio Local	(Mesmo que comércio)		Atividades/ Usos
Compra	Ação de comprar. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se compra.	Atividades/ Usos
Comunidade	Qualidade ou estado daquilo que é comum a diversos indivíduos. Qualquer conjunto de indivíduos ligados por interesses comuns (culturais, econômicos, políticos, religiosos etc.) que se associam com frequência ou vivem em conjunto. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é comum a diversos indivíduos.	Qualidade do espaço
Conhecimento	Ato ou efeito de conhecer. O ato de conhecer por meio da razão e/ou da experiência; cognição. Processo pelo qual se estabelece a relação entre sujeito e objeto, partindo de impressões sensíveis. (Dicionário online Michaelis)	No Brique eu adquiero conhecimento.	Sensações/ Emoções
Convivência	Ação ou efeito de conviver; familiaridade, intimidade. Reunião de pessoas que convivem em harmonia. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas convivem.	Atividades/ Usos
Convívio	Ato de conviver; convivência. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas convivem.	Atividades/ Usos
Cor	O Brique me lembra cor/cores.		Memórias pessoais

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Costume	Tradição habitual ou prática frequente. Procedimento característico de um indivíduo, de um grupo, de um povo etc. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é tradição.	Qualidade do espaço
Criatividade	Qualidade ou estado de ser criativo. Capacidade de criar ou inventar; engenho, engenhosidade, inventiva. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é criativo.	Qualidade do espaço
Cultura	Conjunto de conhecimentos, costumes, crenças, padrões de comportamento, adquiridos e transmitidos socialmente, que caracterizam um grupo social.	No Brique se realizam atividades culturais.	Atividades/ Usos
Cultura Local	(mesmo que cultura)		Atividades/ Usos
Democracia	Sistema de governo em que cada cidadão tem sua participação. Forma de governo que tem o compromisso de promover a igualdade entre os cidadãos. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é democrático.	Qualidade do espaço
Democrático	Relativo à democracia. Que respeita a liberdade de expressão; (Dicionário online Michaelis)	O Brique é democrático.	Qualidade do espaço
Desânimo	Falta de ânimo; abatimento, desalento, soçobro. (Dicionário online Michaelis)	No Brique eu me sinto desanimado.	Sensações/ Emoções
Discos	No Brique tem livros.		Produtos
Diversão	Ato ou efeito de divertir; divertimento, passatempo, recreio, recreação. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem atividades de diversão.	Atividades/ Usos
Diversidade	Qualidade daquilo que é diverso, diferença, dessemelhança, variação, variedade. Conjunto que apresenta características variadas; multiplicidade. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é diverso.	Qualidade do espaço
Diversidade Cultural	(mesmo que diversidade)		Qualidade do espaço
Diversidade de produtos	Produto: Qualquer coisa fabricada. O que é produzido, destinado ao consumo próprio ou ao comércio. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem produtos diversos.	Produtos
Domingo	O Brique me lembra domingo.		Memórias pessoais
Domingo de sol	O Brique me lembra um domingo de sol.		Memórias pessoais

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Eclético	Relativo a ecletismo. Que seleciona e/ou adota o que há de melhor nas várias doutrinas, ideologias, métodos, estilos etc. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é eclético.	Qualidade do espaço
Empreendedorismo	Qualidade ou característica de quem realiza empreendimentos. Empreendimento: Ato de empreender; empresa. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se realiza empreendedorismo.	Atividades/ Usos
Encantamento	Estado de quem se deslumbra como reação a algo de bom que se vê, ouve ou sente. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me encanta.	Sensações/ Emoções
Encontro	Ato ou efeito de encontrar (-se). Ação ou efeito de descobrir algo. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas se encontram.	Atividades/ Usos
Entretenimento	Ato ou efeito de entreter(-se). (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas se entretêm.	Atividades/ Usos
Espaço Público	Público: Que pertence a todas as pessoas. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é um espaço que pertence a todas as pessoas.	Qualidade do espaço
Falta de Tempo	O Brique me passa a sensação de falta de tempo.		Sensações/ Emoções
Família	O Brique me lembra família.		Memórias pessoais
Farroupilha	O Brique está no Parque Farroupilha.		Qualidade do espaço
Feira	Lugar público e descoberto em que, em dias e épocas fixas, se expõem e vendem mercadorias. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se expõem e vendem mercadorias.	Atividades/ Usos
Feira de Antiguidades	(Mesmo que feira)		Atividades/ Usos
Feira de Artesanato	(Mesmo que feira)		Atividades/ Usos
Feira Orgânica	(Mesmo que feira)		Atividades/ Usos
Felicidade	Estado de espírito de quem se encontra alegre ou satisfeito; (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz felicidade.	Sensações/ Emoções
Festa	Evento que reúne muitas pessoas, em espaço público ou privado, com programação de lazer, a fim de celebrar uma data especial ou homenagear alguém. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se realizam festas/ celebrações.	Atividades/ Usos
Fim-de-semana	O Brique me lembra fim-de-semana.		Memórias pessoais
Gente	Número indeterminado de pessoas. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem gente.	Atividades/ Usos

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Gentileza	Qualidade de gentil; Gentil: Que é agradável. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é gentil.	Atividades/ Usos
Grande Extensão	O Brique é extenso.		Qualidade do espaço
Heterogêneo	Que é de natureza desigual ou revela diferenças, ao comparar-se uma coisa com outra. Composto de elementos variados. Que não apresenta uniformidade. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é heterogêneo.	Qualidade do espaço
História	Conjunto de fatos ou acontecimentos relevantes, ocorridos no passado da humanidade, destacando-se época, local e dados importantes. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é/tem história/ importância histórica.	Qualidade do espaço
Histórico	Julgamento das ações humanas através dos tempos; memória que a posteridade mantém de um fato ocorrido no passado. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é/tem história/ importância histórica.	Qualidade do espaço
Identidade	Estado de semelhança absoluta e completa entre dois elementos com as mesmas características principais. Série de características próprias de uma pessoa ou coisa por meio das quais podemos distingui-las. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem identidade.	Qualidade do espaço
Inclusão	Ato ou efeito de incluir (-se); introdução de uma coisa em outra, de um indivíduo em um grupo etc.; inserção. Política educacional que consiste em incluir indivíduos com necessidades especiais em turmas consideradas regulares, fazendo-os participar de atividades não só educacionais, mas também, comunitárias, esportivas e sociais. (Dicionário online Michaelis)	O Brique inclui indivíduos.	Atividades/ Usos
Indígenas	Relativo aos índios em geral. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem a presença de indígenas.	Atividades/ Usos
Infância	O Brique me lembra infância.		Memórias pessoais
Integração	Ato ou efeito de integrar (-se). Condição de constituir um todo pela adição ou combinação de partes ou elementos. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas se integram.	Atividades/ Usos

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Interação	Ato de reciprocidade entre dois ou mais corpos. Qualquer atividade compartilhada. Contato entre indivíduos que convivem. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas interagem.	Atividades/ Usos
Lazer	Diversão ou ocupação que se escolhe para os momentos de tempo livre; distração, entretenimento, recreação. (Dicionário online Michaelis)	As pessoas se distraem no Brique.	Atividades/ Usos
Legal	Atribui qualidades positivas a pessoas e coisas. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é legal.	Qualidade do espaço
Lembranças	Lembrança: Ato ou efeito de lembrar (-se). Aquilo que fica registrado na memória como resultado de experiências vividas; recordação, reminiscência. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz lembranças.	Memórias pessoais
Lembrancinhas	Aquilo que se dá a alguém para felicitar, retribuir ou fazer agrado, geralmente de pouco valor; lembrança, presentinho. (Dicionário online Michaelis)	O Brique tem lembrancinhas/ presentinhos.	Produtos
Lindo	Que agrada aos sentidos e ao espírito; (Dicionário online Michaelis)	O Brique é lindo.	Qualidade do espaço
Livros	No Brique tem discos.		Produtos
Lotado	Que se lotou. Que tem lotação completa: (Dicionário online Michaelis)	O Brique é lotado de pessoas.	Qualidade do espaço
Mãe	O Brique me lembra minha mãe.		Memórias pessoais
Maloqueiros	Aquele que vive em maloca. Indivíduo maltrapilho ou sem educação. Menino que vive nas ruas, rouba e se abriga em malocas. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem maloqueiros.	Atividades/ Usos
Memória	O produto de experiências passadas que permanece no espírito e serve de lembrança; lembranças, reminiscências, recordações. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz recordações.	Memórias pessoais
Mercado das Pulgas	Referência ao "famoso 'Marché aux Puces' (Mercado das Pulgas), realizado em Saint-Ouen, nos subúrbios de Paris, que se apresentava como um grande bazar ao ar livre e recebeu tal alcunha devido à venda de vestuário, porém acompanhado de pulgas" (GOMES, 2011, p.23).		Atividades/ Usos

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Mesmice	Falta de variedade; igualdade, ramerrão, rotina. Qualidade daquilo que permanece inalterado; igualdade, invariabilidade, uniformidade. Condição do que é monótono; apatia, marasmo, pasmaceira. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é monótono.	Qualidade do espaço
Meu pai	O Brique me lembra meu pai.		Memórias pessoais
Movimento	Alvoroço causado por grande quantidade de carros e/ou de gente. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem grande quantidade de gente.	Atividades/ Usos
Multidão	Conjunto de pessoas, animais ou coisas, quando se pretende enfatizar a grande quantidade ou o grande número. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem conjunto de pessoas.	Atividades/ Usos
Multiplicidade	Qualidade de múltiplice. Variedade grande ou excessiva de indivíduos, fatos, espécies etc.; (Dicionário online Michaelis)	O Brique é múltiplo.	Qualidade do espaço
Música	No Brique as pessoas tocam/ouvem músicas.		Atividades/ Usos
Muvuca	Aglomerção barulhenta de pessoas em locais públicos, em momentos de lazer; agito, ouriço. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem aglomeração.	Atividades/ Usos
Natureza	O Brique me lembra a natureza.		Memórias pessoais
Nostalgia	Sentimento ligeiro de tristeza sentido por alguém, pela lembrança de eventos ou experiências vividas no passado; (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz sentimento de nostalgia/ lembranças vividas no passado.	Sensações/ Emoções
Novidades	Condição daquilo que se vê, se conhece ou se sente pela primeira vez. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem novidades.	Atividades/ Usos
Ofertas	Conjunto de bens ou serviços disponíveis no mercado em determinado momento, com um preço dado. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem serviços/bens com preço dado.	Produtos
Orgânicos	Desenvolvido naturalmente. Sem adição de produtos químicos. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem produtos desenvolvidos naturalmente.	Produtos
Parque	O Brique faz parte do Parque.		Qualidade do espaço
Passa-Tempo	Entretenimento ou ocupação agradável; (Dicionário online Michaelis)	As pessoas passam tempo no Brique.	Atividades/ Usos

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Passear	Percorrer certa extensão de caminho a pé, a cavalo etc., com o objetivo de entretenimento. (Dicionário online Michaelis)	As pessoas passeiam no Brique.	Atividades/ Usos
Passeio	(Mesmo que passear)		Atividades/ Usos
Passeio de domingo	(Mesmo que passear)		Atividades/ Usos
Porto Alegre	O Brique me lembra Porto Alegre.		Memórias pessoais
Pastel Integral	No Brique tem pastel integral.		Produtos
Pertencimento	Pertencer: Fazer parte de. Ser peculiar ou próprio de. (Dicionário online Michaelis)	Eu me sinto pertencente ao Brique.	Sensações/ Emoções
Pessoas	No Brique tem pessoas.		Atividades/ Usos
Pipoca	No Brique tem pipoca.		Produtos
Pó e Calor	O Brique me dá a sensação de pó e calor.		Sensações/ Emoções
Politicagem	(PEJ) Política de baixo nível, voltada para interesses pessoais. (Dicionário online Michaelis)	No Brique as pessoas realizam politicagem.	Atividades/ Usos
Prazer	Estado de satisfação dos sentidos ou da mente; alegria, contentamento, júbilo. Sensação que resulta de uma diversão ou distração frívola. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz satisfação.	Sensações/ Emoções
Quinquilharia	Qualquer objeto ou artefato sem grande valor, empregado em vários usos, principalmente domésticos; bugiganga. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se comercializa quinquilharias.	Produtos
Rua	O Brique acontece em uma rua.		Qualidade do espaço
Saúde	Bem-estar físico, psíquico e social. Bem-estar: Sensação agradável de segurança, conforto, tranquilidade. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me traz bem-estar.	Sensações/ Emoções
Sol	O Brique me lembra sol.		Memórias pessoais
Suporte a artistas locais	Suporte: Aquele ou aquilo que auxilia, apoia, dá suporte; apoio, reforço. (Dicionário online Michaelis)	O Brique fornece suporte a artistas locais.	Atividades/ Usos
Tédio	Desgosto profundo que provoca desinteresse por tudo o que nos cerca. Mal-estar causado por algo que aborrece ou enfada. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me causa mal-estar.	Sensações/ Emoções
Tradição	Transmissão oral de feitos, lendas, ritos, costumes etc. feita no decorrer dos tempos, de geração em geração. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é tradicional.	Qualidade do espaço

PALAVRA	DEFINIÇÃO	REFERÊNCIA AO BRIQUE ADOTADA	CATEGORIA
Tradicional	Fundado ou conservado na tradição. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é tradicional.	Qualidade do espaço
Tumulto	Confusão ou perturbação da ordem, geralmente envolvendo várias pessoas; Movimento que revela intranquilidade; agitação, burburinho. (Dicionário online Michaelis)	No Brique tem perturbação da ordem.	Atividades/ Usos
Turismo	Conjunto de atividades econômicas dependentes dos turistas e relacionadas ao turismo. (Dicionário online Michaelis)	O Brique atrai turista.	Atividades/ Usos
Variedade	Qualidade do que é vários ou variável. Caráter de coisas que não se assemelham; diversidade. Conjunto de diferentes coisas, tipos, formas etc., em especial, dentro de uma classe determinada; multiplicidade. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é variado/múltiplo.	Qualidade do espaço
Velharia	Ação, dito ou tudo aquilo que é próprio de pessoa velha; velhada. (PEJ) Objeto antigo, sem valor; traste. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se comercializa objetos antigos.	Produtos
Venda	Ato ou efeito de vender; vendagem, vendição. (Dicionário online Michaelis)	No Brique se vende.	Atividades/ Usos
Verde	O Brique me lembra verde/natureza.		Memórias pessoais
Vida	(FIG) Motivação que dá entusiasmo, força e ânimo à existência de um ser vivo. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me motiva.	Sensações/ Emoções
Violência	Qualidade ou característica de violento. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é violento.	Qualidade do espaço
Vitalidade Urbana	Vitalidade: Qualidade do que é vital. Energia física ou mental. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é vital.	Qualidade do espaço
Vivacidade	Caráter ou qualidade do que é provido de força ou vigor; viveza. Linguagem e gesticulação expressivas, que revelam entusiasmo, arrebatamento ou energia. (Dicionário online Michaelis)	O Brique é provido de vigor/ viveza.	Qualidade do espaço
Vivência	O fato de ter vida, de viver; existência. Algum fato ou situação pelos quais se passou e dos quais se tirou algum conhecimento; experiência. (Dicionário online Michaelis)	O Brique me trouxe experiência.	Memórias pessoais

APÊNDICE L – PALAVRAS ESPONTÂNEAS [CATEGORIAS]

GRUPO	CATEGORIAS				
	QUALIDADES DO ESPAÇO	ATIVIDADES/ USOS	PRODUTOS	MEMÓRIAS	SENSAÇÕES/ EMOÇÕES
NÃO FREQUENTADORES	Acolhedor	Animação	Antiguidades (5)	Chimarrão	Aperto
	Beleza	Arte (3)	Artesanal	Domingo (4)	Conhecimento
	Comunidade	Camelô Alternativo	Artesanato (15)	Domingo de Sol	Desânimo
	Criatividade	Comércio (3)	Bugigangas	Família (3)	Falta de Tempo
	Diversidade (4)	Comércio Local	Cacarecos	Infância	Nostalgia
	Gentileza	Compra	Caro	Natureza	Pertencimento
	Lindo	Cultura (2)	Orgânicos	Porto Alegre (2)	Tédio
	Lotado	Diversão	Quinquilharia	Sol	
	Multiplicidade	Feira (3)	Velharia		
	Tradicional	Feira de Antiguidades			
	Variedade (2)	Feira de Artesanato			
		Interação			
		Lazer			
		Maloqueiros			
		Mercado das Pulgas			
	Multidão (2)				
	Novidades				
	Passeio (3)				
	Turismo				
	Venda				
	15	30	27	14	07
FREQUENTADORES	Aconchegante	Abundância	Antiguidades (5)	A cara da cidade (2)	Alegria (7)
	Agradável	Antiquário (2)	Artesanal	Amigos	Calor
	Alto Astral	Arte (4)	Artesanato (30)	Cara de Porto Alegre	Cheiros
	Árvores	Caminhada sem compromisso	Caldo de Cana	Cartão Postal de Porto Alegre	Cor
	Atividade Urbana	Capoeira	Discos	Cidade (2)	Encantamento

CONTINUAÇÃO

APÊNDICE M – MATRIZ PALAVRAS [1]

FREQUENTADORES		CONFLITO	CULTURA	LAZER	DIVERSIDADE	TRADIÇÃO	PATRIMÔNIO	DEMOCRACIA	ARTE	RESISTÊNCIA	CIDADANIA	TURISMO	PODER
	CONFLITO	X	01	02	03	02	02	01	01	03	01	01	02
	CULTURA	X	X	141	120	112	58	25	121	22	41	64	02
	LAZER	X	X	X	119	109	58	23	126	13	41	73	01
	DIVERSIDADE	X	X	X	X	89	53	33	105	20	40	44	02
	TRADIÇÃO	X	X	X	X	X	40	20	91	11	30	53	01
	PATRIMÔNIO	X	X	X	X	X	X	15	47	06	18	21	03
	DEMOCRACIA	X	X	X	X	X	X	X	22	06	12	05	00
	ARTE	X	X	X	X	X	X	X	X	20	33	54	02
	RESISTÊNCIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	04	07	02
	CIDADANIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	10	00
	TURISMO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	01
	PODER	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

NÃO FREQUENTADORES		CONFLITO	CULTURA	LAZER	DIVERSIDADE	TRADIÇÃO	PATRIMÔNIO	DEMOCRACIA	ARTE	RESISTÊNCIA	CIDADANIA	TURISMO	PODER
	CONFLITO	X	02	03	07	04	03	00	04	01	00	02	01
	CULTURA	X	X	51	47	42	24	05	51	04	09	20	00
	LAZER	X	X	X	52	50	22	07	51	02	06	22	00
	DIVERSIDADE	X	X	X	X	46	21	08	50	05	10	19	01
	TRADIÇÃO	X	X	X	X	X	20	03	46	01	03	22	00
	PATRIMÔNIO	X	X	X	X	X	X	02	22	02	03	08	01
	DEMOCRACIA	X	X	X	X	X	X	X	03	02	04	01	00
	ARTE	X	X	X	X	X	X	X	X	02	08	20	00
	RESISTÊNCIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	01	00	00
	CIDADANIA	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	04	00
	TURISMO	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	01
	PODER	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X

APÊNDICE N – MATRIZ PALAVRAS [2]

FREQUENTADORES		Apropriação	Desigualdade	Símbolo	Dominação	Diferença	Exclusividade	Recurso	Multiplicidade
	APROPRIAÇÃO	X	02	55	04	19	08	05	53
	DESIGUALDADE	X	X	01	02	05	02	01	05
	SÍMBOLO	X	X	X	02	29	09	14	107
	DOMINAÇÃO	X	X	X	X	04	01	01	04
	DIFERENÇA	X	X	X	X	X	03	05	37
	EXCLUSIVIDADE	X	X	X	X	X	X	02	10
	RECURSO	X	X	X	X	X	X	X	16
	MULTIPLICIDADE	X	X	X	X	X	X	X	X
NENHUMA	27								

NÃO FREQUENTADORES		APROPRIAÇÃO	DESIGUALDADE	SÍMBOLO	DOMINAÇÃO	DIFERENÇA	EXCLUSIVIDADE	RECURSO	MULTIPLICIDADE
	APROPRIAÇÃO	X	02	14	01	04	05	02	13
	DESIGUALDADE	X	X	02	01	03	01	01	01
	SÍMBOLO	X	X	X	03	07	06	05	29
	DOMINAÇÃO	X	X	X	X	01	02	01	01
	DIFERENÇA	X	X	X	X	X	01	01	07
	EXCLUSIVIDADE	X	X	X	X	X	X	01	03
	RECURSO	X	X	X	X	X	X	X	02
	MULTIPLICIDADE	X	X	X	X	X	X	X	X
NENHUMA	24								

APÊNDICE O – FOTOGRAFIAS [JUSTIFICATIVAS]

CATEGORIAS					
GRUPO	Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno	Não selecionaram por motivos pessoais	Relacionados à ausência de algum aspecto	Características presença de ambulantes não regularizados	Características que não são apenas do Brique
FREQUENTADORES	Todas expressam aspectos dos Brique.	Não costumam comer no Brique.	Achei as fotos pouco povoadas	Camelôs. Não concordo. Enfeiam o Brique.	Não são do Brique ou são do parque.
	Não que não expresse, as marcadas achei mais representativas.	Coisas que não me chamam atenção Não correspondem a imagem q tenho do Brique.	É em geral mais movimentado que a foto Mostram as pessoas distantes, não caracterizando o espaço.	Não são da feira, são de ambulantes. Não gosto de comércio fora da proposta do Brique	Poderiam ser em qualquer lugar Porque são cenas facilmente encontráveis em outras situações
	Todas caracterizam bem o Brique, mas as selecionadas são mais marcantes pra mim.	Considero que as outras fotos expressam o contexto do Brique, mas não são ele em si.	Não mostram alguma referência visual específica, como arquitetura do entorno.	Comércio de produtos industrializados não deveria ser permitido no Brique	Não escolhi a 07 pois existem pessoas vendendo pipoca em diversos lugares além do Brique
	Todas as fotos em geral expressam o Brique. Não vi a feirinha de adoção de animais. As barracas de comidas	As que eu seleccionei eram mais bonitas e me lembravam mais o Brique do que as não selecionadas...	A 8, a 13 e a 4 não expressam tanto a sensação de multidão que tenho quando caminho pelo Brique	Comércio informal (camelôs) não deveria ser permitido no espaço do Brique. Até um tempo atrás isso era proibido.	A carrocinha de pipoca eu vinculo mais com a própria redenção do que com o Brique. Elas estão lá todos os dias.
	Todas representam o Brique, mas seleccionei as que me trazem uma lembrança maior. Provavelmente marquei o que eu mais noto lá	São relacionadas à feira ecológica e/ou feira de artesanato aos sábados	Fotos que retratam segregação ou exclusão não representam o brinque para mim	As imagens me remeteram mais a comércio informal encontrado no centro da cidade do que ao Brique da redenção.	Porque poderiam ser em qualquer outra cidade. Para representar o Brique da Redenção deve haver uma sintonia entre a feira e o jeito da cidade.
		Identidade	Área de pouco circulação	Camelôs...	Generalistas
		Não eram tão chamativas	Faltou manifestação		Muito amplas
		Minha visão quando dentro do Brique	Poucas pessoas	Por que não eram bancas montadas	São cenas comuns inerentes a parques

(continuação)

CATEGORIAS					
GRUPO	Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno	Não selecionaram por motivos pessoais	Relacionados à ausência de algum aspecto		
FREQUENTADORES		<p>Não identificaram o Brique para mim</p> <p>Não lembro de ter visto caricaturas por lá</p> <p>Feira ecológica no sábado, não Brique de domingo</p> <p>Achei muito parecidas as já escolhidas, gosto pessoal mesmo.</p> <p>Não são coisas que sempre estão na feira</p> <p>Regularidade não são recorrentes.</p> <p>Apenas tentei identificar "cenar" presentes na minha mente.</p> <p>Desorganização e pessoas fora do contexto do Brique</p> <p>Não identifiquei o local, acho que a foto não está clara.</p>	<p>Não lembrava que tinha estátuas vivas lá. O breque me remete às pessoas e barraquinhas</p> <p>Não vi fotos que ressaltem mais o público, além dos vendedores</p> <p>Por serem perspectivas isoladas de alguns elementos</p> <p>Porque o Brique é múltiplo e procurei fotos mais abertas, que mostrem não só a feira mas o parque, mais de uma banca, as pessoas, etc.</p> <p>Está vazio e normalmente há uma grande aglomeração de pessoas</p> <p>Poucas pessoas - passa a ideia de pouca diversidade, que é a coisa mais rica do Brique. O Brique só é o Brique porque muitas pessoas diferentes o frequentam.</p>	<p>Venda de produtos não artesanais</p> <p>Por mais democrático que seja, o Brique da Redenção não acolhe o mercado informal, que fica às margens da via</p> <p>Comércio ambulante e não uma feira de produtos locais.</p> <p>São o tipo de banca ou "vendas" que não acho que combinem com a proposta.</p> <p>Me incomodam um pouco as tendas de coisas que vem da china. Pra mim, o Brique deveria ser composto por artesanais, coisas vendidas por quem as faz.</p> <p>Não assinalei os comércios informais, cuja existência não está atrelada ao Brique.</p>	<p>São da redenção mas não do Brique</p> <p>Faz parte do parque como um todo</p> <p>Porque a foto poderia ter sido tirada em qualquer outro lugar.</p> <p>Porque é uma fotografia que poderia ser em outro espaço da cidade.</p> <p>Público pode expressar vários lugares</p> <p>Situações que podem ser vistas em outros lugares</p> <p>Espaços mais amplos lembram a redenção não Brique em si. E alguns tipos de vendas que pra mim não são tradicionais do Brique</p> <p>Elas também expressam, mas expressam atividades que também ocorrem nos dias em que o Brique não está lá.</p>

(continuação)

CATEGORIAS				
GRUPO	Não selecionaram por motivos pessoais	Relacionados à ausência de algum aspecto	Características presença de ambulantes não regularizados	Características que não são apenas do Brique
NÃO FREQUENTADORES	<p>As fotos que não marquei são detalhes (particularidades) e não acho que traduzem o Brique como um todo</p>	<p>Identifiquei melhor o parque e patrimônio histórico ao fundo ou a dinâmica de vender as coisa ano chão que é característico do Brique!</p>	<p>Não acho que o artesanato de extremo mau gosto e os camelôs agreguem ao Brick.</p>	<p>Porque elas podem ser associadas com qualquer outra atividade que ocorre na Redenção, sem ser o Brique</p>
	<p>Como fui poucas vezes (3 ou 4) marquei as que me lembram o local... as que não marquei foi porque não lembro de ter visto lá</p>	<p>A memória que tenho é de caminhar e observar as banquinhas. Lembro de meu olhar se voltar mais para as antiguidades e também para músicos/atores que faziam uma apresentação divertida numa das visitas.</p>	<p>O Brique é a parte onde os artesãos e feirantes vendem seus produtos legalmente com autorização dos órgãos de fiscalização e recolhimento de impostos? Ou a pesquisa busca entender o Brique como movimento cultural mais amplo onde muitas pessoas buscam a sobrevivência e ou lutam contra o modelo de consumo hegemônico? Ou os dois? Não ficou claro.</p>	<p>Porque pareciam cenas que ocorrem em outros pontos da cidade</p>
	<p>Escolhi as imagens que para mim estão mais associadas ao Brique</p>			Redenção
	<p>Nunca andei no Brique, só passei por lá de carro. Acho as fotos que marquei mais parecidas ao que imagino.</p>	<p>Porque não mostram os expositores.</p>		<p>Selecionei as fotos que melhor expressam a diversidade. As fotos que não seleccionei parece qualquer lugar</p>
	<p>Porque não estão relacionadas as minhas memórias do Brique</p>		<p>Porque vi pessoas vendendo sentadas no chão e não me recordo de ter visto quando fui.</p>	<p>Mesmo se não existissem, acho que o Brique não perderia sua essência.</p>

(continuação)

CATEGORIAS					
GRUPO	Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno	Não selecionaram por motivos pessoais	Relacionados à ausência de algum aspecto	Características presença de ambulantes não regularizados	Características que não são apenas do Brique
FREQUENTADORES	Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno	Porque são aspectos que eu não me atento muito ao caminhar por lá. Não me tocaram o suficiente.	Normalmente associo o Brique da redenção à calçada com as barraquinhas tradicionais e também a alguns prédios do entorno. As imagens não selecionadas poderiam ser de um lugar qualquer. Parece que nelas falta um contexto ou algo que as conecte com a ideia do Brique da redenção de porto alegre.	Desagradável ver a proliferação de vendedores ambulantes e afins com objetos encontrados nas ruas do centro da cidade, descaracterizando o Brique.	Porque elas não são características apenas do Brique mas podem ser vistas em muitos outros locais da cidade ou não são tão fortemente ligadas à imagem do Brique na minha mente
		Não lembro de ver isso no Brique.		Vejo o Brique como comércio de objetos artesanais e antiguidades em estandes. Os demais usos entendo como aderências de funções/serviços complementares.	Ligo o Brique da redenção as tendas com objetos, roupas, quadros etc. para vender. Não costumo comer no Brique, por isso não seleionei a foto 6. E as fotos 7 e 12 representam a redenção de todos os dias, além do Brique que acontece nos finais de semana.
		Não achei representativo		Porque não fazem parte do Brique. Para estar no Brique tem que passar por uma seleção.	Porque lembram outros lugares da cidade
				Algumas tendas não são exclusivas do brique, o que tira o "quê" de especial dele. Mas para mim todas as imagens expressam o brique, porém algumas fazem ele parecer muito mais um camelô/romo.	Porque eu vejo em outros lugares, não sendo algo que me lembre especificamente do Brique da Redenção

CATEGORIAS					
GRUPO	Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno	Não selecionaram por motivos pessoais	Relacionados à ausência de algum aspecto	Características presença de ambulantes não regularizados	Características que não são apenas do Brique
NÃO FREQUENTADORES	<p>Não vi os estandes dos vendedores</p> <p>Não lembro de ver muitas opções de alimentação por lá</p> <p>Não achei que expressam</p> <p>Não fazem parte das minhas memórias</p> <p>Muito semelhantes</p> <p>Nunca vi</p> <p>As barraquinhas de hortifruti.</p> <p>Selecionei as das barracas pois acho mais simbólicas</p>	<p>Não vi os estandes dos vendedores</p> <p>Não lembro de ver muitas opções de alimentação por lá</p> <p>Não achei que expressam</p> <p>Não fazem parte das minhas memórias</p> <p>Muito semelhantes</p> <p>Nunca vi</p> <p>As barraquinhas de hortifruti.</p> <p>Selecionei as das barracas pois acho mais simbólicas</p>	<p>Foto 3- o tipo de comércio não me lembra o Brique, parece que está sendo vendido ali coisas que você pode comprar em qualquer lugar enquanto o que é vendido no brique é algo local, feito por artistas/artesãos locais.</p> <p>Foto 07- a pipoca me lembra a redenção e não o Brique em si</p> <p>Foto 11- foi uma questão de localização, para mim o Brique acontece no canteiro central e na via de carros e se acontece já ao lado do parque, tem que ser bem próximo ao meio fio.</p>	<p>Em algumas vi retratar exclusão, em outras me pareceu ser um "camelodromo" e essa não é a intenção do Brique (mesmo que tenha vendedores ambulantes e isso não desmereça em nada o Brique, pelo contrário, agregue)</p> <p>Porque são atividades mais efêmeras, os índios nem sempre estão lá.. assim como os haitianos..</p> <p>Em relação às bancas de comida, eu não consumo alimentos lá por desinteresse. Em relação aos índios sei que já fazem parte da paisagem, mas entram em "conflito" com as bancas que tem produtos diferenciados.</p> <p>NAO QUERO VER O QUE É IRREGULAR E AQUILO QUE NÃO É GENUÍNO NÃO INTERESSA</p>	<p>Acúmulo de pessoas não necessariamente expressam o Brique da Redenção. Assim como, vendedor de pipoca e ambulantes.</p> <p>Vi Produtos industrializados. Não é típico da redenção</p>

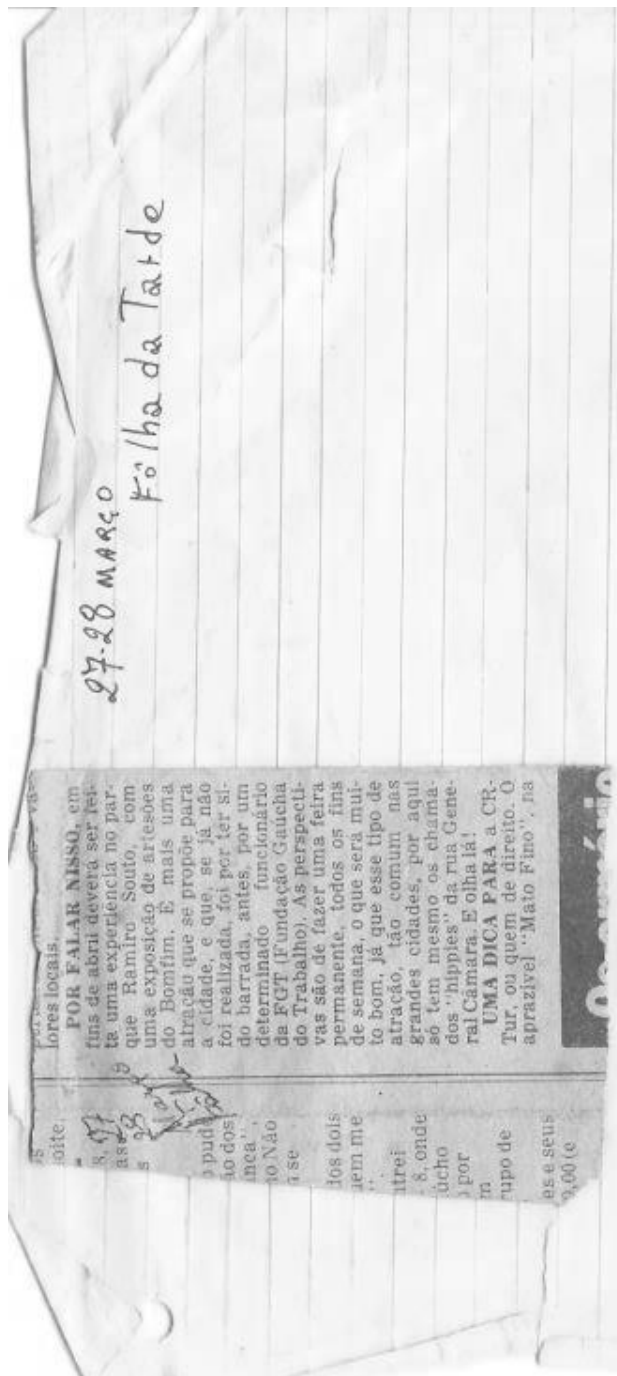
(continuação)

(continuação)

CATEGORIAS				
GRUPO	Relacionados à ausência de algum aspecto	Características presença de ambulantes não regularizados	Características que não são apenas do Brique	
FREQÜENTADORES	<p>Relacionados à ausência de algum aspecto</p>	<p>As fotos intercalam cenas da parte "formal/oficial" do Brique com cenas da informalidade, que também é parte inseparável do Brique. Há, porém, informalidades desde sempre e "fiéis" ao Brique (caricaturas, estatuas...) e outras que aparecem em fases de maior recessão econômica e desemprego. Estas últimas me parecem menos "parte" do Brique, e mais reflexo do contexto econômico e social.</p>	<p>Não necessariamente fazem parte do Brique, poderiam estar em qualquer lugar da cidade, não me lembram a tradição do Brique</p> <p>Poderiam ser fotos do Parque em um dia qualquer, sem Brique ou fotos de outras feiras (como a de antiguidades em frente ao Capitólio) e não particularmente o Brique.</p>	<p>Penso que venda de balões ou pipocas não se relaciona com o Brique... isso pode ser vendido no Parque da Redenção</p> <p>Algumas fotos, apesar de serem no Brique, lembram qualquer outro lugar onde existem carrinhos de venda (de comida, por exemplo) e não apenas o Brique em si.</p>
	<p>Não selecionaram por motivos pessoais</p>			
	<p>Acreditam que todas expressam o Brique da Redenção e seu entorno</p>			

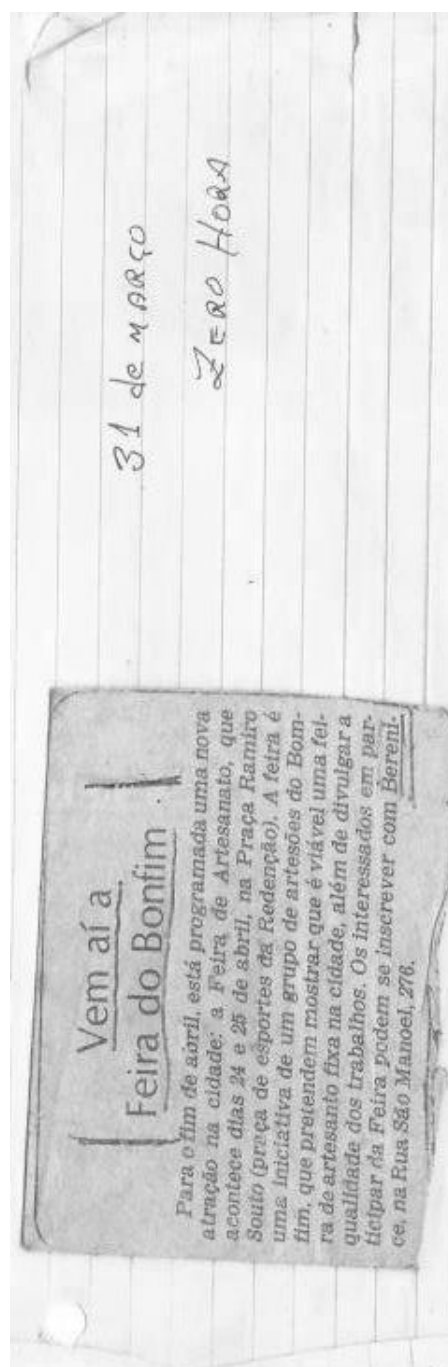
APÊNDICES

ANEXO A – NOTÍCIA: FOLHA DA TARDE [27/03/1982]



Fonte: Brique da Redenção

ANEXO B – NOTÍCIA: ZERO HORA [31/03/1982]



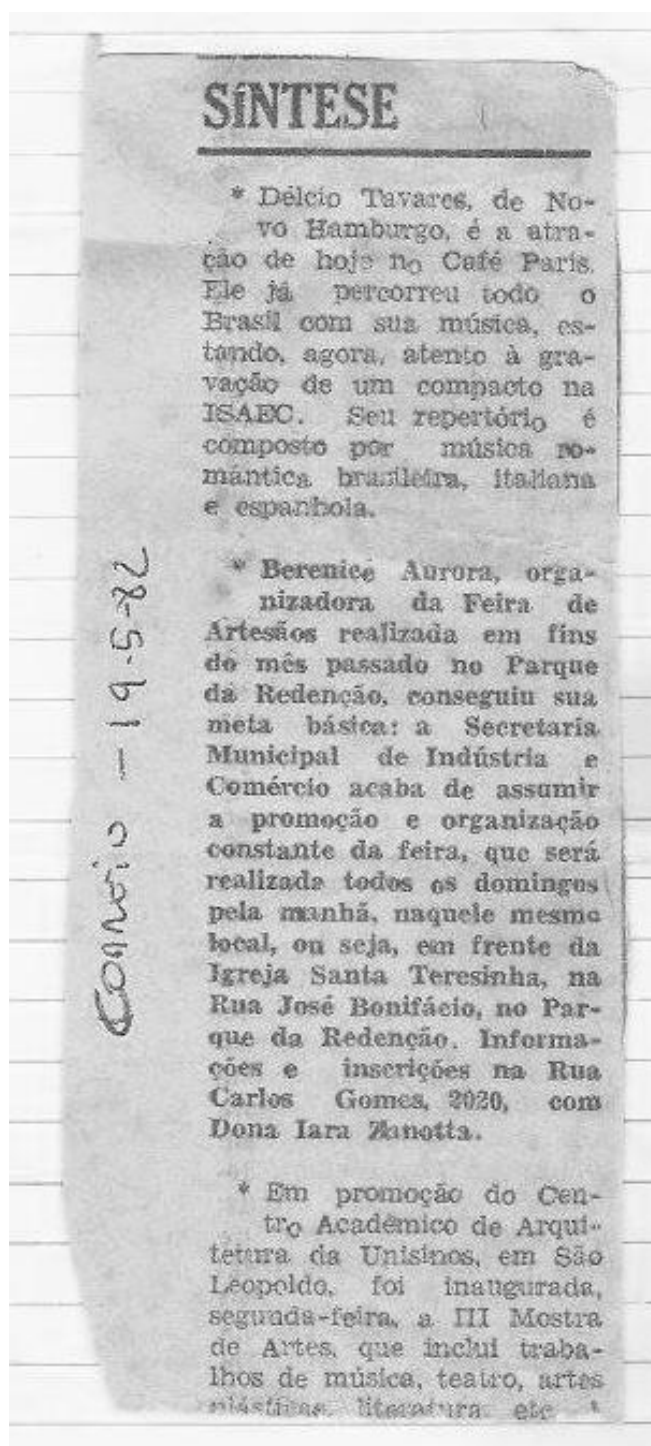
Fonte: Brique da Redenção



Fonte: Brique da Redenção



Fonte: Brique da Redenção



Fonte: Brique da Redenção

JORNAL DA ARTEFIM

ANO I ABRIL DE 1984 Nº 2

INFORMATIVO DA ASSOCIAÇÃO DE ARTESÃOS E ARTISTAS DA FEIRA DO BOM FIM

PARABÉNS A VOCÊ ! ...

Há dois anos atrás não tínhamos certeza de nada.

Éramos poucos, mas com muita vontade de conquistar espaços, de cativar o público, de conviver com a natureza, de ir em busca de uma vida melhor...

Dizer das dificuldades encontradas seria dizer pouco, pois o nosso êxito as encobriu totalmente.

Hoje somos aquilo que conquistamos, e que somente unidos conservaremos.

Mensagem

José Carpinheiro
Tem em suas mãos
O universo inteiro
Nos dedos os cabos
Na palma, o arranhado
E entre essas marcas,
O pingô da testa,
Que seia e que alestia
Seu dom de artesão.



Unidos, apagando as diferenças, nivelando os abismos... neste 29º aniversário da Feira do Bom Fim.

Somos mais uma opção de fazer alegre e colorido nos domínios de sol.

Parabéns a vocês colegas expositores que tanto contribuíram para que a alegria se fizesse presente e a beleza dos trabalhos ofuscassem a humildade de nossas bancas.

Parabéns a vocês público amigo, que passeia entre nós, prestigiando e até criticando nossos trabalhos, pois é a vocês que agradecemos e creditamos nosso sucesso.



Editorial

Na medida em que nos aproximamos do 2º aniversário da Feira do Bom Fim — e também do decreto que a oficializou — faz-se presente um espírito de solidariedade e de reconhecimento pelo trabalho que desempenhamos em conjunto.

Tudo o que se construiu até hoje, tudo o que conquistamos, gradati-

vamente, até agora, é fruto de uma persistência incontestável. Além de continuarmos a divulgar a nossa Feira — hoje, espaço consagrado — é momento emergente de, paralelamente, dirigirmos a nossa especial homenagem ao grande público que nos acolheu. Ele sim, é o verdadeiro merecedor da nossa gratidão e reconhecimento.
(Berenice Aurora)

ARTEFIM EM ALTA

Uma associação que busca, acima de tudo, a solidariedade, como ela entre aqueles que são artesãos por opção profissional.

Vamos valorizar o que é nosso, reconhecer o que existe. Você já se associou na ARTEFIM?



O SAMBA ENREDO DA FEIRA DO BOM FIM

(Homenagem de Régis Monteiro ao aniversário da Feira)

Vou contar para vocês/ Como tudo começou
Com um pequeno anúncio em um jornal

E uma força de vontade sem igual
Fez com que esta líder começasse
Um trabalho conjunto em prol da classe
Consolidando a adesão dos artesãos
Hoje é uma realidade
Está aí para a cidade
Porto Alegre podes sorrir
Esta é a Feira do Bom Fim
A mão de Deus sobre a do homem
Numa beleza sem fim/ Esta é a Feira...

E. FISCHER IRMÃOS & CIA. LTDA.

OFERECE:

FIOS DE JUTA E LÃ EM TOPS,
pronta entrega para tapeçarias.

Rua Protásio Alves, 56 — CANDÓAS
Fones: 72-3355 — 72-3554



BATIK

BATIK é com a ZEZÉ
Aulas individuais
Box 89 ou
Sto. Antônio 680 Apto. 5

CARTAS

Estado do Rio Grande do Sul GABINETE DO SECRETÁRIO

Porto Alegre, 11/01/1984.

Prezada Leda:

Agradeço o envio do exemplar do JORNAL DA ARTEFIM, nº 1, através do qual é divulgada a real importância da Feira do Bom Fim.

Parabenizando o excelente trabalho realizado, colho o ensejo para apresentar-lhe atenciosos cumprimentos.

DEPUTADO HORST VOLK
Secretário de Estado do Turismo

CÂMARA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Porto Alegre, 26 de dezembro de 1983.

Prezada Senhora:

Venho por meio desta, agradecer a V. Sa. o envio do JORNAL DA ARTEFIM. Aproveito a ocasião e coloco-me à disposição para o que se fizer necessário.

Com as minhas melhores, PT
Saudações.

VEREADOR ANTONIO HOILFELDT

PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES — RS

Bento Gonçalves, 02 de março de 1984.

Prezada Senhora:

A Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Bento Gonçalves, vem por meio deste convidar a ARTEFIM, para que participe da Feira do Artesanato no dia 10 de março de 1984, por ocasião da abertura da IV Mostra do Mobiliário. Solicitamos confirmação através do Sr. João Paulo Pool, até dia 08 de março do corrente.

Sendo o que tínhamos para o momento, reiteramos protestos de consideração e apreço.

ONIRA TEREZINHA LEITES

— Secretária Municipal de Educação e Cultura.

VEIA POÉTICA

Nessa segunda edição do JORNAL DA ARTEFIM, dentro das comemorações do seu segundo ano de atividades, abrimos esse espaço à manifestação da arte poética. Ninguém mais indicado que o Dr. Zeferino Paulo Freitas Fagundes — ilustre membro da Academia Porto-Alegrense de Letras — como nosso especialíssimo convidado.

MISSÃO

Cumprimos o nosso tempo de anotações

— cada um com seu próprio peso:
e o Pássaro
nuvens anuncia,
aos brados:
tudo depois do Meio-dia,
em que estamos tão cansados:
da dança,
da ronda,
da ironia
por nós mesmos deflagrados:
da fantasia:
dos nossos beijos malogrados:
das pobres almas
que nunca saberão,
do Amor,
Mais que o primeiro passo aridado:
dos Cogumelos:
por nós mesmos explodidos.
Tudo é Passado.

INSCRIÇÕES ABERTAS PARA O VI SALÃO DE CERÂMICA

Já estão à disposição dos ceramistas interessados as fichas de inscrições no Núcleo de Promoções e Comunicação do MARGS.

A Comissão Organizadora instituiu seis categorias para a premiação de Cr\$ 200 mil cada uma.

A 1ª categoria - Cerâmica Funcional, 2ª categoria - de Painel e Mural, 3ª categoria - da Proposta, 4ª categoria de Pesquisa, 5ª será de escultura subdivida em duas partes (com ou sem revestimento cerâmico).

Inscrições abertas até 24 de agosto.

TRABALHOS ENCONTRADOS NA FEIRA DO BOM FIM



Trabalhos em Couro

Crochê



Bonecas de Tecido



Trabalhos em madeira



Pintura



Serigrafia

PARTICIPAÇÃO

Nasceu mais nova sócia da ARTEFIM. Aos pais Paulo e Berenice muitas Alegrias.

OPINIÃO DO PÚBLICO

Clélia Maria K. Vieira — dentista Av. José Bonifácio, 551 — Bom Fim

"Sinto-me orgulhosa de poder receber todos os domingos a visita dos expositores e artistas da Feira do Artesanato do Bom Fim. Aproveito esta oportunidade para parabenizar a todos por esta maravilhosa idéia!"

karnopp s.a.
DE ARMARINHOS E MIUDEZAS

MATRIZ — Vol. da Pátria, 316
Fones: 26.2100 - 26.4142
FILIAL 1 — Vol. da Pátria, 443
Fone: 24.8778
FILIAL 2 — Profásio, 580
Fone: 32.0065

TEM!

Camisetas — Linhas p/bordar — Telas
Tintas p/tecidos — Pincéis — Gregas — Lãs
Agulhas — Galões p/aplicações — Bijouterias — etc...
Por preços que ninguém tem

POR PREÇOS QUE NINGUEM TEM

COMUNICAÇÕES

SMIC

No último dia 11 de abril, foi eleita a nova Comissão Deliberativa da Feira do Artesanato do Bom Fim. Em Assembléia Geral Extraordinária foram eleitos cinco representantes dos expositores. São eles: GERSON CANDELORO, CLÁUDIO BURATTO, ZÉLIA FRANCO, MARCONI DA SILVA SANTOS E PAULO FRANCISCO MORAES VIANA (PANELA).

Estas pessoas trabalharão em conjunto com dois representantes da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, e um representante da Fundação Gaúcha do Trabalho.

Conforme o Regulamento da Feira, cabe à Comissão, servir de intermediária entre os expositores e a SMIC — e vice-versa — além de organizar e coordenar eventos que promovam a Feira. Outra função muito importante da Comissão é realizar a seleção dos novos participantes, sempre que houver box vago.

Por solicitação dos expositores, a Comissão assumiu, no segundo semestre do ano passado, o compromisso da realização da "chamada" todos os domingos. Esta função é fundamental ao bom desenvolvimento da Feira, porque além de assegurar a tranquilidade dos expositores, também garante aos clientes da Feira, a autenticidade dos artigos adquiridos.

A Comissão é fundamental para o bom andamento da Feira. Hoje, nenhum assunto é resolvido em relação a José Bonifácio, sem ser discutido por este grupo. Da colocação de lixeiras ao envio de advertências aos expositores que não estejam cumprindo o regulamento, tudo passa pela Comissão.

Também a recíproca deve ser verdadeira: o expositor sempre, e a qualquer momento que tenha algum problema, deve procurar seus representantes assim como, auxiliá-los no desempenho de suas funções. Com este trabalho integrado, a Feira estará, certamente, seguindo os rumos que seus participantes desejam.

PEQUENOS AVISOS

Desde o dia 16, a SMIC — Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio está funcionando em novo endereço, na Av. Borges de Medeiros, 2244 7º andar, junto a Ipiranga. Lá, continuamos a sua disposição. Os novos telefones são: 25-6374, 25-6244 e 25-6509.

A Fundação Gaúcha do Trabalho também está em novo endereço: São Manoel, 1787 fone: 23-3265.

No Jardim Dona Leopoldina, começa a nascer mais uma feira de Artesanato, iniciativa de moradores do bairro.

Pela primeira vez, o artesanato esteve presente na Feira da Semana Santa (antiga Feira do Peixe), organizada pela SMIC. Para o próximo ano, a Secretaria ampliará a atividade.

A triagem dos novos expositores, que seria realizada em março, foi transferida para abril. Os interessados ainda podem fazer suas inscrições na SMIC.

AOS ANUNCIANTES

A ARTEFIM agradece as firmas que prestigiaram prontamente este Jornal com seus anúncios. Esperamos contar sempre com este apoio, sem o qual seria impossível viabilizar o nosso informativo.

PRONTA ENTREGA

Não sei se todos notaram a presença folclórica de uma caturrita no segundo canteiro (?) A ilustre, pertence ao Celso (do couro) e já se tornou popular entre o público que circula na Feira, principalmente, entre as crianças. Até na televisão já apareceu, numa sessão de acrobacias!

E quem conhece o "macaco" do terceiro canteiro???? Os interessados que se apresentem no BOX Nº

RASGANDO ELOGIOS...

Quem conhece o Panela, sabe da sua mania de perfeição e do seu indiscutível bom-gosto. Uma beleza de acabamento, a nova banca que expõe seus trabalhos em prata!



RECADO

Aguardamos a colaboração daqueles que estão interessados em escrever alguma matéria para a próxima edição. Procurar pelo Sr. Gerson ou pela Rô, box nº 15.

ARTEFIM

EXPEDIENTE

Colaboraram nesta edição:

Berenice Aurora
Zélia G. Franco
Neca Franco
Dr. Zeferino P. F. Façundes
Rejiz Monteiro
Rô Candeloro
SMIC

Tiragem desta edição: 1.500 exemplares

Revisão: Rosana Candeloro
Diagramação e montagem:
Gerson Candeloro Reg. nº 8337



Galeria dos Fios
Rua Senhor dos Passos, 235 - Loja 6
Edifício Lancaster - Fone 26-1311
Rua Marechal Floriano, 185 - Loja 213
Galeria Luza - Fone 26-1611

OFERECE: Lãs e linhas de todos os tipos, cordas, sisal, juta, cordões, lãs em topos natural e colorida, armações para abajours, solados para sapatilhas, argolas, bolas, baguetes, teares, etc.

Cursos de tapeçaria, tricô, crochê, macramê e tecelagem.

Fonte: Brique da Redenção



Berenice e Paulo, “malucos” apaixonados pelo Artesanato

A Feira do Artesanato do Bom Fim, há quatro anos na Avenida José Bonifácio, nasceu do esforço de um grupo de artesãos do próprio bairro. Berenice Aurora idealizou tudo através do planejamento participativo, onde ninguém mandava mais que ninguém.

Berenice Aurora de Meireles e Paulo Filber foram considerados por muitos, na época, como uma dupla de malucos. Ela abandonou o curso de Psicologia na PUC, no quinto ano, faltando apenas um estágio para a formatura. Ele pediu demissão do cargo de professor de educação física de excepcionais do estado, depois de sete anos e meio de profissão.

Ambos trocaram tudo pelo artesanato. “Saímos fora da educação e só ganhamos, pois, agora, num domingo, tiro o que, como professor, levava o mês para receber”, anuncia Paulo. “A época é propícia para quem acredita no seu trabalho e investe sua energia nisso... Nós acreditamos, gostamos e investimos no artesanato”, completa Berenice Aurora.



no casal Filber, Berenice costura, num livro, a história da feira dentro do planejamento participativo

Eles estão casados há nove anos. Trabalham em função da Feira do Artesanato do Bom Fim de manhã, de tarde e de noite. Paulo é especialista em fabricar brinquedos de madeira e Berenice se dedica à pintura “estilo alemão” em utensílios de cozinha, placas e outras peças, tudo em madeira. Como trabalham em conjunto, também dou patete na hora da criação”. Os filhos também participam. Marcos Josife, Denis Gabriel e Hannah Carolina, de 13, 7 e 2 anos respectivamente, formam a co-

missão de testes. “Com eles, a gente vê se o brinquedo será aceito ou não pelas outras crianças”, revela a mãe, grávida de sete meses. Os dois devem estar certos, porque no dia 12 de outubro, domingo e dia da criança, os caminhôzinhos coloridos tiveram uma excelente aceitação, forçando o dono do box 95 a ir até a São Manoel, a casa e atelier, para buscar mais brinquedos.

A LUTA PELO ESPAÇO

Esta gaúcha de Passo Fundo pode ser considerada a “artesã-mãe” da Feira do Artesanato do Bom Fim. A criação desse espaço muito se deve à sua insistência junto a diferentes pessoas e órgãos públicos da cidade. Suzana de Castro Tólio, coordenadora do Programa de Artesanato da Fundação Gaúcha do Trabalho, confirma esse esforço e aproveita para divulgar que, hoje, existem 8.651 artesãos registrados na FGT, e que o Rio Grande do Sul é um dos únicos estados que senta o artesão de pagar ICM. “É um acordo que temos com a Secretaria da Fazenda”, explica. No início de 1982, quando havia somente uma idôia, Berenice Aurora queria espaço para expor trabalhos seus e de outros artesãos. Com o pensamento fixo que iria encontrar uma solução, partiu de imediato para a prática. “De cara recebi um não da Fundação Gaúcha do Trabalho. Eles alegavam que em Porto Alegre existiam dois mil artesãos, em lugar nenhum da cidade caberiam todos”. Segundo Berenice, pensar por esse lado seria realmente difícil, só que nada é impossível quando se deseja muito alguma coisa.

“Utilizando a teoria da cadeira que estava fazendo na Faculdade — estatística — contra-argumentei que poderia fazer uma amostragem significativa com o

pessoal do Bom Fim, o foi exatamente isso que foi feito”, conta. Aproveitando o conhecimento — “artesãos sempre se conhecem”, profetiza ela — e uma nota no jornal, logo apareceram 60 interessados.

Uma das pessoas que mais deu força ao projeto chama-se Ivaido Gonçalves, o Marecha, professor de educação física do Estádio Ramiro Souto, administrado pela Secretaria Municipal de Educação e Cultura. Ele cedeu a cancha de futebol de salão para uma primeira mostra. O local logo ficou pequeno, obrigando os artesãos a reivindicarem uma área anexa, à “Praça-nha”, em frente ao carteiro ocupado atualmente pelo artesanato de José Bonifácio.

Só que a luta pelo espaço não tinha acabado, ao contrário, estava recém-comoçando. “Depois de muito choro e vários planos rasgados, João Mano José, o titular da Secretaria Municipal de Produção, Indústria e Comércio em 1982, liberou a Praça para a realização da Feira de Artesanato. Mas, como SMIC não é SMAM — Secretaria Municipal do Meio Ambiente — fomos expulsos. Praça do município é da SMAM. Daí, fizemos o que já é habitual na vida de artesão, juntamos as coisas e atravessamos a rua. Lá era SMIC, e essa estava do nosso lado. Concluído, nunca mais levantamos acampamento. Hoje, somos 172 artesãos titulares, em média 250 pessoas envolvidas com a Feira do Artesanato do Bom Fim, inaugurada oficialmente dia 24 de abril de 1982”.

ARTE POPULAR

Mesmo para quem conhece pouco Berenice Aurora, é fácil observar o quanto é importante, para ela, a Feira do Bom Fim. Está constantemente fazendo pesquisa sobre o assunto —

seu significado, seus estilos e em especial quem são as pessoas autorizadas a defini-lo. Diz que todas essas questões têm respostas, muitas encontradas na Psicologia.

Esta arte popular cresceu bastante nos últimos tempos em função dos próprios artesãos brasileiros, que muito batalharam pela dignidade e valorização da atividade. Para a Feira do Artesanato de José Bonifácio foi de extrema importância essa mudança de mentalidade que aconteceu. “Aqui em Porto Alegre, havia definições ultrapassadas, as pessoas com poder de decisão tinham uma visão muito burocratizada da coisa. Ai, nós começamos a exi-

gir, se quem faz artesanato somos nós, ninguém melhor do que nós para saber o que é ou deixa de ser”, argumenta convicta a primeira presidente da Artefim, a Associação dos Artesãos e Artistas do Bom Fim.

A Artefim tem a marca pessoal do Bom Fim e a consideração nacional por ser a única Associação planejada e executada pelos próprios artesãos. Ela, junto com a Comissão Deliberativa, luta pela melhoria da infra-estrutura da Feira, fazendo com que o local se tome um ponto de encontro agradável, onde as pessoas vão brincar e coloridas, cada qual a sua maneira.



Brinquedos pedagógicos e coloridos não grandes vendem na Feira do Artesanato

ANEXO H - DECRETO N.º 8.193/1983



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

DECRETO Nº 8193

Institui o mercado de artesanato de Porto Alegre sob a denominação de "Feira do Artesanato do Bom Fim" e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

Considerando a diretriz geral adotada pela Administração no sentido da humanização da cidade;

Considerando que, dentro desse espírito, necessário se faz incentivar, através de promoções, o desenvolvimento das artes e dos ofícios, propiciando reais condições aos artistas populares de comercializarem seus produtos diretamente com o grande público;

Considerando o extraordinário desenvolvimento que as feiras de artesãos vêm despertando nas grandes cidades, funcionando como um verdadeiro pólo de atração turística e cultural,

DECRETA :

Art. 1º - É instituído o mercado de artesanato de Porto Alegre que funcionará nas manhãs de domingo na Rua José Bonifácio, sob a denominação de "Feira do Artesanato do Bom Fim".

Art. 2º - A "Feira do Artesanato do Bom Fim" será administrada pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio, que adotará as providências e normas necessárias ao seu perfeito funcionamento.

DOE 22-03-83 04

10818/83



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

2.

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 20 de março de 1983.

Guilherme Socias Villela
Guilherme Socias Villela,
Prefeito.

João Mano José
João Mano José,
Secretário Municipal da Produção, Indústria
e Comércio.

Registre-se e publique-se.

João Antonio Dib
João Antonio Dib,
Secretário do Governo Municipal.

/ESB

ANEXO I – SEMINÁRIO “BRIQUE 90”



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DA PRODUÇÃO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO COMERCIAL

PROJETO CONVÍVIO ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

RESOLUÇÕES

"SEMINÁRIO BRIQUE 90"

A Feira Cultural da José Bonifácio, que compreende o BRIQUE DA REDENÇÃO, a FEIRA DO ARTESANATO DO BOM FIM e o ARTENAPRAÇA, surgiu a partir da iniciativa dos próprios expositores. Nos últimos tempos se tornou um fenômeno de massas circulando hoje em torno de 40 mil pessoas a cada domingo. Com o sucesso e seus problemas inerentes, o papel da Administração Popular não pode ficar restrito a uma atitude meramente administrativa. Daí a razão do PROJETO CONVÍVIO ARTE E CULTURA em Espaços Públicos que consiste em construir novos espaços públicos de Cultura em todas regiões de Porto Alegre.

O primeiro passo é a realização do "SEMINÁRIO BRIQUE 90", envolvendo as Secretarias Municipais, os expositores da Feira e entidades da sociedade vinculadas à Feira. É uma experiência de trabalho conjunto entre Poder Público e a População em bases democráticas organizando os espaços públicos.

Neste Seminário debatemos as melhores condições de trabalho dos produtores culturais com o enfoque de integração da atividade cultural e de lazer da população nas praças com a comercialização das mercadorias culturais.

Tendq presente o nosso dever de melhorarmos cada vez mais o espaço que é da população, as modificações propostas visam preservar e garantir as características do local responsáveis pelo sucesso da Feira. A nossa defesa é a da arte e cultura produzida pelas próprias mãos. A expansão e diversificação das atividades se dará com as manifestações culturais espontâneas e através das demais iniciativas que visam a integração social.

É nossa também a responsabilidade de atrair a população nas suas horas de lazer para as ruas e praças públicas.

Definitivamente estes espaços públicos não são locais para o Intermediário Comercial e Produtos Industrializados já tão protegidos pela legislação vigente. Temos a oportunidade histórica para organizar os produtores culturais de forma solidária e cooperativa.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Enfim, este é o investimento que nós fazemos. E não apenas no Bom Fim. Temos a Feira do Parque Marinha do Brasil, da Praça da Alfândega, da Praça Piratini, da Praça Israel do Parque Humaitã, da Vila Mapa. Cada uma destas Feiras devem ser estimuladas resgatando as características próprias de cada local.

O debate democrático desenvolve a nossa organização, rompe barreiras corporativas e integra o nosso trabalho.

EXPANSÃO E DIVERSIFICAÇÃO DAS ATIVIDADES

O BRIQUE DA REDENÇÃO, ARTENAPRAÇA e FEIRA DE ARTESANATO DO BOM FIM, são hoje a maior manifestação cultural de Rua da Cidade. O crescimento da Feira gerou outros fenômenos espontâneos, trazendo assim a expansão e diversificação das atividades culturais na Feira o que criou a necessidade de uma avaliação e reestruturação no espaço afim de garantir sua identidade. Para isso propomos:

1 - Criação de uma Comissão das Feiras da Av. J.B. com a participação das três comissões, SMIC, SMAM, EPATUR, SMC. Tal fórum tem o objetivo de unificar a ação dos três segmentos e será o elo de ligação com a comunidade no encaminhamento das questões da feira.

HORÁRIO DA FEIRA

O funcionamento atual das 9h às 15h não é suficiente para abranger toda a circulação de público. Qualquer mudança neste horário implica em alteração dos regulamentos. Devemos levar em consideração o cumprimento deste horário pelos expositores e a readequação do tempo da fiscalização. Para tanto estamos propondo a extensão até as 16 hs e esta modificação apenas será praticada após concordância das assembleias dos três segmentos da Feira.

2



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

FECHAMENTO DA RUA

O sucesso crescente da Feira consolidou-se, ao mesmo tempo que aumentou enormemente o fluxo de pessoas aos domingos naquele espaço, estimando-se que atualmente ali circulem cerca de 30 mil pessoas. Grande parte destas vão com o objetivo de realizar alguma compra. Outra parte apenas passeia e usufrui das experiências culturais que o espaço oferece. O fluxo de público se dava nos canteiros do centro da rua e na calçada do Parque fazendo com que praticamente todo o espaço da José Bonifácio seja ocupado pela Feira. Na rua propriamente dita, em sua pista ao lado do Parque ficavam transitando carros que estão literalmente passeando. A consequência disto era o congestionamento do trânsito de pessoas nos canteiros centrais e a existência de grande dificuldade de contato com o outro lado da rua, ou seja, com a calçada do Parque.

Como vê-se, a pista livre para carros era utilizada por uma parcela menor de visitantes motorizados que impõe um limite para a maioria que frequenta a Feira, prejudicando seu funcionamento.

Diante deste fato, o fechamento da pista da Av. José Bonifácio lateral ao Parque Farroupilha, desde a Av. Osvaldo Aranha até a rua Santana é uma necessidade da Feira. Com esta medida o espaço de estacionamento ficará reduzido, mas possibilitará ao público visitante uma área maior de circulação, além de permitir a ampliação para exposição de produtos artesanais e de artes plásticas entre os canteiros. Lembramos que pista oposta ao Parque permanecerá aberta ao trânsito de veículos da rua Santana até a Av. Osvaldo Aranha permitindo o estacionamento inclusive aos expositores, facilitando a reposição de mercadorias nos boxes. O estacionamento e o trânsito de veículos também continuarão abertos do Monumento ao Expedicionário até a Av. João Pessoa na pista lateral ao Parque da Redenção.

CROQUIS EM ANEXO

A discussão da abertura da Pista da Av. José Bonifácio no trecho João Pessoa - Santana junto as residências será realizada através de Assembleia Geral dos expositores do Brique da Redenção, com representantes dos moradores, Corpo de Bombeiros e HPS.

.....

3



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

X EXPRESSIONES ARTÍSTICAS - CULTURAIS

No terreno das Expressões Artístico-Culturais faz-se necessário organizar as que conquistam seu espaço junto ao Público e também criar mecanismos para garantir e estimular a criação fator de Educação Cultural do povo. Para isso propomos:

1 - Oficialização Roda de Poesia com critérios e regulamentação definida. O espaço a ser ocupado pelo grupo de poetas se mantém o mesmo, ou seja: Av. José Bonifácio, em frente a rua Vieira de Castro. A roda deverá realizar-se na Via Pública sobre o centro da pista de rolamento lateral à calçada do Parque evitando o congestionamento no fluxo da Feira.

Também será garantido aos poetas um espaço para comercialização de suas produções literárias ou de convidados que deverão obedecer os critérios de participação.

1.2-Criação de um fórum com participação das três comissões, Artefim, Secretarias afins, entidades de moradores, movimentos e entidades culturais. Este fórum servirá como estimulador das atividades Artístico-Culturais na Feira.

Fica como documento base para discussão neste fórum o "Projeto - Redenção" elaborado pelo comitê de ação comunitária do Bom Fim.

RECREAÇÃO INFANTIL

Reativação do espaço para recreação infantil sob coordenação da Supervisão de esporte e recreação Pública-SMED, que tem uma Política voltada para o desenvolvimento pedagógico das crianças.

.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

ESPAÇO PARA OFICINAS DE ARTE E PROPOSTAS ALTERNATIVAS

Com o objetivo de resguardar um espaço para oficinas de Arte e propostas alternativas (Teatro, Dança, Música, Vídeo, Artes Plásticas, Etc.) fica destinado o calçadão do Monumento Expedicionário e a calçada do Parque do parquinho até o monumento para estas expressões.

Estas atividades serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Cultura em conjunto com a comissão das Feiras. Vale ressaltar que estas manifestações não poderão realizar nenhum tipo de comercialização.

ESPAÇO PARA A CULTURA INDÍGENA

Com o objetivo de resgatar a cultura indígena e garantir o espaço de trabalho para os índios que hoje são marginalizados como artesãos será garantido dois boxes para as tribos indígenas que serão dispostos nas vagas a serem abertas entre os canteiros. Além da comercialização da produção artesanal, este será um espaço para divulgação das questões das minorias indígenas. As atividades deverão ser desenvolvidas com a participação das entidades afins como ANAT, CIMI, etc.

ARAÚJO VIANNA

O Auditório Araújo Vianna é um espaço para apresentações artísticas que foi marginalizado.

Por isso propomos que as manifestações artísticas maiores (Shows) que exijam sonorização amplificada se realizem neste Auditório para fomentar e estimular a ocupação deste espaço.

No roteiro integrado do "Projeto Redenção" consta o evento "DOMINGO NO PARQUE" que trata-se de apresentações mensais de música, teatro, dança, etc., no Monumento ao Expedicionário com objetivo de divulgar uma programação mensal no Araújo Vianna. A implementação deste projeto ficará sob responsabilidade da Comissão da Feira, entidades culturais e Secretarias afins.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

PARTIDOS POLÍTICOS

A Feira é um espaço conquistado pelos trabalhadores e a comunidade, transformando-se num palco econômico, político e social dos mais expressivos. Neste cenário encontram-se os partidos políticos que também fazem parte do elenco e terão seu espaço garantido. Porém é necessário a organização e a limitação do espaço destinado a estes, para que não influam negativamente no funcionamento da Feira. Após estabelecidos os espaços, os mesmos serão acessados por períodos determinados, pelos mediante o critério do sorteio. Não será permitido a utilização de equipamentos de som.

IMPrensa ALTERNATIVA

Temos por objetivo construir um espaço para a divulgação da Imprensa Alternativa. A sua existência se coaduna perfeitamente com o espaço da Feira. Inclusive a proliferação das informações e da formação cultural e política é um dos objetivos da Feira.

A melhor resolução queremos discutir com a própria imprensa alternativa e qualquer ônus da instalação ficaria a cargo deles mesmos.

Participará deste espaço todas as publicações produzidas pelo Movimento Comunitário, Movimento Sindical, produtores culturais independentes, etc. Evidentemente será vedado o acesso, não só neste espaço, mas em toda a Feira a qualquer atividade de divulgação/comercialização da grande imprensa.

FEIRA DO VERDE

O espaço a ser destinado para a Feira do Verde será junto a calçada do Parque da Redenção, ela terá a função de promover o verde e a ecologia a título de esclarecimentos ao público, incluindo o troca-troca de mudas sob a orientação da SMAM, sem caráter comercial.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

NOVOS ESPAÇOS DE FEIRANTES

Os novos espaços de feirantes serão definidos nos espaços físicos entre os canteiros da Av. José Bonifácio e ocupados mediante triagem.

TRIAGEM

Será realizada uma triagem pública dentro do processo de divulgação das outras feiras de Porto Alegre, onde a demanda de novos artesãos e artista expositores serão distribuídos.

ANIMAIS VIVOS

Conforme representações da união gaúcha dos animais, não é aprovada a comercialização de animais vivos, baseado na impossibilidade de controle sobre as doenças e estados de saúde em que se encontram, pondo em risco a saúde de milhares de crianças. Concorde ainda a entidade que os animais sejam doados a União Gaúcha Protetora dos Animais ou se pessoas interessadas em requerer algum animal da entidade solicitem através de doações. E que qualquer evento em que seja incluído animais vivos, seja promovido pela própria entidade, sem caráter comercial na Feira.

ALIMENTOS

Como consequência do sucesso da Feira, apareceu muitos vendedores de alimentos dos mais variados tipos. Da forma como vem acontecendo atualmente não temos condições de garantir a fiscalização da qualidade destes alimentos, o que vem sendo um incentivo a venda de todo e qualquer alimento industrializado ou não. O propósito de manter a Feira como espaço de produtos feitos pelas próprias mãos e com qualidade nos leva a propor a organização de uma comissão para estes alimentos caseiros não industrializados.

.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Os vendedores de alimentos pedem em princípio estes alimentos sejam confeccionados nas cozinhas de suas próprias casas, sob fiscalização pois seguindo as características da Feira, os alimentos caseiros são produzidos para os consumidores da Feira que são diretamente os expositores e o público que ali frequenta.

O controle de qualidade do alimento e a consequente autorização deverão ser expedidos pela Secretaria Estadual da Saúde.

FISCALIZAÇÃO DA FEIRA

Para garantir o pleno funcionamento da Fiscalização, concluímos por estabelecer um grupo de apoio dos Feirantes à Fiscalização Pública. Este grupo de apoio será formado por 6 (seis) auxiliares sendo 1 (um) por cada canteiro da José Bonifácio. Estes auxiliares estarão coordenados pela fiscalização pública que será composta por 4 (quatro) fiscais somando um grupo de trabalho de 10 (dez) pessoas.

Serão duas as funções dos Auxiliares.

1 (um) com treinamento específico, eles deverão informar o público sobre as características da Feira e seu funcionamento; e 2 (dois) ser o elo de ligação com os fiscais. Os Auxiliares identificarão o expositor não credenciado comunicando-o de que não é possível expor no local. Caso o mesmo se mantenha no local, o auxiliar avisa imediatamente o fiscal e este se dirige ao local para efetuar a retirada de expositor não credenciado e apreensão de sua mercadoria.

Os fiscais serão distribuídos assim.

1 (um) fiscal para cada 2 (dois) canteiros e uma chefia da fiscalização que coordena todo o trabalho em um total de 4 (quatro) fiscais. No local ficará também a Viatura da Fiscalização, instrumento indispensável para a apreensão de mercadorias expostas irregularmente.

.....



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

Com a apreensão da mercadoria, o expositor afetado pode retirar seu material a partir da Segunda-Feira na Divisão de Licenciamento e Controle mediante o pagamento de uma multa pecuniária definida em lei. No caso de reincidência na apreensão da mesma mercadoria do mesmo expositor, esta mercadoria ficará retida e doada para instituições de caridade sob coordenação do MAPA Movimento Assistencial de Porto Alegre.

Os auxiliares serão contratados por um fundo comum das 3 (três) Comissões Deliberativas administrado em conjunto com a SMIC. O pagamento será realizado em cada domingo sendo o valor definido mensalmente. Com a definição do valor em cada mês, este será rateado entre todos os expositores (titulares) cabendo assim um valor individual irrisório para cada expositor. Deve ficar claro que o Fundo Comum apenas cobrirá mensalmente o valor exato do custo do trabalho dos Auxiliares.

A triagem dos Auxiliares será efetuada pelo Fundo Comum. Serão convidados para a triagem pessoas conhecidas dos expositores e que tenham uma vivência e uma intimidade com as características da Feira.

Com a ampliação do horário da Feira, os auxiliares trabalharão das 9 horas às 16 horas. Os fiscais realizarão seu trabalho a partir das 11 horas até às 16 horas, horário em que concentram a invasão de não credenciados.

SISTEMA PROVISÓRIO

No período de seleção de Auxiliares e implantação do novo sistema de fiscalização, provisoriamente o papel destes Auxiliares será cumprido pelos expositores de forma rotativa coordenados pelas Comissões Deliberativas.

A provisoriedade servirá para efetuarmos corretamente a contratação dos Auxiliares e também para testar e desenvolver o novo esquema de fiscalização.

Um representante de cada Comissão Deliberativa entrará em contato com o fiscal responsável pelos seus canteiros e apresentará os expositores responsáveis pela tarefa de fiscalização auxiliar naquele domingo. O trabalho se dará nos mesmos moldes do esquema a ser implantado.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

SANITÁRIO PÚBLICO

Embora tenha sido construído um sanitário público nas imediações do Parque de Diversões, já não é suficiente para a quantidade de público presente no Parque e na Feira. E também para o público e expositores do Brique, o atual sanitário fica distante.

Propomos a construção deste novo sanitário público no interior do Parque nas imediações da Travessa da Paz.

PARQUE DE DIVERSÕES

O Parque de Diversões existente na calçada da Redenção merece um tratamento especial. É necessário impedir o crescimento na medida em que com o tamanho atual já atende as necessidades do público. Deve ser reestudado o licenciamento atual para que seja adaptado às condições do local.

Os acidentes frequentes nos brinquedos causando danos em crianças e adultos impõe uma imediata vistoria técnica. A realização desta vistoria garantirá plena segurança para os usuários, além de definir uma normatização na qualidade dos brinquedos oferecidos.

CONSELHO DA FEIRA

O resultado deste Seminário demonstrou a necessidade da constituição de um Conselho envolvendo as atuais Comissões Deliberativas dos três setores da Feira. Este Conselho será formado pela SMIC, dois representantes de cada Comissão Deliberativa, SMC (Cultura) e, conforme a necessidade, outras Secretarias Municipais.

Sua função será a administração conjunta dos interesses gerais da Feira. Também fará a ligação com o Fórum Cultural do Bom Fim constituído pelas entidades culturais do bairro. De imediato o Conselho da Feira deve implantar as resoluções do Seminário. Em decisões de maior porte este Conselho se reunirá com todos os membros das Comissões Deliberativas.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

RUÍDO

É cada vez mais evidente que o som com instrumento de amplificação eletrônica não combina com as características da Feira. Esta forma de expressão deve ser concentrada no Auditório Araújo Vianna no projeto de integração deste com a Feira.

As manifestações de menor porte com necessidade de aparelhagem sonora devem corresponder a um padrão definido pela SMAM que não agride o público do Parque da Redenção, da Feira e os moradores. Para esta garantia deve ser intensificada a fiscalização por parte da SMAM.

Para as atividades de grande porte, deve ser ouvido, a título de consultã, o Conselho da Feira.

LIMPEZA PÚBLICA

Constatamos que, pela quantidade de público, a atual estrutura de limpeza pública é insuficiente. Tanto no início da Feira onde o espaço já se encontra sem condições, com no final do dia o quadro fica evidentemente agravado. As atuais lixeiras não comportam a quantidade de lixo sendo que nas primeiras horas se encontram lotadas.

Devemos realizar uma campanha de conscientização junto à população que limpeza também é cultura. Devemos utilizar cartazes e a imprensa nesta campanha.

É necessário, por parte do DMLU, fazer a limpeza antes e depois da Feira. Quanto as lixeiras, propomos que se utilize a criatividade da própria população para decorar, desenhar e pintar as lixeiras tornando-as peculiares ao local. Quando da limpeza anterior à Feira seriam distribuídas estas lixeiras e recolhidas quando da limpeza posterior para evitar depredações.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

SEGURANÇA PÚBLICA

Atendendo reivindicação dos expositores das três mostras da Av. José Bonifácio, uma viatura da Brigada Militar reforçara o policiamento existente. Os expositores solicitam ainda que cada dupla de brigadianos exerça o policiamento por canteiro, objetivamente atender mais rapidamente, quando solicitados pela população.

CALÇAMENTO

Reivindicação antiga dos expositores, o calçamento dos canteiros da Av. José Bonifácio é urgente há anos. A poeira formada com o vento e o trânsito de pessoas prejudica os trabalhos expostos, além de causar transtornos ao público visitante.

O calçamento atenderá um estilo que não agrida a natureza, especificamente as árvores existentes no local.

Será utilizado paralelepípedos de basalto retangular de duas cores que facilitarão a demarcação das boxes.

Para efetivar o calçamento, a SMAM já apresentou o pré-projeto. A SMCV entrará com a mão de obra. As comissões Deliberativas devem garantir patrocínio. As características deste patrocínio não podem agredir o perfil da Feira, propomos uma pedra com placa informando a data da inauguração e o responsável pelo patrocínio. Apenas esta propaganda. Como patrocinadores deverão ser convidados todos os estabelecimentos comerciais do entorno.



PROJETO CONVÍVIO
ARTE E CULTURA EM ESPAÇOS PÚBLICOS

SERVIÇOS GERAIS

Objetivando incentivar a prática do chimarrão, proporcionando aos frequentadores e expositores da feira a reposição da água quente nas termicas que trazem de casa, será instalada num local adequado uma máquina para aquecimento d'água, faltando apenas definir o responsável.

Considerando a necessidade de esclarecer e orientar a população em geral, quanto as normas e critérios de funcionamento da Feira propomos que um posto de informações seja instalado no Mercado do Bom Fim.

Considerando as dificuldades que os expositores encontram no transporte dos equipamentos utilizados na feira, propomos que as mesmas sejam guardadas na CASAMATA do Parque Ramiro Souto e no Mercado Público do Bom Fim.

FEIRA DE NATAL

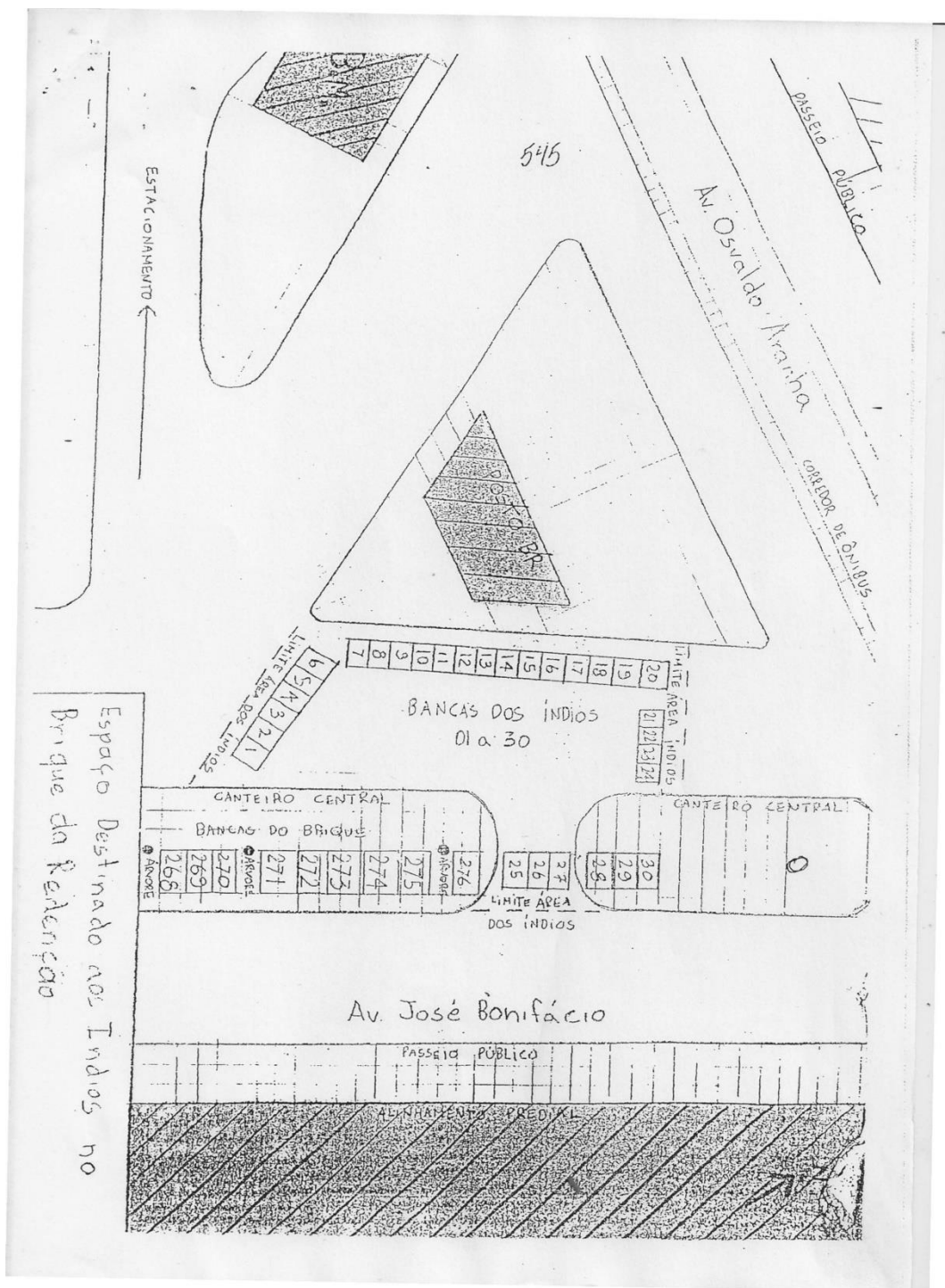
A partir deste ano a Feira de Natal será organizada de forma conjunta entre as três Comissões Deliberativas. Contará com o apoio e participação da EPATUR. Será definido um projeto de Feira para contatos de patrocínio para iluminação, divulgação, etc.

PAINÉIS INFORMATIVOS

Com o objetivo de informar, contar a história e embelezar propomos a colocação de cerca de dez (10) painéis de tipo sanduíche de vidro que seriam colocados a cada início da Feira e retirados a cada final para não sofrer prejuízo e depredação. Os painéis seriam distribuídos estrategicamente e teriam fatos, histórico da feira, informações de funcionamento e descrição das mercadorias à venda.

Já existe patrocinador interessado nos painéis. Enfim a idéia dos painéis, além de informar, é fazer a pessoa entrar na Feira, e a medida que for passeando e lendo os painéis, saia de lá conhecendo sua história. As informações dos painéis seriam cambiáveis.

.....



Fonte: Fornecido pela AABRE

ANEXO K – CARTA DA AABRE À SMIC [1]



AABRE - Associação dos Artesãos do Brique da Redenção

Porto Alegre, 14 de junho de 2004.

À Secretaria Municipal da Indústria e Comércio,

A Associação dos Artesãos do Brique da Redenção (AABRE) e a Comissão Deliberativa do segmento do Artesanato do Brique da Redenção vêm, através deste documento, apoiar a decisão da Secretaria Municipal da Indústria e Comércio de extinguir a feira que acontece aos domingos junto ao Mercado do Bom Fim.

Esta decisão de apoiar a iniciativa da Secretaria baseia-se nos seguintes motivos:

Os expositores do Brique da Redenção criaram esse espaço de cultura e lazer e lutam pela manutenção e qualificação por mais de vinte anos. **Nos últimos cinco anos, houve uma renovação de quarenta por cento (40%) dos expositores no segmento do Artesanato do Brique da Redenção através de triagens públicas**, motivo pelo qual afirmamos que a admissão em nossa Feira ocorre conforme os critérios estabelecidos em regulamento próprio e de forma democrática, sem privilégios.

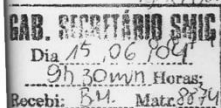
Por outro lado, como é importante a alguns setores da sociedade que aquele local seja ocupado, sugerimos o deslocamento dos expositores indígenas, que hoje ocupam ilegalmente o leito da avenida José Bonifácio, para aquela área.

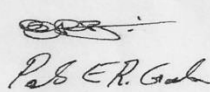
Na certeza de estarmos contribuindo para o melhoramento deste espaço tão especial para a cidade, agradecemos pela atenção.

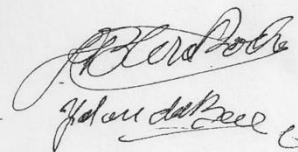
Cordialmente,

AABRE – Associação dos Artesãos do Brique da Redenção
Comissão Deliberativa do segmento do Artesanato do Brique da

Redenção




PABER Gal


João da Silva

Fonte: Fornecido pela AABRE

ANEXO L – CARTA DA AABRE AO MPF

Exmo. Sr. Dr. Procurador da República do Núcleo das Comunidades Indígenas e Minorias Étnicas:


- 3 MAIO 2007

PRRS-SCA-
002552/2007

ASSOCIAÇÃO DOS ARTESÃOS DO BRIQUE DA REDENÇÃO, sociedade civil estabelecida nesta Capital, por seu presidente no final firmado vem, ante V. Exa., dizer e requerer o quanto segue:

1. Em data de 11 de setembro de 2003 foi firmado um acordo entre essa Procuradoria, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e a Comunidade Indígena que atua naquele brique, ficando estabelecida e definida a área a ser ocupada pelos indígenas naquele local, conforme documentos em anexo.
2. No final do ano de 2006, os índios passaram a ocupar de forma desordenada diversos espaços naquele brique, inclusive o leito da Rua José Bonifácio, descumprido o acordo firmado e acarretando prejuízos aos demais expositores e aos transeuntes.
3. Evidente que não se busca o afastamento da comunidade indígena daquele local nem o impedimento de suas atividades, mas tão somente que voltem a ocupar o espaço objeto do acordo, conforme croqui em anexo, com o que se estará reestabelecendo a situação legal derivada do acordo.
4. Posto isso, requer se digne V. Exa. tome as providências cabíveis para que os indígenas voltem ao espaço objeto do acordo.

Nestes termos,
Pede deferimento.
Porto Alegre, 04 de MAIO de 2007.


Associação dos Artesãos do Brique da Redenção
Paulo Eduardo R. Grala

Fonte: Fornecido pela AABRE

ANEXO M – DESPACHO DO MPF



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL
NÚCLEO DAS COMUNIDADES INDÍGENAS E MINORIAS ÉTNICAS

OF/NUCIME/PR/RS/Nº4012/2007 Porto Alegre, 18 de junho de 2007.
PR/RS-GABPR9-FBS-000142/2007

Ref.: **Procedimento Administrativo 704/2007**

PRRS-GABPR9-FBS-
090142/2007

Senhor Coordenador:

Encaminho a Vossa Senhoria, para seu conhecimento, cópia do despacho de arquivamento dos autos do Procedimento Administrativo 709/2007 que tem como objeto “Locais destinados aos indígenas para comercialização de artesanato no Brique da Redenção”.

Atenciosamente,

FELIPE SOUZA
Procurador da República

Ilustríssimo Senhor
PAULO EDUARDO R. GRALA
Coordenador da Associação dos Artesãos do Brique da Redenção
Rua Joaquim Nabuco, 175 – Cidade Baixa
90050-340 Porto Alegre RS

KCMA



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Procedimento Administrativo 704/2007

Despacho

Tratam os presentes autos de procedimento administrativo cujo objeto é reclamação por parte de artesãos do Brique da Redenção quanto aos espaços ocupados por indígenas nesta feira.

Aduz o presidente da Associação de Artesãos que os indígenas não cumprem com o determinado pela Secretaria Municipal de Indústria e Comércio e ocupam mais espaços do que os que lhes são destinados.

Determinei ao estagiário em Antropologia desta PR/RS fizesse pesquisa in loco, feita a f. 17 e 18.

Nesta foi constatada que efetivamente os indígenas não cumprem as normas da SMIC e ultrapassaram os limites que lhes tinham sido traçados, alegando para isso o pouco espaço que lhes foi destinado e a crescente população indígena que passa a residir em Porto Alegre.

Em outro procedimento, 1494/2004, cujo objeto era semelhante ao presente, referido a f. 19, opinei pelo arquivamento nos seguintes termos:

Segundo as informações da SMIC, f. 78 e 79, os indígenas Kaingang não cumprem o que lhes foi determinado nos termos de autorização de comércio, excedendo-se no que concerne aos espaços ocupados e no que concerne ao material vendido, o qual seria em mais de oitenta por cento produtos industrializados.

Por sua vez, o relatório de f. 80 e ss dá conta de que há venda de produtos não-artesanais por parte dos índios e que não há notícia de conflitos entre os indígenas e outros vendedores.

O MPP, como órgão a quem incumbe defender os direitos e interesses dos povos indígenas, não pode tomar medidas que vão de encontro ao queridos por estas populações.

Segundo consta nos autos, os índios efetivamente desejam vender produtos industrializados, porque o fazem repetidamente, e nos locais em que atualmente ocupam, v., quanto a este ponto, f.55 e ss.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL

Assim, constatados os fatos e não se apresentando nenhuma medida a ser tomada pelo MPF, opino pelo arquivamento dos autos.

À 6ª CCR.

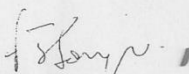
Parece-me que as mesmas razões podem ser aqui invocadas para o arquivamento do presente PA. Com efeito, naquele tratava-se de reclamação da SMIC quanto à natureza dos bens comercializados pelos indígenas, e neste, de reclamação dos outros artesãos quanto aos espaços ocupados pelos índios. Em ambos os casos constatou-se que os índios estão em desacordo com as normas da Municipalidade. Todavia, como referido, não cabe ao MPF tomar medidas que vão de encontro aos interesses destes, pois cabe ao Parquet a defesa dos interesses e direitos das populações indígenas, por expressa determinação constitucional.

Assim, constatada a situação e não havendo nada a ser feito pelo MPF, opino pelo arquivamento dos autos.

À 6ª CCR, para análise do presente e determinação das providências reputadas cabíveis.

Ciência aos reclamantes.

Porto Alegre, 14 de junho de 2007.


Felipe Souza
Procurador da República

www.prrs.mpf.gov.br - Porto Alegre: PABX (51) 3284.7200 - Bagé: (53) 3242.2699 - Bento Gonçalves: (54) 3454.3445
Caxias do Sul: (54) 3222.0400 - Lajeado: (51) 3710.1792 - Novo Hamburgo: (51) 3582.0031 - Passo Fundo: (54) 3312.1247 - Pelotas: (53) 3225.0071
Rio Grande: (53) 3231.3350 - Santa Cruz do Sul: (51) 3713.4235 - Santa Maria: (55) 3222.8855 - Santana do Livramento: (55) 3242.3730
Santo Ângelo: (55) 3313.2011 - Uruguaiana: (55) 3412.4922 - Cruz Alta: (55) 3324.3451 - Erechim: (54) 3522.9680 - Canoas: (51) 3463.0959

ANEXO N – CARTA DA AABRE À SMIC [2]

Porto Alegre, 28 de maio de 2008.

Ilmo. Sr. Secretário Leo Bulling;

A Comissão Deliberativa do setor de Artesanato do Brique da Redenção vem, através desta, solicitar providências desta Secretaria à qual é encarregada de zelar por esta Feira tão reconhecida da cidade de Porto Alegre.

Enumeramos abaixo nossas reivindicações:

- 1 – A imediata retirada dos vendedores ilegais de incenso instalados no Brique da Redenção, haja vista que a Justiça já julgou e se pronunciou-pela ilegalidade dessas atividades;
- 2 – A fiscalização mais efetiva no Brique da Redenção, sendo que entre 12 e 14 horas e após as 16 horas há uma invasão de camelôs ocupando a Avenida José Bonifácio vendendo todo tipo de quinquilharias **inclusive cds e dvds piratas**;
- 3 – O contato desta Secretaria com a EPTC visando o controle de entrada de veículos na Avenida José Bonifácio após as 8 horas, inclusive carros liberados para ocupação de bancas no Parque que após descarregados permanecem estacionados na avenida. **É de conhecimento de todos que a avenida trata-se de rua de lazer.** Ao saírem desta avenida a qualquer hora, estão sendo postos em risco os frequentadores do Brique da Redenção, em especial as crianças.
- 4 – A cobrança da SMIC do cumprimento do Acordo feito por esta Secretaria, Ministério Público e Índios. Este Acordo criou novos espaços para os indígenas – inclusive com a marcação destes espaços feita através de mapas de localização. No entanto, o que acontece hoje é que este Acordo está sendo desrespeitado. Os indígenas mais que triplicaram o espaço acordado para sua utilização. Se um Acordo Legal não é cumprido, é função desta Secretaria pleitear junto ao Ministério Público Federal seu cumprimento.
- 5 – A reimplantação dos Conselhos das Feiras do Brique da Redenção.

Certos que com estas reivindicações estamos contribuindo para a melhoria deste espaço de lazer, cultura e convívio pacífico da população de Porto Alegre, aguardamos o retorno e a posição desta Secretaria.

Agradecemos,

Comissão Deliberativa do Setor do Artesanato do Brique da Redenção

Recebido
Luzia 28/5/08
(Leo Bulling)
Sec SMIC

Fonte: Fornecido pela AABRE